

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Chefe do Departamento de Psicologia

Cândida Maria Bezerra Dantas

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia

Isabel Fernandes de Oliveira

ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

Volume 26, Número 3, 2021

EDITORAS

Ana Ludmila F. Costa (UFRN)

Raquel Farias Diniz (UFRN)

EDITORES DE SEÇÃO

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:

Arrilton Araújo e Izabel Hazin

Psicologia Social do Trabalho:

Felipe Coelho Lima, Cassio Adriano Braz de Aquino e Sabrina

Cavalcanti Barros

Temas em políticas sociais:

Assistência social e sistema de garantia de direitos

Tatiana Minchoni e Renata Monteiro

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos

Contextos socioambientais:

Fernanda Fernandes Gurgel e Tadeu Mattos Farias

GERENTE EDITORIAL

Ana Ludmila F. Costa

COMISSÃO EDITORIAL

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva: *Aline Beckmann de Castro Menezes, Briseida Dôgo de Resende, Cintia Azoni, Cláudia Berlim de Mello, Fabián Javier Marín Rueda, Fabíola da Silva Albuquerque, Marco Antonio Correa Varella, Nelson Torro Alves, Pablo Valdez Ramírez, Ronaldo Santos, Sebastião de Sousa Almeida, Verônica Sandra Valentinuzzi*

Psicologia Social do Trabalho: *Alicia Omar, Aline Venceslau Vieira de Lima, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, Lígia Carolina Oliveira Silva, Livia de Oliveira Borges, Manoela Ziebell de Oliveira, Marcelo Afonso Ribeiro, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Priscilla Martins Silva, Sonia Maria Guedes Gondim, Tatiana de Lucena Torres, Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo, Thais Zerbin, Thiago Drummond de Moraes*

Temas em políticas sociais: assistência social e sistema de garantia de direitos: *Antonio Euzébio Filho, Betanea Moreira de Moraes, Katia Maheirie, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, Luciana Souza Borges, Manuella Castelo Branco Pessoa, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Pablo Queiroz, Raquel Guzzo*

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos contextos socioambientais: *Gleice Azambuja Elali, Héctor Berroeta, James Ferreira Moura Jr., Soraya Souza de Andrade, Susana Batell*

PROPOSTA EDITORIAL

Estudos de Psicologia (Natal) é uma publicação eletrônica trimestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica trabalhos inéditos, sejam relatos de pesquisa empírica, estudos teóricos e de revisão. Os fascículos são publicados via portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso>

CONSELHO CIENTÍFICO

Acacia Aparecida Angeli dos Santos, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Emma Otta Emmanuel Zagury Tourinho, Jorge Castellá Sarriera, José Carlos Zanelli, José de Queiroz Pinheiro, Leôncio Camino, Lucia Rabello de Castro, Luís Flávio Silva Couto, Maria Bernadete de Oliveira, Maria de Fátima Souza Santos, Maria do Carmo Guedes, Maria Emília Yamamoto, Nádia Maria Dourado Rocha, Oswaldo Hajime Yamamoto, Paulo Rogério Meira Menandro, Rosalina Carvalho da Silva, Sergio Ozella, Sergio Vasconcelos de Luna, Zeidi Araújo Trindade.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Aline Maya | Tikinet

APOIO EDITORIAL

Danielle da Silva Dantas

REVISÃO

Cláudia Maria de Farias Nóbrega

Marllam Mohtadi Ghanbarian

AVALIAÇÃO DOS MANUSCRITOS E DIREITOS AUTORAIS

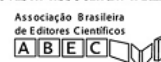
Os manuscritos encaminhados para Estudos de Psicologia devem seguir as diretrizes para autores disponíveis em <<http://pepsic.bvsalud.org/revistas/epsic/pinstruc.htm>>. Os trabalhos serão aceitos ou recusados pela Editoria, com base nas recomendações dos membros do Conselho Científico e/ou consultores ad hoc. A aprovação dos textos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a Estudos de Psicologia (Natal). O autor continuará, não obstante, a deter os direitos autorais para publicações posteriores.

INDEXADORES

Indexada em SCOPUS (Elsevier); Sociological Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); PSICODOC (Colegio Oficial de Psicólogos/ Universidad Complutense de Madrid); CLASE (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e INDEXPSI (CFP/PUCCAMP). Disponível, em versão de texto integral, no portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC)



Revista associada à ABEC



Financiamento



Classificação CAPES (Qualis) – A1

ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Caixa Postal 1622, Natal/RN.

CEP: 59078-970. E-mail: revpsi@cchla.ufrn.br - Tel: (84) 3342-2236 (ramal 5).

Submissões e processo editorial:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso

Acervo de artigos em texto integral:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso

Catologação: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

estudos de psicologia (Natal). - v. 26, n. 3 (julho a setembro 2021) - . - Natal: UFRN. Edufrn, 1996-

Trimestral

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

1. Psicologia - Periódico

Sumário

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva

Motivos para a evasão e a motivação para aprendizagem no ensino superior

Adriana Satico Ferraz (Universidade São Francisco), Acácia Aparecida Angeli dos Santos (Universidade São Francisco), Rodolfo A. M. Ambiel (Universidade São Francisco), Simone Nenê Portela Dalbosco (A Ponte - Estratégias de Educação) 229

“E qual foi a lição que o corvo aprendeu?” A compreensão de fábulas por crianças.

Alina Galvão Spinillo (Universidade Federal de Pernambuco), Priscylla Emeline Silva Duarte (Psicóloga Clínica) 242

Psicologia Social do Trabalho

Ansiedade, depressão, estresse e burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19

Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante (Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital Giselda Trigueiro), Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira (Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte), Carla Larissa Fernandes Pinheiro Araújo (Hospital Universitário Onofre Lopes), Pedro Obede Medeiros Costa (Psicólogo Clínico), Eliane Pereira da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Hospital Universitário Onofre Lopes), Eulália Maria Chaves Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 252

Sobre o sentido da prática clínica em tempos de pandemia: reflexões de psicoterapeutas brasileiros

João Carlos Caselli Messias (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Vera Engler Cury (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) 263

“Matar o velho homem, nascer de novo”: Representações Sociais de homem e masculinidades na Igreja Universal do Reino de Deus

Alberto Mesaque Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Adriano Roberto Afonso do Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais) 273

Temas em Políticas Sociais: Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos

Luto e sobrevivência: a luta das comunidades tradicionais pesqueiras nos contextos da pandemia da Covid-19

Antônio Vladimir Félix-Silva (Universidade Federal do Delta do Parnaíba), Camila Batista Silva Gomes (Articulação Nacional das Pescadoras, Conselho Pastoral dos Pescadores), José Lucas Soares de Araújo (Psicólogo autônomo) 286

Perfis formativos e ocupacionais de Psicólogas/os, segundo a raça-etnia

Carlos Vinicius Gomes Melo (Universidade de São Paulo), Alessandro de Oliveira dos Santos (Universidade de São Paulo), Luiz Silva dos Santos (Universidade de São Paulo) 298

“Tudo por causa do crack”: um estudo sobre as percepções e sentidos das drogas na população em situação de rua

Kíssila Teixeira Mendes (Universidade Federal de Juiz de Fora), Telmo Mota Ronzani (Universidade Federal de Juiz de Fora), Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora) 311

Aspectos Psicossociais das Interações Entre Pessoas e Diversos Contextos Socioambientais

Efeitos do distanciamento social do COVID-19 na mobilidade urbana: evidência longitudinal do Distrito Federal-Brasil.

Ingrid Luiza Neto (Centro Universitário do Distrito Federal), Hartmut Günther (Universidade de Brasília), Lucas Heiki Matsunaga (Instituto de Pesquisa em Economia, Comércio e Indústria, Japão), Caroline Cardoso Machado (Universidade de Brasília) 323

Sentimento de Pertença de moradores Indígenas e não Indígenas em Comunidade Pluriétnica de Manaus/AM

Marcelo Calegare (Universidade Federal do Amazonas), Kássia Pereira Lopes (Alinhar BKMR Atividades de Psicologia e Consultoria Ltda), Elisa Ferrari Justulin Zacarias (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) 333

Contents

Psychobiology and Cognitive Psychology

Reasons for dropping out and learning motivation in higher education

Adriana Satico Ferraz (Universidade São Francisco), Acácia Aparecida Angeli dos Santos (Universidade São Francisco), Rodolfo A. M. Ambiel (Universidade São Francisco), Simone Nenê Portela Dalbosco (A Ponte - Estratégias de Educação) 229

"And what lesson did the crow learn?" Children's understanding of fables

Alina Galvão Spinillo (Universidade Federal de Pernambuco), Priscylla Emeline Silva Duarte (Psicóloga Clínica) 242

Social Work Psychology

Anxiety, depression, stress, and burnout in health professionals during the COVID-19 pandemic

Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante (Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital Giselda Trigueiro), Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira (Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte), Carla Larissa Fernandes Pinheiro Araújo (Hospital Universitário Onofre Lopes), Pedro Obede Medeiros Costa (Psicólogo Clínico), Eliane Pereira da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Hospital Universitário Onofre Lopes), Eulália Maria Chaves Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 252

On the meaning of clinical practice in pandemic times: reflections of Brazilian psychotherapists

João Carlos Caselli Messias (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Vera Engler Cury (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) 263

"Kill the old man, be born again": social representation of men and construction of masculinities in the Universal Church of the Kingdom of God.

Alberto Mesaque Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Adriano Roberto Afonso do Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais) 273

Themes in Social Policies: Social Assistance and Assurance System of Rights

Grief and survival: the struggle of traditional fishing communities in the context of the COVID-19 pandemic

Antônio Vladimir Félix-Silva (Universidade Federal do Delta do Parnaíba), Camila Batista Silva Gomes (Articulação Nacional das Pescadoras, Conselho Pastoral dos Pescadores), José Lucas Soares de Araújo (Psicólogo autônomo) 286

Training and occupational profiles of psychologists, according to race and ethnicity.

Carlos Vinicius Gomes Melo (Universidade de São Paulo), Alessandro de Oliveira dos Santos (Universidade de São Paulo), Luiz Silva dos Santos (Universidade de São Paulo) 298

"All because of crack": a study of the perceptions and meanings of drugs in the homeless population

Kíssila Teixeira Mendes (Universidade Federal de Juiz de Fora), Telmo Mota Ronzani (Universidade Federal de Juiz de Fora), Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora) 311

Psychosocial Aspects of Interactions Between People and Various Socio-Environmental Contexts

Effects of COVID-19 social distancing on urban mobility: Longitudinal evidence from the Federal District-Brazil

Ingrid Luiza Neto (Centro Universitário do Distrito Federal), Hartmut Günther (Universidade de Brasília), Lucas Heiki Matsunaga (Instituto de Pesquisa em Economia, Comércio e Indústria, Japão), Caroline Cardoso Machado (Universidade de Brasília) 323

The Sense of Belonging of indigenous and non-indigenous dwellers in a Multiethnic Community of Manaus-AM

Marcelo Calegare (Universidade Federal do Amazonas), Kássia Pereira Lopes (Alinhar BKMR Atividades de Psicologia e Consultoria Ltda), Elisa Ferrari Justulin Zacarias (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) 333

Contenido

Psicobiología y Psicología Cognitiva

Motivos de deserción y motivación para aprender en Educación superior

Adriana Satiko Ferraz (Universidade São Francisco), Acácia Aparecida Angeli dos Santos (Universidade São Francisco),
Rodolfo A. M. Ambiel (Universidade São Francisco), Simone Nenê Portela Dalbosco (A Ponte - Estratégias de Educação)..... 229

¿Y cuál fue la lección que aprendió el cuervo? La comprensión de los niños al respecto de las fábulas

Alina Galvão Spinillo (Universidade Federal de Pernambuco), Priscylla Emeline Silva Duarte (Psicóloga Clínica) 242

Psicología Social del Trabajo

Ansiedad, depresión, estrés y burnout en los profesionales de la salud durante la pandemia de COVID-19

Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante (Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital Giselda Trigueiro), Kamilla Sthefany
Andrade de Oliveira (Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte), Carla Larissa Fernandes Pinheiro Araújo
(Hospital Universitário Onofre Lopes), Pedro Obede Medeiros Costa (Psicólogo Clínico), Eliane Pereira da Silva
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Hospital Universitário Onofre Lopes), Eulália Maria Chaves Maia
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 252

Sobre el significado de la práctica clínica en tiempos de pandemia: reflexiones de psicoterapeutas brasileños

João Carlos Caselli Messias (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Vera Engler Cury (Pontifícia Universidade
Católica de Campinas) 263

*“Matar al viejo hombre, nacer de nuevo”: representaciones sociales del hombre y construcción de masculinidades
en la Iglesia Universal del Reino de Dios.*

Alberto Mesaque Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Adriano Roberto Afonso do Nascimento
(Universidade Federal de Minas Gerais)..... 273

Temas en Políticas Sociales: Asistencia Social y Sistema de Garantía de Derechos

Luto y supervivencia: la lucha de las comunidades tradicionales pesqueras en los contextos de la pandemia del Covid-19

Antônio Vladimir Félix-Silva (Universidade Federal do Delta do Parnaíba), Camila Batista Silva Gomes (Articulação Nacional das
Pescadoras, Conselho Pastoral dos Pescadores), José Lucas Soares de Araújo (Psicólogo autônomo)..... 286

Perfiles de formación y ocupación de psicólogos, según raza y etnia.

Carlos Vinicius Gomes Melo (Universidade de São Paulo), Alessandro de Oliveira dos Santos (Universidade de São Paulo),
Luiz Silva dos Santos (Universidade de São Paulo) 298

“Todo por el crack”: un estudio sobre las percepciones y significados de las drogas en la población sin techo

Kíssila Teixeira Mendes (Universidade Federal de Juiz de Fora), Telmo Mota Ronzani (Universidade Federal de Juiz de Fora),
Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora) 311

Aspectos Psicosociales de las Interacciones entre Personas y Varios Contextos Socioambientales

Efectos del distanciamiento social del COVID-19 en la movilidad urbana: evidencia longitudinal del Distrito Federal-Brasil

Ingrid Luiza Neto (Centro Universitário do Distrito Federal), Hartmut Günther (Universidade de Brasília), Lucas Heiki Matsunaga
(Instituto de Pesquisa em Economia, Comércio e Indústria, Japão), Caroline Cardoso Machado
(Universidade de Brasília)..... 323

Sentido de Pertenencia de residentes indígenas y no indígenas en la Comunidad Pluriétnica de Manaus-AM

Marcelo Calegare (Universidade Federal do Amazonas), Kássia Pereira Lopes (Alinhar BKMR Atividades de Psicologia e
Consultoria Ltda), Elisa Ferrari Justulin Zacarias (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) 333

Reasons for droppingout and learning motivation in higher education

Adriana Satico Ferraz. Universidade São Francisco
Acácia Aparecida Angeli dos Santos. Universidade São Francisco
Rodolfo A. M. Ambiel. Universidade São Francisco
Simone Nenê Portela Dalbosco. A Ponte - Estratégias de Educação

Abstract

This study aimed to research the motives for academic dropout and learning motivation (achievement goals and intrapersonal causal attributions) of 335 students from a private Brazilian university. The correlations between these constructs, including the age variable, were small and medium magnitude. Motivation to learn, first-course option, and intention to drop out accounted for 46% of the explained variance of the motives for dropout in the social dimension and 38% in the financial and academic dimensions. We identified statistically significant differences in the three constructs regarding the students' gender, the intention to drop out, and course. The results indicate that the reasons for academic dropout vary according to the interaction between motivational, personal and contextual characteristics. This study supports the continuity of research on the subject and actions to prevent academic dropout, especially in private institutions.

Keywords: academic dropout; achievement goals; intrapersonal causal attributions.

Resumo

Motivos para a evasão e a motivação para aprendizagem no ensino superior. O objetivo deste estudo foi investigar os motivos para evasão acadêmica e a motivação para aprendizagem (metas de realização e as atribuições de causalidade intrapessoais) de 335 estudantes de uma universidade particular brasileira. As correlações entre os construtos, incluindo a variável idade, foram de pequena a moderada magnitude. A motivação para aprendizagem, a opção de curso e a intenção de abandono representaram 46% da variância explicada dos motivos para a evasão na dimensão social e 38% das dimensões financeira e acadêmica. Identificaram-se diferenças estatisticamente significativas nos três construtos quanto ao sexo, à intenção de abandono e o curso. Os resultados indicam que os motivos para evasão variam conforme a interação entre as características motivacionais, pessoais e contextuais. Este estudo fundamenta a continuidade de pesquisas sobre a temática, bem como ações destinadas à prevenção da evasão acadêmica, sobretudo nas instituições particulares.

Palavras-chave: abandono acadêmico; metas de realização; atribuições de causalidade intrapessoais.

Resumen

Motivos de deserción y motivación para aprender en la Educación superior. Este estudio tuvo como objetivo investigar los motivos del abandono académico y la motivación para el aprendizaje de 335 estudiantes de una universidad privada brasileña. Las correlaciones entre estos constructos, incluida la variable de edad, fueron de pequeña y mediana magnitud. La motivación para aprender, la opción de curso y la intención de deserción explicaron el 46% de la varianza explicada de los motivos del abandono en la dimensión social y el 38% en las dimensiones financiera y académica. Identificamos diferencias estadísticamente significativas en los tres constructos con respecto al género de los estudiantes, la intención del abandono y el curso. Los resultados indican que los motivos del abandono varían según la interacción entre características motivacionales, personales y contextuales. Este estudio apoya la continuidad de las investigaciones sobre el tema y las acciones dirigidas a prevenir el abandono, especialmente en las instituciones privadas.

Palabras clave: deserción académica; metas de realización; atribuciones causales intrapersonales.

Dropout in Higher Education is a multidimensional phenomenon and a longitudinal process that leads the student to change courses or Higher Education Institutions, and to concern their temporary (one year) or permanent departure without complete the training (Almeida et al., 2019). The motives for dropout are identified in the attributes that one student has when entering higher education, highlighting the quality of his education in primary education and study skills; the type of commitment to the course (established goals); social aspects, linked to interaction and interpersonal integration and effort, which reflects the student's motivational level. Also accounted for as causes for dropout are how the student deals with academic results and the compromise of the student's health and well-being, associated with his physical and psychological conditions (Almeida et al., 2019; Ambiel, 2015; Tinto, 1975, 1997).

Other reasons associated with academic dropout are the institutional aspects that are associated with the motivation for learning, such as the training of the faculty and the type of relationship established between teacher and student; the lack of support for financial problems, expressed in the difficulty to maintain themselves during the course, as well as to reconcile studies with work (Almeida et al., 2019). In this sense, it points to particularities of the financial demands of public and private Higher Education Institutions, such as, for example, the payment of monthly fees and the differences existing in institutional rules that facilitate or prevent the exchange of courses (Almeida, 2019). The reasons related to the career are also highlighted. It is manifested in the student's uncertainties regarding the job market and the lack of identification with the profession's activities (Almeida et al., 2019; Ambiel, 2015; Tinto, 1975, 1997; Tontini & Walter, 2014).

Variables such as gender and age are also considered in monitoring dropout by Higher Education Institutions and government agencies linked to higher education (Almeida, 2019; European Commission, 2015). In Brazil, the 2018 Higher Education Census reports a higher number of dropouts among male students (62%) compared to female students (54.4%) (Ministério da Educação [MEC], 2019). The literature review by Santos, Ferraz, and Inácio (2019) indicates that although male students are more autonomous and optimistic than women, they tend to be less committed to the course and have fewer study skills, which

negatively impacts their perception of competence to carry out academic activities.

Regarding age, the 2018 Higher Education Census showed that Brazilian students aged up to 24 years have a higher dropout rate (61%) than those with a higher age group (MEC, 2019). Additionally, the 2019 data from the Higher Education Census indicate that the prevalence is of 19-year-old students ($M = 24.3$ years; $SD = 7.8$) (MEC, 2021). This tendency to drop out is not restricted to Brazilian students. In the international context, researchers identified that younger students, especially freshmen, usually have less ability to deal with higher education requirements, both in academic aspects and in interpersonal relationships. Another aggravating factor to age is the entry into higher education of young students from a less favored socio-cultural context, for example, from families with a low level of education (Almeida, 2019; Casanova, 2018; European Commission, 2015).

Concerning the student's commitment to the course, motivation is one of the aspects linked to dropout. Conceptually, motivation indicates the reasons that lead a person to start a behavior, support it, and finish it (Graham, 2020). Motivation works as a protective factor against academic dropout, as it is associated with students' effort, persistence, and self-perceived ability with their academic performance (Balkis, 2018; Casanova, Fernandez-Castañan, Pérez, Gutiérrez, & Almeida, 2018; Dalbosco, Ferraz, & Santos, 2018; European Commission, 2015; Tinto, 1975). Although motivation is understood as something individual, it is also interfered by the context in which students are inserted, especially about the institutional aspects, such as the academic climate and structure of courses (Bardach, Lüftenegger, Oczlon, Spiel, & Schober, 2020; Tinto, 1975).

When students are motivated, they are less likely to drop out (Casanova et al., 2018; European Commission, 2015; Suhlmann, Sassenberg, Nagengast, & Trautwein, 2018). In the research by Tontini and Walter (2014), the lack of congruence between vocational aspects with the course and expectations regarding placement in the job market are factors associated with academic dropout. In this sense, students who have a good self-concept of the course are more motivated to complete it, as they have positive expectations regarding insertion in the job market. Students also feel more motivated when the concepts learned in class are articulated with practical activities (Freitas, Costa, & Costa,

2017). As for mental health, student motivation and well-being are predicted by the sense of belonging in the academic context, which acts as factors that minimize academic dropout (European Commission, 2015; Suhlmann et al., 2018).

The motivational constructs analyzed in this proposal to investigate the reasons for academic dropout were personal achievement goals and intrapersonal causal attributions. Achievement goals refer to the quality of the student's involvement with the academic routine, which includes a dedication to studies, interpersonal relationships (teacher-students and among the students themselves), and how the student views the learning process (Bzuneck & Boruchovitch, 2019; Senko, Hulleman, & Harackiewicz, 2011). In this research, we investigate the incidence of three achievement goals described below.

Students with a mastery goal orientation understand study skills as something that can be developed from their effort prefers to perform tasks that challenge them and is persistent in the face of adversity (Bzuneck & Boruchovitch, 2019; Dalbosco et al., 2018; Senko et al., 2011). These characteristics attenuate the academic context's problems regarding interpersonal relationships and aspects related to the educational institution, which reduces the intention of evasion among students guided by this goal (Bardach et al., 2020).

In turn, in the performance-approach goal orientation, the student's effort is aimed at standing out with fellow students due to the need to recognize people to feel successful. In the performance-avoidance goal orientation, motivation is manifested in the student's effort to avoid low performance. The student's actions are determined by the fear of not being exposed publicly as a poor student (Bzuneck & Boruchovitch, 2019; Senko et al., 2011). Both performance goals are related to high levels of anxiety, mainly in the dissemination of grades, disorganization in studies, and the low interest of students in learning as a means of intellectual gain (Bzuneck & Boruchovitch, 2019; Dalbosco et al., 2018; Senko et al., 2011).

Intrapersonal causal attributions also represent learning motivation. This construct refers to the attribution of causes by the student to explain to himself and other people the reasons that led him to succeed or fail in academic activities. The attribution of causality is classified in terms of its psychological dimensions, namely *locus* - whether internal or external, having itself as a reference; stability - beliefs that the cause may or

may not be changed over time; and controllability - the level of control that the student believes he has over the cause (Graham, 2020; Weiner, 2018).

How students attribute causality to academic success and failure situations positively or negatively impacts their learning motivation in the short and medium-term (Alipio, 2020; Dweck, 2018; Graham, 2020; Weiner, 2018). On the one hand, functional causal attributions motivate students to persist. An example of functional attribution is effort, characterized as an internal, unstable, and controllable cause (Graham, 2020; Weiner, 2018). On the other hand, dysfunctional attributions beliefs denote students' distorted perception of the causes that justify their academic results. This type of belief is marked by the recurrent perception of external, unstable, and uncontrollable causes such as luck and the attribution of responsibility to other people (e.g., teachers, colleagues, and family). Dysfunctional attributional beliefs reflect low expectations for the future. So, it is associated with the student's lack of motivation for learning (Ganda & Boruchovitch, 2016; Graham, 2020; Respondek, Seufert, Hamm, & Nett, 2019).

Regarding the course, it is known that the adaptation to higher education minimizes the motives for academic dropout, being associated linked to professional aspirations, that commonly precedes the choice of the course (Ambiel, Santos, & Dalbosco, 2016; Ferraz, Santos, & Ambiel, 2020), and the motivational quality of students to learn (Ferraz, Lima, & Santos, 2020; Ferraz, Santos, et al., 2020). Araújo (2017) indicated that the lack of adaptation to the course results in a lack of commitment to academic training. Garcia, Lara, and Antunes (2021) also point out that the motives for academic dropout may vary according to the area of knowledge, as students in each course understand the adversities that occur in the academic context in different ways. In turn, the explicit intention to drop out is linked to problems of academic performance, which reflect on the motives for academic dropout, especially among freshmen (Casanova, 2018; Casanova, Gomes, Bernardo, & Nuñez, 2021).

Based on the above, this study aimed to investigate the relationships between motivation to learn, age, gender, course option, and intention to drop out for motives for academic dropout. The specific objectives were: (1) to analyze the correlations between motivation to learn and age for motives for academic dropout; (2) to assess the plausibility of a predictor

model for motives for academic dropout composed of the independent variables achievement goals, causal attributions, age, gender, course option and intention to dropout; (3) verifying whether the motivational constructs and the for motives for academic dropout differ in terms of gender, course option, intention to drop out, and course.

Method

Participants

Participated in this study, 335 Brazilian students from a private higher education institution located in Rio Grande do Sul ($M_{\text{age}} = 22.73$; $SD = 6.78$). Most of the students were female ($n = 250$; 74.6%). The students were studying Psychology, Law, Architecture and Urbanism, and Administration. Of these students, 61 indicated that they were not taking the first option course; 65 said that the higher education institution was not the first choice to pursue higher education, and 114 reported that they intended to drop out.

Instruments

Higher Education Dropout Questionnaire ([*Questionário de Motivos de Abandono do Ensino Superior*] QMA-es; Almeida et al., 2019). The QMA-es has 31 items divided into six factors that assess the student's motives to drop out in higher education: Financial, Institutional, Academic, Teachers, Health and Well-Being, and Social. The answer key is in the Likert format, ranging from 1, Nothing important to 5, Very important. High scores in the QMA-es indicate that the student has the intention to drop out and vice versa. The QMA-es has evidence of validity based on the internal structure and reliability estimates (alpha coefficients ranging from .78 to .90), both obtained from a sample of 542 students from a private Higher Education Institution. The internal structure of the QMA-es for the sample of this research obtained $\chi^2/df = 2.89$; RMSEA = .07 (IC .07 - .08); CFI = .92; TLI = .91.

Learning Motivation Assessment Scale ([*Escala de Avaliação da Motivação para Aprendizagem*] EMAPRE-U; Zenorini & Santos, 2010). EMAPRE-U assesses student's learning motivation through the achievement goals. The scale has 28 items divided into three factors: Mastery Goals, Performance-Approach Goal, and Performance-Avoidance Goal. The answer key is a three-point Likert type, 1 - Agree, 2 - I do not know, 3 - Disagree. This scale has good reliability estimates

(alpha coefficients > .70), as reported in the studies by Dalbosco et al. (2018) and Santos and Mognon (2016). The internal structure of the QMA-es for the sample of this research obtained $\chi^2/df = 2.31$; RMSEA = .06 (IC .06 - .07); CFI = .90; TLI = .90.

Causal Attributions Scale for Academic Success and Failures Situations - Higher Education ([*Escala de Avaliação das Atribuições de Causalidade para Sucesso e Fracasso Acadêmico - Ensino Superior*] EAAC-U; Boruchovitch & Santos, 2020). The scale has 31 items divided into four factors. Factor 1 evaluates the control of nervousness/anxiety; Factor 2, the attribution to external and uncontrollable causes for situations of academic failure; Factor 3, the attribution to internal/controllable causes for situations of academic success and Factor 4, the attribution of control for external causes linked to interpersonal relationships (teachers, colleagues, and family). The answer key is a Likert type of four points: 1 - It has nothing to do with me, and 4 - It describes me well. The instrument has validity evidence based on the internal structure and reliability estimates, with alpha coefficient values ranging from .63 (Factor 3) to .81 (Factor 4) (Boruchovitch & Santos, 2020). The internal structure of the QMA-es for the sample of this research obtained $\chi^2/df = 2.54$; RMSEA = .07 (IC .06 - .07); CFI = .85; TLI = .84.

Data Collection Procedures

The Ethics Committee of the Educational Institution approved the project (Authorization No 572.676). After obtaining authorization from the higher education institution, the tests were applied collectively and during class hours. To participate in the research, students signed the Term of Free and Informed Consent.

Data Analysis Procedures

Softwares: Statistical Package for Social Sciences (SPSS; V. 22.0) and Mplus (version 7.11; Muthén & Muthén, 1998-2012). The normality and homogeneity of the data variance were explored (Shapiro-Wilk test, $p < .05$; Levene test, $p > .05$, respectively).

Pearson's correlation (r). The interpretation of the magnitudes of the correlations was based on $r < .29$, small; between .30 to .49, medium; $r > .50$, large (Goss-Sampson, 2020).

Path analysis. First, we tested a model with all the test factors and variables (saturated model). We excluded independent variables ($p > .05$) from composing a new analysis (restricted model). Adjustment indexes for model interpretation: χ^2 test value with $p >$

.05; Root Mean Square Error of Approximation - CI 90% (RMSEA; < .05 very good adjustment; .06 and .10 acceptable adjustment; > .10 unacceptable adjustment); Comparative Fit Index (CFI) and Tucker Lewis Index (TLI; < .95 very good adjustment; .90 to .94 good adjustment; .80 to .89 poor adjustment; > .80 bad adjustment) (Marôco, 2014).

Group comparison: Student's *t*-test. To determine the effect of statistical significance in the group comparison analyzes we used Cohen's *d* ($d < .49$, small; $.50$ to $.79$, medium; $d > .8$, large; Goss-Sampson, 2020). Analysis of variance (ANOVA) with Tukey's *post hoc* test. The effect size was verified through the eta squared ($\eta^2 < .01$, trivial; $.02$ to $.05$, small; $.06$ to $.13$, medium; $> .14$, large; Goss-Sampson, 2020). In both tests, we applied the bootstrap method (1000 samples).

Results

First, we examined the correlations between the student's motives for academic dropout, motivation for learning (personal achievement goals and intrapersonal causal attributions), and age. Table A1 demonstrates statistically significant and small magnitude correlations between the motives for academic dropout with these three variables. Most of these correlations centered on academic and health, and well-being reasons for dropping out. Positive direction correlations between motives for dropout in academic dimension with the attribution of nervousness control (EAAC Factor 1) and the attribution of internal and controllable causes to explain success (EAAC Factor 2) indicate the convergence of the difficulties of dealing with the study routine, the lack of nervousness control, and external attribution and uncontrollable causes to justify academic performance. The performance-avoidance goal orientation, marked by a student's fear of being exposed by his perception of disability, was also positively correlated with motives for dropout in the academic environment. The oldest age group had a positive correlation with academic reasons for dropping out. Correlations of negative direction between the motives for dropping out on the academic dimension with the mastery goal orientation and attributing control to interpersonal relationships to explain academic performance (Factor 4 of EAAC-U) suggest that prioritizing intellectual gains through studies and perceiving academic success as an internal and controllable cause contrasts with the motives for dropout linked difficulties concerning the study routine.

By focusing on causal attributions, the attribution of success to internal and controllable causes (EAAC Factor 3) was positively associated with four motives for academic dropout – financial, teachers, institutional, and interpersonal relationships. In turn, this same pattern of attributing causality to academic success was negatively related to the academic motives for dropout linked to health and well-being. The perception of control in interpersonal relationships (Factor 4 EAAC) seems to minimize the motives for dropping out on the health and well-being dimension and maximize the reasons related to institutional aspects. The positive correlations also suggest that the academic motives for dropout of health and well-being seem to increase concerning the attribution of success to external and uncontrollable causes (Factor 2 EAAC), among the students with performance-avoidance goal orientation and older students. The pattern of attributing causality to external and uncontrollable causes to explain success presents increases the motives for academic dropout in the social dimension. At the same time, the mastery goal orientation seems to reduce them.

Table A1 also shows that all the reasons for dropout had statistically significant correlations in a negative direction. The magnitude of these correlations indicates that the financial dimension has a strong relationship with the teacher and academic dimensions, a medium relationship with institutional and social aspects, and a small relationship with health and well-being. The institutional dimension had a strong relationship with the assessment that students make about the competencies of teachers to teach, a medium relationship with the social and academic dimensions, and a small relationship with the dimension of health, and well-being. The academic dimension was closely related to the social, teacher, and health and well-being dimensions. The dimension composed of the teachers' competencies had a strong relationship with interpersonal relationships and a small relationship with health and well-being. Finally, the social dimension had an average relationship with health and well-being.

About motivational constructs, statistically significant differences of medium magnitude were found, indicating negative associations between the mastery goal orientation and the attribution of success to external and uncontrollable causes (Factor 2 EAAC). This way of attributing causality to academic success was positively correlated with the performance-avoidance goal and the performance-approach goal (medium and small

magnitude, respectively). The attribution of control to causes linked to interpersonal relationships (Factor 4 EAAC) was negatively correlated with the mastery goal and positively correlated with the performance-avoidance goal orientation - medium magnitude. Attributing anxiety control (Factor 1 EAAC) had a small correlation with the mastery goal while attributing lack of control to situations perceived as anxiety-provoking was positively associated with the performance-avoidance goal. The attribution of internal and controllable causes to justify academic success (Factor 3 EAAC) was positively related to the mastery goal and negatively related to the performance-avoidance goal - small magnitude.

The incongruity between the orientation of the mastery goal and the performance-avoidance goal was observed among the achievement goals. It was also verified that older students had characteristics of the mastery goal and younger ones had aspects of the performance-avoidance goal.

In the statistically significant correlations between the intrapersonal causal attributions, the attributing of control to interpersonal relationships as a cause linked to academic performance (Factor 4 EAAC) was negatively related to the attribution of success to external and uncontrollable causes (Factor 2 EAAC), negatively with the attribution of internal and controllable causes for successful situations (Factor 3 EAAC), and the attribution of anxiety control (Factor 1 EAAC) - medium

magnitude. Attributing control to nervousness (Factor 1 EAAC) had a positive and medium magnitude relationship with attributing external and uncontrollable causes to academic success. In turn, attributing success to internal and controllable causes (Factor 3 EAAC) was negatively related to the perception of anxiety control and the attribution of external and uncontrollable causes in situations of academic success.

In the next step, we investigated a predictive model to the motives for academic dropout (outcome variables), constituted by the independent variables age, gender, first-course option, and intention to drop out. Based on the results of the saturated model, we tested the first restricted model: financial dimension (DV) with the mastery goal and the Performance-Approach Goal (VI); institutional dimension (DV) with the Performance-Approach Goal (VI); academic dimension (VD) with the intention to drop out and the mastery goal (VI); social dimension (DV) age, first-option of course, mastery goal, and external/uncontrollable causal attributions for failure situations (IV). The restricted model 1 obtained $\chi^2 = 27.262$, $gl = 21$ ($p = 0,16$); CFI = .99; TLI = .98; RMSEA = .03 (IC .01 - .06). For the construction of the restricted model 2, we excluded the independent variables age and performance-avoidance goal related to the outcome variable motives for academic dropout in the social dimension (values of β with $p > .05$).

Table 1. Correlations between motives for academic drop, motivation for learning and age (n = 335)

Fator	M	SD	Fin	Inst	Acad	Teac	Hea	Soc	MG	PApG	PAaG	F1	F2	F3	F4
Fin	3.28	1.11	(.86)												
Inst	2.79	1.03	.47***	(.84)											
Acad	2.74	.97	.50***	.44***	(.83)										
Teac	2.86	1.15	.64***	.64***	.57***	(.93)									
Hea	2.86	1.15	.21***	.12*	.51***	.18***	(.90)								
Soc	2.13	.94	.48***	.47***	.60***	.66***	.42***	(.81)							
MG	2.61	.34	.01	.04	-.14**	-.04	-.08	-.11*	(.91)						
PApG	1.69	.48	.06	.03	.04	.04	.03	.10	.01	(.90)					
PAaG	1.62	.58	-.01	-.07	.12*	.01	.13*	.05	-.37***	.10	(.92)				
F1	2.23	.82	.01	.01	.13*	-.02	.06	-.02	-.21***	.04	.23***	(.83)			
F2	1.43	.34	.03	-.01	.29***	.08	.21***	.14**	-.31***	.13*	.32***	.37***	(.84)		
F3	3.06	.51	.19***	.14**	-.01	.17**	-.11*	.13*	.27***	-.05	-.11*	-.15**	-.22***	(.74)	
F4	2.83	.53	.10	.12*	-.15**	.08	-.13*	.07	.39***	.04	-.33***	-.39***	-.46***	.42***	(0.89)
Age	22.73	6.78	.04	.06	.16**	.01	.13*	.06	.12*	-.03	-.14**	-.09	-.06	-.09	.04

Note. M = Mean; SD = Standard Deviation; QMA-es Factors: Fin = Financial; Inst = Institucional; Acad = Academic; Teac = Teachers; Hea = Health and Well-Being; Soc = Social; EMAPRE-U Factors: MG = Mastery Goals; PApG = Performance-Approach Goal; PAaG = Performance-Avoidance Goal; EAAC-U Factors: F1 = Fator 1 causal attributions of anxiety/nervousness; F2 = External/uncontrollable causal attributions for failure situations; F3 = Internal/controllable causal attributions for success situations; F4 = external causal attributions for interpersonal relationships. Values in parentheses refer to the composite reliability indices of the instruments. Values highlighted in bold had statistical significance - *** $p < .001$; ** $p < .01$; * $p < .05$.

The model represented by Figure 1 presented $\chi^2 = 19.840$; $df = 12$ ($p = .07$) and the adjustment indexes are classified as very good, RMSEA = .04 (90% CI .01 - .08), CFI = .98 and TLI = .97. The model indicates that three motives for academic dropout were predicted by motivational for learn, first-option of course and intention to drop out. The social dimension had 46% of its variance explained by the mastery goal ($\beta = .52$; $EP = .03$), the attribution of external and uncontrollable causes to the academic success results ($\beta = .36$; $EP = .04$), and the course option ($\beta = .10$; $EP = .04$). The academic

dimension for dropout had 38% of its variance explained by the mastery goal ($\beta = .59$; $EP = .04$) and intention to drop out ($\beta = .14$; $EP = .04$). The variance of the financial dimension was explained at 38% by the mastery goal ($\beta = .58$; $EP = .03$) and the performance-approach goal ($\beta = .18$; $EP = .04$). The performance-approach goal orientation represented an increase of .14 points for the motives for dropout in institutional dimension. However, this predictive relationship was not statistically significant in terms of explained variance for the this dropout dimension.

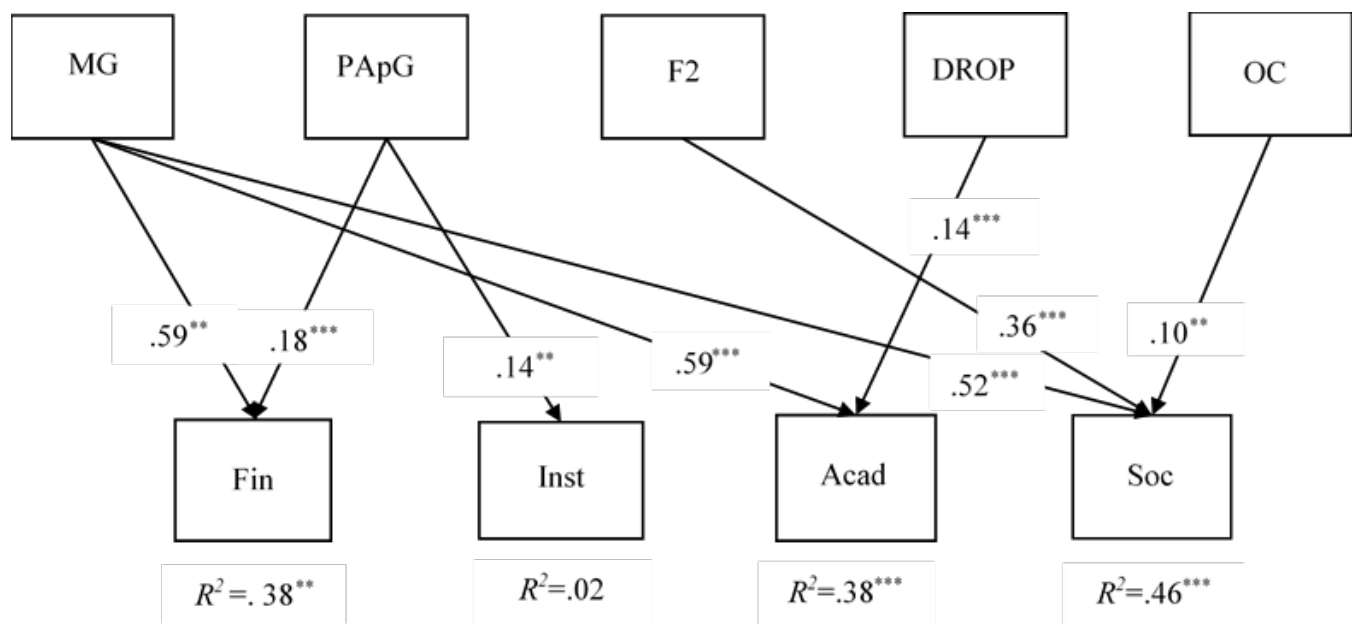


Figure 1. Prediction model of motives for academic dropout.

Note. FCO = First-Option of Course; IDO = Intention to Drop out; QMA-es Factors: Fin = Financial; Inst = Institucional; Acad = Academic; Soc = Social; EMAPRE-U Factors: MG = Mastery Goals; PApG = Performance-Approach Goal; EAAC-U Factors: F2 = External/uncontrollable causal attributions for failure situations. Values highlighted in bold had statistical significance - $***p < .001$; $**p < .01$; $*p < .05$.

Next, we compared the students' functioning with the motives for academic dropout and the motivation for learning considering the variables gender, first-course option, intention to drop out. Table B2 highlights the statistically significant comparisons and the respective effect size values.

Finally, we investigated the differences in motives for academic dropout and motivation for learning due to the course variable. Table 3 shows the statistically significant results, effect size and comparison of means generated by Tukey's post hoc test. The other

comparisons with the course were not statistically significant, namely, motives for academic dropout in the institutional dimension - $F(3, 330) = .724$ ($p = .54$); academic dimension - $F(3, 330) = .319$ ($p = .81$); teachers dimension - $F(3, 330) = 1.792$ ($p = .15$); social dimension - $F(3, 330) = 1.154$ ($p = .33$); attribution of anxiety control in situations of academic success and failure (Factor 1 EAAC) - $F(3, 330) = 1.555$ ($p = .20$); and assignment of control of interpersonal relationships to justify academic performance (Factor 4 EAAC) $F(3, 330) = 1.948$ ($p = .12$).

Reasons for droppingout and learning motivation in higher education

Table 2. Motives for academic dropout and motivation for learn: comparison of groups (gender, first option of course, and intention to dropout)

IV	Gender					First-option of course					Intention to drop out				
	t	Groups	M	SD	d	t	Groups	M	SD	d	t	Groups	M	SD	d
Fin	-1.973*	Mal	3.08	1.04	.25	-.442	Yes	3.27	1.13	.06	-1.620	Yes	3.14	1.20	.19
		Fem	3.35	1.14			No	3.34	1.02			No	3.36	1.05	
Inst	-2.002*	Mal	2.59	1.03	.25	-.969	Yes	2.76	1.04	.14	-2.230*	Yes	2.61	1.07	.26
		Fem	2.85	1.03			No	2.90	.99			No	2.88	1.00	
Acad	-2.024*	Mal	2.56	.96	.26	-1.842	Yes	2.70	.96	.26	3.220***	Yes	2.98	.99	.37
		Fem	2.81	.96			No	2.95	.96			No	2.62	.93	
Teac	-1.797	Mal	2.67	1.13	.22	-.586	Yes	2.84	1.15	.09	-.999	Yes	2.77	1.22	.11
		Fem	2.92	1.15			No	2.94	1.13			No	2.90	1.10	
Heal	-1.700	Mal	2.23	.93	.23	.947	Yes	2.42	1.01	.13	4.669***	Yes	2.74	1.01	.53
		Fem	2.45	1.01			No	2.29	.90			No	2.22	.93	
Soc	-.556	Mal	2.08	1.01	.07	-1.438	Yes	2.10	.93	.20	.957	Yes	2.20	.94	.11
		Fem	2.15	.91			No	2.29	.95			No	2.10	.94	
MG	-.913	Mal	2.58	.37	.11	1.115	Yes	2.61	.33	.14	-4.437***	Yes	2.48	.39	.55
		Fem	2.62	.33			No	2.56	.39			No	2.67	.30	
PApG	2.705**	Mal	1.82	.49	.35	.229	Yes	1.70	.48	.04	1.037	Yes	1.73	.50	.10
		Fem	1.65	.47			No	1.68	.49			No	1.68	.47	
PAaG	-.658	Mal	1.59	.55	.09	1.020	Yes	1.64	.59	.14	2.572**	Yes	1.74	.63	.31
		Fem	1.64	.59			No	1.56	.53			No	1.56	.54	
F1	-2.465**	Mal	2.05	.72	.30	-.408	Yes	2.22	.82	.06	1.770	Yes	3.34	.84	1.42
		Fem	2.29	.85			No	2.27	.85			No	2.17	.81	
F2	1.385	Mal	1.48	.39	1.22	-.929	Yes	1.42	.34	.14	2.575**	Yes	1.50	.36	.32
		Fem	1.41	.33			No	1.47	.36			No	1.39	.33	
F3	-.749	Mal	3.02	.55	.09	1.461	Yes	3.08	.51	.21	-3.482***	Yes	2.92	.50	.41
		Fem	3.07	.50			No	2.97	.52			No	3.13	.51	
F4	-1.075	Mal	2.78	.56	.13	1.132	Yes	2.85	.53	.17	-3.958***	Yes	2.67	.58	.46
		Fem	2.85	.52			No	2.76	.55			No	2.92	.49	

Note. IV = Independent Variable; M = Mean; SD = Standard Deviation; d = Cohen's d; Mal = Male; Fem = Female; QMA-es Factors: Fin = Financial; Inst = Institucional; Acad = Academic; Teac = Teachers; Hea = Health and Well-Being; Soc = Social; EMAPRE-U Factors: MG = Mastery Goals; PApG = Performance-Approach Goal; PAaG = Performance-Avoidance Goal; EAAC-U Factors: F1 = Fator 1 causal attributions of anxiety/nervousness; F2 = External/uncontrollable causal attributions for failure situations; F3 = Internal/controllable causal attributions for success situations; F4 = external causal attributions for interpersonal relationships.

Table 3. Motives for academic dropout and motivation for learn: comparison of groups (course)

Factors	F*	ηp^2	Course	N	subsets	
					1	2
Financial	6.566 $p < .001$.07	Psychology	197	3.46	3.46
			Law	72	2.92	
			Architecture/Urbanism	42	2.90	
			Administration	23		3.51
			P		.060	.996
Health and Well-Being	3.049 $p < .05$.03	Psychology	197	2.42	2.42
			Law	72	2.14	
			Architecture/Urbanism	42		2.70
			Administration	23	2.39	2.39
			P		.520	.422
Mastery Goals	3.832 $p < .05$.03	Psychology	197		2.65
			Law	72	2.57	2.57
			Architecture/Urbanism	42	2.55	2.55
			Administration	23	2.43	
			P		.215	.494
Performance-Approach Goal	5.586 $p = .001$.05	Psychology	197	1.65	
			Law	72	1.80	1.80
			Architecture/Urbanism	42	1.58	
			Administration	23		1.99
			P		.117	.217
Performance-Avoidance Goal	2.987 $p < .05$.03	Psychology	197	1.64	1.64
			Law	72	1.65	1.65
			Architecture/Urbanism	42	1.41	
			Administration	23		1.83
			P		.186	.406
Factor 2	2.774 $p < .05$.02	Psychology	197	1.39	
			Law	72	1.48	
			Architecture/Urbanism	42	1.48	
			Administration	23	1.55	
			P		.091	
Factor 3	3.887 $p < .01$.03	Psychology	197		3.13
			Law	72	3.03	3.03
			Architecture/Urbanism	42	2.94	2.94
			Administration	23	2.80	
			P		.145	.298

Note. Factor 2 (EAAC-U) = External/uncontrollable causal attributions for failure situations; Factor 3 (EAAC-U) = Internal/controllable causal attributions for success situations.
*df = 3.

Discussion

Identifying statistically significant correlations of the motives for dropout with achievement goals and intrapersonal causal attributions suggests that learning motivation is one of the causes related to motives for academic dropout (Freitas et al., 2017; Suhlmann et al., 2018). The small magnitude of these correlations confirms that the motives for dropout are part of a more extensive process, which involves other motivational constructs and components that were not part of this paper. For example, this statement is based on the relationship between the motives for dropout and the low levels of academic self-efficacy of students (Casanova et al., 2018), the low career adaptability (Ambiel et al., 2016), in their dissatisfaction with the choice of the course, the lack of academic adaptation and financial difficulties (Ambiel & Barros, 2018). Regarding this last aspect, it is pertinent to investigate the interference of financial conditions as a motive for academic dropout in future studies, mainly among female students with young children (Casanova, 2018).

We found that older age groups were related to the motives for dropout of the academic and health and well-being dimensions and vice versa. In part, this result refutes our initial hypothesis, as it was expected that the motives for academic dropout were related to younger students (Almeida, 2019). However, this assumption is mainly directed to freshmen students who, for some reason, have difficulties in adapting to the context of higher education, which may even have repercussions on the dropout from the course (Almeida, 2019; Casanova, 2018; MEC, 2019). When considering motivation, it was observed that older students were more likely to present a mastery goal orientation. In comparison, younger students had a profile focused on the performance-avoidance goal orientation. In this sense, it is highlighted that achievement goals are not immutable traits, being subject to change in all age groups and educational levels, through the contact of students with the academic context (e.g., interference of educational practices and configuration of educational institutions on student motivation) (Bardach et al., 2020; Bzuneck & Boruchovitch, 2019; Senko et al., 2011).

In the model tested in this study, it was found that the achievement goals, learning goal and performance-approach goal, external and uncontrollable causal attributions for academic success and failure results, first-course option and intention to drop out predicted

the reasons for the academic evasion of the social, academic and financial dimensions. Despite age being associated with motivational aspects related to learning, this variable did not predict the motives for academic dropout, as observed in the study by Fior (2021), also carried out with a sample of private higher education students.

The model tested that the achievement goals mastery goal and performance-approach goal, the external and uncontrollable causal attributions for academic success and failure results, first-course option, intention and to drop out and age predicted the motives for the academic dropout of the social, academic, and financial dimensions. The mastery goal orientation is associated with the students' adaptation to the study routine, which tends to minimize the motives for dropout linked to academic performance (Ferraz, Lima, et al., 2020). However, some characteristics of this achievement goal, as higher levels of criticality and curiosity to learn, may raise questions about whether the course is meeting your expectations of personal and intellectual growth, as well as financial return. In this sense, the performance-avoidance goal orientation, centered on obtaining recognition through good performance, also seems to impact the motives for academic dropout linked to financial and institutional aspects (Bzuneck & Boruchovitch, 2019).

Causal attributions, in turn, may reflect the use of self-handicapping strategies. These strategies are by students to preserve their self-concept. However, they negatively affect academic performance. Ganda and Boruchovitch (2016) found that students who reported the self-handicapping strategies aimed at problems in time management presented external causal attributions for academic success. Therefore, attributional beliefs must be investigated in a broader perspective, encompassing the motivational quality of students and its repercussions for adaptation to higher education and academic dropout.

The observance of students whether or not they are attending the first course of their choice was a predictor variable of the motives for academic dropout in the social dimension. It may be associated with the particularities of the social relationships established with colleagues and teachers and the service provided to their students students' expectations about personal and professional planning (Ambiel et al., 2016; Casanova, 2018; Freitas et al., 2017; Tontini & Walter, 2014). In turn, the results of this study indicated that

the intention to dropout directly affects only issues associated with the academic dimension. Future studies should assess whether the manifestation of intention to drop out is a good predictor of other motives for academic dropout, as this variable was identified as a risk factor for dropout among first-year higher education students in the study by Casanova et al. (2021) and is one of the variables investigated by the QMA-es de Almeida et al. (2019). This proposition must also consider that the decision to give up higher education is not an immediate action, as a dropout is a process that has multiple indicators (Casanova, 2018). The medium and large magnitude of the correlations we identified between the dimensions of the motives for academic dropout corroborates this view.

This study also demonstrated that college students who intend to dropout have more motives for academic dropout, emphasizing academic difficulties and physical and psychological problems (Almeida et al., 2019; Casanova, 2018; Tinto, 1975). The motivational profile of the performance-avoidance goal is one factor that compromises these students' psychological well-being since the academic routine is perceived as aversive and generates anxiety (Bzuneck & Boruchovitch, 2019; Senko et al., 2011). Furthermore, the students' inclination to justify academic failure through external and uncontrollable causes is an indication of self-perceived inability to improve performance in the course, which can also impact their health (Almeida et al., 2019; Dalbosco et al., 2018; Ganda & Boruchovitch, 2016; Suhlmann et al., 2018).

When the students do not intend to drop out, the motives refer to institutional aspects, which may be associated with a mastery goal orientation and attribution of internal and controllable causes for academic results. These motivational profiles are more critical to assess higher education institutions concerning the quality of teacher training and didactics, the availability of services that contribute to their professional growth, such as the provision of internships and events, and the infrastructure for the acquisition of technical and scientific knowledge, as laboratories, computer rooms, among others (Almeida, 2019; Bardach et al., 2020; Bzuneck & Boruchovitch, 2019).

Female students stood out from male students in financial, institutional, and academic motives for dropout. They had motivation oriented by the performance-approach goal and indicated the lack of control of anxiety in the causal attributions for academic success

and failure situations. The motives to drop out for academic and institutional link to the students' fear of being exposed for their low achievement, and the lack of recognition of their skills and performance (Senko et al., 2011). Consequently, students' anxiety is accentuated, and, in this case, they indicate that they can not control it, which can discourage them from attending the academic environment (Bzuneck & Boruchovitch, 2019; Senko et al., 2011). Besides, women perceive themselves to be less autonomous and more pessimistic than men, hindering their adaptation to higher education (Santos et al., 2019).

For course type, Administration students, compared to other courses, were the ones who most pointed to the financial and health, and welfare as motives for academic dropout. These motives may be, in part, associated with the performance-approach goal and performance-avoidance goal orientations that were prevalent in these students (Bzuneck & Boruchovitch, 2019) and the lack of perception of control over attributional causes related to interpersonal relationships (Ganda & Boruchovitch, 2016).

The motivational profile for the mastery goals stood out in Psychology students compared to those studying Administration, the opposite being suitable for the performance-approach goal orientation. This result indicates that Psychology students showed greater interest and curiosity in the course subjects, while in Administration, students were more concerned with their performance, both quantitative, through high marks, and qualitative, based on recognition colleagues and teachers regarding their academic results (Almeida et al., 2019; Ambiel, 2015; Bzuneck & Boruchovitch, 2019). Still, regarding the course variable, it is recognized that the sample size of the Administration course was smaller than the other courses evaluated. Therefore, more students must be included in future research to ensure greater representativeness between courses. In addition, investigating the motivation to learn and the motives for academic dropout in different courses can point to the development of interventions consistent with the demands of students. It focuses on institutional aspects (e.g., infrastructure, offer of internship vacancies, training programs extension) and the faculty members (e.g., ability to articulate theory with practice, level of demand versus the quality of established relationships, performance feedbacks) (Araújo, 2017; Casanova et al., 2018; Garcia et al., 2021; Ferraz, Santos, et al., 2020; Freitas et al., 2017).

In addition to these findings, one of the ways to ensure that students complete higher education is to know the potential motives for dropout, emphasizing learning motivation. From this perspective, the relevance of continuing studies on this theme converges with the limitations of this study. It was not possible to cover some aspects that are also relevant for deepening knowledge about the motives for dropout. Thus, it is worth investigating future research when the youngest students are present and have a motivational commitment, as well as deepening their knowledge about the socioeconomic and emotional components since the financial and health, and well-being aspects frequently appear as motives for academic dropout and the potential problems with the academic adaptation.

References

- Alipio, M. (2020). Academic success as estimated by locus of control and motivation, *EdArXiv*, 1-10. doi: 10.35542/osf.io/74ysf
- Almeida, L. S. (2019). Ensino Superior: combinando exigências e apoios. In L. S. Almeida (Eds.), *Estudantes do ensino superior: desafios e oportunidades* (pp. 17-34). Braga: ADIPSIEDUC.
- Almeida, L. S., Casanova, J. R., Gutiérrez, A. B. B., Fernández-Castañón, A. C., Santos, A. A. A., & Ambiel, R. A. M. (2019). Construção de um questionário transcultural de motivos de abandono do ensino superior. *Avaliação Psicológica*, 18(2), 201-209. doi: 10.15689/ap.2019.1802.17694.11
- Ambiel, R. A. M. (2015). Construção da escala de motivos para evasão do ensino superior. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 41-52. doi: 10.15689/ap.2015.1401.05
- Ambiel, R. A. M., & Barros, L. O. (2018). Relações entre evasão, satisfação com escolha profissional, renda e adaptação de universitários. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 20(2), 254-267. doi: 10.5935/1980-6906/psicologia.v20n2p254-267
- Ambiel, R. A. M., Santos, A. A. A., & Dalbosco, S. N. P. (2016). Motivos para evasão, vivências acadêmicas e adaptabilidade de carreira em universitários. *Psico*, 47(4), 288-297. doi: 10.15448/1980-8623.2016.4.23872
- Araújo, A. M. (2017). Sucesso no Ensino Superior: uma revisão e conceptualização. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 4(2), 132-141. Retrieved from <http://hdl.handle.net/11328/2554>
- Balkis, M. (2018). Academic amotivation and intention to school dropout: the mediation role of academic achievement and absenteeism. *Asia Pacific Journal of Education*, 38(2), 257-270. doi: 10.1080/02188791.2018.1460258
- Bardach, L., Oczlon, S., Pietschnig, J., & Lüftenegger, M. (2020). Has achievement goal theory been right? A meta-analysis of the relation between goal structures and personal achievement goals. *Journal of Educational Psychology*, 112(6), 1197-1220. doi: 10.1037/edu0000419
- Boruchovitch, E., & Santos, A. A. A. (2020). *Escala de avaliação das atribuições de causalidade para sucesso e fracasso acadêmico de universitários* (Unpublished Technical Report). Universidade São Francisco: Campinas, SP.
- Bzuneck, J. A., & Boruchovitch, E. (2019). Motivação de estudantes no ensino superior: Como fortalecê-la? In L. S. Almeida (Eds.), *Estudantes do ensino superior: desafios e oportunidades* (pp. 137-158). Braga: ADIPSIEDUC.
- Casanova, J. R. (2018). Abandono no ensino superior: modelos teóricos, evidências empíricas e medidas de intervenção. *Educação: Teoria e Prática*, 28(57), 5-22. doi: 10.18675/1981-8106.vol28.n57.p05-22
- Casanova, J. R., Cervero Fernández-Castañón, A., Núñez Pérez, J. C., Bernardo Gutiérrez, A. B., & Almeida, L. S. (2018). Abandono no ensino superior: impacto da autoeficácia na intenção de abandono. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 41-49. doi: 10.26707/1984-7270/2019v19n1p41
- Casanova, J. R., Gomes, C. M. A., Bernardo, A. B., Núñez, J. C., & Almeida, L. S. (2021). Dimensionality and reliability of a screening instrument for students at-risk of dropping out from higher education. *Studies in Educational Evaluation*, 68, e100957. doi: 10.1016/j.stueduc.2020.100957
- Dalbosco, S. N. P., Ferraz, A. S., & Santos, A. A. A. (2018). Metas de realização, autorregulação da aprendizagem e autopercepção de desempenho em universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 75-84. doi: 10.26707/1984-7270/2019v19n1p75
- Dweck, C. S. (2018). Reflections on the legacy of attribution theory. *Motivation Science*, 4(1), 17-18. doi: 10.1037/mot0000095
- European Commission. (2015). *Dropout and completion in higher education in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Retrieved from https://supporthere.org/sites/default/files/dropout-completion-he_en.pdf
- Ferraz, A. S., Lima, T. H., & Santos, A. A. A. (2020). O papel da adaptação ao ensino superior na motivação para aprendizagem. *Revista Educação: Teoria e Prática*, 30(63), e39. doi: 10.18675/1981-8106.v30.n.63.s14692
- Ferraz, A. S., Santos, A. A. A., & Ambiel, R. A. M. (2020). Mapeando las razones del abandono de la Educación superior en Brasil: conceptualización y direnciación de otras construcciones. In A. B. Bernardo, E. Tuero, L. S. Almeida, & J. C. Nuñez, (Coords.), *Motivos y factores explicativos del abandono de los estudios: claves y estrategias pra superarlo* (pp. 152-169). Madrid: Pirâmide.
- Fior, C. A. (2021). Evasão do ensino superior e papel preditivo do envolvimento acadêmico. *Amazonica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação*, 13(1), 9-32. Retrieved from <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/8308>
- Freitas, B. A., Costa, E. C. A. C., & Costa, C. P. (2017). Fatores da evasão discente no curso de Engenharia Civil da Universidade Estadual da Paraíba. *Revista Principia-Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB*, 34, 69-76. doi: 10.18265/1517-03062015v1n34p69-76
- Ganda, D. R., & Boruchovitch, E., (2016). As atribuições de causalidade e as estratégias autoprejudiciais de alunos do curso de pedagogia. *Psico-USF*, 21(2), 331-340. doi: 10.1590/1413-82712016210210
- Garcia, L. M. L. D. S., Lara, D. F., & Antunes, F. (2021). Investigação e análise da evasão e seus fatores motivacionais no ensino superior: um estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 26, 112-136. doi: 10.1590/S1414-40772021000100007
- Goss-Sampson, M. (2020). *Statistical analysis in JASP: A guide for students* (4th ed.). Retrieved from <https://jasp-stats.org/wp-content/>

- uploads/2020/11/Statistical-Analysis-in-JASP-A-Students-Guide-v14-Nov2020.pdf
- Graham, S. (2020). An attributional theory of motivation. *Contemporary Educational Psychology, 61*, 1-11. doi: 10.1016/j.cedpsych.2020.101861
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações*. Pêro Pinheiro, Portugal: ReportNumber.
- Ministério da Educação. (2019). *Censo da Educação Superior 2018: Divulgação dos resultados*. Retrieved from <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>
- Ministério da Educação. (2021). *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019*. Retrieved from https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf
- Muthén, L. K., & Muthén, B. O. (1998-2012). *Mplus user's guide* (6th ed.). Los Angeles, CA: Muthén & Muthén.
- Respondek, L., Seufert, T., Hamm, J. M., & Nett, U. E. (2019). Linking changes in perceived academic control to university dropout and university grades: A longitudinal approach. *Journal of Educational Psychology, 1-16*. doi: 10.1037/edu0000388
- Santos, A. A. A., Ferraz, A. S., & Inácio, A. L. M. (2019). Adaptação ao ensino superior: Estudos no Brasil. In L. S. Almeida (Eds), *Estudantes do ensino superior: desafios e oportunidades* (pp. 65-98). Braga: ADIPSIEDUC.
- Santos, A. A. A., & Mognon, J. F. (2016). Motivation assessment scale for learning in higher education (EMAPRE-U): Validity Evidence. *Psico-USF, 21*(1), 101-110. doi: 10.1590/1413-82712016210109
- Senko, C., Hulleman, C. S., & Harackiewicz, J. M. (2011). Achievement goal theory at the crossroads: Old controversies, current challenges, and new directions. *Educational Psychologist, 46*(1), 26-47. doi: 10.1080/00461520.2011.538646
- Suhlmann, M., Sassenberg, K., Nagengast, B., & Trautwein, U. (2018). Belonging mediates effects of student-university fit on well-being, motivation, and dropout intention. *Social Psychology, 49*(1), 16-28. doi: 10.1027/1864-9335/a000325
- Tinto, V. (1975). Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. *Review of Educational Research, 45*(1), 89-125. doi: 10.3102/00346543045001089
- Tinto, V. (1997). Classrooms as communities: Exploring the educational character of student persistence. *The Journal of Higher Education, 68*(6), 599-623. doi: 10.2307/2959965
- Tontini, G., & Walter, S. A. (2014). Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, 19*(1), 89-110. Retrieved from <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1826>
- Weiner, B. (2018). The legacy of an attribution approach to motivation and emotion: A no-crisis zone. *Motivation Science, 4*(1), 4-14. doi: 10.1037/mot0000082
- Zenorini, R. P. C., & Santos, A. A. A. (2010). Escala de Metas de Realização como medida da motivação para a aprendizagem. *Interamerican Journal of Psychology, 44*(2), 291-298. Retrieved from <http://www.redalyc.org/pdf/284/28420641010.pdf>

Adriana Satiko Ferraz, Mestre em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), Estudante de doutorado em Psicologia da Universidade São Francisco (USF). Endereço para correspondência: Rua Mauro de Próspero, 500, Residencial das Ilhas, Bragança Paulista-SP, CEP 12,913045. Telefone (11) 97466-2421. Email: adrianasatiko.as@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9856-0094>

Acácia Aparecida Angeli dos Santos, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP), Professora aposentada da Universidade São Francisco (USF). Email: acacia.angeli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8599-7465>

Rodolfo A. M. Ambiel, Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), é Professor Assistente da Universidade São Francisco (USF). Email: rodolfo.ambiel@usf.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3921-8547>

Simone Nenê Portela Dalbosco, Doutora em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), Assessoria em Desenvolvimento Organizacional e de Carreira em A Ponte Estratégias de Educação. Email: snpdalbosco@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7746-6931>

Received in 04.aug.20
Revised in 24.sep.21
Accepted in 03.dec.21

“And what lesson did the crow learn?” Children’s understanding of fables

Alina Galvão Spinillo. Universidade Federal de Pernambuco
Priscylla Emeline Silva Duarte. Psicóloga Clínica

Abstract

The aim of this study was to research children’s understanding of fables from a developmental perspective, seeking to identify the difficulties in relation to the moral lesson. Eighty children in the 1st and 3rd grades of Elementary School were individually asked to answer questions about a fable presented in audio format. One of the questions referred to the moral lesson. The answers to this question were analyzed qualitatively through a system of categories that expresses how children develop their understanding of the moral lesson. The data showed that the children of the 3rd grade performed better than those of the 1st grade. However, for both groups, the difficulty in understanding the moral lesson was relevant. The progression identified in the understanding of the moral lesson seems to be associated with the notion of detachment and generality in relation to what is conveyed in the text.

Keywords: understanding fables; moral lesson; children.

Resumo

“E qual foi a lição que o corvo aprendeu?” *A compreensão de fábulas por crianças.* Este estudo investigou a compreensão de fábulas em crianças em uma perspectiva de desenvolvimento, procurando identificar as dificuldades em relação à lição moral. Oitenta crianças alunas do 1º e 3º ano do Ensino Fundamental foram individualmente solicitadas a responder perguntas sobre uma fábula apresentada em áudio. Uma das perguntas referia-se à lição moral. As respostas a essa pergunta foram analisadas qualitativamente por meio de um sistema de categorias que expressa como se processa o desenvolvimento da compreensão da lição moral. Os dados mostraram que as crianças do 3º ano apresentaram um desempenho melhor do que as do 1º ano. Contudo, em ambos os anos escolares foi marcante a dificuldade em compreender a lição moral. A progressão identificada na compreensão da lição moral parece estar associada à noção de afastamento e generalidade em relação ao que é veiculado no texto.

Palavras-chave: compreensão de fábulas; lição moral; crianças.

Resumen

¿Y cuál fue la lección que aprendió el cuervo? *La comprensión de los niños al respecto de las fábulas.* Este estudio investigó la comprensión de las fábulas en los niños desde una perspectiva de desarrollo, buscando identificar las dificultades con relación a la moraleja. Se les pidió individualmente a 80 niños de 1º y 3º grado de escuela primaria que respondieran preguntas sobre una fábula presentada en formato de audio. Una de las preguntas se refería a la moraleja. Las respuestas a esta pregunta se analizaron cualitativamente a través de un sistema de categorías que expresa cómo se procesa el desarrollo de la comprensión de la moraleja. Los datos mostraron que los niños de 3º grado se desempeñaron mejor que los de 1º grado. Sin embargo, en ambos grados la dificultad para comprender la moraleja fue relevante. La progresión identificada en la comprensión de la moraleja parece estar asociada a la noción de distancia y generalidad con relación a lo que se transmite en el texto.

Palabras clave: comprensión de las fábulas; moraleja; niños.

Most studies carried out with children on the understanding of texts, both oral and written, examine this process through a particular type of text: stories. Although there is growing interest in other types of texts, such as argumentative (e.g., Almeida, Spinillo, & Lima, 2019; C. L. G. Coelho & Correa, 2017; Spinillo & Almeida, 2014) and expository (e.g., Çakir, 2008; Kendeou & Van den Broek, 2007; Ozuru, Best, Bell, Witherspoon, & McNamara, 2007), there is still a gap in the area regarding children's understanding of fables. The research on this type of text is characterized by two perspectives: one of an educational nature and the other of a psychological nature.

From an educational perspective, fables are didactic resources used to stimulate reading habits among students, develop language skills, critical thinking, creativity, and moral values (Rodrigues, Lima, & Martins, 2016). For example, Lima and Rosa (2012) report an experience carried out with Elementary School fifth graders. At first, students were asked to rewrite a fable presented by the teacher in their own words. In a second moment, they were asked to write their own fables. The authors positively assessed the experience, commenting on the importance of using fables as a didactic tool for the development of oral and written language.

A similar study was carried out by Elias and Greco (2012) with the objective of training critical readers through the reading of fables. The program, applied to Elementary School 6th graders, involved reading and interpreting fables, discussions, and reflections on the themes covered in them. The authors stressed the students' motivation when participating in the proposed activities, also stating that the intervention favored learning in general and critical reading of texts in particular.

The intervention proposed by Lima and Rosa (2012) focused on the written production of fables, and the intervention in the study conducted by Elias and Greco (2012) focused on reading and interpreting texts. Two points need to be considered regarding these studies. The first is that despite the positive comments from the authors about the improvements made by students, no assessments that could effectively indicate the nature and extent of these improvements were performed. Intervention studies are undoubtedly important tools either in education or in psychology. However, for the benefits of an intervention to be confirmed, methodological precautions are necessary, such as: assessing students before and after the intervention, making

systematic assessments throughout the intervention, and comparing the performance of the students who participated in the intervention to those who did not participate (Spinillo & Lautert, 2008). The second point is that it is not known whether the mentioned improvements were specifically due to the use of the fable, or whether these improvements would not be equally obtained in relation to other texts. Possibly, the discussions and reflections conducted by the teacher were the element that provided improvements and not the fable *per se*. Based on these considerations, the role of the fable in promoting linguistic and cognitive skills needs to be further examined.

Ferreira (2015) applied a questionnaire to teachers from the first to the fifth grade of Elementary School about the context of reading in the classroom. The data revealed that teachers worked with fables in the classroom in the same way as they worked with other texts. According to the author, this non-differentiation is somewhat limiting, as it does not allow exploring the potential that fables present in leading the reader to consider different ways of thinking about human actions and values. In view of this, the author proposed a didactic sequence specifically aimed at fables that, however, was not implemented, and it is not possible to examine the gains that this sequence could have promoted. Once again, the need to systematically investigate possible improvements (cognitive, linguistic, social / moral) arising from the use of fables as a didactic resource is evident.

From a psychological perspective, studies specifically investigate the understanding of fables, treating them as an object of knowledge. Perim (2014), for example, examined the possible differences between genders. After watching the video of a fable, five students, 6-year-old Elementary School first graders, were asked to reproduce the text orally and answer questions. The answers given were not clarifying understanding, as they were analyzed based on parameters that dealt more with the preferences and identification of the participants with the characters of the fable than with the understanding of the text itself. The analysis of these reproductions suggested that there were differences between genders, as girls retold the fable in a more detailed way than boys. Due to the small number of participants, caution is needed when generalizing about possible differences between genders. In addition, providing more details about the text does not mean that there was a better understanding; just as the

preferences of the participants and their identification with the characters of the fable also do not express the understanding about the text. It is also necessary to emphasize that none of the questions dealt with the moral lesson, which is the defining aspect of the fable. Thus, the results did not reveal much about children’s comprehension.

However, there are studies that examine the understanding of the moral lesson, as is the case of research conducted by Narvaez, Bentley, Gleason, and Samuels (1998) with children from the third and fifth grades, and university students. Three tasks were used. In task 1, participants were asked to write a moral lesson for each story that had been presented. In task 2, after presented to three stories, children were asked to choose the one that best corresponded to each moral lesson presented. In task 3, the participants chose the moral lesson that best fit the story presented. There was an improvement in performance with as the participants’ educational level got higher, both among children and between them and university students. Despite the progress identified between school grades, many children struggled to understand the moral lesson.

Goldman, Reyes, and Varnhagen (1984) investigated bilingual and monolingual children, from Early Childhood Education to the sixth grade of Elementary School. Three tasks were given: retelling the presented fables, answering questions about the characters’ intentions, and to identify the moral lesson. It was observed that the path of development of the understanding of fables was similar between bilingual and monolingual children, and that until the fourth grade they had difficulties in understanding the moral lesson. The limited comprehension of the moral lesson was associated with explicit and specific aspects of the text.

Pelletier and Beatty (2015) carried out a research that involved two studies. In the first one, carried out with children from kindergarten through the sixth grade of Elementary School, the understanding of fables was investigated from a developmental perspective. After hearing a fable, the participants answered questions about facts, characters, and the moral lesson. Regarding the moral lesson, it was found that the youngest children tended to respond exclusively within the context of the fable, while the older ones provided more general answers that were not limited to the text. The second study examined the relationship between understanding fables and the theory of mind. This analysis was conducted only with children from Early Childhood

Education who had participated in the first study. The data revealed that there are relations between the theory of mind and the comprehension of fables, since the understanding of the moral lesson involved the ability to identify the intentions and mental states of the characters.

Abrahansen and Sprouse (1995) compared children (10 to 13 years old) with and without learning difficulties regarding the understanding of the moral lesson of several fables. After listening to the reading of each text, the children chose, among four alternatives, the one that corresponded to the moral lesson, justifying their choice. Children without learning difficulties performed better than those with difficulties. These, even when they made the correct choice, were less adept at providing justifications, presenting explanations that had little to do with the text or that expressed a literal understanding of the moral lesson. The conclusion was that the figurative language typical of the moral lesson was a greater challenge for these children.

In a study aimed exclusively at understanding the moral lesson, Spinillo, Naschold, Marín, and Duarte (2020) interviewed children who were not yet literate, children in the literacy process, and literate children. The investigation consisted of analyzing a set of didactic situations presented during an intervention program aimed at developing students’ reading and writing skills and in-service training for teachers. The focus was on the activities carried out with fables in the classroom, which generally consisted of teachers reading fables out loud, who then promoted discussions and comments about the characters and the narrated episodes. At the end of the activity, the students answered questions about the text. Only the answers to the question related to the moral lesson were analyzed, being classified into categories that allowed identifying a progression regarding the understanding of the moral lesson and the nature of the difficulties. The main result was that the moral lesson was a great challenge, especially for illiterate children and those in the literacy process who had difficulties to go beyond the context of the fable, that is, to attribute some degree of generality to what had been understood from the moral lesson.

Although exploratory, the study discussed, becomes relevant in view of the scarcity of investigations with Brazilian children that, from a psychological perspective, specifically examine the moral lesson. Actually, considering the moral lesson as a defining element of fables refers to a broader theoretical question: the

relationship between text comprehension and textual genre. A number of studies show that textual structure and organization play an important role in comprehension. For example, in argumentative texts, it is essential to establish a relationship between points of view, justifications that support them, and the characters that defend them. In a study conducted by Almeida et al. (2019) with an argumentative text, the authors observed that children experience difficulties in relating a given point of view to a specific character in a text that presented different opinions on the same theme. In turn, causal relationships are difficult for children to understand in an expository text, rather than in narrative texts, as documented by Queiroz, Spinillo, and Melo (2021). Thus, as with argumentative and expository texts, it is necessary to consider the structure and organization of fables in order to examine how children understand this text.

Having animal characters with human behaviors and characteristics, fables are fictional narratives in which a conflict is established, with the main objective of transmitting teachings of a moral nature (N. N. Coelho, 2000; Fernandes, 2001). It is a short text, marked by dialogues usually established between two characters. In terms of structure and organization, fables consist of two parts, according to Portella (1983). The first part is about the episodes and actions of the characters, and the second one is about the moral lesson that is the element that sets it apart from other narratives. As such, it is crucial to examine the child's understanding of the moral lesson in research on the comprehension of fables.

Based on these considerations, the present study investigates the comprehension of fables in a developmental perspective, seeking to identify the specific difficulties that children face in trying to understand this type of text, paying special attention to the cognitive process of grasping the moral lesson. As an additional objective, this research aims to test the applicability of the analysis system developed in a previous exploratory study (Spinillo, Naschold, Marín, & Duarte, 2020). If its applicability is proven, the analysis system can be an important resource in future studies with Brazilian children. In general, the present investigation seeks to contribute to the literature in the area, especially in the Brazilian context, where fables have been usually considered in an educational perspective. In view of this, the present research is inserted in a psychological perspective, specifically in the scope of cognition.

Method

Participants

Eighty children of both genders, from middle class families, were equally divided into two groups: Group 1, formed by first graders (average age: 6 years and 2 months, SD: 3.41); and Group 2, formed by third graders (average age: 9 years and 1 month, SD: 4.46). These children had no intellectual, motor, or sensory limitations. Participation was voluntary, with the consent of their legal guardians, who signed the Consent Form. The research was approved by the Research Ethics Committee of the Federal University of Pernambuco, *Certificado de Apresentação para Apreciação Ética* (CAAE, Presentation Certificate for Ethical Appreciation) protocol number 04864818.0.0000.5208.

Materials and Procedures

Participants were individually interviewed in a single session, recorded in audio. After listening, through an audio recording, to Aesop's fable (115 words) entitled "The fox and the crow" (Buchweitz, 2009), the children answered five questions presented in a fixed order (see Table 1). The fable is presented below:

Once upon a time there was a crow that ran away with a piece of cheese and decided to land on a tree.

The fox, seeing the crow with the piece of cheese, began to flatter him:

- How beautiful your feathers are!

Then he also spoke:

- How beautiful your body is! And if you had a voice, you would be superior to all birds!

The crow, hearing so much flattery, was very proud of himself and decided to lift his neck to sing. But when he opened his mouth, the piece of cheese fell off.

Then the fox, happily, ate the cheese. The crow was still hungry.

Moral of the story: there is nothing more treacherous than a flatterer. One must not be vain or rely on flatteries, as these can be false and self-serving.

Results

The data were initially analyzed according to the performance of the participants in the five questions, with a score of 0 for incorrect answers and 1 point for correct answers. Then a qualitative analysis was conducted, specifically on the answers provided to the question regarding the moral lesson of the fable.

“And what lesson did the crow learn?” Children’s understanding of fables

Students’ Performance on the Questions

Table 1 contains the questions presented to the participants and examples of correct and incorrect answers.

The percentage of correct answers among 3rd graders (71%) was significantly higher than first graders (56%), as revealed by the Chi-Square analysis ($\chi^2 = 9.07$; $p = 0.00$). The reason for this difference can be explained when comparing the performance of the different grades in each question, as shown in Table 2.

The Chi-Square detected significant differences between school grades only in relation to Q1 ($\chi^2 = 4.52$; $p = 0.03$) and Q5 ($\chi^2 = 8.65$; $p = 0.00$) since, in these questions, the performance was better among 3rd graders. It is worth mentioning the low percentage of correct answers in the question regarding the moral lesson (Q5), especially among first graders (5%). On the other hand, the percentage of correct answers in the question regarding the fox’s intention (Q2) was equally expressive in both grades (first grade: 100%, and third grade: 97.5%). The relationship between these two results is summarized below.

According to Cochran’s Q Test, the performance in the questions differed significantly among first graders ($Q = 70.01$; $p < 0.05$) and third graders ($Q = 51.40$; $p < 0.05$). As can be seen in Table 1, this was because for children in both grades, Q5 was significantly more difficult than the other questions, while Q2 was the easiest one. It appears, therefore, that the pattern of results was the same in the first and third grades: the moral lesson was difficult to understand, while the fox’s intention was easy to be inferred.

The difficulty with the moral lesson was, in fact, expressive. Only 14 of the 80 participants provided correct answers for Q5. Of these 14 children, two were first graders and 12 were third graders. On the other hand, as mentioned, children from both grades performed well in answering the question about the fox’s intention. Considering these results, we tried to examine the relationship between understanding the fox’s intention (Q2) and understanding the moral lesson (Q5), as illustrated in Table 3.

Table 1. Questions and examples of correct and incorrect answers provided by children

Questions	Correct answers	Incorrect answers
1. How was the crow carrying the cheese?	“In the mouth” “With the beak”	“With the hands”
2. What did the fox want?	“To catch the cheese”	“To sing”
3. Why did the fox flatter the crow for his voice?	“So that the fox could trick him and get the cheese”	“Because the crow’s voice was very beautiful”
4. Why did the crow get hungry?	“Because he was played by the fox. And he went and sang. And the cheese fell, and the fox went and ate it” “Because the fox took the crow’s cheese”	“Because the crow wanted the cheese”
5. What lesson did the crow learn?	“That you can’t rely on other people’s flattery because they can be treacherous and take what you have”	“That the crow shouldn’t open his mouth to talk to people he doesn’t know” “He has to take care of his things”

Table 2. Number and percentage of correct answers (in parentheses) for each question, per grade (maximum score: 40)

Questions	1 st graders	3 rd graders
Q1 (How was the crow carrying the cheese?)	22 (55%)	31 (77.5%)
Q2 (What did the fox want?)	40 (100%)	39 (97.5%)
Q3 (Why did the fox flatter the crow for his voice?)	21 (52.5%)	27 (67.5%)
Q4 (Why did the crow get hungry?)	27 (67.5%)	33 (82.5%)
Q5 (What lesson did the crow learn?)	2 (5%)	12 (30%)

Table 3. Number and percentage of children (in parentheses), according to their answers (correct or incorrect) for Q2 (intention of the fox) and Q5 (moral lesson) (maximum score: 40)

1 st graders		
	Correct answer - Q5	Incorrect answer - Q5
Correct answer - Q2	2 (5%)	38 (95%)
Incorrect answer - Q2	0	0
3 rd graders		
	Correct answer - Q5	Incorrect answer - Q5
Correct answer - Q2	12 (30%)	27 (67.5%)
Incorrect answer - Q2	0	1 (2.5%)

As can be seen, 95% of first graders gave incorrect answers to Q5, but gave correct answers to Q2. A similar result pattern was observed in the third grade, although in a less striking way, since most children (67.5%) gave incorrect answers to Q5 and gave correct answers to Q2. Apparently, understanding the fox's intention does not necessarily lead to a good performance in the question concerning the moral lesson. This intriguing result will be taken up in the final discussions, based on the findings derived from studies that examine the relationship between the comprehension of fables and the theory of mind.

In view of the relevance of the moral lesson for understanding fables and children's difficulties, it became relevant to conduct an analysis focused specifically on the answers provided to the question related to the moral lesson (Q5), as shown below.

Analysis of the Moral Lesson

The analysis of the answers provided to the question related to the moral lesson was based on the categorization proposed by Spinillo, Naschold, Marín, and Duarte (2020). The analysis was made by two blind and independent judges whose percentage of agreement was 71.2%. Disagreements were analyzed by a third blind and independent judge, with the majority prevailing. The categories in which these answers were classified are described and exemplified below:

Category 1 (vague): the child says he or she does not know or remember what lesson the character has learned, provides a vague answer, or no clear relation to the fable. Examples: "He learned to sing.", "He ... he lifted his neck, threw the cheese away, and ate it." and "Not to be beautiful."

Category 2 (passage): the child mentions a passage from the fable, be it an action by the characters or some particular episode. Examples: "Don't trust the

fox." "That you're not supposed to sing with food in your mouth", and "Do not steal cheese on the sly".

Category 3 (opinion): the child gives an opinion about the characters or about an event. Unlike the answers in Category 2, that dealt with something that happened in the narration, the answer in this category expresses the child's understanding that it is necessary to issue some judgment or assessment about some character or about something that occurred in the narrative. Examples: "No ...do not ... open his mouth to talk to people he doesn't know." and "That you shouldn't open your mouth when you're eating."

Category 4 (recommendation): the child presents a recommendation that, although it is particularized in relation to the fable, has, unlike the answers in Category 3, a certain degree of generalization. Example: "That we should never brag about the things we have, because sometimes people can pretend to be good just to take what you have."

Category 5 (moral lesson): the child presents a recommendation of a moral nature that has a degree of generalization that goes beyond the fable. It is noted that in some cases the answer is not perfectly suited to the fable but indicates an approximate understanding of the text. In the case of the presented fable, mentioning false praising and vanity as essential elements. Examples: "That you shouldn't believe false praising.", "That we can't be vain." and "That some flattery can be false and deceive the person."

As can be seen, these categories are hierarchical, so Categories 1 and 2 are the most elementary ones, while Category 5 is the most elaborate one. Answers classified in Category 3 express the understanding that the moral lesson involves a certain distance from what is literally mentioned in the text, as they consist of a child's assessment of something that was narrated, not

a repetition of what was narrated. Spinillo et al. (2020) comment that Category 3 means an improvement in understanding the moral lesson that, ultimately, involves a type of judgment of the situation presented in the

fable. The answers classified in Categories 4 and 5 have a certain degree of generality, especially in Category 5. The distribution of these categories in each grade is shown in Table 4.

Table 4. Number and percentage (in parentheses) of answer categories related to the moral lesson (maximum score: 40)

Category	1 st graders	3 rd graders
1	8 (20%)	2 (5%)
2	9 (22%)	6 (15%)
3	16 (40%)	9 (22%)
4	5 (12%)	11 (27%)
5	2 (5%)	12 (30%)

Note. Category 1: vague; Category 2: passage; Category 3: opinion; Category 4: recommendation; Category 5: moral lesson.

Due to the fact that there are cells with very low values, it was not possible to apply any statistical treatment to data referring to Q5. Thus, discussions about these results should be understood as trends.

As indicated in Table 3, regarding first graders, the answers were concentrated in Category 3, which expresses an opinion about a character or an event in the fable. On the other hand, in third graders, the answers were concentrated in Categories 4 and 5, which, respectively, are characterized by being a recommendation and by making a clear reference to the moral lesson. It is relevant to comment that the closest understanding that first graders reached about the moral lesson was to provide an opinion about the narrative. However, from a developmental perspective, it seems that formulating an opinion (Category 3) is an indication of a certain distance from the literal aspects of the text, which is an improvement towards understanding the moral lesson.

Discussion and conclusions

The comprehension of fables is still rarely explored topic in comparison to other types of texts, such as expository and argumentative ones. In Brazil, studies take a markedly educational perspective and have little empirical support, characterizing themselves as reports of experiences conducted in the classroom. Thus, there is a gap regarding the comprehension of fables in Brazilian children. Seeking to contribute to this field of knowledge, the present investigation adopted a psychological perspective, of cognitive nature, continuing and deepening a previous exploratory study. Two aspects were specifically addressed: how the development of the understanding

of fables is characterized and what difficulties children face. A prominent role was given to the moral lesson, since it is considered a defining element of the fable.

Regarding development, two analyzes were conducted. One related to the general performance of the child from the first to third grades, and the other specifically aimed at understanding the moral lesson. Performance improvements, between first and third graders, were identified; but even with this improvement, the difficulty in understanding the moral lesson continued to be expressive, especially for first graders. This fact generated the need to carry out a specific analysis on this aspect, an analysis that was based on the system of categories of answers originally proposed by Spinillo et al. (2020) that allowed to identify how the development of moral lesson comprehension is processed. It was found that, initially, the child associated the moral lesson with some passage of the text, based on literal pieces of information conveyed in it. Then, it was noticed that the child understood that the moral lesson required to go beyond literal information, starting to issue an opinion about a character or episode narrated. Moving away from what has been narrated to assess what has been narrated is an improvement in the comprehension of fables. However, despite this improvement, the answers did not express a generalization, that is, an understanding about something that could be applied to other situations. The notion that something needs to be generalized was the next step in this process, which was expressed as recommendations about situations and actions that should or should not occur. It is important to mention that, while the answers of first graders expressed opinions, the answers of third graders, although with little clear association with the

moral lesson, involved a recommendation that had a certain level of generality.

Thus, the progression identified regarding the comprehension of the moral lesson seems to be associated with the notion of distance and generality. This distancing refers to the need to distance oneself from what is literally presented in the text, and the generality to the notion that it is necessary to extract recommendations that can be applied to situations other than the one narrated in the text. These notions are also emphasized by Goldman et al. (1984), and by Pelletier and Beatty (2015) when they mention that young children tend to respond within the context of the narrative, while the older ones respond in a decontextualized way.

The study had the additional objective of examining the applicability of the analysis system developed by Spinillo et al. (2020). It seems that the categories that make up this system can be applied as a resource in the analysis of the understanding of the moral lesson by Elementary School children. This is a contribution to future research that adopts a developmental perspective, and to studies that assess the effectiveness of intervention programs in the context of understanding fables.

An intriguing result that should be commented on was the good performance observed in the question regarding the fox's intention in contrast to the great difficulty verified in relation to the moral lesson. Undoubtedly, understanding the intention of the characters is a fundamental aspect in understanding narratives (e.g., Gamannossi & Pinto, 2014; Shannon, Kameenui, & Baumann, 1988) and particularly in the comprehension of fables (Pelletier & Beatty, 2015). However, in the case of the present study, although the ability to identify the fox's intention was necessary to understand the fable, it was not enough to understand the moral lesson, specifically, given that the children were able to identify the fox's intention, but did not understand the moral lesson.

This result differs from that obtained by Pelletier and Beatty (2015). A possible explanation for this difference is because, in that study, comprehension was assessed through a general score, attributed to a set of questions about two fables, that was compared to the general score, obtained in an instrument that assessed the theory of mind. In the present study, however, the association between the ability to identify the intention of one of the characters and understanding the moral lesson was examined within the same instrument, noting that understanding the moral lesson was not associated with understanding the intention

of the character (fox). However, this issue needs to be addressed in a future study that examines the ability to identify the intention, belief, and mental states of all the characters in the fable, and whether or not this ability would guarantee an understanding of the moral lesson.

Future research could also investigate, in children, what Dorfman and Brewer (2009) call 'basic components necessary to understand the moral lesson': (i) the negative or positive valence of the central episode of the fable, (ii) the positive or negative valence of the outcome of the fable, and (iii) the consistency between the valence of the central episode and its outcome. Another relevant aspect to explore would be the relationship between the moral lesson and the understanding of metaphors and proverbs, as highlighted by Jose, D'Anna, and Krieg (2005).

Other perspectives could be considered in studies on this topic. One would be to compare the comprehension of fables to the comprehension of other types of narrative texts such as stories. Another perspective would be to investigate the comprehension of fables through other methodological resources in addition to questions, for example, through the oral or written reproduction of the text. Experimental variations could also be explored in a research in which the child had to deal with different levels of explicitness of the moral lesson, such as, for example, verbalizing it spontaneously, choosing an alternative that corresponded to the moral lesson (see Abrahansen & Sprouse, 1995), or even interpreting the fable before and after reading the moral lesson (see Hanauer & Waksman, 2000).

Much remains to be investigated on this topic, and it is necessary to know the cognitive challenges that the child faces when trying to understand fables. This need is highlighted in the Brazilian scenario, given the lack of information derived from research with Brazilian children.

In conclusion, the result that points to the children's difficulty in understanding the moral lesson corroborates data documented in other investigations. In view of this, caution must be taken in assuming that reading fables to children ensures that they understand the moral lesson. We do not wish to state, as Narvaez et al. (1998) say, that fables cannot be read to children, but that they will undoubtedly give interpretations to the moral lesson very different from those that an adult individual would give. Unlike adults, children can give literal interpretations or even stick to details that are not associated with the moral lesson. The challenge from an educational point of view is to create didactic actions that make it possible to understand the

characters' intentions and mental states, the causal relationships that permeate the characters' intentions and actions, and the moral lesson learned at the end of the text. Actually, this challenge requires going far beyond the mere reading of fables in the classroom, being essential the contribution of research that clarifies this phenomenon and that can adequately propose and test the effectiveness of classroom interventions.

References

- Abrahansen, E. P., & Sprouse, P. T. (1995). Fable comprehension by children with learning disabilities. *Journal of Learning Disabilities, 28*(5), 302-308. doi: 10.1177/002221949502800506
- Almeida, D. D., Spinillo, A. G., & Lima, I. D. M. (2019). Compreensão de texto argumentativo em crianças. *Letras de Hoje, 54*(2), 202-210. doi: 10.15448/1984-7726.2019.2.32158
- Buchweitz, D. (2009). *Fábulas de Esopo. [S. L.]: Wkids*. Rio de Janeiro: Ciranda Cultural.
- Çakir, O. (2008). The effect of textual differences on children's processing strategies. Reading improvement. *ProQuest Educational Journals, 45*(2), 69-83. ISSN:0034-0510
- Coelho, C. L. G., & Correa, J. (2017). Compreensão de leitura: habilidades cognitivas e tipos de texto. *Psico (Porto Alegre), 48*(1), 40-49. doi: 10.15448/1980-8623.2017.1.23417
- Coelho, N. N. (2000). *O conto de fadas: símbolos, mitos e arquétipos*. São Paulo: DCL.
- Dorfman, M. H., & Brewer, W. F. (2009). Understanding the points of fables. *Discourse Processes, 17*(1), 105-129. doi: 10.1080/01638539409544861
- Elias, S. M. E., & Greco, E. A. (2012). *Leitura e compreensão de fábulas* (Final article submitted to the Educacional Development Program, Universidade Estadual de Maringá, Paraná). Retrieved from http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uem_port_artigo_sonia_maria_ercolin_elias.pdf
- Fernandes, M. T. O. S. (2001). *Trabalhando com gêneros do discurso: narrar fábula* (Coleção trabalhando com gêneros do discurso). São Paulo: FTD.
- Ferreira, R. L. (2015). *Confabulando ideias de se trabalhar o gênero textual fábula em sala de aula: contribuições metodológicas* (Master's Thesis, Universidade Norte do Paraná, Londrina). Retrieved from <https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/837/1/Confabulando%20ideias%20de%20se%20trabalhar%20o%20g%C3%A1nero%20textual%20f%C3%A1bula%20em%20sala%20de%20aula%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20metodol%C3%B3gicas.pdf>
- Gamannossi, B. A., & Pinto, G. (2014). Theory of mind and language of mind in narratives: developmental trends from kindergarten to primary school. *First Lang, 34*, 262-272. doi: 10.1177/0142723714535875
- Goldman, S. R., Reyes, M., & Varnhagen, C. K. (1984). Understanding fables in first and second languages. *NABE Journal, 8*(2), 35-66. doi: 10.1080/08855072.1984.10668465
- Hanauer, D. I., & Waksman, S. (2000). The role of explicit moral points in fable reading. *Discourse Processes, 30*(2), 107-132. doi: 10.1207/S15326950DP3002_02
- Jose, P. E., D'Anna, C. A., & Krieg, D. B. (2005). Development of the comprehension and appreciation of fables. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs, 131*(1), 5-37. doi: 10.3200/MONO.131.1.5-37
- Kendeou, P., & Van den Broek, P. (2007). The effects of prior knowledge and text structure on comprehension processes during reading of scientific texts. *Memory and Cognition, 35*(7), 1567-1577. doi: 10.3758/BF03193491
- Lima, R. M. R., & Rosa, L. R. L. (2012). O uso das fábulas no ensino fundamental para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita. *Revista de Iniciação Científica do Unilasalle, 1*(1), 153-169. doi: 10.18316/cippus.v1i1.350
- Narvaez, D., Bentley, J., Gleason, T., & Samuels, J. (1998). Moral theme comprehension in third graders, fifth graders, and college students. *Reading Psychology, 19*(2), 217-241. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/doi/10.1080/0270271980190203>
- Ozuru, Y., Best, R., Bell, C., Witherspoon, A., & McNamara, D. S. (2007). Influence of question format and text availability on the assessment of expository text comprehension. *Cognition and Instruction, 25*(4), 399-438. doi: 10.1080/07370000701632371
- Pelletier, J., & Beatty, R. (2015). Children's understanding of Aesop's fables: relations to reading comprehension and theory of mind. *Frontiers in Psychology, 6*:1448. doi: 10.3389/fpsyg.2015.01448
- Perim, S. L. (2014). Compreensão de uma fábula por meninos e meninas de 6 anos: um estudo exploratório. *Revista de Psicologia da UNESP, 13*(2), 32-40. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000200004&lng=pt&tlng=pt
- Portella, O. (1983). A Fábula. *Revista Letras, 32*, 119-138. doi: 10.5380/rel.v32i0.19338
- Queiroz, J. T., Spinillo, A. G., & Melo, L. M. S. (2021). Compreensão de textos de diferentes tipos por crianças da Educação Infantil. *Letrônica, 14*(2), e38590. doi: 10.15448/1984-4301.2021.2.38590
- Rodrigues, M. S. F., Lima, J. M. D., & Martins, V. V. (2016). As fábulas no processo de alfabetização e letramento. *Revista Mosaico, 7*(1), 38-43. doi: 10.21727/rm.v7i1.108
- Shannon, P., Kameenui, E., & Baumann, J. (1988). An investigation of children's ability to comprehend character motives. *American Educational Research Journal, 25*, 441-462. doi: 10.3102/00028312025003441
- Spinillo, A. G., & Almeida, D. D. (2014). Compreendendo textos narrativo e argumentativo: há diferenças? *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 66*(3), 115-132. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300010&lng=pt&tlng=pt
- Spinillo, A. G., & Lautert, S. L. (2008). Pesquisa-intervenção em psicologia do desenvolvimento cognitivo: princípios metodológicos, contribuição teórica e aplicada. In L. R. Castro & V. L. Besset (Eds.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 294-321). Rio de Janeiro: NAU.
- Spinillo, A. G., Naschold, A., Marín, L. J. P., & Duarte, P. E. S. (2020). Um estudo exploratório sobre a compreensão de fábulas por crianças da educação infantil e do ensino fundamental. In O. C. Sousa, P. S. Ferreira, A. Estrela, & S. Esteves (Eds.), *Investigação e práticas em leitura* (pp. 128-150). Lisboa: CIED.

Alina Galvão Spinillo, Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade de Oxford, Inglaterra, é Professora Titular da Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Endereço para correspondência: Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH - 8o andar, Cidade Universitária, CEP 50.740-550, Recife, PE, Brasil. Telefone: +55 81 21268272/7330. Fax: +55 81 21267331. Email: alinaspinillo@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-6113-4454

Priscylla Emeline Silva Duarte, Mestre em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é Psicóloga Clínica. Email: priscyllaemeline_@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-5653-3007

Received in 18.aug.20

Revised in 31.may.21

Accepted in 31.dec.21

Anxiety, depression, stress and burnout in health professionals during the COVID-19 pandemic

Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante. Hospital Universitário Onofre Lopes. Hospital Giselda Trigueiro
Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira. Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte
Carla Larissa Fernandes Pinheiro Araújo. Hospital Universitário Onofre Lopes
Pedro Obede Medeiros Costa. Psicólogo Clínico
Eliane Pereira da Silva. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Hospital Universitário Onofre Lopes
Eulália Maria Chaves Maia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Abstract

The objective of this study is to assess the prevalence of anxiety, depression, stress and burnout in the health staff of an Intensive Care Unit - ICU. This is a study with an exploratory, descriptive, and longitudinal design, with a quantitative approach. The sample consisted of 90 health professionals. The reduced version of the Depression, Anxiety and Stress Scale-21 (DASS-21) and the Oldenburg Burnout Inventory (OBLI) scale were used. In order to apply statistical tests, the free statistical software R, version 3.6.1, was used. The institution's professionals showed higher levels of stress and exhaustion regardless of the provision of adequate training and guaranteed access to personal protective equipment. Efforts must be made to reduce the burnout on professionals. It is hoped that the results of the study will contribute to the provision of evidence to assist in the construction of intervention strategies to mitigate adverse responses to the COVID-19 pandemic in health professionals.

Keywords: anxiety; depression; burnout, psychological; coronavirus; health professionals.

Resumo

Ansiedade, depressão, estresse e burnout em profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19. O objetivo deste estudo é avaliar a prevalência de ansiedade, depressão, estresse e burnout na equipe de saúde de uma Unidade de Terapia Intensiva-UTI. Trata-se de um estudo com delineamento exploratório, descritivo e longitudinal, de abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 90 profissionais da saúde. Foram utilizadas a versão reduzida da Escala de Ansiedade Depressão e Estresse-21 (DASS-21) e a escala Oldenburg Burnout Inventory (OBLI). Para aplicação de testes estatísticos, utilizou-se o software estatístico livre R, versão 3.6.1. Os profissionais da instituição apresentaram maior nível de estresse e exaustão, independentemente da oferta de treinamento adequado e garantia de acesso a equipamento de proteção individual. Devem ser feitos esforços para redução do desgaste dos profissionais. Espera-se que os resultados do estudo contribuam com o fornecimento de evidências que auxiliem na construção de estratégias de intervenções para mitigar as respostas adversas da pandemia de COVID-19 nos profissionais de saúde.

Palavras-chave: ansiedade; depressão; esgotamento psicológico; coronavírus; pessoal de saúde.

Resumen

Ansiedad, depresión, estrés y burnout en los profesionales de la salud durante la pandemia de COVID-19. El objetivo de este estudio es evaluar la prevalencia de ansiedad, depresión, estrés y burnout en el equipo de salud de una Unidad de Cuidados Intensivos - UCI. Este es un estudio con un diseño exploratorio, descriptivo, longitudinal, con un enfoque cuantitativo. La muestra estuvo conformada por 90 profesionales de la salud. Se utilizó la versión abreviada de la Escala de Depresión, Ansiedad y Estrés-21 (DASS-21), y la escala del Inventario de Burnout de Oldenburg (OBLI). Para la aplicación de pruebas estadísticas, se utilizó el software estadístico gratuito R, versión 3.6.1. Los profesionales de la institución mostraron un nivel más alto sobre la dimensión de estrés y agotamiento, independientemente de la provisión de capacitación adecuada y acceso garantizado a Equipos de Protección Personal. Se deben hacer esfuerzos para reducir el desgaste de los profesionales. Se espera que los resultados del estudio contribuyan a proporcionar evidencia para ayudar en la construcción de estrategias de intervención para mitigar las respuestas adversas a la pandemia de covid-19 en profesionales de la salud.

Palabras clave: ansiedad, depresión, desgaste psicológico, coronavirus, profesionales de la salud.

The context of viral epidemics around the world was experienced several times and, in mid-December 2019, a new infectious outbreak started in China, when the first case was identified in the city of Wuhan (Chen, Liu, & Guo, 2020). The disease, then called covid-19 and caused by SARS-CoV-2, spread quickly. On January 30, 2020, the World Health Organization (WHO) made the outbreak of COVID-19 public, declaring a state of public health emergency (WHO, 2020) and, in March, elevated the status of contamination to the COVID-19 pandemic, due to the rapid geographic dissemination of the disease (Wang et al., 2020).

Exposure to disasters and pandemics imposes on individuals a range of reactions that arise soon after the traumatic experience, including: worry, fear, anguish, somatic complaints and sleep disturbance (Bao, Sun, Meng, Shi, & Lu, 2020). Some occupational groups showed greater vulnerability to adverse mental health responses (Brooks, Dunn, Amlôt, Greenberg, & Rubin, 2016).

A review, based on 59 articles, identified that there were high levels of stress and psychological distress in health professionals who worked during the outbreaks of SARS, MERS, H1N1 influenza, H7N9 influenza, Ebola and COVID-19, and that the effects could be noticed both during and after the event and lasted up to three years (Kisely et al., 2020). Surveys carried out among health professionals at the beginning of the COVID-19 pandemic observed that 70% reported psychological distress, with 50.4% being symptoms of depression, 44.6% of anxiety and 34.0% of insomnia (Lai et al., 2020). In India, depression was present in 34.9% of physicians treating patients with COVID-19, anxiety in 39.5% and stress in 32.9% (Chatterjee et al., 2020). Other evidence found a combined prevalence of 24.3% for depression, 25.8% for anxiety and 45% for stress among the health staff (Salari et al., 2020).

Working in the health area and being on the front line of the care of patients with COVID-19 is a risk factor for mental health impacts. According to Sanghera et al. (2020), the main outcomes found among health professionals based on the International Classification of Diseases (ICD-10) are: anxiety, depression, acute stress, PTSD, insomnia and burnout.

In usual work situations, in a hospital environment, adverse mental health responses are already well documented, including the risk of suicide (Dutheil et al., 2019), and these results can worsen the distress of professionals in an unprecedented context such as that experienced after COVID-19 (Sirois & Owens, 2021).

Among the main factors associated with adverse mental health responses during a pandemic period, one can mention: long working hours, risk of infection, shortage of personal protective equipment-PPE (Trevisan et al., 2020), loneliness and separation from relatives (Kang et al., 2020). These responses add up to a climate of increased stress, increased occupational responsibilities, strict safety measures and reduced self-care (WHO, 2020). Other evidence indicates that being female, being a nurse, experiencing situations of discrimination and low coping resources are predisposing factors to psychological impacts (Sirois & Owens, 2021).

Accordingly, it is observed that the attention to the mental health of health professionals cannot be neglected to the detriment of the management of the infection. There is evidence that the number of people who have some type of mental illness after outbreaks of infectious diseases is greater than the number of people who became ill (Allsopp et al., 2019).

Interest in the topic of mental health during COVID-19 has been increasing, but most of the evidence and empirical studies are primarily international publications, i.e., little research has explored the context of the health professional in Brazil (Civantos et al., 2020; Dal' Bosco et al., 2020; Santos et al., 2021). Therefore, the need to assess the mental health impacts of the pandemic among Brazilian health professionals in an attempt to mobilize efforts to minimize them.

Some hypotheses were raised: Does Brazil keep pace with the internationally described mental health results? Is it possible to observe differences between sociodemographic characteristics and the occurrence of depression, anxiety, stress and burnout? Are professional aspects related to COVID-19 significantly associated with the occurrence of depression, anxiety, stress and burnout?

In light of the foregoing, and emphasizing the need to monitor the mental health responses of health professionals and to provide evidence to assist in the construction of intervention strategies, this study has the objective of assessing the prevalence of anxiety, depression, stress and burnout in the health staff of an ICU.

Methodology

Ethical Aspects

The study was approved by the Research Ethics Committee of the Federal University of Rio Grande

do Norte – UFRN and the National Research Ethics Committee – CONEP under Opinion n° 4.021.442.

Design, Period and Place of Study

This is an exploratory, descriptive, longitudinal study, with a quantitative approach, carried out in an ICU of a university hospital in the northeast region of Brazil. This institution has 197 nursing beds, 19 adult ICU beds and 5 pediatric ICU beds regulated for the Brazilian Unified Health System – SUS (HUOL, 2021). Data collection took place from May 13 to 24, 2020. During this period, the institution did not have regulated beds for the care of patients with COVID-19.

Participants

The sample of study participants was obtained in a non-probabilistic and intentional way. A total of 90 health professionals participated in it. The inclusion criteria for the participants were: being a physician, nurse, nursing technician or physical therapist, working in the ICU during the COVID-19 pandemic period and with internet access. Psychology, social service, pharmacy and nutrition professionals, administrative employees, professionals performing temporary functions, medical and multiprofessional residents, in addition to workers on leave or in remote work, were excluded from the sample.

The professionals were invited, during the shift, to participate in the research. After consent, through the signature of FICF, the questionnaires and scales with mandatory response items were created in Google Forms, which guarantees the confidentiality and protection of the participants' data, and sent via the WhatsApp application.

Study Protocol

The study was divided into two stages. The first, described here, took place from May 13 to 24, 2020. The second stage took place from September 22 to November 28, 2020 and will be reported on another occasion. In both stages, data were collected using structured questionnaires on sociodemographic characteristics and on professional aspects related to COVID-19, as well as through the Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS-21) and the Oldenburg Burnout Inventory (OBLI).

The questionnaire on sociodemographic characteristics investigated data such as age, gender, education, function, length of service in the position, marital status, income, family nucleus, practice of some

religion, history of psychiatric disorder and previous follow-up. The questionnaire on professional aspects related to COVID-19 investigated access to personal protective equipment, information about the disease and training aimed at the scenario of the COVID-19 pandemic. This is in addition to the question about the professional's fear of becoming ill, the belief that he/she will be asked to work during the pandemic, perception of professionalism and preparedness to provide care to patients.

In order to assess depression, anxiety and stress, the DASS-21 scale was used, which was translated and adapted for Brazil, and then revealed properties that attest to its quality in terms of assessing emotional states (Vignola & Tucci, 2014). The scale is a self-report measure, typified as Likert, composed of 21 items that are easy and quick to administer (Szabó & Lovibond, 2006).

In turn, in order to assess burnout, the OBLI scale was used, already validated and cross-culturally adapted to the Portuguese language. The OBLI consists of 16 items in two subdomains: emotional exhaustion and work disengagement. Each item is responded to on a 5-point scale. In order to limit the study to the burnout related to COVID-19, the phrase "caused by COVID-19" was added to each item (Sinval, Queirós, Passian, & Marôco, 2019).

Data Analysis

The identified variables were coded and stored in a database. In order to design the descriptive tables and to carry out the application of statistical tests, the free statistical software R, version 4.0.2, was used. In the qualitative variables, a descriptive analysis was performed by means of absolute and relative frequency distributions. In turn, in the quantitative variables, descriptive statistics were analyzed for measures of central tendency and data dispersion.

The occurrence of anxiety, depression, stress and burnout was considered as a dependent variable, while sociodemographic characteristics and professional aspects related to COVID-19 were taken as independent variables. When comparing the sociodemographic profile with the DASS-21 and OBLI dimensions, additional Student's *t*, Chi-square and Fisher's Exact tests were applied. In the analysis of correlation among the constructs, Pearson's test was used. It should be underlined that, for all statistical tests used, the significance level was 5%.

Results

This study was intended to assess the prevalence of anxiety, depression, stress and burnout in the health staff of an Intensive Care Unit-ICU of a hospital in the northeast region during the COVID-19 pandemic. The professional staff of the ICU contains 137 employees, among them: physicians, nurses, nursing technicians and physical therapists. During the collection period, 21 professionals were away or working remotely, another 25 did not respond to the instrument within the stipulated time for data collection or did not respond to the informed consent and 1 refused to participate in the research. Therefore, the final sample consisted of 90 professionals.

Sociodemographic Characteristics

In the study, among the 90 health professionals, 53 (58.89%) were nursing technicians, 17 (18.89%) were nurses, 12 (13.33%) were physicians and 8 (8.89%) were physical therapists. In the sample, female participants (61.11%), aged between 18 and 39 years old (56.66%) and married (54.44%) were prevalent. In general, participants live with a spouse (64.44%) and/or children (44.44%), but a portion of them live alone (20%). As for income, just under half of the sample survives with up to 2 to 4 minimum wages.

Just over half of the sample, that is 51.11%, have graduate studies and 56.67% have worked for up to 10 years. Around 78.89% practice some type of religion. In addition, 3.33% have some type of psychological disorder and 7.78% undergo psychological follow-up.

Professional Aspects Related to COVID-19

Regarding the professional aspects related to COVID-19, the vast majority (98.89%) reported having access to Personal Protective Equipment - PPE in the workplace, in addition to the fact that 97.78% declared to participate in training on how to behave in the face of the new coronavirus pandemic scenario. Moreover, 84.44% receive information about the disease every day at work.

All professionals reported the knowledge that their work is essential during the pandemic crisis, where 90.00% believe they will be summoned to act in the crisis; however, 84.44% indicated they were afraid of contracting the disease. Despite this, only 20% say they are prepared to work and provide care to patients

with COVID-19, while 30% rate their professionalism as moderate.

Prevalence of Depression, Anxiety and Stress

The following levels of depression were noted: 26.67% mild, 14.44% moderate and 6.67% severe. Regarding the variable related to anxiety, the results indicate: 20% mild, 14.44% moderate and 4.44% severe. As for stress: 33.33% mild, 27.78% moderate and 8.89% severe.

Association of Depression, Anxiety and Stress with Sociodemographic Characteristics and Professional Aspects

Using Student's *t* test, it was observed that professionals who reported being under psychological care before the pandemic had higher averages in all assessed constructs, but it was observed a statistically significant difference only for depression and stress. In turn, moderate professional self-assessment showed a statistically significant difference for depression and anxiety. It was also noted that the feeling of not being prepared to act in the pandemic showed a statistical difference for anxiety, as displayed in Table 1. The other variables did not show significant statistical differences.

Through Chi-square test (X^2) with a significance level of 5%, it was noted that, in those professionals who declare moderate professional self-assessment, depression levels can increase by 74%, compared to professionals with high professional self-assessment ($p = 0.05$, 95% CI=0.26 [0.10; 0.68]).

Regarding anxiety, it was observed that those professionals who reported being under psychological follow-up were 98% more likely to have anxiety ($p = 0.013$, 95% CI=11.17 [1.28; 97.32]). Similarly, it was observed that the greater the feeling of preparedness to deal with COVID-19, the greater the chance of not having symptoms of anxiety ($p = 0.007$).

There was a statistical association among the stress felt, the position held, the level of education and the fear of contracting COVID-19. Professionals with higher education positions ($p = 0.038$) and with graduate studies ($p = 0.040$) showed greater stress. Similarly, professionals who reported fear of contracting the disease may have a change in stress level 4 times greater than those who are not afraid of contracting the respective disease ($p = 0.025$, 95% CI=4 [1.23; 13.00]).

Table 1. Summary of comparison of the DASS-21 dimension with the general characteristics of professionals

Characteristics		Depression		Anxiety			Stress			
		Average	SD	p-value	Average	SD	p-value	Average	SD	p-value
Gender	Male	0.65	0.67	0.930 ⁽¹⁾	0.43	0.52	0.093 ⁽¹⁾	0.85	0.73	0.232 ⁽¹⁾
	Female	0.66	0.66		0.66	0.71		1.03	0.67	
Age (in years)	18 – 39	0.73	0.64	0.242 ⁽¹⁾	0.66	0.68	0.129 ⁽¹⁾	1.08	0.72	0.050 ⁽¹⁾
	40 – 59	0.56	0.68		0.45	0.6		0.8	0.63	
Position	Nurse	0.66	0.50	0.757 ⁽²⁾	0.64	0.69	0.518 ⁽²⁾	1.05	0.57	0.843 ⁽²⁾
	Physical therapist	0.55	0.56		0.59	0.61		1.05	0.65	
	Physician	0.50	0.47		0.31	0.36		1.01	0.59	
	Nursing technician	0.71	0.75		0.61	0.69		0.90	0.77	
Length of service (in years)	≤ 10	0.69	0.61	0.604 ⁽¹⁾	0.6	0.65	0.665 ⁽¹⁾	1.03	0.67	0.303 ⁽¹⁾
	> 10	0.62	0.73		0.54	0.66		0.87	0.73	
Education	Complete high school	0.74	0.83	0.546 ⁽²⁾	0.67	0.72	0.504 ⁽²⁾	0.91	0.81	0.404 ⁽²⁾
	Complete higher education	0.52	0.65		0.44	0.55		0.81	0.68	
	Graduate studies	0.67	0.56		0.58	0.66		1.05	0.64	
Marital status	Married	0.62	0.65	0.477 ⁽¹⁾	0.59	0.72	0.765 ⁽¹⁾	0.95	0.70	0.919 ⁽¹⁾
	Single	0.72	0.68		0.55	0.51		0.97	0.70	
Wage income (in Minimum Wages)	Up to 4	0.69	0.74	0.638 ⁽²⁾	0.59	0.72	0.429 ⁽²⁾	0.90	0.77	0.789 ⁽²⁾
	5 – 8	0.70	0.64		0.66	0.70		1.01	0.68	
	> 8	0.54	0.51		0.42	0.41		0.99	0.59	
Religious practice	Yes	0.66	0.68	0.980 ⁽¹⁾	0.58	0.69	0.903 ⁽¹⁾	0.94	0.72	0.699 ⁽¹⁾
	No	0.65	0.58		0.56	0.49		1.01	0.62	
Psychological follow-up	Yes	1.20	0.50	0.021 ⁽¹⁾	1.02	0.50	0.057 ⁽¹⁾	1.55	0.65	0.018 ⁽¹⁾
	No	0.61	0.65		0.54	0.65		0.91	0.68	
Receive information on COVID-19	Yes	0.67	0.67	0.557 ⁽¹⁾	0.59	0.65	0.559 ⁽¹⁾	1.01	0.69	0.083 ⁽¹⁾
	No	0.56	0.59		0.48	0.68		0.66	0.69	
Fear of contracting COVID-19	Yes	0.67	0.65	0.693 ⁽¹⁾	0.62	0.65	0.094 ⁽¹⁾	1.01	0.66	0.120 ⁽¹⁾
	No	0.59	0.70		0.31	0.61		0.69	0.86	
You believe you will be summoned to work against COVID-19	Yes	0.64	0.65	0.516 ⁽¹⁾	0.56	0.65	0.654 ⁽¹⁾	0.95	0.69	0.857 ⁽¹⁾
	No	0.79	0.75		0.67	0.71		1.00	0.76	
Assessment of professionalism	High	0.53	0.55	0.017 ⁽¹⁾	0.44	0.44	0.002 ⁽¹⁾	0.88	0.63	0.121 ⁽¹⁾
	Moderate	0.95	0.80		0.89	0.91		1.13	0.81	
You feel prepared to act against COVID-19	Lightly prepared	0.81	0.73	0.193 ⁽²⁾	0.65 ^B	0.63	<0.001 ⁽²⁾	1.05	0.84	0.386 ⁽²⁾
	Moderately prepared	0.62	0.62		0.55 ^B	0.56		0.96	0.67	
	Very prepared	0.50	0.56		0.28 ^B	0.40		0.77	0.59	
	Unprepared	1.12	1.04		1.55 ^A	1.13		1.31	0.87	

Prevalence of Emotional Exhaustion and Work Disengagement

In the assessment of the prevalence of Burnout, it was identified that 93.33% of participants showed emotional exhaustion and 36.67% work disengagement.

Association of Exhaustion and Work Disengagement with Sociodemographic Characteristics and Professional Aspects

Using Student's *t* test, it was observed that the only variable that showed a statistically significant

difference among the averages for exhaustion was the psychological follow-up prior to the pandemic. Thus, those professionals who declare they are undergoing psychological follow-up had a higher rate of exhaustion. As for the dimension related to work disengagement, only the variable on gender showed a statistically significant difference. Accordingly, male professionals had a higher rate of work disengagement, as displayed in Table 2.

Table 2. Summary of comparison of the OBLI dimension with the general characteristics of professionals

Characteristics		Distancing			Exhaustion		
		Average	SD	p-value	Average	SD	p-value
Gender	Male	3.03	0.43	0.033 ⁽¹⁾	3.43	0.33	0.105 ⁽¹⁾
	Female	2.84	0.39		3.55	0.32	
Age (in years)	18 – 39	2.84	0.38	0.068 ⁽¹⁾	3.51	0.36	0.779 ⁽¹⁾
	40 – 59	3.00	0.43		3.49	0.26	
Position	Nurse	2.76	0.34	0.050 ⁽²⁾	3.57	0.40	0.330 ⁽²⁾
	Physical therapist	3.17	0.38		3.41	0.20	
	Physician	3.09	0.43		3.38	0.22	
	Nursing technician	2.88	0.41		3.52	0.33	
Length of service (in years)	≤ 10	2.89	0.38	0.600 ⁽¹⁾	3.53	0.34	0.394 ⁽¹⁾
	> 10	2.94	0.45		3.47	0.30	
Education	Complete high school	2.90	0.44	0.861 ⁽²⁾	3.52	0.36	0.822 ⁽²⁾
	Complete higher education	2.88	0.38		3.53	0.30	
	Graduate studies	2.93	0.41		3.48	0.32	
Marital status	Married	2.92	0.43	0.796 ⁽¹⁾	3.53	0.33	0.258 ⁽¹⁾
	Single	2.89	0.38		3.45	0.32	
Wage income (in Minimum Wages)	Up to 4	2.87	0.41	0.140 ⁽²⁾	3.54	0.33	0.588 ⁽²⁾
	5 – 8	2.86	0.40		3.47	0.30	
	> 8	3.07	0.41		3.48	0.35	
Religious practice	Yes	2.90	0.45	0.463 ⁽¹⁾	3.49	0.33	0.440 ⁽¹⁾
	No	2.95	0.24		3.55	0.32	
Psychological follow-up	Yes	2.64	0.39	0.074 ⁽¹⁾	3.27	0.31	0.046 ⁽¹⁾
	No	2.93	0.41		3.52	0.32	
Receive information on COVID-19	Yes	2.90	0.41	0.654 ⁽¹⁾	3.51	0.31	0.424 ⁽¹⁾
	No	2.96	0.42		3.44	0.39	
Fear of contracting COVID-19	Yes	2.88	0.38	0.091 ⁽¹⁾	3.53	0.29	0.151 ⁽¹⁾
	No	3.08	0.53		3.34	0.46	
You believe you will be summoned to work against COVID-19	Yes	2.91	0.42	0.874 ⁽¹⁾	3.50	0.29	0.946 ⁽¹⁾
	No	2.93	0.34		3.51	0.59	
Assessment of professionalism	High	2.95	0.40	0.116 ⁽¹⁾	3.50	0.33	0,979 ⁽¹⁾
	Moderate	2.81	0.42		3.50	0.31	
You feel prepared to act against COVID-19	Lightly prepared	2.91	0.42	0.309 ⁽²⁾	3.36	0.33	0.411 ⁽²⁾
	Moderately prepared	2.90	0.40		3.52	0.33	
	Very prepared	3.03	0.46		3.51	0.33	
	Unprepared	2.67	0.29		3.60	0.22	

Through Fisher's Exact test with a significance level of 5%, it was found that the professional who declares fear of contracting COVID-19 may have a 14.80 times greater change in exhaustion compared to those who declared not to be afraid of contracting the disease ($p = 0.005$, 95% CI=14.80 [2.39; 91.46]). Professionals who are married or in a stable relationship also show a change in exhaustion, which can be 10.56 times higher compared to single or divorced professionals ($p = 0.020$, 95% CI=10.56 [1.17; 94.82]).

In the dimension related to work disengagement, the variables on gender and position showed a statistically significant association, according to the Chi-square test (X^2). Thus, male professionals showed 2.82 times greater work disengagement when compared to female professionals ($p = 0.020$, 95% CI=2.82 [1.16; 6.87]). Regarding the positions, physical therapists and physicians were notably more likely to manifest behaviors related to disengagement compared to nurses and

nursing technicians ($p = 0.014$). The summary of the comparison of the OBLI dimension with the general characteristics of the professionals is described in Table 2.

Correlation among Depression, Anxiety, Stress and Burnout

Through Pearson's correlation analysis, the DASS-21 and OBLI dimensions were compared, and it was found evidence of a strongly positive and statistically significant correlation between anxiety and stress, showing that as anxiety increases, stress also increases. The opposite is also true. There was also a strong positive correlation between depression and anxiety, as well as between depression and stress. Thus, as the score of one of these domains increases, the other domain also tends to increase. There is also a moderate negative correlation among disengagement, depression, anxiety and stress. Thus, as the distance score increases, depression, anxiety and stress tend to decrease, as displayed in Table 3.

Table 3. Correlation analysis of the DASS-21 and OBLI dimensions

Domains	Depression	Anxiety	Stress	Distancing	Exhaustion
Depression	1	0.71*	0.78*	-0.37*	-0.07
Anxiety		1	0.77*	-0.44*	0.06
Stress			1	-0.55*	0.01
Distancing				1	-0.26*
Exhaustion					1

Discussion

This research involved 90 health professionals working in a university hospital in the northeast region of Brazil and identified a high prevalence of mental disorders. In general, it was found that 70% of professionals had stress, 47.78% depression and 38.88% anxiety. Exhaustion was found in 93.33% of the surveyed participants and work disengagement was observed in 36.67%.

Regarding depression and anxiety, the results shown are compatible with what is pointed out by Lai et al. (2020) and by Pappa et al. (2020), where there is a high proportion of health professionals who experience significant levels of anxiety and depression during the pandemic and that, in most cases, the symptoms manifested themselves in a mild form.

The levels of moderate to severe depression and anxiety in our survey reached 21.11% and 18.88%,

respectively. Similar to the study by Kang et al. (2020), which involved 994 health professionals and identified that mild disorders had a higher percentage than the sum of moderate and severe cases.

In turn, the data on stress from this study differ from the findings in previous studies, since the maximum prevalence of stress found in a review was 32.9% (Sanghera et al., 2020). According to Kang et al. (2020), the main reasons for adverse responses include long working hours, risk of infection and physical fatigue. Stress is an important factor to be considered in health workers and, according to Cattaneo et al. (2016), it is the main environmental risk factor for psychiatric diseases. Thus, prevention should be based on actions that minimize the time of exposure to stressful situations (Anjos & Santos, 2020).

Regarding exhaustion, one of the symptoms manifested in the burnout syndrome, our results surpassed the prevalence indicated by Rotenstein et al.

(2018) in a review that included 184 studies and found a prevalence of up to 89% of emotional exhaustion. Another Brazilian study carried out by Tironi et al. (2016) in intensive care physicians found a prevalence of 50.6%. It is a fact that the pandemic brings an emotional impact to health workers and generates an additional aggravating factor for the occupational stress that is already constant in health care practices.

Burnout syndrome is one of the major psychosocial problems that affect the quality of life of professionals (Silva, et al., 2015). High levels of burnout are associated with poor care in relation to patient safety and the occurrence of adverse events (L. H. Hall, Jijson, Watt, Tsipi, & O'Connor, 2016). Moreover, high levels of emotional exhaustion among nurses causes a decrease in professional performance, can lead to greater absenteeism and implies greater patient dissatisfaction (Dyrbye et al., 2019).

According to Sirois and Owens (2021), there are factors that may contribute to the risk of adverse mental health responses or resilience. Therefore, the psychic implications for health professionals may vary according to the sociodemographic, occupational, social and psychological data of the individuals. Among sociodemographic factors, our study found that being male was associated with work disengagement. Another research carried out by Song et al. (2020), which involved 14,825 physicians and nurses in China, also found that men were more prone to depression than women. Nevertheless, this fact runs counter to most evidence assessing the association between gender and psychological distress, which indicates women as more prone to mental health symptoms (Sirois & Owen, 2021). Among other factors, these results may reflect the dilemma of work and family care, or even hormonal factors (Li & Graham, 2017) and employment inequalities (Li & Graham, 2020).

Regarding the position, it was observed that physical therapists and physicians were more prone to work disengagement and stress responses. Conversely, the literature attributes the higher prevalence of psychological distress to the nursing position, when compared to other health professionals (Luo, Guo, Yu, Jiang, & Wang, 2020; Pappa et al, 2020; Sanghera et al., 2020). Lai et al. (2020) also proposes that nursing professionals are affected with the most severe levels of all measurements of mental disorders.

In our study, education was a risk factor for stress responses, specifically the graduate level. Some

investigations corroborate this finding and observed that having higher education and working in the health area are considered greater risk factors for impacts on mental health, especially the feeling of anguish, due to self-awareness of the risks entailed by working in a pandemic health context (Kisely et al., 2020; Lai et al., 2020; Qiu et al., 2020).

Social support is a protective factor that helps people deal with stressful situations more effectively (Brooks, et al., 2016; Kisely et al., 2020). Nonetheless, our results highlighted that professionals who are married or in a stable union show alterations in exhaustion, which may signalize that the level of social support may not be adequate to the needs of these professionals. In the research carried out by Sirois and Ower (2021), four studies found a similar result and two of them indicated that having a child generated greater stress. In addition to family support, institutional or peer support is also important. With regard to organizational support, D'Ettorre et al. (2021) indicated that low social support at work, high pressure, an unsafe environment coupled with the risk of becoming ill, and the low supply of PPE are risk factors for the mental health of workers.

In a period of viral outbreaks, psychological distress is also associated with the fear of contracting the disease, given the possibility of transmission among health professionals and their own families. In general, fear can take place due to reports of asymptomatic transmission of COVID-19 (Brooks et al., 2020). R. C. Hall, Hall, and Chapman (2008) add that the factors that negatively influence well-being are the testimony of illness and death of colleagues.

The fear of becoming ill was reported by 84.44% of the surveyed professionals and was an influencing factor for stress and exhaustion. When comparing our results with those of other studies carried out during the outbreak of Ebola, for example, it was observed that fear has an epidemiological impact, individually and collectively, increasing rates of psychiatric distress and symptoms (Ornell, Schuch, Sordi, & Kessler, 2020). Banerjee (2020) suggests that mental health be a focus of attention and also that psychiatrists and mental health professionals join health services to mitigate adverse outcomes.

Our study showed that individuals who reported a moderate assessment of professionalism had an increased chance of developing depression. According to R. C. Hall et al. (2008), it is possible to identify, among health professionals, the feeling of being

underestimated. Du et al. (2020) observed that those professionals who considered themselves less psychologically prepared and with a low perception of self-efficacy to perform patient care were more affected by symptoms of depression and anxiety. In the same vein, it was identified an association between high ratings of professionalism and lower risk of depression. In addition, insufficient knowledge was described by Sanghera et al. (2020) as a predictor for anxiety.

A history of psychological distress and pre-existing mental health disorders cause worse mental health outcomes in disaster situations (Brooks et al., 2016) or in situations involving disease outbreaks such as SARS, MERS, H1N1, H7N9, Ebola virus disease and COVID-19 (Kisely et al., 2020). The data found in this study corroborate this perspective, as it was found great chances that a professional under psychological follow-up will manifest altered anxiety.

Finally, it is important to underline that, at the time of collection of this study, the hospital that participated in the research did not have beds regulated for SUS; even so, the results indicated a high prevalence of stress and exhaustion. However, according to the literature, adverse responses are more present in professionals on the front line of care related to COVID-19 compared to other health professionals. In addition, it was found that almost 100% of professionals claimed to have access to PPE and adequate training, a fact that did not imply significant results, and both initiatives have been pointed out in recent studies as protective factors for the mental health of health professionals and the reduction of burnout (Brooks et al., 2016; Kisely et al., 2020). Therefore, the mental health burden is extensive, thus raising the need for efforts to reduce burnout, so that work stress is managed and resolved and that protective measures can minimize impacts.

Conclusion

It was identified a high level of stress among professionals working in the ICU environment in the period of the COVID-19 pandemic, regardless of the provision of adequate training and guarantee of access to PPE. There was also a high level of burnout, mainly signaled by the change in the exhaustion of professionals.

Among the strengths of the study, one can cite the fast survey of the panorama of the psychological manifestations of health professionals who work in the ICU environment during the initial phase of the

outbreak of COVID-19 and the opportunity for longitudinal follow-up that will allow a greater assessment of the impacts on a long-term basis. Allied to this, the survey was disseminated to the entire staff and had a high response rate. On the other hand, it is a fact that this is a specific context and an institution that, at the time of data collection, was not a reference in the care of patients with COVID-19, but that occupies a prominent place in the provision of health services to the population and in terms of health education.

Other limitations deserve consideration. Data were collected from a non-probabilistic sample, where the employed instruments reflect a subjective prevalence, since it did not include a standardized clinical interview. Additionally, the research took place during the outbreak, a fact that may impose greater awareness among professionals.

It is expected that the results of the study will contribute to the provision of evidence that will help in the construction of intervention strategies to mitigate adverse responses in health professionals. Likewise, there is a need for more empirical studies with prospective cohorts that may expand the understanding of the variables on stress, anxiety, depression and burnout in coping with the pandemic situation and in providing safe care to patients. In addition, research is suggested to measure the impacts related to the implementation of group interventions, psychoeducational actions in the face-to-face format or using the internet.

References

- Allsopp, K., Brewin, C. R., Barrett, A., Williams, R., Hind, D., Chitsabesan, P., & French, P. (2019). Responding to mental health needs after terror attacks. *BMJ (Clinical research ed.)*, 366, l4828. doi: 10.1136/bmj.l4828
- Anjos, K. F., & Santos, V. C. (2020). Transtorno de Estresse Pós-Traumático no contexto da COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Funcional*, 11(1), 6. Retrieved from <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/RBSF/article/view/1303>
- Banerjee, D. (2020). The COVID-19 outbreak: Crucial role the psychiatrists can play. *Asian Journal of Psychiatry*, 50, 102014. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102014
- Bao, Y., Sun, Y., Meng, S., Shi, J., & Lu, L. (2020). 2019-nCoV epidemic: Address mental health care to empower society. *The Lancet*, 395(10224), e37-e38. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30309-3
- Brooks, S. K., Dunn, R., Amlôt, R., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2016). Social and occupational factors associated with psychological distress and disorder among disaster responders: a systematic review. *BMC Psychology*, 4(18). doi: 10.1186/s40359-016-0120-9
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, J. G. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the

- evi-dence. *The Lancet*, 395(10227), 912-920. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8
- Cattaneo, A., & Riva, M. A. (2016). Stress-induced mechanisms in mental illness: A role for glucocorticoid signalling. *The Journal of Steroid Biochemistry and Molecular Biology*, 160, 169-74. doi: 10.1016/j.jsbmb.2015.07.021
- Chatterjee, S. S., Bhattacharyya, R., Bhattacharyya, S., Gupta, S., Das, S., & Banerjee, B. B. (2020). Attitude, practice, behavior, and mental health impact of COVID-19 on doctors. *Indian Journal of Psychiatry*, 62(3), 257-265. doi: 10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_333_20
- Chen, Y., Liu, Q., & Guo, D. (2020). Emerging coronaviruses: Genome structure, replication, and pathogenesis. *Journal of Medical Virology*, 92(10), 2249. doi: 10.1002/jmv.26234
- Civantos, A. M., Bertelli, A., Gonçalves, A., Getzen, E., Chang, C., Long, Q., & Rajasekaran, K. (2020). Mental health among head and neck surgeons in Brazil during the COVID-19 pandemic: A national study. *American Journal of Otolaryngology*, 41(6), 102694. doi: 10.1016/j.amjoto.2020.102694
- DalBosco, E. B., Floriano, L. S. M., Skupien, S. V., Arcaro, G., Martins, A. R., & Anselmo, A. C. C. (2020). Mental health of nursing in coping with COVID-19 at a regional university hospital. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(Suppl. 2), e20200434. doi: 10.1590/0034-7167-2020-0434
- D'Etto, G., Ceccarelli, G., Santinelli, L., Vassalini, P., Innocenti, G. P., Alessandri, F., ... Tarsitani, L. (2021). Post-Traumatic Stress symptoms in healthcare workers dealing with the COVID-19 pandemic: A systematic review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(2), 601. doi: 10.3390/ijerph18020601
- Du, J., Dong, L., Wang, T., Yuan, C., Fu, R., & Zhang, L. (2020). Psychological symptoms among frontline healthcare workers during COVID-19 outbreak in Wuhan. *General Hospital Psychiatry*, 67, 144-145. doi: 10.1016/j.genhosppsych.2020.03.011
- Dutheil, F., Aubert, C., Pereira, B., Dambrun, M., Moustafa, F., Mermillod, M., Baker, J. S., Trousselard, M., Lesage, F.-X., & Navel, V. (2019). Suicide among physicians and health-care workers: A systematic review and meta-analysis. *PLoS ONE*, 14(12), e0226361. doi: 10.1371/journal.pone.0226361
- Dyrbye, L. N., West, C. P., Johnson, P. O., Cipriano, P. F., Beatty, D. E., Peterson, C., ... Shanafelt, T. (2019). Burnout and satisfaction with work-life integration among nurses. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 61(8), 689-698. doi: 10.1097/JOM.0000000000001637
- Hall, L. H., Jijonson, J., Watt, I., Tsipi, A., & O'Connor, D. (2016). Healthcare Staff Wellbeing, burnout, and patient safety: A systematic review. *PLoS ONE*, 11(7), e0159015. doi: 10.1371/journal.pone.0159015
- Hall, R. C., Hall, R. C., & Chapman, M. J. (2008). The 1995 Kikwit Ebola outbreak: Lessons hospitals and physicians can apply to future viral epidemics. *General Hospital Psychiatry*, 30(5), 446-452. doi: 10.1016/j.genhosppsych.2008.05.003
- Hospital Universitário Onofre Lopes. (2021). *Núcleo Interno de Regulação de Leitos*. Natal
- Retrieved from www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/huol-ufrrn/aceso-a-informacao/institucional
- Kang, L., Li, Y., Hu, S., Chen, M., Yang, C., Yang, B. X., ... Liu, Z. (2020). The mental health of medical workers in Wuhan, China dealing with the 2019 novel coronavirus. *The Lancet Psychiatry*, 7(3), e14. doi: 10.1016/s2215-0366(20)30047-x
- Kisely, S., Warren, N., McMahon, L., Dalais, C., Henry, I., & Siskind, D. (2020). Occurrence, prevention, and management of the psychological effects of emerging virus outbreaks on healthcare workers: rapid review and meta-analysis. *BMJ*, 369:m1642. doi: 10.1136/bmj.m1642
- Lai, J., Ma, S., Wang, Y., Cai, Z., Hu, J., Wei, N., ... Hu, S. (2020). Factors associated with mental health outcomes among health care workers exposed to coronavirus disease 2019. *JAMA*, 3(3), e203976. doi: 10.1001/jamanetworkopen.2020.3976
- Li, S. H., & Graham, B. M. (2017). Why are women so vulnerable to anxiety, trauma-related and stress-related disorders? The potential role of sex hormones. *Lancet Psychiatry*, 4(1), 73-82. doi: 10.1016/S2215-0366(16)30358-3
- Luo, M., Guo, L., Yu, M., Jiang, W., & Wang, H. (2020). The psychological and mental impact of coronavirus disease 2019 (COVID-19) on medical staff and general public - A systematic review and meta-analysis. *Psychiatry Research*, 291, 113190. doi: 10.1016/j.psychres.2020.113190
- Ornell, F., Schuch, J. B., Sordi, A. O., & Kessler, F. H. P. (2020). "Pandemic fear" and COVID-19: Mental health burden and strategies. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 42(3), 232-235. doi: 10.1590/1516-4446-2020-0008
- Pappa, S., Ntella, V., Giannakas, T., Giannakoulis, V. G., Papoutsis, E., & Katsaounou, P. (2020). Prevalência de depressão, ansiedade e insônia entre os profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática e metanálise. *Brain, Behavior, and Immunity*, 88, 901-907. doi: 10.1016/j.bbi.2020.05.026
- Qiu, J., Shen, B., Zhao, M., Wang, Z., Xie, B., & Xu, Y. (2020). A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommendations. *General Psychiatry*, 33(2), e100213. 2020. doi: 10.1136/gpsych-2020-100213
- Rotenstein, L. S., Torre, M., Ramos, M. A., Rosales, R. C., Guille, C., Sen, S., & Mata, D. A. (2018). Prevalence of burnout among physicians: A systematic review. *JAMA*, 320(11), 1131-1150. doi: 10.1001/jama.2018.12777
- Salari, N., Khazaie, H., Amim, H.-F., Kazemini, M., Mohammadi, M., Daneshkhan, A., & Eskandari, S. (2020). The prevalence of stress, anxiety and depression within front-line healthcare workers caring for COVID-19 patients: A systematic review and meta-regression. *Human Resources for Health*, 18, 100. doi: 10.1186/s12960-020-00544-1
- Sanghera, J., Pattani, N., Hashmi, Y., Varley, K. F., Cheruvu, M. S., Bradley, A., & Burke, J. R. (2020). The impact of SARS-CoV-2 on the mental health of healthcare workers in a hospital setting-A Systematic Review. *Journal of Occupational Health*, 62(1), e12175. doi: 10.1002/1348-9585-12175
- Santos, K. M. R., Galvão, M. H. R., Gomes, S. M., Souza, T. A., Medeiros, A. A., & Barbosa, I. R. (2021). Depressão e ansiedade em profissionais de enfermagem. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 25(spe), e20200370. doi: 10.1590/2177-9465-EAN-2020-0370
- Silva, S. C. P. S., Nunes, M. A. P., Santana, V. R., Reis, F. P., Machado Neto, J., & Lima, S. O. (2015). A síndrome de burnout em profissionais da Rede de Atenção Primária à Saúde de Aracaju, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(10), 3011-3020. doi: 10.1590/1413-812320152010.19912014
- Sinval, J., Queirós, C., Passian, S., & Marôco, J. (2019). Transcultural adaption of the Oldenburg, Burnout Inventory (OLBI) for Brazil and Portugal. *Frontiers in Psychology*, 10, 338. doi: 10.3389/fpsyg.2019.00338
- Sirois, F. M., & Owens, J. (2021). Factors associated with psychological distress in health-care workers during an infectious disease outbreak: A rapid systematic review of the evidence. *Frontiers in Psychiatry*, 11, 589545. doi: 10.3389/fpsyg.2020.589545
- Song, X., Fu, W., Liu, X., Luo, Z., Wang, R., Zhou, N., ... Lv, C. (2020). Mental health status of medical staff in emergency

- departments during the Coronavirus disease 2019 epidemic in China. *Brain, Behavior, and Immunity*, 88, 60-65. doi: 10.1016/j.bbi.2020.06.002
- Szabó, M., & Lovibond, P. F. (2006). Anxiety, depression, and tension/stress in children. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 28(3), 192-202. doi: 10.1007/s10862-005-9008-3
- Tironi, M. O. S., Teles, J. M. M., Barros, D. S., Vieira, D. F. V. B., Silva, C. M., Martins, D. F., ... Sobrinho, C. L. N. (2016). Prevalência de síndrome de *burnout* em médicos intensivistas de cinco capitais brasileiras. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, 28(3), 270-277. doi: 10.5935/0103-507X.20160053
- Trevisan, R. L., Almeida, M. B. F., Baasch, D., Delben, P. B., Ródio-Trevisan, K. R., & Cruz, R. M. (2020). COVID-19: Clinical and epidemiological indicators of mental health in frontline professionals - A systematic review of the literature. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 25(3), 284-293. doi: 10.22491/1678-4669.20200029
- Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155, 104-109. doi: 10.1016/j.jad.2013.10.031
- Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., Ho, C. S., & Ho, R. C. (2020). Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 Coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1729. doi: 10.3390/ijerph17051729
- World Health Organization. (2020, January). *Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005). Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV)*. Retrieved from [https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))

Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Psicóloga no Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL e no Hospital Giselda Trigueiro - HGT. Endereço para correspondência: Avenida Nilo Peçanha, 301, Condomínio Floriano Cavalcante, Petrópolis, Natal/RN, CEP 59.012-300. Telefone: (84) 99680-3647. Email: fernandalnfreireuti@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6923-7696

Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Psicóloga vinculada a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN. Email: millasthefany@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6469-1523

Carla Larissa Fernandes Pinheiro Araújo, Mestre em Práticas de Saúde e Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Enfermeira Intensivista do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL). Email: carlinhalfp@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-8395-6275

Pedro Obede Medeiros Costa, Especialista em Psicologia da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Psicólogo Clínico (autônomo). Email: pedro.obedepsi@outlook.com. ORCID: 0000-0001-6964-5323

Eliane Pereira da Silva, Mestre em cardiologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), é Professora Assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Chefe da Unidade de Cuidados Intensivos e Semi Intensivos do Hospital Universitário Onofre Lopes (UFRN). Email: eliane.pereira@ufrn.br. ORCID: 0000-0002-3364-5046

Eulália Maria Chaves Maia, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP/SP), é Professora Titular e bolsista de produtividade (CNPq) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: eulalia.maia@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0002-0354-7074

Received in 31.may.20
Revised in 21.sep.21
Accepted in 31.dec.21

Sobre o sentido da prática clínica em tempos de pandemia: reflexões de psicoterapeutas brasileiros

João Carlos Caselli Messias. Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Vera Engler Cury. Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

O sentido do trabalho constitui fenômeno polissêmico que abrange diversas áreas. A pandemia causada pela disseminação do novo coronavírus em escala mundial repercute em todas e altera a realização das atividades laborais, demandando dos trabalhadores adaptações. Neste estudo foram realizadas entrevistas virtuais com 15 psicoterapeutas experientes, representantes de todas as regiões brasileiras e que adotam orientações teóricas distintas: psicanálise, comportamental e humanista. A questão norteadora foi “qual é o sentido do trabalho para você”? Efetivou-se análise fenomenológica a partir da construção de narrativas, após cada encontro. Posteriormente, elaborou-se uma narrativa síntese contendo elementos significativos que estruturam o fenômeno. Os psicoterapeutas percebem uma quebra de paradigma nos atendimentos virtuais; referem impacto emocional nos clientes em função da perda de privacidade; sentem cansaço maior decorrente de longos períodos sentados frente ao computador. A autonomia que valorizam na atuação clínica está preservada, mas são desafiados a flexibilizá-la face a demandas emocionais emergenciais.

Palavras-chave: trabalho; psicologia clínica; estudo fenomenológico; pandemia; coronavírus.

Abstract

On the meaning of clinical practice in pandemic times: reflections of Brazilian psychotherapists. The meaning of work is a polysemic phenomenon covering various areas. The pandemic caused by the spread of the new coronavirus on a worldwide scale has repercussions in all of those areas and alters the performance of work activities, requiring adaptations from workers. In this study, virtual interviews were conducted with 15 experienced psychotherapists, representatives from all Brazilian regions and who adopt different theoretical approaches - psychoanalytic, behavioral and humanistic. The guiding question was “what does work mean to you”? A phenomenological analysis was performed, and it was based on the construction of narratives after each meeting. Subsequently, a synthesis narrative was elaborated containing significant elements that structure the phenomenon. Psychotherapists perceive a paradigm shift in virtual care; refer emotional impact on clients due to loss of privacy; feel more tired from long periods of sitting in front of the computer. The autonomy they value in clinical practice is preserved, but they are challenged to make it more flexible due to emergency emotional demands.

Keywords: work; clinical psychology; phenomenological study; pandemic; coronavirus.

Resumen

Sobre el significado de la práctica clínica en tiempos de pandemia: reflexiones de psicoterapeutas brasileños. El significado del trabajo es un fenómeno polisémico que cubre varias áreas. La pandemia causada por la propagación del nuevo virus corona a escala mundial tiene repercusiones en todas y altera el desempeño de las actividades laborales, lo que requiere adaptaciones de los trabajadores. En este estudio, se realizaron entrevistas virtuales con 15 psicoterapeutas experimentados, representantes de todas las regiones brasileñas y que adoptan diferentes enfoques teóricos: psicoanalítico, conductuales y humanísticos. La pregunta guía fue “¿cuál es el significado del trabajo para usted”? Se realizó un análisis fenomenológico basado en la construcción de narrativas después de cada reunión. Posteriormente, se elaboró una narrativa de síntesis que contiene elementos significativos que estructuran el fenómeno. Los psicoterapeutas perciben un cambio de paradigma en la atención virtual; referir el impacto emocional en los clientes debido a la pérdida de privacidad; sentirse más cansado de largos períodos de estar sentado frente a la computadora. La autonomía que valoran en la práctica clínica se conserva, pero tienen el desafío de hacerla más flexible ante las demandas emocionales de emergencia.

Palabras clave: trabajo; Psicología clínica; estudio fenomenológico; pandemia; coronavirus.

A necessidade humana de atribuição de sentido às próprias vivências constitui um dos pilares centrais do pensamento existencialista, evidente nas obras de Frankl (2008) e Sartre (1978). A vida não tem sentido *a priori* e caberá a cada ser humano atribuir-lhe o seu próprio à medida que vive e faz escolhas, balizadas pela concretude de suas ações. A Psicologia Humanista, nascida no contexto norte americano da segunda metade do século XX, a partir de um rompimento com as escolas tradicionais em Psicologia, em especial a psicanálise freudiana e o behaviorismo skinneriano, em função exatamente de constatações advindas da prática clínica em instituições e na comunidade, incorporou tais premissas ao privilegiar a experiência vivida pelos clientes. A mais significativa abordagem que se desenvolveu na cena humanista naquele contexto – com repercussão nos meios acadêmicos e no campo das intervenções psicológicas clínicas e sociais – foi a Abordagem Centrada na Pessoa, criada pelo psicólogo Carl Rogers. Posteriormente, cerca de duas décadas mais tarde, um dos principais colaboradores de Rogers, Eugene Gendlin, desenvolveu a Abordagem Experiencial, também conhecida como Filosofia do Implícito (Messias & Cury, 2006), que enfatizou o processo pelo qual cada pessoa realiza sua singular atribuição de sentido ao vivido.

A base conceitual da Abordagem Experiencial encontra-se no *Modelo Processual* (Gendlin, 2018), que consiste numa ampliação da *Experienciação e da Criação do Significado* (Gendlin, 1962). De acordo com esse referencial, a questão do sentido é tratada de maneira fenomenológica, fiel às concepções de intencionalidade da consciência que remontam a Franz Brentano e Edmund Husserl, bem como compatível com o existencialismo de Viktor Frankl e Jean Paul Sartre.

Abordar a questão do sentido no âmbito do trabalho implica considerar uma pluralidade de perspectivas, a partir de variados referenciais conceituais e epistemológicos que parecem manter consenso apenas em relação à centralidade do trabalho na vida das pessoas nas sociedades atuais. Colomby e Costa (2018) elencaram dez categorias, a saber, fisiológica, cultural, religiosa, espiritual, ideológica, econômica, política, legal, psicológica e social, com o propósito de apresentar um abrangente panorama acerca do tema e convidar à superação de barreiras de interlocução, praticamente as mesmas do estudo de Colomby, Oltramari, e Rodrigues (2018).

Bendassolli e Gondim (2014) constataram que os estudos dedicados a discutir significados e sentidos do trabalho limitavam-se a compreendê-lo como uma produção coletiva – no caso do significado – ou como uma

produção individual – no caso do sentido. Para superar tal restrição, propõem uma tríade que inclui o caráter mediador do trabalho como atividade que situa a pessoa no mundo. Outra perspectiva de mediação do sentido do trabalho foi investigada por Akgunduz, Alkan, e Gök (2018) nas relações entre personalidade proativa, criatividade e suporte organizacional percebido. Tomando como fator de análise o modelo JD-R de demandas e recursos no trabalho, Anthun e Innstrand (2016), por sua vez, verificaram diferenças em relação ao impacto desses elementos no sentido do trabalho de acordo com distintas faixas etárias de trabalhadores, sendo que nas pessoas mais velhas o sentido de comprometimento se destaca.

Diversos estudos acerca do sentido do trabalho vêm sendo desenvolvidos considerando distintos grupos de profissionais, como os ligados à cultura Hip Hop (Bispo, Dourado, & Amorim, 2013), mulheres em ambiente financeiro (Spinelli-de-Sá, Lemos, & Cavazotte, 2017), peritos criminais (A. L. Rodrigues, Barrichello, Irigaray, Soares, & Morin, 2017), artistas de circo (Medeiros, Lima, Paiva, & Araújo, 2018), grupos étnico religiosos (Sharabi, 2018), pessoas com deficiência (Galvão, Lemos, & Cavazotte, 2018) e trabalhadores migrantes (Comin & Pauli, 2018), entre outros. Contudo, estudos específicos a respeito do sentido que psicoterapeutas têm a respeito de seu próprio trabalho são raros.

Pode-se afirmar que psicoterapeutas são profissionais acostumados a trabalhar os sentidos que seus clientes atribuem às diversas facetas de suas vidas, dentre elas, a profissional. Hill et al (2015) identificaram que psicoterapeutas experientes sentem-se realizados, conectados e satisfeitos a partir da ajuda aos outros e à contribuição para um mundo melhor, em consonância com os achados de Kernes e Kinnier (2007), que descrevem uma percepção de vida significativa associada a amor, ajuda e compaixão, sustentada por relações íntimas com família e amigos.

A partir de uma experiência de psicoterapia em grupo, Correia e Moreira (2016) perpassam esse tema ao explorar significados da relação intersubjetiva psicoterapeutas-clientes-mundo, evidenciando que o sentido se produz nessa dimensão de troca, permitindo aos psicoterapeutas terem, eles próprios, maior abertura e possibilidade de transformação. Palma e Gondim (2019), por sua vez, procuraram compreender as relações entre orientação epistêmica, o estilo pessoal e as estratégias de regulação emocional de psicoterapeutas. Nesse interessante estudo comprometido com uma perspectiva da experiência ancorada na prática,

foi possível identificar razões que explicam o modo de atuar desses profissionais, elemento que pode estar relacionado ao sentido do trabalho para eles.

Em um conjunto de dois artigos, Carvalho e Matos (2011a; 2011b) discutem o desenvolvimento pessoal e profissional presente no desenvolvimento da prática clínica de 20 psicoterapeutas portuguesas consideradas experientes e que atuavam segundo diferentes orientações teóricas. No primeiro grande tema – experiências relacionais – são analisadas vivências profissionais (com seus impactos positivos e negativos) e pessoais (abordando escolhas e relação terapêutica). No segundo grande tema – etapas e mudanças – foram analisados elementos relativos ao domínio sobre cada aspecto, profissional e pessoal.

O contexto atual mostra-se relevante e desafiador para estudos que tenham como foco a vivência subjetiva das pessoas em relação ao trabalho que desenvolvem. Com o advento da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), mudanças vêm impactando de maneira inusitada a forma como as pessoas desenvolvem suas atividades profissionais. Diante do fato de, num primeiro momento, ainda não haver vacinas ou medicamentos comprovadamente eficazes para prevenir ou tratar a doença e, por tratar-se de uma enfermidade altamente transmissível por meio de fluidos corporais, ou seja, por contato próximo entre pessoas (Wang, Wang, Ye, & Liu, 2020), o isolamento social foi a medida mais adotada na maioria dos países ao redor do mundo objetivando impedir ou retardar a contaminação em massa da população.

Trabalhadores diretamente ligados aos cuidados com clientes acometidos por essa doença têm apresentado sintomas de depressão, ansiedade, insônia e estresse (Lai et al., 2020). Agravos à saúde psicológica da população como um todo incluem transtorno de estresse pós-traumático, confusão, raiva e ansiedade. Esses sintomas têm sido potencializados pelo isolamento social, medo da própria morte ou da perda de pessoas próximas, pela disseminação de notícias falsas (*fake news*), pela frustração e pelo tédio (Brooks et al., 2020; Jung & Jun, 2020). Em função deste cenário alarmante, refletir sobre o sentido do trabalho e as condições em que ele passará a ser exercido merecem destaque (Oliveira, Oliveira-Cardoso, Silva, & Santos, 2020), bem como as iniciativas que propõem novas alternativas para as intervenções psicológicas, visando tanto a população em geral quanto os profissionais da área de saúde (Schmidt, Crepaldi, Bolze, Neiva-Silva, & Demenech, 2020).

Repentinamente, inúmeros trabalhadores ao redor do mundo tiveram que passar a exercer suas atividades de maneira remota a partir de onde estavam confinados, o que não foi diferente em relação aos psicólogos clínicos. Em março de 2020, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução 04/2020 flexibilizando o atendimento psicológico por meio de tecnologias da informação e da comunicação, previamente regulamentado pela Resolução nº 011/2018. Para tanto, em caráter emergencial, o registro via “Cadastro e-Psi” (link: <https://e-psi.cfp.org.br/>) passou a ser suficiente para o exercício da psicoterapia.

O interesse pela prática da psicoterapia online já existia antes de ser regulamentada e autorizada no Brasil pelos órgãos de regulação profissional. Pieta e Gomes (2014) concluíram que a psicoterapia por meio virtual é promissora em função de não prejudicar a relação terapêutica e configurar uma alternativa interessante em um país de dimensões continentais como o Brasil. Aspectos éticos, técnicos e normativos demandam, no entanto, atenção e reflexões, segundo pesquisas subsequentes (Pieta, Siegmund, Gomes, & Gauer, 2015; C. G. Rodrigues & Tavares, 2016; Siegmund, Janzen, Gomes, & Gauer, 2015). Em um estudo com 155 psicoterapeutas, Hallberg e Lisboa (2016) identificaram que esses profissionais reconhecem o uso cada vez maior da tecnologia na vida de seus clientes, bem como também são usuários, eles próprios. Contudo, o emprego de recursos provenientes de tecnologias da informação e comunicação nos atendimentos configurava exceção na amostra.

Por meio de uma Revisão Sistemática, Singulane e Sartes (2017) encontraram evidências de que a formação da aliança terapêutica na Terapia Comportamental Cognitiva realizada por videoconferência poderia ser equiparada à presencial. Roesler (2017), por outro lado, adverte acerca das limitações derivadas da perda de indícios não verbais, especialmente no caso de clientes com dificuldades de estabelecer relacionamento de confiança.

Método

Esta pesquisa de campo estruturou-se como um estudo qualitativo e fenomenológico e teve como objetivo compreender o sentido que psicoterapeutas de diferentes orientações teóricas e atuantes nas cinco regiões do Brasil atribuem ao seu trabalho. Para tanto, foram escritas *Narrativas Compreensivas*, estratégia

metodológica desenvolvida por pesquisadores do grupo Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Brisola, Cury, & Davidson, 2017) que consistem em um registro do encontro dialógico com cada participante no qual o pesquisador relata, a partir de suas próprias percepções e impressões, os elementos significativos compartilhados em relação ao foco de interesse da pesquisa. Desta maneira, inicia-se o procedimento de análise fenomenológica husserliana que prossegue, após a escrita de todas as narrativas individuais, com a construção de uma Narrativa Síntese contendo os elementos significativos das experiências dos participantes como um todo para que possa emergir a estrutura do fenômeno. No caso deste estudo, com o objetivo de atender aos critérios previstos no COREQ (Tong, Sainsbury, & Craig, 2007), um segundo encontro com cada participante foi realizado para validação da narrativa compreensiva.

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, os participantes foram convidados por conveniência a partir das redes de contato dos pesquisadores de acordo como o método de “bola de neve”. Dois encontros, o dialógico e o de validação, foram realizados com cada participante por meio de videoconferência. As datas, horários e plataformas virtuais adotadas (*Zoom, Skype*

e *WhatsApp*) variaram de acordo com a conveniência dos participantes, durante os meses de abril e maio de 2020, período marcado pelo confinamento (total ou parcial) nas cidades em que atuam profissionalmente no momento. À época do final do trabalho de campo, o Brasil contava com mais de 390.000 casos confirmados e 24.500 mortes pela Covid-19.

A partir de 45 indicações iniciais, 15 psicoterapeutas, sendo quatro homens e 11 mulheres participaram do estudo, sendo pelo menos um representante de cada uma das principais abordagens teóricas - psicanalítica, comportamental e humanista - e que atuassem em cada uma das cinco regiões do país. Intencionou-se garantir representatividade das principais matrizes teóricas em Psicologia, diferenciando-as apenas entre elementos mais amplos (como a ênfase no psiquismo inconsciente ou no comportamento observável, por exemplo) e da maior parte dos estados do país, a saber: Acre, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Dos 15 participantes, apenas um possui título de doutor; cinco possuem títulos de mestre; cinco possuem diplomas de especialistas *lato sensu* reconhecidos pelo MEC (LS) e quatro são certificados por cursos de aprimoramento reconhecidos por sociedades científicas (AP), como a Sociedade Brasileira de Psicanálise, por exemplo (Tabela 1).

Tabela 1. Características dos participantes

Pseudônimo	Gênero	Região	Abordagem	Idade	Experiência*	Formação	CTS**
Amanda	F	S	Comportamental	41	19	M	30
Batalhadora	F	S	Psicanálise	39	15	D	25
Carlos	M	SE	Humanista	80	50	LS	20
Ennoia	F	NE	Psicanálise	48	24	AP	30
Felipe	M	N	Psicanálise	34	11	M	30
Flor de Cera	F	NE	Humanista	52	29	AP	40
Gata	F	N	Humanista	63	29	LS	40
Isabela	F	N	Comportamental	31	10	M	40
Larsson	M	NE	Comportamental	45	21	LS	30
Leslie	F	CO	Humanista	55	26	AP	16
Liberdade	F	CO	Comportamental	57	29	LS	20
Luiza	F	CO	Psicanálise	65	42	AP	12
Melissa	F	SE	Comportamental	42	20	M	30
Persistência	M	S	Humanista	57	28	M	30
Unavoz	F	SE	Psicanálise	49	20	LS	40

*Experiência profissional, em anos; **Carga de trabalho semanal, em horas.

O TCLE foi enviado por e-mail previamente e somente após a assinatura digital do mesmo, o primeiro encontro foi agendado com cada um dos participantes. No início de cada encontro virtual, o pesquisador fez uma única pergunta norteadora “qual é o sentido do trabalho para você”? Então, os participantes puderam discorrer livremente sobre o tema. Após cada encontro, foi escrita uma narrativa compreensiva contendo os elementos significativos percebidos empaticamente pelo pesquisador durante o encontro dialógico, além de suas próprias impressões. As narrativas foram lidas e discutidas com os membros do grupo de pesquisa Psicologia e Trabalho: Abordagem Experiencial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da PUC Campinas. No segundo encontro, foi validada junto a cada participante, que a lia em voz alta e tinha liberdade para alterar o conteúdo, se considerasse necessário. Poucas alterações foram solicitadas pelos participantes. Alguns pediram, por exemplo, para que fosse modificada a ordem de determinadas passagens. Após esta etapa da análise fenomenológica, foi elaborada uma *Narrativa Síntese*, contendo os elementos estruturantes da experiência em foco no estudo.

Resultados

A narrativa síntese que será incluída na íntegra, a seguir, expressa os principais elementos estruturais do fenômeno em foco no presente estudo. Assim, possibilita uma visão compreensiva e também interpretativa.

Os participantes, de um modo geral, iniciaram os encontros referindo-se a como ingressaram na profissão de psicólogos e como escolheram dedicar-se à prática clínica privada. A maioria exerce a função de psicoterapeuta como atividade principal a partir de um processo que envolveu uma tomada de decisão a respeito da importância que atribuíam a autonomia e liberdade de ação. O retorno financeiro é secundário e visto como consequência. Alguns dedicam parte do tempo de trabalho ao ensino universitário ou a cursos de formação de psicólogos. Referem-se à autonomia que a profissão proporciona com um sentimento de liberdade para trabalhar segundo suas próprias regras e sem chefia. Uma outra gratificação importante diz respeito à motivação e interesse em ajudar pessoas ou a aprender como funcionam ou como se estruturam as personalidades; este elemento apresentou variações em função da orientação teórica adotada. Com a pandemia provocada pelo novo coronavírus, foram

surpreendidos pela necessidade de alterar rapidamente a forma de atendimento, uma vez que, após decretada a quarentena no país, não foi mais possível dar continuidade aos atendimentos presenciais. A mudança de paradigma em decorrência de atendimentos por meio de plataformas virtuais implicou numa adaptação por parte deles e dos clientes e numa flexibilização em relação a alguns aspectos do relacionamento profissional, anteriormente estabelecido. Referem-se a problemas decorrentes da falta de privacidade vivida pelos clientes (e por eles próprios) para poderem falar livremente sobre seus problemas em ambientes compartilhados com cônjuges, filhos ou outras pessoas da família. Por outro lado, adentrar pela primeira vez os lares dos clientes representou uma ruptura com o setting terapêutico estabelecido e exigiu alguns acertos em relação a regras e contratos de trabalho. Um outro elemento peculiar foi referido em relação ao fato de que alguns clientes precisam refugiar-se em banheiros ou quintais para conseguirem privacidade para conversar com o psicoterapeuta e isto provoca situações inusitadas no contato a distância, além de eventuais interrupções que não ocorreriam nos consultórios. As disparidades regionais fazem-se presentes em relação a dificuldades com a qualidade e disponibilidade de serviços de acesso à Internet. Para eles, a pandemia deflagrou novos conteúdos ou ampliou conteúdos já vivenciados pelos clientes, mas não lhes parece ter alterado significativamente o modo de ser das pessoas atendidas. No entanto, é flagrante o incremento de sintomas de ansiedade e depressão nos clientes como decorrência do medo da morte, da perda de entes queridos ou em função da falta de perspectiva financeira ou perda de emprego. Em decorrência, a maioria dos participantes apontou uma diminuição no número de atendimentos semanais, implicando em perda financeira que acarreta preocupação em relação ao futuro. Interessante perceber que os psicoterapeutas mais velhos parecem adaptar-se melhor às alterações na rotina e forma de trabalho. Todos reclamam de um novo tipo de cansaço motivado pelo desconforto de terem que ficar longos períodos sentados à frente de uma tela numa mesma posição; sentem falta da espontaneidade proporcionada pelas salas de atendimentos onde podiam usufruir de maior conforto e de um contato visual de corpo inteiro com os clientes. Também usufruíam de maior privacidade para exercer a atividade num ambiente profissional apropriado. Um elemento positivo apontado pelos participantes diz respeito à possibilidade de

trocas e interlocuções mais frequentes com colegas e grupos de estudo durante este período em que todos permanecem em casa porque não se perde tempo com deslocamentos e viagens para este tipo de reuniões que também estão acontecendo a distância. Um último elemento que parece ser compartilhado por todos os participantes é a incerteza frente ao futuro: embora adaptados às novas condições de trabalho, perguntam-se sobre o que acontecerá após a pandemia; se haverá mudanças significativas nas relações com os clientes ou não. Grande parte dos clientes atendidos online já haviam iniciado a psicoterapia anteriormente. Todos manifestaram, no entanto, a certeza de que pretendem dar continuidade a atividade de psicoterapeutas, embora alguns sintam-se animados com a ideia de que outras formas de atenção psicológica poderão surgir e serão bem-vindas. Não foram constatadas diferenças importantes quanto às experiências comunicadas por homens e mulheres, embora o número de participantes do sexo feminino tenha sido consideravelmente maior. Quanto às diferenças regionais, fizeram-se mais presentes em função da disparidade conjuntural de expansão da COVID 19 no país e não pelo sentido atribuído ao trabalho especificamente. Por exemplo, psicoterapeutas das regiões mais atingidas pela pandemia no momento dos encontros, sudeste e norte, enfrentavam sentimentos de medo e angústia semelhantes aos dos clientes atendidos, fato que dificultava um pouco a capacidade para se concentrarem nas vivências dos clientes sem se identificarem, em alguma medida, com elas.

Discussão

As repercussões da eclosão da pandemia da Covid-19 são imprevisíveis, de proporções globais e têm sido comparadas às duas Guerras Mundiais, à quebra da bolsa de Nova Iorque nos anos 1920, à gripe espanhola ou à peste negra. Inúmeros são os impactos sociais, políticos, financeiros e ecológicos, dentre outros. Se, por um lado, pessoas estão em confinamento e o mundo entra em recessão econômica, por outro há relatos de melhoras nos ecossistemas naturais, qualidade do ar, da água e da vida selvagem (Corlett et al., 2020). A afirmação existencialista de que quando uma pessoa faz uma escolha, decide por toda a humanidade (Sartre, 1978), ganha drástica concretude quando se observam tensões sociais e acaloradas discussões em função da necessidade de quebra da cadeia de contágio, uso de máscaras ou posicionamento pessoal diante do isolamento social.

Essa perspectiva é a base do Modelo Processual de Gendlin (2018). Ele propôs um modelo de compreensão sobre os fenômenos vitais que tem como pressuposto essencial uma interação primordial da natureza, como um todo. Assim, o ser humano é visto como parte integrante de um sistema complexo, carregado de uma trama intrincada de potenciais sentidos implícitos, numa compreensão totalmente oposta ao mecanicismo. Essa perspectiva condiz com as observações de Colomby e Costa (2018) e de Colomby et al. (2018) no tocante às múltiplas dimensões a serem consideradas para a compreensão do sentido do trabalho.

O contexto global exemplifica o argumento de que processos geram estruturas e não o oposto (Gendlin, 2012). Em nível macro, significa que as nações terão que responder à maneira como o mundo está configurado e repensar modelos de saúde, sociais, econômicos, produtivos, políticos, educacionais, culturais, entre outros. No nível micro, foi possível observar que os participantes do presente estudo também precisaram se reposicionar diante de novas contingências, como alertam Oliveira et al. (2020).

Da mesma forma, a busca por sentido em variadas esferas da vida pode configurar um elemento de proteção à saúde psicológica, ao passo que, a falta dele implica sofrimento angustiante, como enfatiza Frankl (2008). Notícias a respeito de ações solidárias, apoio aos profissionais da chamada “linha de frente” (especialmente os da área da saúde) são tão frequentes quanto às relativas ao aumento do estresse, ansiedade, depressão, corroborando as considerações de Brooks et al. (2020) e de Jung e Jun (2020). Os participantes deste estudo, de maneira geral, mostraram-se disponíveis e interessados no bem-estar dos seus clientes. No entanto, eles próprios foram pessoalmente afetados de maneiras diversas, em função da região onde residem. Aqueles que atuam nas regiões sudeste e norte foram mais demandados; outros expressavam maior apreensão à medida que os casos aumentavam em seu entorno. Esses elementos vão ao encontro das reflexões de Schmidt et al. (2020) e indicam a importância do cuidado, não só com a população em geral, mas também com os profissionais da saúde.

A análise dos dados do presente estudo corrobora pesquisas anteriores quanto à possibilidade de atendimentos psicoterápicos serem oferecidos a distância sem o comprometimento da sua qualidade, embora, na maioria dos casos, os profissionais entrevistados estivessem dando continuidade a processos terapêuticos já

iniciados anteriormente de maneira presencial. A experiência dos participantes vai ao encontro das conclusões de Pieta e Gomes (2014) de que a psicoterapia por meio virtual é promissora em função de não prejudicar a relação terapêutica e configurar uma alternativa interessante em um país de dimensões continentais como o Brasil.

Na prática, eles estão tendo que inovar as maneiras de exercer a psicoterapia, o que atualiza as necessidades apontadas por diversos autores, dentre os quais, Pieta et al. (2015), Siegmund et al. (2015), C. G. Rodrigues e Tavares (2016), uma vez que a realidade atual impõe mudanças que não haviam sido previstas em estudos anteriores, realizados em um momento no qual a psicoterapia online era, apenas, uma possibilidade. Com o advento da pandemia e a necessária flexibilização das normas do Conselho Federal de Psicologia (Resolução nº 4, 2020), a exceção tornou-se regra em um brevíssimo espaço de tempo e sem que os profissionais tivessem, em sua maioria, se capacitado para esta modalidade de atendimento a distância.

Dentre as dificuldades apontadas pelos participantes, a falta de privacidade foi, sem dúvida, a mais relevante. Ficou mais evidente em relação aos clientes que não podem contar com um ambiente doméstico que lhes assegure espaço físico adequado para se sentirem seguros para compartilhar com o psicoterapeuta seus problemas emocionais. Essa constatação confirma as considerações de Roesler (2017) sobre as condições não serem favoráveis; porém, também encontra respaldo nos achados de Singulane e Sartre (2017), pois nos casos em que a privacidade não estava ameaçada, o processo terapêutico pôde prosseguir sem prejuízo. Alguns dos participantes manifestaram desconforto, também, em relação a terem que atender a partir de seus lares, implicando num esforço de adaptação. Paradoxalmente, porém, foi percebida uma melhora na relação com alguns clientes que pareciam apreciar este novo tipo de intimidade com o psicoterapeuta.

A mudança compulsória para o ambiente virtual também trouxe fatores positivos. Vários participantes relataram ter passado a considerar mais a possibilidade de atuar online e, diante disso, a perceber que essa pode ser uma alternativa mais viável para uma parcela dos clientes, especialmente em função da redução de custos com deslocamentos e, assim, poderem dispor de mais tempo para realizar as atividades cotidianas. Este dado sinaliza um avanço em relação ao constatado por Hallberg e Lisboa (2016), ainda que de maneira

não planejada. Por seu lado, os próprios participantes demonstraram satisfação em poderem participar mais de grupos de estudos, fóruns, *lives* em redes sociais e discussões online, o que lhes trouxe um sentimento de pertencimento.

O valor atribuído à liberdade e autonomia foi muito enfatizado por todos. O suporte oferecido por uma organização para que seus trabalhadores possam ter uma atitude proativa no ambiente laboral foi constatada como algo capaz de promover maior sentido e criatividade no trabalho, de acordo com Akgunduz et al. (2018). Tal autonomia não é problema no caso dos psicoterapeutas, mas a sensação de isolamento ou solidão pode ser. Para eles, a nova realidade de contatos virtuais em salas de videoconferências surtiu um efeito inesperado e bem-vindo, mitigando tal distanciamento. Com efeito, permitiu a viabilidade desta pesquisa, que contou com participantes geograficamente muito distantes. Esses fatores também contribuem para um melhor equilíbrio entre recursos e demandas, conforme se avalia por meio do modelo JDR (Anthon & Innstrand, 2016).

Quanto à relevância social das psicoterapias num contexto de urgência sanitária mundial, parece interessante retomar o posicionamento de Bendassolli e Gondim (2014) no sentido de que se torna necessário superar a limitação trazida por uma discussão entre significados e sentidos do trabalho que distingue o significado como uma produção coletiva e o sentido como uma produção individual. Aqueles autores sugerem uma tríade que inclua o caráter mediador do trabalho como atividade que situa a pessoa no mundo. Esta perspectiva nos parece bastante pertinente à prática do psicoterapeuta como mediadora de um reposicionamento das pessoas num contexto de mudanças rápidas e inéditas que as obriga a rever as maneiras cotidianas de viver e relacionar-se. Constatação semelhante foi apontada por Hill et al. (2015) e por Kernes e Kinnier (2007), ao concluírem que psicoterapeutas experientes se sentem realizados, conectados e satisfeitos a partir da ajuda que conseguem disponibilizar aos clientes e à contribuição de seu trabalho para um mundo melhor.

Retomando os achados da pesquisa efetivada por Correia e Moreira (2016) que buscaram explorar os significados da relação intersubjetiva psicoterapeutas-clientes-mundo, nosso estudo também concluiu que o sentido do trabalho para os psicoterapeutas é construído numa dimensão de trocas mútuas. Estas possibilitam aos psicoterapeutas desenvolverem, eles

próprios, maior abertura à transformação a partir de uma experiência vicariante com seus clientes, sem que necessariamente tenham vivido as mesmas situações. Este ponto reveste-se de importância num contexto como o atual, pois a maturidade adquirida pelos psicoterapeutas em decorrência de atendimentos a pessoas impactadas pelos efeitos da pandemia, diretos ou indiretos, habilita-os a estarem capacitados a um papel de suporte e matriciamento a profissionais que estão atuando na linha de frente do combate a COVID19. Sem dúvida, os participantes do nosso estudo demonstraram comprometimento e disponibilidade para contribuir para minorar os efeitos psicológicos que ameaçam a saúde mental da população brasileira a partir da experiência vivida nas relações terapêuticas que funcionam como um microcosmo da sociedade.

Conclusões

Este estudo oportunizou um contato direto com mais de uma dezena de psicólogos experientes que atuam, predominantemente, como psicoterapeutas nas cinco regiões geográficas do Brasil num momento em que a pandemia causada pela disseminação do novo coronavírus já se apresentava alarmante por estar perfazendo uma curva ascendente em nosso país. Desenvolvemos uma pesquisa de campo que incluiu encontros dialógicos, conduzidos a distância com cada um dos participantes e que possibilitou a análise fenomenológica a partir da elaboração de narrativas compreensivas e de uma narrativa síntese, contendo os principais elementos significativos estruturantes em relação ao sentido que os participantes atribuem ao trabalho.

Considerando que todos os participantes estavam atendendo seus clientes de psicoterapia virtualmente, este tema surgiu espontaneamente nos diálogos, possibilitando que fossem exploradas as experiências recentes que as novas circunstâncias de isolamento social compulsório impuseram ao exercício profissional, suas decorrências para a relação psicoterapeuta-cliente e para o processo psicoterapêutico em si. As conclusões apontam para a manutenção da qualidade da relação terapêutica, a despeito das novas condições. Constatou-se, também, uma preocupação dos participantes em relação à preservação da dimensão ética na prática terapêutica, independente da abordagem adotada. Tal cuidado foi expresso na descrição de diversas adaptações que visavam preservar a privacidade do

atendimento e o sigilo profissional, mesmo quando as sessões terapêuticas tiveram que passar a acontecer mediadas por dispositivos virtuais.

Foi possível perceber que o fato da formação do psicoterapeuta incluir o cuidado com sua própria saúde mental habilita-o a enfrentar esta fase de transformação na vida cotidiana das pessoas e em seus hábitos de convivência com serenidade e abertura a novas experiências. Este elemento é extremamente significativo no sentido de serem os psicoterapeutas capazes de contribuir para estratégias de enfrentamento aos efeitos da pandemia na saúde mental da população.

Referências

- Akgunduz, Y., Alkan, C., & Gök, Ö. A. (2018). Perceived organizational support, employee creativity and proactive personality: The mediating effect of meaning of work. *Journal of Hospitality and Tourism Management, 34*, 105-114. doi: 10.1016/j.jhtm.2018.01.004
- Anthon, K. S., & Innstrand, S. T. (2016). The predictive value of job demands and resources on the meaning of work and organisational commitment across different age groups in the higher education sector. *Journal of Higher Education Policy and Management, 38*(1), 53-67. doi: 10.1080/1360080X.2015.1126890
- Bendassolli, P. F., & Gondim, S. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances En Psicología Latinoamericana, 32*, 131-147. doi: 10.12804/apl32.1.2014.09
- Bispo, D. A., Dourado, D. C. P., & Amorim, M. F. C. L. (2013). Possibilidades de dar sentido ao trabalho além do difundido pela lógica do Mainstream: um estudo com indivíduos que atuam no âmbito do movimento Hip Hop. *Organizações & Sociedade, 20*(67), 717-731. doi: 10.1590/s1984-92302013000400007
- Brisola, E. B. V., Cury, V. E., & Davidson, L. (2017). Building comprehensive narratives from dialogical encounters: A path in search of meanings. *Estudos de Psicologia (Campinas), 34*(4), 467-475. doi: 10.1590/1982-02752017000400003
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S.; Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020) The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet, 395*(10227), 912-920. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8
- Carvalho, H. M., & Matos, P. M. (2011a). Ser e tornar-se Psicoterapeuta parte I: diálogo entre experiências pessoais e profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão, 31*(1), 80-95. doi: 10.1590/S1414-98932011000100008
- Carvalho, H. M., & Matos, P. M. (2011b). Ser e tornar-se Psicoterapeuta parte II: diálogo entre mudanças pessoais e profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão, 31*(4), 778-799. doi: /10.1590/S1414-98932011000400009
- Colomby, R. K., & Costa, S. G. (2018). Perspectives on labor polysemy- theoretical foundations and study possibilities. *Revista de Administração Mackenzie, 19*(5). doi: 10.1590/1678-6971/eRAMG180082
- Colomby, R. K., Oltramari, A. P., & Rodrigues, M. B. (2018). Integrating perspectives: proposal for the analysis of work as a multifaceted

- phenomenon. *Revista de Gestão*, 25(1), 65-83. doi: 10.1108/rege-11-2017-007
- Comin, L. C., & Pauli, J. (2018). The meaning of work, organizational socialization and work context: the perspective of migrant workers. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 19(spe). doi: 10.1590/1678-6971/eramnd180088
- Corlett, R. T., Primack, R. B., Devictor, V., Maas, B., Goswami, V. R., Bates, A. E., ... Roth, R. (2020). Impacts of the coronavirus pandemic on biodiversity conservation. *Biological Conservation*, 246, 108571. doi: 10.1016/j.biocon.2020.108571
- Correia, K. C. R., & Moreira, V. (2016). A experiência vivida por psicoterapeutas e clientes em psicoterapia de grupo na clínica humanista-fenomenológica: uma pesquisa fenomenológica. *Psicologia USP*, 27(3), 531-541. doi: 10.1590/0103-656420140052
- Frankl, V. E. (2008). *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração* (25ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Galvão, M. F. G., Lemos, A. H. C., & Cavazotte, F. S. C. N. (2018). Revisiting the mainstream: The meaning of work for people with acquired disabilities. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 19(spe). doi: 10.1590/1678-6971/eramnd180079
- Gendlin, E. T. (1962). *Experiencing and the creation of meaning*. Evanston: Northwestern University Press.
- Gendlin, E. T. (2012). Process generates structures: Structures alone don't generate process. *The Folio*, 23(1), 3-13. Recuperado de http://previous.focusing.org/folio/Vol23No12012/01_Gendlin_FocusingResearch.pdf
- Gendlin, E. T. (2018). *A process model*. Evanston: Northwestern University Press.
- Hallberg, S. C. M., & Lisboa, C. S. M. (2016). Percepção e uso de tecnologias da informação e comunicação por psicoterapeutas. *Temas em Psicologia*, 24(4), 1297-1309. doi: 10.9788/TP2016.4-06
- Hill, C. E., Kanazawa, Y., Knox, S., Schauerman, I., Loureiro, D., James, D., ... Moore, J. (2015). Meaning in life in psychotherapy: The perspective of experienced psychotherapists. *Psychotherapy Research*, 27(4), 381-396. doi: 10.1080/10503307.2015.1110636
- Jung, S. J., & Jun, J. Y. (2020). Mental health and psychological intervention amid COVID-19 outbreak: Perspectives from South Korea. *Yonsei Medical Journal*, 61(4), 271-272. doi: 10.3349/ymj.2020.61.4.271
- Kernes, J. L., & Kinnier, R. T. (2007). Meaning in Psychologists' personal and professional lives. *Journal of Humanistic Psychology*, 48(2), 196-220. doi: 10.1177%2F0022167807300204
- Lai, J., Ma, S., Wang, Y., Cai, Z., Hu, J., Wei, N., ... Hu, S. (2020). Factors associated with mental health outcomes among health care workers exposed to coronavirus disease 2019. *JAMA Network Open*, 3(3), e203976. doi: 10.1001/jamanetworkopen.2020.3976
- Medeiros, A. M. D. L., Lima, T. C. B., Paiva, L. E. B., & Araújo, R. D. A. (2018). Between juggling, stunts, and antics: The meaning of work for circus artists. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 19(spe). doi: 10.1590/1678-6971/eramnd180061
- Messias, J. C. C., & Cury, V. E. (2006). Psicoterapia centrada na pessoa e o impacto do conceito de experiência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 355-361. doi: 10.1590/S0102-79722006000300003
- Oliveira, W. A., Oliveira-Cardoso, E. A., Silva, J. L., & Santos, M. A. (2020). Impactos psicológicos e ocupacionais das sucessivas ondas recentes de pandemias em profissionais da saúde: revisão integrativa e lições aprendidas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200066. doi: 10.1590/1982-0275202037e200066
- Palma, E. M. S., & Gondim, S. M. G. (2019). Relations among psychotherapists' epistemic orientation, personal style and emotion regulation. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35426. doi: 10.1590/0102.3772e35426
- Pieta, M. A. M., & Gomes, W. B. (2014). Psicoterapia pela internet: viável ou inviável? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 18-31. doi: 10.1590/s1414-98932014000100003
- Pieta, M. A. M., Siegmund, G., Gomes, W. B., & Gauer, G. (2015). Desenvolvimento de protocolos para acompanhamento de psicoterapia pela Internet. *Contextos Clínicos*, 8(2), 128-140. doi: 10.4013/ctc.2015.82.02
- Resolução nº 11. (2018, 11 de maio). Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-11-2018-regulamenta-a-prestacao-de-servicos-psicologicos-realizados-por-meios-de-tecnologias-da-informacao-e-da-comunicacao-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-11-2012-?origin=instituicao&q=11/2018>
- Resolução nº 4. (2020, 26 de março). Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=004/2020>
- Rodrigues, A. L., Barrichello, A., Irigaray, H. A. R., Soares, D. R., & Morin, E. M. (2017). Work and its meanings: A study of forensic experts in the Federal Police. *Revista de Administração Pública*, 51(6), 1058-1084. doi: 10.1590/0034-7612159318
- Rodrigues, C. G., & Tavares, M. A. (2016). Psicoterapia online: demanda crescente esugestões para regulamentação. *Psicologia em Estudo*, 21(4), 735-744. doi: 10.4025/psicoestud.v21i4.29658
- Roesler, C. (2017). Tele-analysis: The use of media technology in psychotherapy and its impact on the therapeutic relationship. *Journal of Analytical Psychology*, 62(3), 372-394. doi: 10.1111/1468-5922.12317
- Sartre, J.-P. (1978). *O existencialismo é um humanismo* (4ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200063. doi: 10.1590/1982-0275202037e200063
- Sharabi, M. (2018). Ethno-religious groups work values and ethics: The case of Jews, Muslims and Christians in Israel. *International Review of Sociology*, 28(1), 171-192. doi: 10.1080/03906701.2017.1385226
- Siegmund, G., Janzen, M. R., Gomes, W. B., & Gauer, G. (2015). Aspectos éticos das intervenções psicológicas online no Brasil: situação atual e desafios. *Psicologia em Estudo*, 20(3), 437-447. doi: 10.4025/psicoestud.v20i3.28478
- Singulane, B. A. R., & Sartes, L. M. A. (2017). Aliança terapêutica nas terapias cognitivo-comportamentais por videoconferência: uma revisão da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 784-798. doi: 10.1590/1982-3703000832016

Sobre o sentido da prática clínica em tempos de pandemia: reflexões de psicoterapeutas brasileiros

- Spinelli-de-Sá, J. G., Lemos, A. H. D. C., & Cavazotte, F. S. C. N. (2017). Making a career in a male-dominated field: The meaning of work for women employed in the financial markets. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 18(4), 109-136. doi: 10.1590/1678-69712017/administracao.v18n4p109-136
- Tong, A., Sainsbury, P., & Craig, J. (2007). Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): A 32-item checklist for interviews and focus groups. *International Journal for Quality in Health Care*, 19(6), 349-357. doi: 10.1093/intqhc/mzm042
- Wang, L., Wang, Y., Ye, D., & Liu, Q. (2020). A review of the 2019 Novel Coronavirus (COVID-19) based on current evidence. *International Journal of Antimicrobial Agents*, 55(6), 105948. doi: 10.1016/j.ijantimicag.2020.105948

João Carlos Caselli Messias, Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), Docente permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia Avenida John Boyd Dunlop, s/n, Campinas, SP, CEP 13.060-904. Email: joao.messias@puc-campinas.edu.br / profjoaomessias@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6487-4407>

Vera Engler Cury, Doutora em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Docente permanente do Programa Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). Emails: vengler@puc-campinas.edu.br e/ou vency2985@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2721-3367>

Recebido em 31.mai.20

Revisado em 10.set.21

Aceito em 31.dec.21

“Matar o velho homem, nascer de novo”: Representações Sociais de homem e masculinidades na Igreja Universal do Reino de Deus

Alberto Mesaque Martins. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Adriano Roberto Afonso do Nascimento. Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Considerando a centralidade da vida religiosa na cultura brasileira e as exigências de mudança impostas pela experiência de conversão, esse estudo tem como objetivo analisar as Representações Sociais de homem construídas e difundidas entre frequentadores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Na perspectiva da Teoria das Representações Sociais, foram realizadas entrevistas com 12 homens, frequentadores da IURD, com idades entre 19 e 62 anos. As narrativas foram analisadas por meio da Análise Fenomenológica Interpretativa. Os resultados revelam que a experiência de conversão divide a biografia dos sujeitos e, a partir dela, os convertidos se envolvem num intenso processo de reorganização do modo como se percebem e percebem os outros, exigindo uma reconstrução de suas identidades pessoais e sociais, incluindo o modo como exercem suas masculinidades.

Palavras-chaves: masculinidade; religiosidade; psicologia social; representação social.

Abstract

“Kill the old man, be born again”: social representation of men and construction of masculinities in the Universal Church of the Kingdom of God. Considering the centrality of religious life in Brazilian culture and the changes demands imposed by the conversion experience, this study aims to analyse the social representations of men constructed and disseminated among members of the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG). Based on the perspective of the Social Representations Theory, we interviewed 12 men, members of the UCKG with ages between 19 and 62 years old. The narratives were analysed through Interpretive Phenomenological Analysis. The results reveal that the conversion experience divides the subjects' biography and the converts engage in an intense process of reorganization of the way they perceive themselves and perceive others, demanding a reconstruction of their personal and social identities, including the way they exercise their masculinities.

Keywords: masculinity; religiosity; social psychology; social representation.

Resumen

“Matar al viejo hombre, nacer de nuevo”: representaciones sociales del hombre y construcción de masculinidades en la Iglesia Universal del Reino de Dios. Teniendo en cuenta la centralidad de la vida religiosa en la cultura brasileña y las exigencias de cambios impuestas por la experiencia de conversión, este estudio tiene como objetivo analizar las representaciones sociales del hombre construidas y repartidas entre los fieles de la Iglesia Universal del Reino de Dios (IURD). Desde la perspectiva de la Teoría de las Representaciones Sociales, se realizaron entrevistas con 12 hombres, quienes frecuentaban la IURD, con edades entre 19 y 62 años. Las narrativas fueron analizadas por medio del Análisis Fenomenológico Interpretativo. Los resultados revelan que la experiencia de conversión divide la biografía de los sujetos y, a partir de ella, los convertidos se involucran en un intenso proceso de reorganización del modo en que se perciben a sí mismos y perciben a los demás, exigiendo una reconstrucción de sus identidades personales y sociales, incluyendo el modo en que ejercen sus masculinidades.

Palabras-clave: masculinidad, religiosidad, psicología social, representación social.

Nas últimas décadas, o cenário religioso brasileiro vem sofrendo importantes transformações, em especial no que se refere ao processo de reconfiguração da sua composição religiosa (Teixeira & Menezes, 2013). Nesse sentido, chama a atenção a redução contínua do número de católicos apostólicos romanos e o crescimento dos evangélicos, principalmente os pertencentes aos movimentos neopentecostais, sendo a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) uma das principais denominações desse seguimento (Mariano, 2014).

Sem desconsiderar a sua potencialidade de conectar os fiéis com uma dimensão transcendente, as religiões também se configuram como espaços de interação e sociabilidade, nos quais circulam crenças, atitudes e valores relacionados a diferentes objetos da vida cotidiana (Collares-da-Rocha & Souza Filho, 2014; Jodelet, 2009; Jodelet, 2013; Martins, 2019; Moscovici, 2011). Por meio dos dogmas e rituais, as instituições religiosas (re)produzem conhecimentos e saberes, socialmente compartilhados, que orientam como os fiéis devem se portar, tanto no que tange à vida religiosa, como também no que se refere à vida secular e cotidiana (Jodelet, 2009; Jodelet, 2013; Martins & Nascimento, 2019; Moscovici, 2011). Segundo Jodelet (2009), “a fé não se faz na solidão” (p. 216), sendo uma ação íntima e singular e, ao mesmo tempo, uma prática social.

Tratando-se do contexto brasileiro, marcado por um grande mercado religioso que oferta aos fiéis uma vasta gama de possibilidades de práticas religiosas, faz-se necessário ampliar a discussão e a compreensão sobre os fenômenos da adesão e da conversão religiosa (Ciscon-Evangelista & Menandro, 2011; D. Freitas & Holanda, 2014). No âmbito dos estudos sobre as religiões, o termo “conversão religiosa” tem sido utilizado tanto para designar o ingresso em uma nova religião, como também para compreender um processo de mudança que inclui transformações nas identidades e nos processos de subjetivação (D. Freitas & Holanda, 2014). Tal caracterização indica que ela pode ser um importante objeto para análise em Psicologia Social (Jodelet, 2009; Jodelet, 2013; Moscovici, 2011).

Para Jodelet (2013), a vida religiosa é “plena de crenças, regida por dogmas, estruturada por rituais, expressa em práticas privadas e coletivas” (p. 91), sendo considerada como um espaço profícuo para a produção e difusão de Representações Sociais, definidas pela autora como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo

prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22).

Segundo Moscovici (2003), as representações sociais são construídas por meio de dois processos. No primeiro, denominado ancoragem, os sujeitos buscam nos seus conhecimentos anteriores e experiências prévias subsídios que os auxiliam a compreender e a se posicionar frente ao fenômeno que causa estranhamento. No segundo, denominado objetivação, os sujeitos transformam seus modos de pensar em uma imagem, quase concreta, capaz de dar materialidade ao objeto das representações sociais.

De acordo com Jodelet (2013), a Teoria das Representações Sociais pode fornecer importantes subsídios para compreensão de fenômenos que compõem o campo religioso e a vida religiosa, uma vez que a religiosidade ocupa um lugar central na organização das práticas em sociedade, como também das concepções, valores e representações. Nesse sentido, a TRS oferece um arcabouço teórico e metodológico capaz de auxiliar os pesquisadores em campos ainda pouco explorados na Psicologia Social (Jodelet, 2013; Moscovici, 2011).

Nessa perspectiva, no campo religioso são construídas e difundidas teorias do senso comum que orientam os fiéis na busca por respostas que os auxiliem na compreensão de questões existenciais, como, por exemplo, a origem da vida e o significado da morte. Essas mesmas teorias auxiliam os sujeitos na interação com as outras pessoas e na busca por soluções para desafios cotidianos (Jodelet, 2009; Jodelet, 2013; Moscovici, 2011).

Nessa vertente, analisando as representações sociais de pecado para jovens católicos, evangélicos e sem religião, Collares-da-Rocha e Souza Filho (2014), por exemplo, identificaram a influência da afiliação religiosa na construção dos modos de pensar sobre esse tema. Segundo os autores, enquanto os jovens católicos e evangélicos representam o pecado por meio de aspectos mais prescritivos da moral, principalmente no que se refere às condutas interpessoais e com as entidades religiosas, aos valores éticos e aos juízos de valor, os jovens sem religião relacionam a ideia de pecado aos crimes comuns e ao desvio de normas e regras sociais gerais (Collares-da-Rocha & Souza Filho, 2014). Em outra pesquisa, analisando a experiência de brasileiros vinculados a igrejas pentecostais, Pacheco, Silva, e Ribeiro (2007) evidenciaram que a conversão produz a aquisição de novos grupos de referência, gerando mudanças

no autoconceito e a necessidade de reconstrução das identidades pessoais e sociais. Segundo os autores, “o grande milagre pentecostal é propiciado pela introdução de vidas fragmentadas no interior de uma comunidade que recoloca as histórias pessoais na perspectiva de novas identidades” (p. 57). Desse modo, os fiéis passam a fazer parte de um novo grupo, considerado, frequentemente, como uma nova família que os auxilia nos aspectos da vida religiosa e atua como uma importante rede social e comunitária, dando suporte para a vida diária (Pacheco et al., 2007).

Ciscon-Evangelista e Menandro (2011) ressaltam que a experiência de conversão neopentecostal insere os sujeitos em novos grupos de referência, pressionando-os a transformar os seus modos de compreender a si mesmos, aos outros e ao contexto no qual se encontram inseridos. Ainda segundo os autores, a inserção dos fiéis no novo grupo religioso exige uma transformação das suas identidades pessoais e sociais, bem como uma adequação dos seus modos de pensar, sentir e agir às normas e aos valores grupais (Ciscon-Evangelista & Menandro, 2011).

Vale ressaltar que, além de orientarem os sujeitos frente às demandas do cotidiano, as Representações Sociais também os auxiliam nos processos de construção identitária, uma vez que a noção de identidade social abarca em si a ideia de representação, integrando elementos cognitivos, afetivos e sociais (Desschamps & Moliner, 2008; Jodelet, 2001; Martins & Nascimento, 2019). Nessa perspectiva, a identidade, enquanto fenômeno psicossocial, é composta pelos conhecimentos do indivíduo sobre si mesmo, bem como sobre os grupos com os quais o sujeito se reconhece, se identifica e se diferencia no processo de interação social (Desschamps & Moliner, 2008).

Assim, por meio de um processo de coerção social, e visando atender às prescrições impostas pelo novo grupo de referência, após a conversão, os fiéis são pressionados a construir novos modos de pensar e agir sobre diferentes objetos do cotidiano, assim como, a produzirem novos modos de compreensão de si mesmos, inclusive no que se refere às questões de gênero (Dollinger, 2018; Jodelet, 2013; Martins, 2019). Essas últimas são aqui entendidas como parte de um complexo processo sócio-histórico e cultural onde as diferenças sexuais são transformadas em desigualdades sociais e legitimam, por exemplo, a violência dos homens sobre as mulheres e sobre outros homens (Martins, 2019).

Diferentes estudos apontam para a importância das crenças e práticas religiosas para a (re)produção de concepções sobre as masculinidades, revelando que essas instituições contribuem para a produção e difusão de representações e normas que orientam os fiéis no exercício de suas masculinidades (Agüero, 2007; Burchardt, 2017; Castro, 2018; Cavalcante & Pinezi, 2014; Dollinger, 2018; Eves, 2016; Machado, 2014; Martins, 2019; Martins & Nascimento, 2019; Masken, 2015; Mello, 2011). Analisando a construção identitária de rapazes evangélicos neopentecostais e espíritas kardecistas, Cavalcante e Pinezi (2014) destacam que o grupo religioso, em ambos os contextos, contribui para um novo modo de categorização de mundo, a partir das ideias de santo e profano, exigindo dos sujeitos uma nova maneira de pensar e agir, bem como uma negociação da sua masculinidade com sua identidade religiosa, buscando sustentar sua identidade social. Além disso, em ambos os grupos, foi possível perceber uma visão de gênero pautada na biologia, com a naturalização das diferenças entre os sexos e a superioridade dos homens sobre as mulheres, revelando marcas do processo de construção social das masculinidades (Castro, 2018; Cavalcante & Pinezi, 2014; Connel & Messerschmidt, 2013; Martins, 2019).

É preciso reconhecer que os modos de ser homem são múltiplos e sofrem variações relacionadas às épocas e ao contexto no qual esses sujeitos encontram-se inseridos (Connel & Messerschmidt, 2013). Apesar da diversidade de possibilidades de compreensão e exercício das masculinidades, Connel e Messerschmidt (2013) destacam a importância de se considerar a existência e predominância de um padrão, denominado modelo de masculinidade hegemônica. Trata-se de um padrão de práticas idealizadas e desenvolvidas por homens cotidianamente, bem como uma diversidade de expectativas sociais que determinam o que é esperado de um “homem de verdade”, em detrimento de outros modos de vivenciar as masculinidades (Connel & Messerschmidt, 2013).

Assim, durante o processo de socialização e no âmbito das interações sociais, diferentes atores e instituições operam com o objetivo de levar os homens a incorporarem os padrões, ideais e expectativas acerca da virilidade. Nesse contexto, destacamos as instituições religiosas que também exercem influência nos modos de pensar, sentir e agir dos fiéis sobre diferentes aspectos de suas vidas (Costa, 2015; Eves, 2016; S. Freitas, 2017; Martins & Nascimento, 2019; Masken, 2015; Mello, 2011).

Nessa perspectiva, estudos apontam para a importância das igrejas neopentecostais, como a IURD, enquanto espaços de socialização que (re)produzem normas e concepções acerca de como esses sujeitos devem vivenciar suas masculinidades (Burchardt, 2017; Castro, 2018; Costa, 2015; S. Freitas, 2017; Martins & Nascimento, 2019; Mello, 2011). A partir de interpretações literais dos textos sagrados, os fiéis passam a conceber a masculinidade como natural, divina e superior à feminilidade (Costa, 2017; S. Freitas, 2017; Martins, 2019). Além disso, os homens são representados como chefes de suas famílias, provedores e naturalmente empreendedores, contribuindo para que as desigualdades de gênero sejam percebidas como naturalmente e divinamente determinadas (Burchardt, 2017; Castro, 2018; Dollinger, 2018; Eves, 2016; Martins, 2019; Mello, 2011).

Por outro lado, há estudos que destacam que a conversão religiosa também exige dos homens uma nova organização dos modos de pensar acerca das relações de gênero, em especial sobre os sentidos de ser homem e como exercer a sua masculinidade (Burchardt, 2017; Dollinger, 2018; Eves, 2016; Martins & Nascimento, 2019). Investigando a construção de masculinidades no pentecostalismo chileno, Agüero (2007) desataca que, após a conversão religiosa, os homens são pressionados a romper com o estilo de vida anterior e a construir um novo modo de perceber e exercitar suas masculinidades, abandonando o consumo de álcool e outras drogas, a violência física, as práticas sexuais fora do casamento e passando a dedicar maior tempo a sua família, especialmente a sua esposa e aos seus filhos. Ainda segundo o autor, a conversão não altera apenas as crenças religiosas dos homens, mas exige também a construção de uma nova identidade pessoal e social, produzindo uma redefinição das suas ideias sobre gêneros (Agüero, 2007).

Analisando as experiências de conversão masculina no contexto prisional e da criminalidade, autores como Agüero (2007), Machado (2014) e Costa (2017) também apontam para a importância desse evento para a transformação dos modos de pensar e exercer as masculinidades. Segundo os autores, após a conversão, os homens se veem às voltas com a necessidade de produzir transformações em suas subjetividades e de construir uma nova identidade masculina, em geral delineada em contraposição aos homens que eram antes de aderirem ao novo grupo religioso (Costa, 2017; Dollinger, 2018; S. Freitas, 2017; Machado, 2014).

Desse modo, considerando a centralidade da vida religiosa na cultura brasileira e as exigências de mudança impostas pela experiência de conversão religiosa, esse estudo tem como objetivo identificar e analisar as Representações Sociais de homem construídas e difundidas entre frequentadores da IURD.

Método

Foram realizadas entrevistas com 12 homens que frequentam a IURD, com idades entre 19 e 62 anos, selecionados por meio dos seguintes critérios de intencionalidade, também utilizados como critérios de inclusão dos participantes: ser homem maior de 18 anos, frequentar a IURD há, pelo menos, 06 meses e aceitar o convite de participação. A princípio, esperava-se utilizar a técnica de bola de neve, na qual o pesquisador indica o primeiro participante e, em seguida, os entrevistados indicam novos sujeitos. Entretanto, observou-se uma grande dificuldade de acessar o público da pesquisa, sobretudo no que se refere ao receio expresso por alguns entrevistados de que a pesquisa pudesse contribuir para a difamação da IURD. Dificuldades semelhantes também foram encontradas por outros pesquisadores de igrejas neopentecostais, que também tiveram que ser criativos para lidar com as inseguranças quando a presença de um pesquisador interessado nas suas experiências religiosas (Machado, 2013). Nesse sentido, foi necessário recorrer a outra estratégia e, a partir de mensagens postadas numa rede social do pesquisador principal, direcionadas às pessoas do seu círculo de interação social, foi solicitada a indicação de homens que atendessem aos critérios de inclusão. Vale ressaltar que, durante esse processo, foram contatados 32 homens com perfil de participação, mas apenas 12 aceitaram o convite para realização da entrevista, os quais compuseram o grupo de participantes do estudo.

Foram realizadas entrevistas narrativas episódicas que, segundo Flick (2009), concentram-se na compreensão dos relatos dos sujeitos acerca de fatos, episódios e acontecimentos que se mostram relevantes para a compreensão do fenômeno estudado, nesse caso a sua história de conversão religiosa. As entrevistas foram orientadas por um roteiro semiestruturado que procurou explorar as narrativas dos homens sobre a vida antes do ingresso na IURD, o processo de conversão religiosa, as mudanças

Resultados¹

percebidas após esse evento, bem como seus modos de pensar, sentir e agir em relação às suas masculinidades. Os locais e as datas das entrevistas foram indicados pelos próprios participantes. Cabe ressaltar que, dos 12 entrevistados, nove optaram por realizar as entrevistas nas dependências de um dos templos da IURD, após a reunião religiosa. As demais entrevistas foram realizadas nas residências dos homens participantes.

As entrevistas, que duraram em média 60 minutos, foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da Abordagem Fenomenológica Interpretativa que, conforme destacam Smith e Eathough (2010), percebe os sujeitos como autointerpretantes que, a todo o momento, se encontram convocados a dar sentidos aos fenômenos. Em outras palavras, a AFI procura analisar “como os indivíduos dão sentido às suas experiências” e compreender “o significado particular que as experiências, os estados, os eventos e os objetos têm para os participantes” (Smith & Eathough, 2010, p. 324).

No presente estudo, foi utilizada a proposta de Trindade, Menandro, e Gianordoli-Nascimento (2007), que propuseram a adaptação da AFI para o estudo de Representações Sociais. Seguindo essa proposta, realizou-se uma leitura exaustiva das transcrições literais e, em seguida, cada entrevista foi transformada em uma narrativa individual, mantendo uma atitude de redução fenomenológica na qual pudessem ser apreendidos os sentidos atribuídos pelos participantes à sua masculinidade. Finalizada essa etapa, as entrevistas foram reorganizadas em narrativas individuais, por meio de uma linguagem parcialmente padronizada, mas que procurou preservar as unidades de significado e as vivências dos participantes. Por fim, as narrativas individuais foram reunidas em uma narrativa coletiva que integrou os diferentes sentidos e experiências dos entrevistados, possibilitando perceber os pontos de similaridade entre os participantes (Trindade, Menandro, & Gianordoli-Nascimento, 2007).

Os entrevistados foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto de pesquisa foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais, em cumprimento da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e recebeu parecer favorável número 2.527.415.

A Vida antes da Conversão

A etapa da vida antes da conversão foi caracterizada pelos entrevistados como um momento de muitos problemas e sofrimento. Nesse sentido, Marcos² afirma que, “antes da Universal”, sua vida era “uma bagunça” e Mateus relata que a sua “vida era meio avacalhada, muito mais complicada”. Para João, “a vida não tinha sentido”. Guardadas as singularidades da história de vida de cada participante, é possível perceber a recorrência de alguns temas que apontam para um estilo de vida muito semelhante entre esses homens, marcado pela pobreza, pelo sofrimento e por um modo similar de experienciar suas masculinidades.

De modo geral, antes da conversão, todos os entrevistados conviviam com a escassez de recursos financeiros, revelando uma vida marcada pela pobreza e pela falta de bens materiais, em especial, a casa própria. Nesse sentido, Tomé afirma que a sua vida e a da sua esposa “era uma tragédia”, pois “não tinham nem casa pra morar”. Por sua vez, Pedro lembra que tinha “uma vida financeira fracassada”, chegando a ser “despejado” de casa.

Além disso, todos os entrevistados relatam envolvimento prévio com álcool e outras drogas. Tiago lembra que, antes de se converter, “se envolveu muito com droga e, para se manter, começou a vender também”. André afirma que “praticamente virou alcoólatra”, assim como Lucas relata que “fumava maconha e cheirava cocaína”.

Os participantes lembram que possuíam outro estilo de vida, marcado por festas noturnas, onde o álcool, as drogas e o sexo compunham a cena de sociabilidade. Desse modo, Judas lembra que, embora fosse casado, “praticava coisas erradas”, como “beber e se prostituir³”. Lucas conta que “se prostituía muito, com muitas mulheres” e também “traía muito a sua esposa”. Simão recorda que “fazia tudo errado”, pois “não tinha esse entendimento que o sexo fora do casamento é pecado” e, por isso, se “prostituía” com a sua namorada.

Vale ressaltar que, antes da conversão, quatro entrevistados se envolveram com atividades criminosas, em especial com o tráfico de drogas, gerando uma série de situações conflitivas com a polícia. Nessa direção, Tiago conta que “ficou preso por dois meses”, pois ele e “dois amigos se envolveram em uma briga” em um bar. Já Pedro lembra que, “antes da conversão, infringiu todas as leis: estava no meio do tráfico de drogas

e roubava, matava e fazia várias atrocidades nesse mundo”, que o levaram a ser preso “várias vezes”.

Os entrevistados também destacam a fragilidade das relações com seus familiares, em especial no que se refere aos seus pais, recorrentemente percebidos como homens violentos e agressivos, dos quais deveriam se esforçar para se diferenciarem. Nesse sentido, André conta que seu pai “era alcoólatra e agredia” sua mãe, chegando a tentar matá-la em sua frente. Ele lembra que “tinha na cabeça” que ser homem “era ser totalmente o contrário do seu pai”. Bartolomeu destaca que seu pai era usuário de “maconha e sempre batia muito na sua mãe” e os “colocava pra fora de casa”, o que, segundo ele, “foi gerando uma rebeldia muito grande”.

Outro ponto que chama a atenção na fala dos entrevistados diz respeito ao que eles denominam como um “vazio” que sentiam antes de se converterem. Assim, João lembra que, antes de se converter, sentia que “tinha um vazio” dentro de si, um sentimento de que lhe “faltava alguma coisa”, gerando o desejo de “querer saciar com alguma coisa: às vezes era festa, balada, mulheres”. Em alguns casos, a experiência de vazio se estendia para outros contextos mais graves, culminando em situações de adoecimento psíquico e, até mesmo em tentativas de suicídio. Nesse sentido, André conta que “criou um complexo dentro de si”, passando a se sentir “chutado e culpado de todo o sofrimento” de sua família. Também passou a ter “pensamentos negativos” que o levaram a tentar se matar três vezes. Judas, por sua vez, lembra que teve “depressão”, que “ficava só num quarto escuro, chorando” e naquela época, “virou um zumbi”. Ele também relata que sentia “um vazio, a falta de alguma coisa no interior”, e lembra que “não tinha prazer pra fazer nada”, culminando em uma “tentativa de suicídio”.

As narrativas também revelam o modo como esses sujeitos viviam suas masculinidades no período que antecede a conversão. Nesse sentido, é possível constatar a existência de um padrão de exercício das masculinidades pautado na agressividade, na indisciplina, na sedução de várias mulheres e no descontrole de suas emoções e comportamentos. Assim, Tomé lembra que “era um machão e tudo era querer brigar com os outros”. Para Bartolomeu, “ser homem era você ter muitas mulheres, ser o pegador, o que pega muita mulher”. Já Simão acreditava que ser homem “era assim: homem tem dinheiro, homem tem isso, tem aquilo, era pegar várias mulheres, sair, ser o machão, ser o cara que todo mundo aponta: ‘aquele cara ali é perigoso, não mexe

com ele não que ele é bravo””. Felipe afirma que “tinha aquela visão bem medieval de que o homem era pra ser pai de família e só, que era para trabalhar e sustentar a casa”.

Ao olharem para o passado, alguns participantes afirmaram que, antes da conversão, não eram homens, pelo menos da forma como acreditavam ser no momento da entrevista. Nesse sentido, Pedro conta que “não poderia se descrever como homem, porque uma pessoa que é homem suficiente, ela não rouba, não mente, ela não pratica tais atrocidades que prejudicam o próximo”. Segundo ele, essas “não são atitudes de um homem de verdade”, mas coisas de “um moleque mesmo”.

A Vida após a Conversão

Conforme já destacado anteriormente, a conversão aparece no discurso dos entrevistados como um evento central que divide a biografia dos participantes, revelando se configurar como um importante momento da vida desses sujeitos. Analisando o conjunto de narrativas, é possível perceber que a procura pela igreja e a experiência de conversão se dá num momento de grandes adversidades, onde os homens já não dispunham de condições individuais para lidar com o sofrimento e os problemas do cotidiano. Nesse sentido, Bartolomeu conta que “foi detido e julgado de associação ao tráfico de drogas” e, naquele momento, “começou a ver o caminho que estava e se viu perdido, no fundo do poço”. Judas conta que “foi para a igreja” quando sentiu que “já estava sem razão de viver mais”. João procurou uma igreja “por causa da sua busca pelo sentido da vida” e André em um momento em que vivia muitos problemas financeiros e com a “bebida”.

Considerando a experiência de conversão, os entrevistados passam a narrar uma série de transformações que observaram em diferentes áreas da sua vida, em especial a melhoria das condições financeiras e dos recursos materiais, o abandono do álcool e das drogas, o preenchimento do “vazio” e o reestabelecimento da saúde física e mental. Assim, Judas afirma que, “uma semana” após a experiência de conversão, “a depressão saiu, o desejo de suicídio acabou e já dormia automaticamente”. Tiago afirma que, a partir do “momento” da conversão, “pegou firme e, com dois meses, conseguiu parar” de usar drogas. Bartolomeu lembra que “as pessoas e as viaturas paravam lá na porta da igreja, onde fazia o Ponto de Fé, para lhe dar os parabéns”. Segundo

ele, as pessoas “não acreditavam no que estavam vendo”, pois viveu uma “mudança da água pro vinho”.

Os entrevistados também apontam para uma série de transformações em seus casamentos e em suas relações com os seus familiares. Nesse sentido, Tomé relata que “Deus mudou a sua vida e da sua esposa” e afirma que agora tem “um outro comportamento” em seu casamento, passando a saber “tratar as pessoas e manter a calma”. Lucas, por sua vez, conta que “seu casamento é outro e o relacionamento com seus filhos é outro” também, passando a ter “aquele diálogo” com sua esposa e filhos “que não tinha antigamente”.

Outra mudança destacada pelos entrevistados diz respeito às suas condições financeiras e materiais que, segundo eles, melhoraram após a conversão. Nesse sentido, Judas afirma que “Deus está restaurando” tudo aquilo que “perdeu” antes da conversão. Já Mateus lembra que, “quando foi pra igreja, morava num barracãozinho de dois cômodos, lá nos fundos” e hoje está “numa casa melhor”, pois “tem churrasqueira, tem mesa grande, tem sinuca, tem duas geladeiras na cozinha” e até uma “hidromassagem daquela de dose dupla”.

Vale destacar que os participantes também fizeram modificações importantes em seus círculos de amizade e sociabilidade, rompendo com as amizades do período anterior à conversão e estabelecendo novos vínculos afetivos. Assim, Tiago lembra que “a primeira coisa que fez foi se separar dos que se diziam seus amigos”, já que, “se você quer levar uma vida certa, não tem como ter as amizades que fazem tudo errado”. Felipe conta que “começou a trabalhar na igreja e abandonou seus relacionamentos de fora e começou a viver de uma forma diferente”.

Os entrevistados também relataram mudanças na forma que percebiam e exercitavam suas masculinidades, de maneira que muitos deles passaram a se perceber como “novos homens”, pautados em outros valores distintos do período anterior à conversão. Nesse sentido, Simão afirma que “hoje é totalmente diferente, pois é um novo homem, uma nova pessoa que anda na contramão do mundo”. André reconhece que, hoje, “ser homem é totalmente diferente” do que imaginava ser antes: “é ser respeitoso, ser responsável, ter responsabilidade, obedecer a Deus, ser fiel em tudo, nos seus compromissos e na palavra de Deus”. Para Felipe, o homem “tem uma função de auxílio”, devendo ser “mais auxiliar, mais participativo”, em especial “dentro de casa”. Já para Marcos a mudança no modo de viver

a masculinidade inclui a necessidade de “você olhar pra uma mulher e não desejar aquela mulher, mas ver ela como uma pessoa de Deus, uma alma”. Bartolomeu conta que é necessário “ser homem de uma só mulher”. Ou seja, ao contrário do “homem do mundo”, o homem cristão deve “ter os olhos da fé, capaz de olhar” uma mulher, mesmo contrariando o “instinto do homem”, mas “sem cobiçar”.

É preciso destacar que, para os entrevistados, trata-se de uma transformação interna que envolve o “novo nascimento” de “um novo homem” que substituiria uma suposta natureza masculina anterior ao processo de conversão. Nesse sentido, Simão afirma que, após “conhecer o Senhor Jesus, sua velha natureza”, o seu “velho Adão carnal morreu e nasceu de novo”. Já Felipe conta que, após a conversão, “realmente nasceu de novo”. Segundo João, “quando a pessoa se converte, ela nasce de novo, de Deus, ela se torna um novo caráter”, ou seja, ela passa a “ser uma pessoa honesta, íntegra, reta”. Felipe conta que se batizou “para se arrepender dos pecados, para matar o velho homem e nascer de novo e se liberar dos seus pecados”.

Ainda no que se refere a essa *natureza* masculina, descrita pelos entrevistados, Tiago explica que “os homens têm um instinto carnal, diferente do instinto carnal das mulheres” e precisam “dominar” isso, revelando a necessidade desse “velho homem” ser mantido sob controle do “novo homem”, mesmo após a conversão. Já Bartolomeu destaca que “o homem que domina a si mesmo consegue dominar todas as áreas da sua vida”.

Durante as narrativas, é possível perceber que os participantes fazem uma diferenciação entre o “mundo lá fora” e a “igreja”. Nessa vertente, Felipe explica que o “mundo” se refere “ao mundo não-cristão”, ou seja, “o mundo significa as práticas pecaminosas, as coisas que não te trazem pra Deus, porque fazem a separação celestial e as coisas terrenas, as coisas materiais”. Ele também destaca que “todos nós somos do mundo”, mas, ao mesmo tempo, o homem convertido “não vai aos mesmos lugares, com as mesmas pessoas”, buscando “não se envolver, de certa forma, naquilo que você já se envolvia antes”.

Outros entrevistados chamam a atenção para a necessidade de os homens convertidos renunciarem aos seus desejos e à vida anterior e buscarem viver de outro modo, o que exigiria alguns sacrifícios. Nesse sentido, Mateus afirma que, para que a mudança aconteça, é preciso “estar disposto a sacrificar, a largar sua

vida para poder servir o altar”. Já Felipe ressalta que é preciso “se arrepende dos seus pecados, das velhas práticas que não são cristãs e renunciar às suas vontades, renunciar àquilo que te dá prazer, te satisfaz na sua carne, para fazer a vontade de Deus”.

Vale ressaltar que, para os entrevistados, a conversão não se configura como um processo acabado, mas necessita ser atualizada cotidianamente, podendo colocar em risco o processo de transformação. Nesse sentido, Simão destaca que, “todo dia, ele tem que se converter, tem que permanecer com o Senhor Jesus”. Segundo João, “o processo de conversão é um pouco longo”, de modo que “você vai passando, vai vendo, vai entendendo”, mas ao final, faz com que a pessoa “mude de vida”. Conforme destaca Bartolomeu, “todos os dias você tem que vencer o seu eu, pois acaba que você é homem e, por mais que você está na fé, o seu velho homem sempre tenta querer resurgir”, necessitando de cuidado e vigilância “constantes”.

Os participantes também destacaram a importância das ações da igreja para a manutenção do novo modo de pensar e exercitar as masculinidades, em especial o Projeto IntelliMen, dedicado a discutir temáticas relacionadas ao universo masculino. Assim, para Tiago, “a igreja é o controlador social que faz um papel que, muitas das vezes, a sociedade não consegue fazer”. Segundo ele, “o rito não te deixa desanimar, aquilo ali te motiva”, sendo necessário manter a frequência nas reuniões iurdianas.

Por fim, cabe ressaltar que todos os participantes, após a conversão, passaram a desenvolver trabalhos religiosos e/ou assumir cargos na IURD, em especial o de obreiros e evangelistas. Mesmo aqueles que não exercem essas funções formais passaram a dedicar parte do seu tempo para o desenvolvimento de atividades sociais e religiosas, vinculadas à igreja. Nesse sentido, Tiago conta que hoje “dedica a sua vida e faz um trabalho evangelístico” na IURD, a partir de um “grupo de rap e faz visitas em presídios e comunidades”, junto ao “Força Jovem, tentando ajudar as pessoas a encontrar o caminho”. Já Felipe atua como “coordenador de um projeto chamado FJUni, que trabalha com universitários e faz parte do projeto do esporte” da sua igreja. Bartolomeu e a esposa desenvolvem “um projeto social em uma boca de fumo de um bairro muito necessitado, onde tem problemas de vícios”.

Discussão

O conjunto de narrativas dos participantes desse estudo revela a importância da experiência de

conversão religiosa enquanto um evento significativo, capaz de causar uma ruptura na biografia dos fiéis, contribuindo para que os homens organizem sua história de vida a partir de um antes e um depois da conversão (D. Freitas & Holanda, 2014). Entretanto, é preciso destacar que a conversão neopentecostal não se restringe à adoção de novas crenças e práticas religiosas, mas exige que os convertidos se envolvam num intenso processo de reorganização do modo como percebem a si mesmos e os outros, uma reelaboração do mundo no qual vivem e uma reconstrução de suas identidades pessoais e sociais, revelando um complexo processo psicossocial (Burchardt, 2017; Castro, 2018; S. Freitas, 2017; Hansen, 2012; Machado, 2014; Martins, 2019).

A experiência de conversão religiosa, ao cindir, drasticamente, a biografia desses homens, também parece exigir a transformação dos seus modos de ser e estar no mundo, pressionando os fiéis a construir novas práticas sociais e a assumir um novo modo de viver a vida, alinhado aos discursos proferidos e disseminados no contexto religioso neopentecostal, inclusive no que se refere às suas masculinidades (Dollinger, 2018; Eves, 2016; S. Freitas, 2017; Hansen, 2012; Lindhardt, 2015; Machado, 2014; Martins & Nascimento, 2019; Mello, 2011; Pacheco et al., 2007).

É preciso destacar que tal processo não se dá alheio às normas de gênero, de maneira que, no processo de reconstrução e reelaboração das identidades, os fiéis também são pressionados a produzirem novos saberes em relação ao seu gênero, no caso deste estudo, ao modo como concebem e experienciam as suas masculinidades (Machado, 2014; Mello, 2011). Assim, é possível perceber mudanças significativas na maneira como os homens participantes desse estudo compreendiam e exerciam suas masculinidades, antes e após a conversão, revelando a importância do pensamento religioso para a construção dos modos de pensar e colocar em prática as masculinidades no contexto neopentecostal (Burchardt, 2017; Castro, 2018; Eves, 2016; Hansen, 2012; Machado, 2014; Martins & Nascimento, 2019).

Os dados dessa investigação também corroboram outros estudos que apontam que, em geral, a conversão religiosa masculina ao neopentecostalismo ocorre em um momento no qual os homens experienciavam situações de crise material e existencial, bem como momentos onde os homens já não conseguem mais sustentar os padrões impostos pelo modelo de masculinidade hegemônica, por exemplo, quando já

se encontram sem trabalho, na criminalidade e na dependência química (D. Freitas & Holanda, 2014; Machado, 2014).

Nessa perspectiva, conforme pode ser observado na Figura 1, as narrativas dos entrevistados permitem identificar um conjunto de atributos que compõem o sistema de representações sociais de homem, no período que antecede à conversão, revelando que o grupo de participantes compartilhava

um modo específico de pensar e colocar em prática suas masculinidades. Esse modelo de masculinidade, experienciado por eles, antes da conversão, revela um homem machão, violento, agressivo, dependente químico, vazio, promíscuo, descontrolado, indisciplinado, desprovido de recursos financeiros e bens materiais, distante dos seus familiares, em especial da esposa e dos filhos, e incapaz de projetar o seu destino (Figura 1).

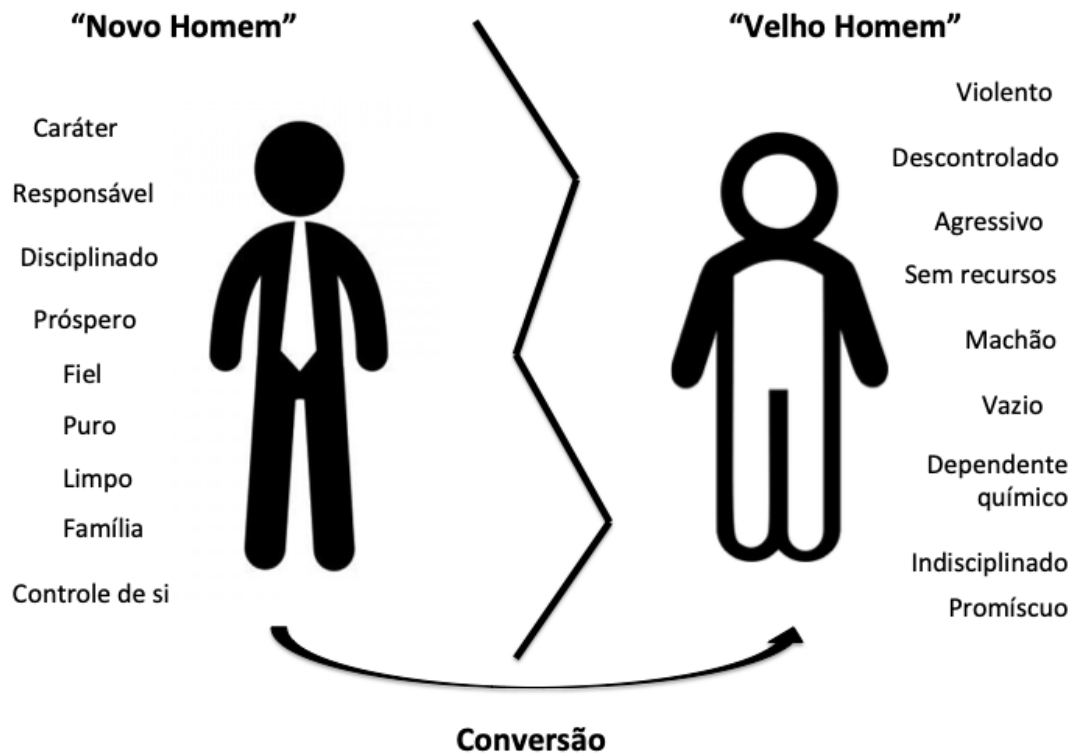


Figura 1. Representações de masculinidades antes e após a conversão religiosa.

Analisando o conjunto de narrativas, percebe-se que as representações sociais de homem desses sujeitos encontram-se objetivadas na imagem do “velho homem”, em uma referência ao texto bíblico que faz menção à vida que antecede a conversão religiosa ao cristianismo, a qual deve ser abandonada pelos fiéis após a conversão. Vale lembrar que a dicotomização entre sagrado e profano é um elemento estruturante das religiões (Moscovici, 2011) e ocupa um importante papel na orientação de como os fiéis deverão viver a sua vida, após a conversão. Desse modo, a organização de suas biografias em um antes e um depois, em um velho e um novo, parece indicar o esforço cognitivo e

emocional dos entrevistados para construir novas representações sociais que os auxiliem a atender os ideais do diferente contexto no qual se encontram inseridos.

Por outro lado, vale ressaltar que, no conjunto das narrativas, a imagem do “velho homem” também serve de referência ao processo no qual esses homens se engajam na reconstrução dos seus modos de pensar e colocar em prática as suas masculinidades, reforçando a busca, no novo grupo de referência, por elementos que subsidiem um novo exercício da sua virilidade, mais alinhado com os dogmas religiosos neopentecostais. Nessa perspectiva, é possível perceber que a imagem

do “velho homem” surge como uma importante referência de masculinidade profana da qual, com esforço, os participantes devem se distanciar para que possa surgir outra, mais próxima do sagrado.

Nota-se, ainda, que os modos de conceber e experienciar a masculinidade do “velho homem” parecem estar ancorados em modelos de masculinidades semelhantes aos dos seus pais que, como já apontado, figuram nas narrativas como contra-modelos, ou seja, modelos de como não ser homem. Por outro lado, chama a atenção o fato de que os pais dos entrevistados parecem encarnar um modelo de masculinidade muito semelhante àquele que eles mesmos exerciam antes da conversão.

Conforme também pode ser observado na Figura 1, após a conversão, os participantes desse estudo se viram às voltas com a necessidade de reorganizar suas concepções, percepções, valores e representações sobre si mesmos e acerca de diferentes aspectos do cotidiano, para que pudessem colocar em prática os dogmas e os ensinamentos religiosos do novo grupo ao qual passaram a pertencer. Nesse contexto, é necessário um esforço deliberado do homem recém-convertido para “matar o velho homem” e se envolver em um processo de transformação radical de sua identidade pessoal e coletiva. Tal situação é percebida como um “nascer de novo”.

Por meio desse processo, os participantes passaram a representar o homem como um ser com caráter e responsabilidade, disciplinado, próspero, que valoriza a família e, principalmente, que possui domínio próprio e controle de si, o que inclui suas emoções, seus pensamentos e a sua sexualidade. Tal homem encontra-se objetivado na imagem do “novo homem”, ou seja, o “homem cristão”, construído, como já dito, em contraposição ao “velho homem”. A reconstrução dessas representações parece ter possibilitado aos participantes aderirem a uma nova forma de colocar em prática suas masculinidades, a partir da construção de novos hábitos distintos daqueles do período anterior, como o abandono do álcool e de outras drogas.

Resultados semelhantes vêm sendo observados em outros estudos que revelam que a conversão masculina ao neopentecostalismo exige que os fiéis atribuam novos sentidos às relações de gênero, inclusive no que se refere aos modos como concebem e exercitam suas masculinidades (Agüero, 2007; Costa, 2017). Assim, como observado também no presente estudo, pesquisas apontam que, após a conversão, os homens

são pressionados a redefinirem suas masculinidades, passando a reelaborar alguns atributos socialmente idealizados pelo modelo de masculinidade hegemônica (Buchardt, 2017; Dollinger, 2018; S. Freitas, 2017; Lindhardt, 2015; Martins, 2019; Mello, 2011).

Autores como Agüero (2007), Lindhardt (2015) e Mello (2011) apontam para a necessidade dos homens renegociarem suas identidades masculinas, após a conversão, passando por um processo de domesticação, o que também foi possível constatar no grupo investigado. Nessa vertente, se antes os participantes ocupavam as baladas, bailes e festas como locais de diversão e sociabilidade, após a conversão observou-se um redirecionamento desses sujeitos para o âmbito doméstico, com uma maior ênfase na dedicação de tempo e cuidados afetivos às famílias, em especial às esposas e aos filhos.

Entretanto, é preciso ressaltar que, apesar de os participantes construírem uma nova representação social de masculinidade que os direcionou, após a conversão, para um novo modo de ser homem, eles também reconhecem a continuidade da existência do “velho homem” ou do “velho Adão”, ainda que numa dimensão mais profunda do seu ser. Tal fato parece denunciar que a conversão religiosa não transforma o homem, no sentido de modificação de uma suposta essência masculina. Entretanto, os rituais e a vida religiosa parecem fornecer aos fiéis subsídios que contribuem para o domínio e o controle daquilo que os participantes intitulam como sua velha natureza, exigindo uma vigilância e uma autoobservação contínuas (Machado, 2014). Nesse sentido, o rompimento com os amigos “do mundo” e a assiduidade às novas reuniões religiosas ocupam importantes funções na construção e na manutenção dessa nova identidade (Costa, 2017).

Nota-se, porém, que não se trata exatamente de um novo modo de ser homem ou, ainda, de um rompimento com o modelo de masculinidade hegemônica, mas sim da reafirmação de aspectos do modelo socialmente difundido sobre o que se espera de um “homem de verdade”, em especial do homem cristão. Desse modo, é possível afirmar que as representações sociais de homem e de masculinidades presentes no contexto iurdiano se encontram associadas ao modelo de masculinidade hegemônica (Connel & Messerschmidt, 2013; Martins, 2019). Mesmo possuindo evidente caráter religioso, a representação de homem e de masculinidade no âmbito da IURD baseia-se nos mesmos atributos idealizados e exigidos dos homens, cotidianamente, no âmbito secular.

Conforme constaram Martins e Nascimento (2019), o modelo de homem difundido pela IURD reproduz características, atitudes e valores de expectativas socialmente difundidas e que relacionam a masculinidade ao sucesso profissional, à construção de um corpo forte e viril, à bravura, à coragem e ao controle das emoções. Além disso, assim como nos grupos seculares, o IntelliMan é heterossexual, não havendo espaço para exercer sua masculinidade de um modo que questione as normas sexuais impostas (Martins, 2019).

Por outro lado, também é preciso considerar que, ao mesmo tempo em que a IURD reforça o modelo de masculinidade hegemônica, ele também abre espaço, ainda que limitado, para variações no exercício das masculinidades. Assim, embora os líderes iurdianos reforcem uma representação de homens disciplinados, bem sucedidos, determinados, inteligentes, heterossexuais e provedores (Martins & Nascimento, 2019), as exigências do novo grupo colocam os homens diante de outras possibilidades de exercício das masculinidades, incentivando os fiéis a partilharem da construção de relações mais afetivas com os seus familiares, a serem mais gentis e generosos em suas interações sociais, a enfrentarem o orgulho e reconhecerem a necessidade de buscar ajuda em momentos de fragilidade, a assumir os erros e pedir desculpas, a se envolver em atividades religiosas, dentre outras, interferindo, portanto em seu processo de construção identitária masculina.

Considerações finais

No presente estudo, foi possível identificar as representações sociais de homem (re)produzidas no contexto neopentecostal, especificamente entre os frequentadores da IURD. Os resultados apontam para a experiência de conversão religiosa como um evento significativo que cinde a biografia dos sujeitos em dois momentos distintos: o antes e o após a conversão.

É preciso reconhecer que a experiência de conversão não se restringe às crenças e às práticas religiosas, mas pressiona os sujeitos a construir novos modos de compreensão de si próprios, dos outros e do mundo no qual vivem. Em outras palavras, os fiéis se veem às voltas com a necessidade de (re)construir seus modos de pensar, sentir e agir sobre diferentes temas do cotidiano, inclusive no que se refere às normas de gênero, como, por exemplo, suas crenças e práticas associadas à masculinidade. De modo geral, os achados do presente estudo apontam para a importância da

vida religiosa como contexto profícuo para a produção e circulação de representações sociais de homens, as quais orientam os fiéis sobre como deverão exercitar suas masculinidades após a conversão. Desse modo, a Teoria das Representações Sociais mostrou-se como um importante aporte teórico capaz de propiciar uma compreensão ampliada sobre o tema.

Também é preciso ressaltar que os dados desse estudo se restringem à experiência de homens da IURD. Outros estudos poderão ser desenvolvidos buscando incluir outros grupos de evangélicos ou denominações eclesiais, possibilitando evidenciar as especificidades de cada um desses contextos e suas influências sobre as crenças e as práticas da masculinidade.

Referências

- Agüero, M. (2007). La construcción de la masculinidad en el pentecostalismo chileno. *Polis*, 16(1), 1-9. Recuperado de <https://journals.openedition.org/polis/4722#quotation>
- Buchardt, M. (2017). Saved from hegemonic masculinity? Charismatic Christianity and men's reponzabilization in South Africa. *Current Sociology*, 66(1), 1-18. doi: 10.1177/11392117702429
- Castro, R. (2018). *Redimindo masculinidades: representações e significados de masculinidades e violência na perspectiva de uma teologia pastoral Amazônica* (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34264/34264.PDF>
- Cavalcante, A., & Pinezi, A. (2014). Masculinidades e pertencimento religioso entre jovens espíritas e neopentecostais. *Agenda Social*, 8(2), 94-106. ISSN: 19819862.
- Ciscon-Evangelista, M., & Menandro, P. (2011). Trânsito religioso e construções identitárias: mobilidade social de evangélicos neopentecostais. *Psico-USF*, 16(2), 193-202. doi: 10.1590/S1413-82712011000200008
- Collares-da-Rocha, J. C. C., & Souza Filho, E. A. (2014). Representação social do pecado segundo grupos religiosos. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 235-244. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9mkhnV7j6mCHnhpGVPBkhyB/?format=pdf&lang=pt>
- Connel, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. doi: 10.1590/S0104-026X2013000100014
- Costa, O. B. R. (2015). Alguns apontamentos sobre as mudanças nas relações de gênero no meio pentecostal. *Revista Vernáculo*, 36(2), 165-195. doi: 10.5380/rv.v0i36.37141
- Costa, O. B. R. (2017). Nova criatura sou: considerações sobre conversão, ex banditismo e o pentecostalismo tradicional no Brasil. *Interação Interdisciplinar*, 1(2), 4-26. Recuperado de <https://orcid.org/0000-0002-0668-4015>
- Deschamps, J., & Moliner, P. (2008). *A Identidade em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Dollinger, A. E. (2018). Conversão pentecostal de membros de gangues: construção de masculinidades não violentas em contextos pentecostais. *Ribla*, 77(1), 129-154. doi: 10.15603/1676-3394/ribla.v77n1p135-160

- Eves, R. (2016). Reforming men: Pentecostalism and masculinity in Papua New Guinea. *The Australian Journal of Anthropology*, 27(2), 244-259. doi: 10.1111/taja.12196
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Freitas, D., & Holanda, A. F. (2014). Conversão religiosa: buscando significados na religião. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7(1), 93-105. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000100009&lng=pt&tng=pt
- Freitas, S. (2017). “Ser homem em Cristo”: Reformismo Cristão e masculinidade entre jovens presbiterianos. *REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, 4(2), 56-90. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/231681>
- Hansen, H. (2012). The “new masculinity”: addiction treatment as a reconstruction of gender in Puerto Rican evangelist street ministries. *Social Science & Medicine*, 74(11):1721-1728. doi: 10.1016/j.socscimed.2011.06.048
- Jodelet, D. (2001). As representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet. (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Jodelet, D. (2009). Contribuição do estudo das representações sociais para uma psicossociologia do campo religioso. In A. Almeida & D. Jodelet (Orgs.), *Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp. 203-224). Brasília: Thesaurus.
- Jodelet, D. (2013). A perspectiva interdisciplinar no campo de estudo do religioso: contribuições da Teoria das Representações Sociais. In M. H. Freitas, G. J. Paiva, & C. Moraes (Orgs.), *Psicologia da religião no mundo ocidental contemporâneo: desafios da interdisciplinaridade* (Vol. 1, pp. 89-111). Brasília: Universa.
- Lindhardt, M. (2015). Men of God: neo-pentecostalism and masculinities in urban Tanzania. *Religion*, 45(1), 252-272. doi: 10.1080/0048721X.2014.997433
- Machado, C. B. (2013). Pesquisa com líderes religiosos: questões éticas e metodológicas. *Revista Estudos de Sociologia*, 18(34), 39-56. Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5972>
- Machado, C. B. (2014). Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes Antropológicos*, 20(42), 153-180. doi: 10.1590/S0104-71832014000200007
- Mariano, R. (2014). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (5ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Martins, A. M. (2019). *Masculinidades no Reino de Deus: corpo, gênero e representações de homem entre frequentadores da Igreja Universal do Reino de Deus* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Geras, Belo Horizonte). Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30222/1/Tese%20Doutorado%20Alberto%20Mesaque%202019%20final%20ficha.pdf>
- Martins, A. M., & Nascimento, A. R. (2019). Representações sociais de homem na Igreja Universal do Reino de Deus: o Projeto IntelliMen. In A. R. Nascimento, I. F. Gianordoli-Nascimento, & M. I. Antunes-Rocha (Orgs.), *Representações Sociais, identidade e preconceito: estudos de Psicologia Social* (pp. 115-136). Belo Horizonte: Autêntica.
- Masken, M. (2015). The Pentecostal reworking of male identities in Brussels: Producing moral masculinities. *Etnografica*, 19(2), 323-345. doi: 10.4000/etnografica.4020
- Mello, I. C. (2011). Uma leitura de gênero a partir das relações de poder no pentecostalismo brasileiro. *Protestantismo em Revista*, 24, 17-33. doi: 10.22351/nepp.v24i0.122
- Moscovici, S. (2003). *Representação social: investigação em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2011). *A invenção da sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- Pacheco, E., Silva, S., & Ribeiro, R. (2007). “Eu Era do Mundo”: transformações do auto-conceito na conversão pentecostal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 53-62. doi: 10.1590/S0102-37722007000100007
- Smith, A., & Eatough, V. (2010). Análise Fenomenológica Interpretativa. In M. Breakwell, C. Schaw, S. Hammond, & J. Smith. *Métodos de pesquisa em Psicologia* (pp. 324-338). Porto Alegre: Artmed.
- Teixeira, F., & Menezes, R. (Orgs.). (2013). *Religiões em movimento*. Petrópolis: Vozes.
- Trindade, Z. A., Menandro, M. C. S., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2007). Organização e interpretação de entrevistas: uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. In M. Rodrigues & P. Menandro (Orgs.), *Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia* (pp. 71-92). Vitória/ES: GM.

¹ Considerando o formato do manuscrito, os resultados serão apresentados a partir do conjunto das narrativas, integrando os relatos, temas e unidades individuais, possibilitando uma maior compreensão das experiências do grupo de homens participantes. Todos os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes bíblicos, remetendo aos discípulos e apóstolos cristãos. Os trechos em itálico são as citações literais dos participantes. Termo utilizado no meio neopentecostal para se referir ao sexo antes do casamento

² Todos os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes bíblicos, remetendo aos discípulos e apóstolos cristãos. Os trechos em itálico são as citações literais dos participantes.

³ Termo utilizado no meio neopentecostal para se referir ao sexo antes do casamento.

A. M. Martins, A. R. A. do Nascimento

Alberto Mesaque Martins, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Endereço para correspondência: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Ciências Humanas, Av. Costa e Silva, s/n. Bairro Pioneiros – Campo Grande – Mato Grosso do Sul – CEP: 70.070-900. Telefone: (67)99325-1423 e/ou (31)98873-5553. E-mail: albertomesaque@yahoo.com.br

Adriano Roberto Afonso do Nascimento, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é Professor Associado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: nascimentopsi72@gmail.com

Recebido em 19.abr.19

Revisado em 15.set.20

Aceito em 23.nov.21

Luto e sobrevivência: a luta das comunidades tradicionais pesqueiras nos contextos da pandemia da Covid-19

Antônio Vladimir Félix-Silva. Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Camila Batista Silva Gomes. Articulação Nacional das Pescadoras. Conselho Pastoral dos Pescadores

José Lucas Soares de Araújo. Psicólogo autônomo

Resumo

Em um cenário no qual a soberania do capital e o estado de exceção borram as fronteiras entre poder de vida e políticas de morte, a pandemia da Covid-19 amplia a precarização da vida. O objetivo é analisar processos de subjetivação e enunciação de luta, luto e sobrevivência nas comunidades pesqueiras no acesso à saúde e à assistência social. Trata-se de uma cartografia como modo de fazer pesquisa, cuja produção de informações se deu por meio do rastreamento, pouso e reconhecimento junto ao Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras. Os resultados mostram um devir comum na luta, diante do luto e da sobrevivência; a vida de todas as gerações importam e todas as vidas e mortes são passíveis de luto e de luta; processos de exclusão-inclusão no acesso ao auxílio emergencial em meio à suspensão do trabalho da pesca artesanal e do seguro defeso.

Palavras-chave: covid-19; luta; luto; sobrevivência; comunidade tradicional pesqueira.

Abstract

Grief and survival: the struggle of traditional fishing communities in the context of the COVID-19 pandemic. In a scenario in which the sovereignty of capital and the state of exception blur the boundaries between the power of life and policies of death, the Covid-19 pandemic amplifies the precariousness of life. The objective is to analyze processes of subjectivation and enunciation of struggle, grief, and survival in fishing communities in terms of access to health and social assistance. We used cartography as a way of doing research, which produced information through tracing, landing, and recognition methods along with the Observatory of the Coronavirus Impacts on Fishing Communities. The results show a common becoming in the struggle, in the face of grief and survival; the lives of all generations matter, and all lives and deaths are susceptible to grief and struggle; processes of exclusion-inclusion regarding government emergency financial help, the suspension of artisanal fishing work and Close Season Insurance.

Keywords: covid-19; struggle; grief; survival; traditional fishing community.

Resumen

Luto y supervivencia: la lucha de las comunidades tradicionales pesqueras en los contextos de la pandemia del Covid-19. En el escenario, en el cual la soberanía del capital y del estado de excepción borran las fronteras entre el poder de vida y las políticas de muerte, la pandemia del Covid-19 amplia la precarización de la vida. El objetivo es analizar procesos de subjetivación y enunciaci3n de la lucha, del luto y de la supervivencia en las comunidades pesqueras en el acceso a la salud y a la asistencia social. Se trata de una cartografía como modo de investigar, cuya producci3n de informaciones ocurri3 por medio de rastreo, poso y reconocimiento junto al Observatorio de los Impactos del Coronavirus en las Comunidades Pesqueras. Los resultados muestran un devenir com3n en la lucha, frente al luto y la supervivencia; la vida de todas las generaciones importa y todas las vidas y la muertes son pasibles de lucha y luto; procesos de exclusi3n-inclusi3n en el acceso a la ayuda econ3mica gubernamental de emergencia en medio a la suspensi3n del trabajo de la pesca artesanal y del seguro de protecci3n para la temporada de pesca vedada.

Palabras clave: covid-19; lucha; luto; supervivencia; comunidad pesquera tradicional.

A partir da grave situação-problema de saúde pública que vem se configurando com a pandemia da Covid-19, acostumados com a liberdade de ir e vir nos territórios das águas, pescadoras e pescadores artesanais passaram a gerir a vida, ora entre o isolamento social e o trabalho artesanal, ora entre ser guardiãs do território e a necessidade de deslocamentos para acessar serviços assistenciais, como auxílio emergencial, seguro-defeso e cestas básicas, além de atendimento médico e hospitalar.

A pandemia da Covid-19 teve seu agente, novo Coronavírus SARS-Cov-2, identificado, inicialmente, na China, em dezembro de 2019. O registro do primeiro caso da doença, no Brasil, é do final de janeiro de 2020, ainda que a primeira divulgação seja de 26 de fevereiro. Os critérios de isolamento social horizontal foram regulamentados pelo Ministério da Saúde na primeira quinzena de março, e logo adotados por estados e municípios, com funcionamento de serviços essenciais para alguns e quarentena para outros. Não obstante, o exponencial número de mortes – mais de 100 mil, nos Estados Unidos e mais de 28.000, no Brasil, só nos primeiros três meses (até 30/05/ 2020) – deve-se à escolha pela soberania do capital.

A análise de Judith Butler (2018, 2019), a partir de sua tese sobre vida precária, luto, violência e ética da convivência, nos permite afirmar que nunca convergiu tanto o modelo econômico neoliberal dos EUA com a governabilidade imposta pelo Brasil como nesse contexto de pandemia. Esses governos têm em comum o apego às instituições de violência, à militarização da sociedade e da política, à ampliação das injustiças sociais, à negação e à destruição de direitos de cidadania, além do apego à destruição dos ecossistemas e aos danos ecológicos e socioambientais e à intensificação das desigualdades econômicas, acelerando a condição precária da vida (Butler, 2018). Para tais governos, prevalece a racionalidade do mercado na hora de decidir quais saúdes e quais vidas são reconhecidas e devem ser protegidas, bem como quais populações e quais vidas são consideradas descartáveis (Butler, 2018). Dito isso, quais vidas são passíveis de luto, diante das perdas por Covid-19?

Em um cenário, no qual estão borradas as fronteiras entre políticas de controle de vida e morte, a pandemia da Covid-19 afeta diretamente a saúde e sua determinação social, sobretudo no que se refere à sobrevivência nas comunidades tradicionais. Como as comunidades tradicionais de pesca artesanal estão

enfrentando as contingências impostas pela pandemia? Como as pescadoras e os pescadores artesanais estão tendo acesso à saúde e às medidas de mitigação dos impactos socioeconômicos causados pela pandemia da Covid-19? A partir dessa problematização, objetivamos, com este estudo mediado pelo uso das redes sociais virtuais como campo de pesquisa: a) analisar processos de subjetivação e enunciação do luto, da luta e da sobrevivência nas comunidades pesqueiras em tempos da pandemia; b) caracterizar modos de acesso emergencial aos serviços de saúde e à assistência social.

Neste estudo, compreendemos saúde como campo de disputas políticas frente à sua determinação social, ou seja, frente não só ao estilo de vida, comportamento humano e riscos ambientais, mas também frente às relações de poder entre os agentes sociais (mediações intersubjetivas) e as medições semióticas relacionadas com as instâncias econômicas, sociais, políticas e culturais e interseccionais (classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, geração, região...). Desse modo, as disputas em torno da determinação social da saúde, no contexto das comunidades tradicionais pesqueiras, tanto podem reduzir as condições de vulnerabilidade como podem ampliar a precarização da vida, haja vista que, no contexto de pandemia, a promoção da saúde também é resultante do acesso ao território vivo das águas e ao trabalho artesanal, à renda e à segurança alimentar, ao seguro-defeso e ao auxílio emergencial, bem como do acesso aos serviços assistências e de atenção à saúde.

Na perspectiva de uma cartografia do luto, da luta e da sobrevivência, no território tradicionalmente ocupado por pescadoras e pescadores artesanais, convergimos com Butler (2018), quando ela afirma que Michel Foucault (citado por Butler, 2018), com sua concepção de estratégias biopolíticas de gestão da vida e da morte e também Achille Mbembe (citado por Butler, 2018), com o conceito de necropolítica, nos ajudam a compreender que há diferenças entre políticas de morte explícita a “determinadas populações e políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitem que pessoas morram” (Butler, 2018, p. 17).

Agamben (2017a) também parte da tese de Foucault (citado por Agamben, 2017a), segundo a qual, no contemporâneo, o que está permanentemente sendo colocado em jogo é a vida – o biopoder e a necropolítica: o poder de vida e subtração da dimensão política da vida e o poder de morte “da forma-de-vida

como vida política” (2017a, p. 16), sabendo que essa forma de vida “designa acima de tudo uma vida que se pode matar sem cometer homicídio” (Agamben, 2017b, p. 295). Ao ordenamento jurídico-político desse processo de exclusão inclusiva, o filósofo italiano denomina estado de exceção e, a partir da análise desse dispositivo¹, apresenta sua tese, segundo a qual “a vida não é política em si mesma – por isso, ela deve ser excluída da cidade; contudo, é justamente a *exceptio*, a exclusão-inclusão desse Impolítico que fundamenta o espaço político” (Agamben, 2017b, p. 295).

Nesse campo de disputas infundáveis, “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é regra” (Benjamin, citado por Agamben, 2017a, p. 17) e funciona como um dos dispositivos que caracterizam a soberania do capital na contemporaneidade: uma biopolítica que nos expõe não só aos processos de sujeição, mas também aos processos de subjetivação, dessubjetivação e ressubjetivação, agenciados tanto pelos dispositivos estatais como pelos próprios sujeitos (Agamben, 2016). Nesses processos de subjetivação e de sujeição, “está em jogo o próprio viver e, no seu viver, está em jogo, antes de tudo, o seu modo de viver” (Agamben, 2017a, pp. 15-16). Nesse sentido, a sobrevivência é associada à posição de resto, à vida como resto, e o que resta é a sobrevivência como testemunho da forma de se singularizar e de desativar o dispositivo (Agamben, 1998/2008).

Didier Fassin (2019) defende o conceito de política da vida a partir da concepção de vida em Derrida, para quem a sobrevivência à morte não é só o que resta: a vida é sobrevivência e a sobrevivência à morte é a vida além da vida, ou seja, uma vida mais intensa possível (Derrida, citado por Fassin, 2019, Tradução nossa). Em Butler, encontramos não uma negação de que a vida não é política em si mesma, nem necessariamente uma afirmação da política da vida, mas uma problematização:

Não haveria uma razão política para repensar a possibilidade de comunidade com base na vulnerabilidade e na perda [...], sem considerar uma dimensão da vida política que tem a ver com nossa exposição à violência e nossa cumplicidade para com ela” (Butler, 2019, p. 39).

A filósofa nos faz lembrar que minorias “[...] são como comunidade, sujeitas à violência, expostas à sua possibilidade, se não a sua concretização” (Butler, 2019, p. 40).

Antes da autoidentificação de comunidade como sujeito de direito, tal como se encontra na Convenção

169 da Organização Internacional do Trabalho, o ordenamento jurídico-político para esse reconhecimento, muitas vezes, não deixava de buscar no imaginário social uma comunidade idealizada em uma identidade que se supunha tradicional, no passado. Tal processo de subjetivação e sujeição era segmentado em um olhar estrangeiro sobre religião, modo de se vestir, de se alimentar, de viver e de morrer, velar o corpo e vivenciar o luto a partir de vestígios etnográficos e iconográficos que servissem como prova irrefutável. No entanto, a autoafirmação comunidade tradicional se define a partir de um território existencial vivo (Santos & Silveira, 2010), local de produção de vida e de bens materiais e simbólicos, no presente, portanto, “não passa pelo resíduo, pela sobra ou ‘pelo que foi e não é mais’, senão pelo que de fato é, pelo que efetivamente é vivido” (Marques, 2018, p. 135).

O território das águas, tradicionalmente ocupado por pescadoras e pescadores artesanais, pertence à União. Como os povos indígenas e os povos remanescentes de quilombolas, os povos das águas não têm direito de propriedade dessas terras, tampouco a pescadora artesanal ou o pescador artesanal reivindica um direito de propriedade individual. A luta pelo reconhecimento e pela regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras, encampada pelos movimentos de pescadoras e pescadores, ainda é uma forma de resistência à lógica colonial-capitalística. Trata-se de uma luta por não abrir mão de “uma zona de vida comunitária que faz uso” como o que resta (Agamben, 2016, p. 13), zona que implica a não separação das ecologias ambiental, subjetiva e social (Guattari, 2012). Ou seja, uma zona de usufruto e existência de vida comunitária que, o tempo todo, a soberania do capital, através dos empreendimentos econômicos de grande porte, tenta separar da vida e do seu modo de viver. “Podemos dizer, portanto, que esse problema é puramente político, ou ao menos, comunitário” (Agamben, 2016, p. 13).

Diante das perdas por morte e dos impactos socioeconômicos provocados pela pandemia, “[...] num momento em que o fascismo e sua apologia da morte e da violência dominam [...]” a sociedade brasileira (Albuquerque Júnior, 2019, s/n p.), como nos mostra Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o luto coletivo nos interpela sobre o sentido do poder transformador da vida. Neste contexto, a palavra oral e escrita é a maneira que encontramos para narrar não só “as marcas deixadas por esse grande trauma coletivo” (Albuquerque Júnior, 2020, p. 7), mas também para

narrar a luta contra o desejo coletivo de morte que os inimigos da vida humana e não humana querem impor às minorias que eles consideram indignas de viver (Albuquerque Júnior, 2019, 2020).

Nesta perspectiva, escrevemos este relato de pesquisa sobre luta, luto e sobrevivência nas comunidades tradicionais pesqueiras. Escrevemos como quem escreve à moda de orelhas de livro e conchas do mar para escutar as vozes das águas que ecoam do silêncio e das palavras de pescadoras e pescadores artesanais e parceiras e parceiros. Luto e luta, silêncio e palavra que desassossegam nosso corpo, e que podem nos fazer fugir ao abandono, abandonar-se e “recorrer a um ‘nós’”, pois todas e todos nós temos experiências de luto, como ressalta Butler (2019), ou “temos a noção do que é ter perdido alguém” (p. 40). Neste sentido, o que nos remete ao luto, à luta e à sobrevivência, na assertiva de Butler (2019), é o que é a vida e sua dimensão política no território das águas, onde vida humana e vida não humana coexistem com políticas de morte ao território de existência das comunidades tradicionais pesqueiras, bem antes da pandemia do coronavírus.

Rastreio, pouso e reconhecimento cartográfico

A cartografia como modo de fazer pesquisa-intervenção pode ser compreendida como uma rede em constante processo de construção, de formação e deformação, a partir do plano da experiência e da composição das paisagens psicossociais engendradas no próprio percurso da produção de conhecimento (Passos & Barros, 2009). Neste sentido, o aspecto interventivo deste relato de pesquisa se expressa de forma explícita na produção de informações junto a uma rede social virtual como campo de pesquisa, a qual está sendo realizada sob o caráter de apoiadores, participantes e membros de coletivos dos movimentos sociais pesqueiros.

É nos contextos das comunidades tradicionais pesqueiras que, ao longo de mais de três anos, estamos realizando pesquisas por meio de cartografias, compondo o território das águas e os movimentos de pescadoras e pescadores artesanais, ora como parceiros e pesquisadores, ora como membros do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, da Articulação Nacional das Pescadoras Artesanais - ANP e do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP/Brasil. Este relato de pesquisa, referente à produção de informações via uma rede social virtual, é um recorte desses

estudos sobre processos de subjetivação, determinação social da saúde e movimentos de luta e resistência das comunidades tradicionais pesqueiras (CAAE 03051018.8.0000.5214). Estudos que seguimos realizando com autorização institucional das coordenações da ANP e do MPP, que representam 18 estados do Brasil.

Referimo-nos ao Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras - ObCovid-19/Pesca como campo de pesquisa. Grupo de *WhatsApp*, do qual fazemos parte e que foi criado em 17 de março de 2020, pelos movimentos sociais pesqueiros e instituições parceiras, cientistas e pesquisadores de algumas universidades que atuam na defesa da pesca artesanal e dos territórios pesqueiros e dos direitos de pescadoras e pescadores artesanais. Depois, foi lançado um *Blog*, no qual são divulgados Boletins Diários, Boletins Epidemiológicos e Boletins Mensais. O primeiro boletim diário foi publicado no dia 21/03/20.

Esta pesquisa foi realizada entre março e maio de 2020. Durante esse período, foram emitidos: três Boletins mensais; 70 Boletins Diários, entre 21/03 e 30/05/2020; e oito Boletins Epidemiológicos, entre a décima quarta semana e a vigésima primeira semana, ou seja, de 29/03 a 23/05/2020. Os boletins epidemiológicos e mensais são sistematizados a partir de um relatório disponibilizado no *Blog* do observatório e preenchido por participantes das regionais do CPP.

Para cartografar os enunciados e informações produzidos pelo Grupo ObCovid-19/Pesca como rede social virtual, seguimos as quatro variedades da atenção do cartógrafo propostas por Kastrup (2009): rastreio, toque, pouso e reconhecimento atento. O processo de rastreio ocorreu por meio de varredura diária, explorando, inicialmente, de forma assistemática, mensagens escritas, áudios, podcasts, *blogs*, *Cards* de divulgação de *lives* e outras redes sociais tais como *Facebook* e *Instagram*. O toque deu-se, especialmente, em áudios de pescadoras e pescadores artesanais e em mensagens da coordenação do CPP, por meio das quais vislumbrávamos processos de produção de informações. O pouso aconteceu por meio de nossa interação na rede social virtual e fez com que selecionássemos entradas, por meio das quais reconheceríamos possíveis analisadores. Assim, um pouso levou a outros pousos em outros territórios: *Blog* do observatório, onde consultamos os boletins; *Live* da Teia de Saberes, realizada no dia 27/05/2020, cujo anfitrião, Fernando Carneiro (2020), recebeu Eliete Paraguassú, mulher quilombola e marisqueira de Ilha de Maré (BA), Carlos Brandão e Boaventura de Sousa Santos.

Além da transcrição da fala da marisqueira Eliete, transcrevemos narrativas de 17 pescadoras e pescadores artesanais, de momentos nos quais as discussões e debates se acirravam ou nos sensibilizavam a todas e todos que participamos do ObCovid/Pesca. Utilizamos de informações sistematizadas e publicadas no Boletim Epidemiológico 01, 14ª Semana (29/Mar/2020 a 04/Abr/2020) e nos Boletins Diários 33 (22/Abr/2020), 67 (26/Mai/2020 e 71 (30/Mai/2020). Nestes, constam, diariamente, todos os nomes de pescadoras e pescadores ou de outras pessoas com suspeita ou confirmação de Covid-19, curadas ou que vieram a óbito, além da idade de cada um/uma e o nome da comunidade pesqueira e da cidade.

O reconhecimento atento dos processos de subjetivação e enunciação em torno do que a pandemia de Covid-19 nos faz ver acerca das comunidades tradicionais pesqueiras, nos possibilitou reconhecer nos enunciados analisados, o luto, a sobrevivência e a luta como matérias de expressão desses processos.

Luto, luta e sobrevivência nas comunidades de pesca artesanal

De Norte a Sul do Brasil, barcos de pesca industrial seguiram no mar, feito celebrado pelo Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (“Pesca de arrasto em SC”, 2020). Também nessa modalidade de pesca, entre o litoral do Piauí e do Ceará, a Vigilância Sanitária e a Secretaria de Pesca de Luís Correia-PI, no início de maio, estavam planejando ações junto aos armadores de pesca que embarcam e desembarcam em portos de capitais de estados do Norte e Nordeste, onde estava tendo maior incidência de casos da Covid-19. No Sudeste e no Sul, por conta da pesca de arrasto, da safra da tainha em Santa Catarina e da safra do camarão no Rio Grande do Sul, a preocupação era com o número de pescadores para evitar aglomerações e respeitar distância mínima entre eles (Luz, 2020).

Em menos de um mês, Ana Flávia e Mary, do CPP, divulgavam, no ObCovid/Pesca, o óbito de Cristiano Corrêa Couto (47 anos), pescador da comunidade de Zimbro-SC, cujo barco estava no litoral paulista. Antes da prefeitura de São Sebastião-SP divulgar o resultado da testagem e confirmar causa morte por coronavírus, o corpo seguiu pelo mar até Navegantes-SC, onde foi velado pela família sem orientação de cuidados sanitários de prevenção à doença. Nesse dia, essa informação também saiu no Boletim Diário 67 (26/Mai/2020).

Depois da volta do barco a Navegantes-SC, no qual acompanhavam o corpo mais 23 tripulantes, a testagem de 10 deu positivo para Covid-19 e de 13 deu negativo. A causa da morte do pescador foi divulgada como infarto e, até então, o departamento de Vigilância Epidemiológica de Navegantes não havia recebido informações sobre a suspeita de Covid-19 como possível causa da morte (“Pescador morre em barco; mais 10 são contaminados”, 2020).

Escrevíamos no ObCovid/Pesca: nos contextos bastante diversificados das cidades do Brasil, faltam testes para diagnosticar a Covid-19 e faltam leitos, equipamentos de proteção individual, profissionais da saúde, hospitais, vacina e medicação confiável comprovada, e sobra defesa do uso da cloroquina, cujas pesquisas apontam que pode acelerar o processo do morrer, por parte do presidente e seus apoiadores, contrariando dois ministros da saúde que deixaram o governo, porque seguiam as orientações da Organização Mundial da Saúde.

Nesses contextos, a vida matável e morrível e as “políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitem que pessoas morram” (Butler, 2018, p. 17) apontam para “[...] a implementação de um ‘estado suicidário’” (Paul Virilio, citado por Safatle, 2020, p. 1).

Nas carreatas de morte, um desfile de privilegiados brancos gritam palavras de ordem, voltadas a colocar os seus empregados, pretos e pardos, para retornarem ao moedor de carne do sistema capitalista, apesar da morte de muitos deles. [...] A pandemia explicitou a face desumana do capitalismo, que em nome da preservação da economia, do PIB, da rentabilidade da Bolsa de Valores, é capaz de sacrificar milhares de vidas humanas (Albuquerque Júnior, 2020, p.10).

Nas palavras de Safatle (2020), o estado suicidário à brasileira, fundado na mistura de escravidão e capitalismo, sangue, silêncio e esquecimento, faz da revolta contra as injustiças sociais e contra governos e autoridades que seguem produzindo exclusão, um ritual de liquidação de si e dos corpos considerados invisíveis; tudo isso aplaudido por quem tem os circuitos dos afetos preso ao desejo de autodestruição e de sacrifício dos outros há gerações (Safatle, 2020).

No Brasil, estamos experimentando efeitos de uma racionalidade perversa com discursos de ordem político-fascista e de progresso socioeconômico neoliberal que seguem voltados à reprodução de um

inconsciente colonial-capitalístico e à produção de subjetividade capitalística (Rolnik, 2018). Pensando com Guattari (1977/1981), podemos dizer que se trata de um agenciamento que se dá pela articulação de uma série de dispositivos sociais, equipamentos coletivos e instituições que trabalham no controle das subjetividades, tendo como efeitos processos de semiotização bastante eficientes que por meio de laços praticamente invisíveis vão aprisionando as subjetividades à teia de produção colonial-capitalística. Assim, nossos modos de viver, de amar, de sonhar e de trabalhar podem acabar reproduzindo meios de sujeição e relações servis, na medida em que podemos investir nosso desejo de modo inconsciente a toda essa lógica maquínica (Guattari, 1977/1981).

Luto

No início de abril, foram notificados 19 casos suspeitos da Covid-19, entre pescadoras e pescadores artesanais, sendo um de Januária-MG, quatro de Carutapera-MA e sete de Remanso-BA (Boletim Epidemiológico 01, 29/Mar/2020 a 04/Abr/2020). Na primeira semana de abril, Dona Ângela, da Colônia Z-14, relata um óbito que ocorreu na Praia de Atapuz, Goiana-PE:

[...] O professor que morreu daqui de Goiana, ele era professor da rede estadual, não era pescador, mas fez um trabalho muito importante aqui no Balde do Rio com as crianças, ele estava trazendo os jovens para conhecer a gente, tem cd gravado das filmagens que filmou aqui na Colônia, fizeram pesquisa, fizeram um trabalho com os pescadores lá no colégio, [...] Tava trazendo os jovens para fazer turismo comunitário, tava descendo com os jovens para conhecer as Resex, mostrando o que a gente tinha, educando eles, educando o que era o Balde do Rio. Então é isso, ele não era pescador, mas fazia um trabalho com o povo aqui na comunidade [...] (D. Ângela, ObCovid/Pesca, 01/Abr/2020).

À semelhança do luto que a comunidade de Balde do Rio sente com a morte do professor, cujo reconhecimento de uma vida passível de luto pela comunidade é anunciado por D. Ângela, a comunidade de Encarnação, em Salinas da Margarida-BA, sente muito à morte da jovem Jádila (29 anos). Andréa relata:

Ela tinha Lúpus. Foi internada sábado [18/04] no hospital local com sintomas da Covid-19. Fez o teste rápido e deu negativo. Fez também o outro exame, mas o Lacen não deu o resultado ainda. Na

segunda-feira [20/04] à tarde foi transferida para Salvador e estava na UTI do hospital Couto Maia. É de uma família tradicional de pescadores. E também desenvolvia a atividade (Andréa. Boletim Diário 33, 22/Abr/2020).

Três dias depois do enterro, saiu o resultado negativo para Covid-19. Os sentimentos foram compartilhados por nós e por outras comunidades pesqueiras e pelas pessoas de instituições parceiras, no ObCovid-Pesca, ainda mais sabendo que o corpo de Jádila havia sido enterrado sem o ritual de velório na comunidade, pois foram seguidas todas as recomendações sanitárias de caixão lacrado sem velório.

Como ressalta Butler (2019), o luto não é privado como muitas pessoas pensam, tampouco isola a pessoa enlutada em uma situação solitária. Podemos constatar isso nas comunidades tradicionais pesqueiras, haja vista que o comum sentimento de pertencimento ao território das águas faz com que muitas pessoas compareçam ao velório, independentemente, de cada uma delas ser evangélica, católica ou de religiões de matrizes indígena e africana. Não vivenciar esse ritual do velório pode deixar marcas que dificultam a elaboração do luto para quem sofre muito com a perda do ente querido. Como sabemos, esse ritual implica visualizar o rosto de quem perdeu a vida pela última vez, rezar, orar ou apenas está junto dos familiares, amigos e amigas, conversar sobre a vida de quem era possuidor(a) do corpo presente e ir ao enterro. No caso relatado, nada disso foi possível, as pessoas da família de Jádila e da comunidade, como várias pessoas que sofreram perdas durante a pandemia, foram interdidas de tudo isso e, por conta do distanciamento social, não puderam receber visitas, algo tão comum durante alguns dias consecutivos à perda por morte de alguém.

No mês de maio, tivemos 15 óbitos, seis pescadoras e nove pescadores, sendo uma marisqueira do bairro de Periperi (Salvador-BA), e cinco pescadoras de Pernambuco, dentre as quais, Dona Claudeci, pescadora de Itapissuma (PE). Dentre os homens, lamentamos a perda de um pescador de 93 anos e as mortes de Cristiano (SC), Mestre (Barra de São João-RJ), Seu Manun (CE), Seu Rubem (presidente da Colônia de Pescadores São João da Ponta-PA), Beba (Colônia Z-1, Recife-PE), do presidente da Colônia de Turilândia (MA), de um pescador da Comunidade de Pau Deitado (Poço do Lumiar-MA) e de outro pescador de São João Pirabas (PA) (Boletim Diário 71, 30/Mai/2020).

Bill (CPP/Nordeste), diante da morte de Seu Rubem, declara:

Os guerreiros de São João da Ponta estão partindo. As gurizada de lá precisam se firmarem”. No dia da morte de um pescador de 93, a ausência de seu nome não impediu o sentimento de luto coletivo: “A benção aos nossos mais velhos! (Thaís Dias)

“Sentimentos dobrados à toda comunidade. Que seu encantamento permaneça em todos pelos saberes” (Marta Santos).

Nesses contextos, a morte de pessoas idosas são tão sentidas quanto a morte de crianças e jovens. As pessoas anciãs são consideradas portadoras de memória não só da pesca artesanal, mas também do saber das plantas medicinais e muitos delas são benzedadeiras, rezadeiras e raizeiras.

No ObCovid-Pesca, constatamos que a morte das mulheres é sempre um momento de sinceros sentimentos e reflexões, principalmente para outras mulheres; um momento muito difícil, no qual todas buscam muita força. Quando perdemos Dona Claudeci, compartilhamos esses sentimentos: “Desejo muita força e fé aos familiares e comunidade, nós mais que nunca precisamos continuar cuidando uns dos outros com responsabilidade e afeto” (Marta Santos); “Meus sentimentos com as pescadoras e povo de Pernambuco” (Zezé Pacheco); “Rezemos pela paz e superação dessa dor” (Célia Neves).

Podemos afirmar que, no contexto das comunidades tradicionais, a dimensão ético-política do luto, o cuidado e a solidariedade são expressões do feminismo também diante da dor pela perda por morte. O luto e os sentimentos de perda são coletivos e vão se estendendo aos profissionais da saúde e aos familiares. Célia compartilha o relato de Socorro, liderança da Resex Filhos do Mangue, Primavera-PA, que perdeu seu avô, pescador de 88 anos, no dia 23 de abril: “Meu avô era [...] meu exemplo de humildade e dedicação. Mas, infelizmente, esse vírus, o levou para perto do pai do céu! [...]. Aqui em minha comunidade [...], temos duas pessoas em estado grave, ontem, foram transferidos para Belém”. Depois, Socorro complementa: “os dois são A. Costa, agente de Saúde e seu pai O. Corrêa” (Célia, ObCovid/Pesca, 23/Abr/2020). Convergimos com Butler (2019), que ressalta:

Quando perdemos certas pessoas, ou quando somos despossuídos de um lugar, ou de uma comunidade [...] Quando passamos pelo que passamos, algo sobre o que somos nós nos é revelado, algo que delineia os laços que mantemos com os outros, que nos mostra que esses laços constituem o que somos, laços e elos que nos compõem (Butler, 2019, p. 42).

O luto, nas comunidades tradicionais pesqueiras, nos remete ao que Butler (2019) nomeia como um senso de comunidade política que inclui responsabilidade ética e implicações políticas para além do entorno de um território geográfico, um estado, um país, um continente. É a vida e sua dimensão política que pode transformar o luto em sobrevivência e em luta coletiva para além da sobrevivência. Esse senso de comunidade emergiu, muitas vezes no ObCovid/Pesca, como matéria de expressão dos processos de subjetivação e enunciação do luto e também da luta, rompendo processos de esquecimentos e silenciamento:

[...] Então nós estamos morrendo silenciosamente e a gente tem que ter uma ação, a gente tem que saber quem é nós, quem é a comunidades quilombolas, indígena, pescadores e ribeirinhos. O pessoal que tão lá nas comunidades tradicionais como os umbandas, que não são reconhecidos, os ciganos e outras comunidades [...] (Navinier, Praia do Cotovelo, Touros-RN, ObCovid-19/Pesca, 04/Abr/2020)

Albuquerque Júnior (2020) afirma que “a morte que é perda e as perdas” pela pandemia fazem “[...] com que emerja essa necessidade de luto coletivo e, ao mesmo tempo, de luta para reerguer a vida, para fazê-la distinta daquela que possibilitou que dado desastre global fosse possível” (Albuquerque Júnior, 2020, p. 12). Nas comunidades tradicionais pesqueiras, não é só a inscrição do luto coletivo pela Covid-19 que nos interpela a luta comum. Há séculos, tem sido o luto coletivo, efeito da morte lenta ao território das águas, e a luta permanente pela vida humana e não humana nesse território que nos interpelam a luta comum dos povos e comunidades tradicionais do campo, das florestas e das águas.

Sobrevivência

Com os impactos socioeconômicos produzidos como efeitos da Covid-19, a pesca com pequenas embarcações, nas águas doces e salgadas, foi a mais prejudicada, pois a comercialização do produto artesanal depende da venda em feiras livres ou dos mercados que desapareceram, por conta do isolamento social e também por conta do bloqueio entre estados para evitar a propagação do coronavírus.

[...] Ficou uma situação difícil para todos os pescadores aonde todos sobrevivem da pesca e do peixe e não tem outro meio de vida. É esse pescar, pescar e pescar. Estamos diante de uma catástrofe

pior da vida. Nós vem se arrastando desde o derramamento do petróleo [...] que veio em direção a gente, chegou, devastou, estava melhorando e agora [...] a situação se agravou muito mais. Então eu tô muito triste, muito triste por ver essa situação dos pescadores se perguntando o que se faz [...] (Seu Pescada. Praia da Pedra do Sal/Parnaíba-PI, ObCovid-19, 10/Abr/2020).

[...] Nós estamos aqui, infelizmente nós estamos sem pescar porque a nossa população ela tem que tá pescando, mas como é que nós pesca? Vamos vender a quem? Nós não temos a quem vender! Nosso pescado infelizmente tá sendo pescado só pra gente comer de manhã, meio dia e noite. Mas a gente não tem onde entrar. Por que todos [os locais de venda] eles estão fechados. O povo que comprava da gente, eles não vem mais. Então a gente tem que fazer uma coisa que a gente tem que dizer a vocês, nós estamos aqui, se nós não morrer de coronavírus [pausa], nós vamos morrer de fome. (Dona Danduca, Remanso-BA, ObCovid-19/Pesca, 02/Abr/2020)

Como diz Seu Pescada, “a situação se agravou muito mais”. E como ressalta Dona Danduca “se nós não morrer de coronavírus [pausa], nós vamos morrer de fome”. Esses analisadores nos fazem afirmar: de parte, principalmente, do governo federal, o que afetou diretamente a segurança alimentar foi a falta de um plano de gestão de contingências e de mitigação dos efeitos não só das medidas de isolamento social relacionados não só com a pandemia, mas também com o desastre socioambiental causado pelo derramamento de petróleo cru e com as questões do seguro defeso e do auxílio emergencial. Ana Flávia (MPP/Bahia) reconhece que a situação das comunidades pesqueiras está cada vez mais difícil e a segurança alimentar começava a ficar comprometida, sem acesso à renda não tem como comprar outros alimentos, então, não sabe até quando a população pesqueira vai aguentar, porque com “[...] todos os pescadores com quem a gente conversa estão sofrendo, depois começa a apertar de uma forma porque os do lado estão passando dificuldade [também]”.

Do Delta do Parnaíba-PI, Lucimar, presidente da Z-7, conta que tem 2500 filiados à Colônia de pescadores, sendo 1000 mulheres e 1.500 homens, desses 151 estão sem receber seguro-defeso desde 2013. Raimundo Félix, presidente da Federação de Colônia de Pescadores do Ceará, relata que no estado são mais de 30 mil pescadoras e pescadores espalhados por mais de 300 comunidades pesqueiras; destes, apenas 10 mil

recebem seguro-defeso e, mesmo assim, no momento, o pagamento estava atrasado, e mais de 20 mil não têm suas necessidades, na prática, amparadas e atendidas por políticas públicas (“Comunidades pesqueiras enfrentam problemas durante pandemia”, 2020).

Sou pescadora, aqui do Delta do Parnaíba, MPP/Piauí/Brasil, [...] na verdade, todas essas questões de que todos os pescadores do Brasil, não conseguem acessar políticas públicas, em todas as questões graves, é responsabilidade do governo, que tem o RGP dos pescadores, [...] tudo de 2012, 2013 cancelados, ilegal [...]. Ai os pescadores vem [enfrentando] desastres [socioambientais], desastre de derramamento de óleo, desastre de veneno, desastre de epidemia de várias doenças. E o atraso dos pescadores por não terem recebido seguro defeso em 2015, os pescadores não está atualizados dos seus direitos, até hoje vem pendengando essa situação do seguro que não é um seguro desemprego é um seguro defeso, da reprodução da espécie. Eles confundem os direitos sociais dos pescadores. Cada direito é um direito social. E ai o seguro desemprego das empresas é outro direito. O seguro das reprodução das espécies é outro direito. Então é responsabilidade deles não nossa [...]” (Dona Celeste. ObCovid-19, 01/Abr/2020).

Essa invisibilidade expõe a precarização da vida, sem RGP, em caso de acidente de trabalho, doença ocupacional ou outros processos de adoecimento, não há como requerer auxílio doença junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social e até mesmo contar tempo para aposentadoria.

Ao defender sua tese, Butler (2018) chama de biopolítica “os poderes que organizam a vida, incluindo aqueles que expõem diferentemente as vidas à condição precária como parte de uma administração maior das populações por meios governamentais e não governamentais [...]” (p. 216). Ao estabelecer as políticas de controle da vida e da morte de populações das comunidades tradicionais pesqueiras, o Estado “estabelece um conjunto de medidas para a valoração diferencial da vida em si”, reconhecendo “as vidas que importam” e deixando de reconhecer “as vidas que não importam como vidas [...], como vivíveis ou contam apenas como vivas” (Butler, 2018, p. 216).

Nesse contexto, a determinação social da saúde da mulher pescadora artesanal é bastante afetada. Há pescadora com suspeita de Covid-19, com medo, sem saber como irá continuar cuidando da mãe de 80 anos. Há pescadora que se divide entre pescar e organizar

mutirão para limpar Camboa, por conta de assoreamento do rio. As mulheres seguem cuidando de tudo, inclusive, dos ecossistemas, haja vista que elas não têm condições de manter o trabalho da pesca artesanal, durante o período de isolamento social, pois a precarização da vida dessas mulheres e a questão de gênero demarcam efeitos “do entrelaçamento entre os processos de feminização, racionalização e privatização da natureza” (Carmela & Pinheira, 2019, p. 276).

[...] Eu não tô parada. Eu não tô nas quarentenas em casa, porque eu tô indo pra maré. Eu tô com umas demandas aqui na localidade que as águas aqui invade as casas da gente por trás. Ganhei umas bueiras enorme pra puxar e encanar essas águas, ganhei a máquina. Quer queira quer não, essas bueiras e máquina chegou agora nessa agonia do corona. E mesmo com corona eu tô lá e a máquina colocou essas bueiras essa semana (Dona Ângela, Colônia Z-14, Praia de Atapuz, Goiana-PE, ObCovid/Pesca/WhatsApp, 01/Abr/2020).

Silvia Federici (2019) analisa como o trabalho reprodutivo marca a produção de subjetividade das mulheres, ressaltando que as mulheres das comunidades tradicionais

têm sido as principais apoiadoras de um uso não capitalista dos recursos naturais (terras, águas, florestas) e da agricultura orientada para a subsistência, e, portanto, ficaram no caminho tanto da completa comercialização da “natureza” quanto da destruição dos últimos comuns remanescentes”. (Federici, 2019, p. 184)

Todos essas questões dos processos de trabalho artesanal da pesca, da falta de acesso ao território das águas e obtenção de renda ou auxílio emergencial, ampliam a vulnerabilidade social relacionada com a segurança alimenta e dizem respeito à precarização dos modos de vida e da determinação social da saúde.

Luta

O agenciamento da pandemia, pelo estado de exceção e pela soberania do capital, opera a subtração da dimensão política da vida, produz processos de subjetivação e sujeição, fazendo emergir questões relacionadas à interseccionalidade. A ameaça à vida nas comunidades tradicionais, antes, durante e depois da pandemia,

é coerente com a velha determinação do capital em privar milhões de pessoas planeta afora de seus meios de reprodução, entregar suas terras,

suas águas, suas florestas e seus bairros ao controle de corporações e eliminar quem resiste à desapropriação. (Federici, 2019, p. 14)

Para além da subnotificação das informações e manipulação dos dados sobre óbitos por Covid-19 pelo Ministério da Saúde nesse período da pesquisa, quando se analisa os processos de subjetivação relacionados ao trabalho e às vidas vivíveis e às vidas matáveis pelo coronavírus, podemos dizer que para uma minoria que ocupa a classe economicamente hegemônica é a primeira vez que a sobrevivência deixa de ser uma abstração e se torna sobrevivência concreta. Mas, para a maioria da população preta, parda e pobre que constitui povos e comunidades tradicionais pesqueiras, sobreviver é o verbo mais conjugado na reprodução da vida cotidiana. Um verbo que, independente da língua, muitas vezes, se conjuga muito mais com gestos e ações do que com palavras, principalmente, quando a sobrevivência é tradução do luto em luta e resistência como nos territórios das águas, tradicionalmente ocupados por pescadoras e pescadores artesanais, como nos mostra uma das mulheres da ANP e do MPP:

[...] Eu sou Eliete Paraguassú, eu sou marisqueira e quilombola aqui do território de Ilha de Maré [...]. É Considerado o território mais negro de Salvador porque toda população de Ilha de Maré se identifica enquanto preto e pretas. [...] Mas falar deste lugar nesse momento de Covid - 19 é falar desse retrato que a gente vivencia em todo Brasil, é falar desse racismo que vivem as comunidades tradicionais, é esse retrato que a gente vive, é um retrato que nunca foi reparado, nunca foi enxergado como sujeito de direito, de políticas públicas, sujeitos de direitos às coisas mais básicas que esse território deveria ter e isso remete para a agente enquanto movimento de pescadores, enquanto mulheres negras, enquanto mães, enquanto pescadoras, a gente precisa tá com nossos corpos defendendo o invisível que é a Covid - 19. Então, falar da Covid neste momento é falar de um racismo que sempre existiu nestes territórios, a falta da política pública, a falta de saneamento básico, a falta de investimento do poder público neste lugar. Pra gente falar desse lugar que é o lugar onde a gente vive em disputa, é falar também de um lugar que essas disputas até em um momento desses ainda é muito presente. É um momento de morte, é um momento de sobrevivência e que mesmo assim, o poder público ele nos olha diferente. Que mesmo numa situação dessa difícil, ainda continua fazendo as políticas dentro dos territórios, nesse momento

que é difícil, as políticas públicas elas não chegam como deveriam chegar, como, por exemplo, são os nossos corpos que estão sendo as barreiras para que o invisível não entre aos nossos territórios. As barreiras sanitárias quem estão fazendo é as comunidades [...]. (Eliete Paraguassú, Teia de Saberes, 27/Mai/2020).

A maioria dos pescadores e pescadoras artesanais já havia ficado seis meses sem obter renda, quando os compradores que comercializam seus produtos suspenderam a compra em função da tragédia socioambiental provocada pelo derramamento de petróleo cru que atingiu, no segundo semestre de 2019, praias, rios e mangues do litoral nordeste e sudeste, afetando a biodiversidade de ecossistemas que compõem as Reservas Extrativistas - Resex e as Áreas de Proteção Ambiental - APA, principalmente da região Nordeste do Brasil.

Agora, com a pandemia da Covid-19, no primeiro momento, foram excluídos do direito ao auxílio emergencial sob alegação de que receberiam seguro defeso. MPP, ANP, CPP e outros movimentos pesqueiros de comunidades tradicionais atuaram juntos e pressionaram deputados e senadores, até que finalmente, as pescadoras e pescadores foram incluídos, tanto no projeto de lei, quanto na Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Em pleno período da pandemia, esses movimentos se articularam junto à Defensoria Pública e junto ao Congresso Nacional e também conseguiram aprovação de um projeto que garante, finalmente, o processo de regularização do RGP e o pagamento do seguro-defeso, ainda que o governo federal esteja dificultando ao máximo ao exigir um recadastramento com prova de vida via sistema eletrônico com fotos de perfil e impressão digital.

Considerações finais

No Brasil, a situação em relação ao acesso à saúde e aos dispositivos de assistência se agrava dada a intencionalidade de governos, tais como Michel Temer e Jair Bolsonaro, em destruir o Sistema Único de Saúde - SUS. A Emenda Constitucional (EC) 95 representou, na prática, a desvinculação do financiamento mínimo de 15% da receita da União com esse setor e limitou os gastos ao valor utilizado no ano de 2017 e seu reajuste ao índice da inflação acumulada, fazendo com que o SUS perdesse R\$ 20 bilhões em 2019. Portanto, a Covid-19 acontece no auge de precarização da saúde e sua determinação social, cujo ordenamento jurídico-político do poder de vida e morte já vinha afetando as minorias e os territórios tradicionalmente ocupados

com efeitos direto nos modos de vida, segurança alimentar, trabalho e renda, emprego, acesso à saúde e à educação em todos os níveis e efeitos no sistema de seguridade social, bastante prejudicado com as reformas trabalhista e da previdência.

Com o isolamento social em curso e em meio a um cenário de luto e perdas por mortes causadas por insuficiência respiratória ou outros agravos relacionados ao coronavírus, a luta das entidades que compõem os movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais vem se reconfigurando por meio do uso de outras plataformas, deslocando-se das redes lançadas no território das águas às redes virtuais, como podemos experimentar com o ObCovid-Pesca. Por meio desta cartografia, acompanhamos e compomos a luta dos movimentos sociais pesqueiros que nos deslocaram para essa rede social virtual, diante da necessidade de monitorar os impactos do coronavírus à saúde e sua determinação social nas comunidades tradicionais pesqueiras. Logo pousamos sobre a escassez de políticas públicas e tecnologias sociais não só para identificar e combater o Covid-19, mas também para o enfrentamento da insegurança alimentar, do atraso ou inadimplência do seguro defeso e da falta de auxílio emergencial, haja vista o desmonte das plataformas de mitigação das vulnerabilidades e injustiças sociais produzidas pela política de distribuição desigual da precariedade, além dos seus efeitos na determinação social da saúde.

Nesse contexto, reconhecemos processos interseccionais que envolvem as lutas, o luto e a sobrevivência de pescadores e pescadoras artesanais há gerações; processos de precarização da vida nos territórios tradicionais pesqueiros, bem como processos singulares de composição e resistência comunitária. Os movimentos sociais pesqueiros, MPP, ANP e CPP e parceiros que compõem a luta dos povos do mar e território das águas seguem resistindo, mostrando que não estão em silêncio e não ficarão no esquecimento. Nos territórios das águas, tradicionalmente ocupados por pescadoras e pescadores artesanais, há um devir comum na luta, diante do luto e da sobrevivência. Nas comunidades pesqueiras, como em outras comunidades tradicionais, a vida de todas as gerações importam e todas as vidas e mortes são passíveis de luto e de luta.

Referências

- Agamben, G. (2008). *O que resta de Aushwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. (S. J. Assmann, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios* (V. N. Honesko, Trad.). Chapecó, SC: Argos.
- Agamben, G. (2016). *Uma biopolítica menor*. Entrevista à revista *Vacarme* n. 10, de janeiro de 2000. (V. N. Honesko, Trad.). São Paulo, SP: n-1 edições.
- Agamben, G. (2017a). *Meios sem fim: notas sobre a política* (1ª ed., D. P. Carneiro, Trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Agamben, G. (2017b). *O uso dos corpos (Estado de sítio, Homo Sacer, IV, 2)* (1ª ed., S. J. Assmann, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Albuquerque Júnior, D. M. (2019, 15 de setembro). *Bacurau: será mesmo resistência?* Saiba Mais. Recuperado de <https://www.saiba-mais.jor.br/bacurau-sera-mesmo-resistencia/>
- Albuquerque Júnior, D. M. (2020). *A palavra como luto e como luta*. São Paulo, SP: n-1 edições. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/textos/69>
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (2ª ed., F. S. Miguens, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência* (1ª ed., A. Lieber, Trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Carmela, R., & Pinheiro, M. A. (2019). Ecopsicossociologia: abordagens ecofeministas da pesca artesanal. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 276-281. doi: 10.22409/1984-0292/v31i_esp/29053
- Carneiro, F. (2020, 27 de maio). Ecologia de saberes, pesquisa participante e vigilância popular em saúde [Vídeo]. Youtube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=WTxGygLIFUU>
- Comunidades pesqueiras enfrentam problemas durante pandemia. (2020, 15 de maio). *Diário do Nordeste*. Recuperado de <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/comunidades-pesqueiras-enfrentam-problemas-durante-pandemia-1.2246086>
- Fassin, D. (2019). *Por una repolitización del mundo: las vidas descartables como desafío del siglo XXI* (1ª ed., H. Pons, Trad.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, AR: Siglo Veintiuno Editores.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (1ª ed., Coletivo Sycorax, Trad.). São Paulo, SP: Elefante.
- Guattari, F. (1987). *Revolução molecular* (S. Rolnik, Trad.). São Paulo: Brasiliense. (Obra original publicada em 1977)
- Guattari, F. (2012) *As três ecologias* (21ª ed., M. C. F. Bittencourt, Trad.). Campinas, SP: Papyrus. (Obra original publicada em 1998)
- Kastrup, V. (2009). O funcionamento da atenção do cartógrafo. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 32-51). Porto Alegre, RS: Sulinas.
- Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 (2020, 2 de abril). Estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Luz, A. (2020, 21 de abril). Com inverno mais frio, há boa expectativa para safra da tainha em 2020. Florianópolis. *NDmais*. Recuperado de <https://ndmais.com.br/noticias/com-inverno-mais-frio-ha-boa-expectativa-para-safra-da-tainha-em-2020/>
- Marques, C. E. (2018). A questão quilombola no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas. In F. Coelho & R. S. Camacho (Orgs.), *O campo no Brasil contemporâneo: Do governo FHC aos governos petistas: Protagonistas da/na luta pela terra/território e das políticas públicas* (Vol. 2, pp. 133-148). Curitiba, PR: CRV.
- Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras. (2020). Boletim Epidemiológico 01, 14ª Semana (29/Mar/2020 a 04/Abr/2020) e nos Boletins Diários 33 (22/Abr/2020), 67 (26/Mai/2020 e 71 (30/Mai/2020). Recuperado de <https://observatoriocovid19pescadores.blogspot.com/p/boletim-diario.html>
- Passos, E., & Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-31). Porto Alegre, RS: Sulinas.
- Pesca de arrasto em SC têm novas regras durante a pandemia; veja as mudanças. (2020, 27 de abril). *G1 SC e NSC TV*. Recuperado de <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/04/27/pesca-de-arrasto-em-santa-catarina-tem-novas-regras-durante-a-pandemia.ghtml>
- Pescador morre em barco; mais 10 são contaminados. (2020, 25 de maio). *Diário Net*. Recuperado de <https://www.diarinho.net/materia/596326/pescador-morre-em-barco-mais-10-sao-contaminados>
- Rolnik, S. (2018). *Esferas da Insurreição*. São Paulo, SP: n-1 edições.
- Safatle, V. (2020). *Bem vindo ao estado suicidário*. São Paulo, SP: n-1 edições. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2010). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (13ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Record.

¹ Neste contexto, o conceito foucaultiano de dispositivo como uma rede que se estabelece entre elementos discursivos, ditos e não ditos, atende a compreensão de Agamben (2009) para quem o disposto é qualquer coisa que opera de algum modo a capacidade não só de capturar, modelar e controlar os processos de subjetivação, mas também de orientar, determinar, interceptar “e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (Agamben, 2009, p. 40).

Antônio Vladimir Félix-Silva, Doutor em Ciências Psicológicas pela Universidade de Havana/Cuba, é Professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Endereço para correspondência: Av. São Sebastião, 3950, Condomínio Delta. Apartamento 8, Bairro Frei Higino, Parnaíba/PI, CEP 64.207-005. Telefone: (85) 99994-5139. Email: wladyfelix@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3084-379X>

Camila Batista Silva Gomes, Assessora da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) na temática da Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, Educadora Popular e Coordenadora do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP/Ceará. Email: camilabaltista@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3428-4641>

José Lucas Soares de Araújo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Email: joselucas2126@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4541-9329>

Recebido em 31.mai.20
Revisado em 23.set.21
Aceito em 31.dez.21

Perfis formativos e ocupacionais de Psicólogas/os, segundo a raça-etnia

Carlos Vinicius Gomes Melo. Universidade de São Paulo
Alessandro de Oliveira dos Santos. Universidade de São Paulo
Luiz Silva dos Santos. Universidade de São Paulo

Resumo

Trata-se de um estudo transversal do tipo descritivo exploratório que utilizou dados coletados por meio de um questionário fechado junto a 657 Psicólogas/os dos estados do Amazonas, Bahia e São Paulo. Partiu-se da hipótese de que o racismo como variável externa, ou seja, enquanto um organizador das relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as no país, exerce influência sobre as variáveis de formação e de ocupação das/os profissionais de psicologia. Os resultados mostraram que o racismo exerce tal influência, pois quando comparadas/os às/aos psicólogas/os negras/os, as/os brancas/os apresentam privilégios na formação, no nível de titulação, no tempo de experiência no mercado de trabalho, nas áreas e nos tipos de serviços da psicologia em que se empregam; além disso, atender pessoas também brancas, que por sua vez, estão alocadas nas faixas de renda mais elevadas.

Palavras-chave: psicólogos; raça; relações raciais; psicologia (Brasil); estatística descritiva.

Abstract

Training and occupational profiles of psychologists, according to race and ethnicity. This is a cross-sectional exploratory descriptive study that used data collected through a closed questionnaire with 657 psychologists in the states of Amazonas, Bahia and São Paulo. We started from the hypothesis that racism as an external variable, that is, as an organizer of ethnic-racial relations between white and black people in the country, influences the training and occupation variables of psychologists. The results showed that racism has a huge influence, because when compared to black psychologists, white people showed privileges in training, degrees level, time of experience in the labor market, in the areas and type of Psychology services that they work with; in addition, to serve white people as well, who are also positioned in the highest income ranges.

Keywords: psychologists; race; race relations; psychology (Brazil); descriptive statistics.

Resumen

Perfiles de formación y ocupación de psicólogos, según raza y etnia. Este es un estudio transversal del tipo descriptivo exploratorio que utilizó datos recopilados a través de un cuestionario cerrado con 657 psicólogos en los estados de Amazonas, Bahía y São Paulo. Partimos de la hipótesis de que el racismo como variable externa, es decir, como organizador de las relaciones étnico-raciales entre blancos y negros en el país, influye en las variables de formación y ocupación de los psicólogos. Los resultados mostraron que el racismo tiene mucha influencia, porque en comparación con los psicólogos negros, las personas blancas tienen privilegios en la capacitación, en el nivel de titulación, en la antigüedad de la experiencia en el mercado laboral, en las áreas y los tipos de servicio de psicología en los que trabajan; además, también sirven a las personas blancas, que a su vez están posicionadas en los niveles de ingresos más altos.

Palabras clave: psicólogos; raza; relaciones raciales; psicología (Brasil); estadísticas descriptivas.

A profissão de psicólogo/o foi regulamentada no Brasil em 27 de agosto de 1962, através da Lei 4.119. Mas foi somente com a implantação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1972, autarquia que regulamenta e fiscaliza a atuação profissional, que houve a consolidação da profissão no país, que atualmente reúne um total de 375.693 psicólogos/os (CFP, 2020).

Na década de 1980, refletindo o momento histórico brasileiro de construção de um sistema de garantias de direitos expresso pela Reforma Constitucional de 1988, ocorre maior direcionamento de psicólogas/os para os setores públicos de saúde, educação, assistência social, tribunais de justiça, entre outros (Cardoso Jr & Jaccoud, 2005). Isso fez com que, nas últimas décadas, muitos dessas/es profissionais passassem a trabalhar com populações economicamente desfavorecidas e não brancas das periferias dos centros urbanos e dos interiores dos estados.

Ao adentrar os setores públicos, as/os psicólogas/os se deparam com o distanciamento existente entre sua formação e as demandas da atuação profissional no novo contexto, tendo em vista que até então tal atuação estava voltada notadamente para o atendimento clínico individual, pouco acessível às populações economicamente desfavorecidas.

A formação dessas/es profissionais no país tem se caracterizado pela importação e adoção de teorias e métodos advindos de contextos relativamente distantes e fruto de realidades distintas daquela em que o Brasil foi construído enquanto nação. O trabalho nos setores públicos trouxe uma nova clientela, o que desafiou o arsenal teórico da psicologia clássica; e exigiu também o preparo das/os profissionais para lidar, em suas práticas, com a desigualdade persistente no país e a forma como ela se expressa na configuração das relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as (Maia, Santos, & Santos, 2018).

O fenômeno da escravidão no Brasil precisa ser tomado em consideração pelas/os psicólogas/os para compreender porque as condições de saúde, educação e trabalho são sempre menores e/ou piores entre os/as negros/as quando comparados aos/às brancos/as. Em nosso país, as formas de tratamento e o acesso às oportunidades obedecem a uma lógica de diferenciação e hierarquização estruturada a partir da raça-etnia (Heringer, 2002; Schucman, 2012), cujo racismo é a resultante.

O racismo no Brasil se configura como uma ideologia, uma estrutura e um processo, sendo um dos

principais organizadores da desigualdade material e simbólica vivida pela população negra no país. Ele é uma ideologia segundo a qual se pressupõe existir raças-etnias puras, umas superiores a outras, com características genéticas que são transmitidas hereditariamente e que determinam e são reconhecidas através da cor da pele, traços de inteligência e caráter e manifestações culturais (Munanga, 1996). O racismo é uma estrutura porque afeta a realidade objetiva e sua dinâmica social, política e econômica, atuando cotidianamente no estabelecimento daqueles/as que serão beneficiados/as, voluntária ou involuntariamente, ou prejudicados/as em relação ao exercício de direitos políticos, sociais e humanos (Silvério, 2002). Ele estrutura as condições e possibilidades de trabalho, de estudo, de vínculo (incluindo o casamento e amizades), de liberdade, de lugar onde morar, as formas de morrer (CFP, 2017). O racismo é um processo porque é dinâmico, capaz de transformar-se, histórica e contextualmente, em produções que se efetivam nas relações interpessoais na vida cotidiana.

Ao longo dos séculos o racismo tem sido utilizado para justificar diferentes formas de opressão e a manutenção da desigualdade e de privilégios. Trata-se, portanto, de um fenômeno que produz sofrimento, além de justificativas naturalizantes das injustiças sociais.

A dimensão individual do racismo é o preconceito étnico-racial, ou seja, atitudes afetivas negativas que levam a erros de julgamento a respeito de pessoas ou grupos de determinada raça-etnia e que não são facilmente modificáveis por apresentação de evidência contrária. Relaciona-se ao sistema de crenças estereotipadas sobre as raças-etnias que rege a normatividade social e, por conseguinte, os comportamentos individuais por via da aprendizagem e da conformidade. A dimensão social do racismo, por sua vez, é a discriminação étnico-racial, ou seja, toda distinção de tratamento, exclusão ou restrição de circulação nos espaços baseada na raça-etnia e capaz de pôr em risco as liberdades fundamentais e os direitos civis (Rodrigues, Assmar, & Jablonski, 2015; A. O. Santos, 2012).

No Brasil, desde o fim da escravidão a população negra tem ocupado os extratos sociais mais baixos da sociedade, encontrando-se em situação de maior vulnerabilidade social, sendo, por isso mesmo, aquela que mais acessa os serviços públicos. Os afetos, julgamentos e comportamentos das/os profissionais desses serviços, aliados à cultura institucional de onde trabalham, são determinantes para a sustentação e reprodução ou não do racismo.

Este estudo investigou os perfis formativos e ocupacionais de psicólogas/os segundo a raça-etnia. Partiu-se da hipótese de que o racismo como variável externa, ou seja, enquanto um organizador das relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as no país, exerce influência sobre as variáveis de formação e de ocupação das/os profissionais de psicologia.

Método

Trata-se de um estudo transversal do tipo descritivo exploratório que utilizou dados coletados por meio de um questionário fechado subdividido em três seções. A primeira seção reunia questões sobre o perfil sociodemográfico da/o respondente, tais como idade, raça-etnia, gênero e unidade federativa (UF) de residência. A segunda seção investigava variáveis do perfil formativo, como a Instituição de Ensino Superior (IES) de graduação e o último nível de titulação. Por fim, a terceira seção, reunia questões sobre o perfil ocupacional, como, por exemplo, a principal área de atuação, o tempo de atuação e as características de raça-etnia e de renda da população atendida. Na última seção do questionário foram incluídas também questões com respostas do tipo *Likert*, onde a/o respondente especificava seu nível de concordância sobre determinada afirmação, numa escala de pontuação numérica onde "01" correspondia a "nunca" e "05", a "sempre".

O questionário foi hospedado na plataforma online SurveyMonkey e sua divulgação foi feita por meio de entidades de psicologia, tanto de âmbito nacional quanto regionais, que divulgaram o *link* de acesso ao questionário em listas de e-mail das/os profissionais cadastradas/os. Também foi feito impulsionamento da postagem do *link* de acesso ao questionário na rede social Facebook e compartilhamento do *link* diretamente no e-mail e *WhatsApp* de psicólogas/os.

A coleta de dados ocorreu entre 01 de agosto de 2017 e 30 de julho de 2018 e contabilizou 657 questionários válidos nos três estados investigados: Amazonas, Bahia e São Paulo. O estado do Amazonas foi selecionado para aplicação do questionário por concentrar, em termos de proporção absoluta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior população autodeclarada indígena do país, perfazendo quase 5% da população do estado, e também pelo fato de 73% da população do Amazonas se autodeclarar negra (IBGE, 2010). Além disso, o Amazonas é o estado da região Norte com mais profissionais cadastradas/os,

4.977 psicólogas/os, no Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região que reúne Acre, Roraima, Rondônia e Amazonas (CFP, 2020). O estado da Bahia, por sua vez, foi selecionado por concentrar a maior proporção relativa de negros/as dentre os estados da federação, ou seja, 76% da sua população (IBGE, 2010). Além disso, a Bahia é o estado da região Nordeste com mais profissionais cadastradas/os, 17.097 psicólogas/os, no Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (CFP, 2020). Por fim, o estado de São Paulo foi selecionado por concentrar em termos de proporção absoluta a maior população autodeclarada preta e parda (ou seja, negra, conforme o IBGE) entre os estados do Sudeste, perfazendo quase 53% da sua população (IBGE, 2010). Ademais, São Paulo reúne o maior número de profissionais cadastradas/os do Brasil, 109.534 psicólogas/os, no Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CFP, 2020).

A coleta de dados foi realizada mediante aprovação de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pela/o respondente. O estudo foi submetido e aprovado em Comitê de Ética de Pesquisa, recebendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) número: 14696413.9.0000.5561.

Para análise dos dados coletados foram utilizadas técnicas de análise descritiva, como, por exemplo, medidas de tendência central e dispersão. Também foi feito o teste de associação entre variáveis categoriais empregando a técnica de Tabela de Referência Cruzada, na qual a associação entre as variáveis categóricas é atestada tanto pelo nível de significância quanto pelo valor residual. Segundo Field (2009), o resíduo apresenta a contagem acima ou abaixo do valor esperado pelo cálculo estatístico. Além disso, para o teste de variáveis categóricas com variáveis numéricas foi aplicada a técnica do Teste *t* de Amostra Independente. Em todos os exames de associação entre as variáveis, a relevância estatística adotada seguiu o intervalo de confiança de 95% com nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Em função dos baixos percentuais de indígenas e amarelas/os optou-se por priorizar as análises estatísticas da variável raça-etnia utilizando os dados das/os respondentes autodeclaradas/os brancas/os e pretas/os e pardas/os (negras/os).

Resultados

A Tabela 1 apresenta as características gerais da amostra por distribuição (%), frequência absoluta (*N*).

Tabela 1. Distribuição e frequência de dados gerais da amostra

	N	%
Idade		
24 a 29	138	21,0
30 a 34	159	24,2
35 a 39	139	21,2
40 a 49	111	16,9
50 a 59	84	12,8
60 acima	26	04,0
Total	657	100
Gênero		
Feminino	523	79,6
Masculino	131	19,9
Não binário	03	00,5
Total	657	100
Raça-etnia		
Branca	306	46,6
Parda	217	33,0
Preta	118	18,0
Amarela	15	02,3
Indígena	01	00,2
Total	657	100
IES		
Pagas	463	70,5
Públicas	184	28
Outras	10	1,5
Total	657	100
Titulação Máxima		
Graduação	62	19,7
Especialização	394	49,8
Mestrado	158	24,0
Doutorado	43	06,5
Total	657	100
Faixas de tempo de atuação		
0 a 4 anos	228	228
5 a 9 anos	195	29,7
10 a 14 anos	112	17,0
15 anos ou mais	122	18,6
Total	657	100
Áreas de atuação*		
Saúde	428	65,1
Educação	312	47,5
Sociedade	265	40,3

continua...

Tabela 1. Continuação

	N	%
Tipos de serviço		
Pagos	340	51,8
Públicos	287	43,7
Outros	30	04,6
Total	657	100
Faixa socioeconômica atendida*		
Sem renda	168	25,60
Com auxílio governamental	262	39,90
Até R\$1.000	241	36,70
De R\$1.000 a R\$3.000	274	41,70
De R\$3.000 a R\$5.000	158	24,00
De R\$5.000 a R\$10.000	123	18,70
Acima de R\$10.000	75	11,40
Não sou capaz de descrever	119	18,10

Nota. Fonte de dados da pesquisa. *Possibilidade de assinalar mais de um item.

Entre as/os 657 respondentes do questionário, 51,29% (N = 337) residiam em São Paulo; 39,11% (N = 257), na Bahia; e 9,58% (N = 63), no Amazonas. A idade média das/os respondentes foi de 38 anos (M = 37,9; DP = 10,3), sendo que a maioria possui entre 30 e 34 anos. A proporção de mulheres que respondeu ao questionário foi maior do que a dos homens. Embora a maioria das/os respondentes tivesse se autodeclarado de raça-etnia branca, quando agrupados os percentuais de respondentes autodeclaradas/os pretas/os e pardas/os, a proporção de negras/os que responderam o questionário ficou ligeiramente maior, isto é, 51% (N = 335). O percentual de respondentes autodeclaradas/os indígenas foi de 2,3% (N = 15) e o de amarelas/os de 0,2% (N = 01).

A maior parte dos respondentes da amostra é egressa de IES Pagas, sendo, especificamente, 65,8% (N = 432) de Particulares/privadas; e 4,7% (N = 31) de Confessionais, comunitárias ou filantrópicas. Entre as/os respondentes formadas/os em IES Públicas, 18,3% (N = 120) cursaram “Pública Federal”; e 9,7% (N = 64), “Pública Estadual”. Predominam as/os respondentes com a titulação máxima de especialista.

As/os respondentes da amostra tem uma média de tempo de atuação em psicologia de 8,5 anos (M = 8,47; DP = 6,9). Contudo, como mostra a Tabela 1, a faixa de tempo mais prevalente é a de até quatro (04) anos na profissão. Quanto ao número de atuações

por profissional, verificou-se uma média ponderada aproximada de duas atuações (M = 1,78; DP = 0,84). As/os respondentes trabalham em maior proporção nas áreas de atuação do Eixo da Saúde, com destaque para a Clínica. Sendo possível assinalar mais de uma atuação, no Eixo da Saúde incluem-se as áreas de Clínica (63,2%; N = 415), Hospitalar (6,7%; N = 44), Neuropsicologia (4,4%; N = 29) e Esporte (0,9%; N = 06). No Eixo da Educação, as atuações em Pesquisa (24,2%; N = 159), em Psicologia Educacional (18,6%; N = 122), em Docência em ensino superior (18,3%; N = 120) e em Docência em ensino médio (0,6%; N = 04). No Eixo de Sociedade estão as áreas relativas ao Social (23,3%; N = 153), Trabalho (9,6%; N = 63), Jurídica (5,6%; N = 37), Gestão Institucional (4,6%; N = 30), Trânsito (1,5%; N = 10), Comunicação Social (N = 0,8%; N = 05) e Fiscalização Institucional (0,5%; N = 03). Caso a/o respondente tivesse duas ou mais frentes de trabalho, ela/ele deveria escolher uma delas para detalhamento. Pouco mais da metade das/os respondentes optou por detalhar o trabalho em serviços psicológicos pagos, que englobam os serviços Autônomos (33%; N = 217) e os Privados (18,7%; N = 123). Os serviços públicos de atuação das/os respondentes incluem os Públicos Municipais (18,7%; N = 123), os Públicos Estaduais (11,4%; N = 75), os Públicos Federais (7,3%; N = 48), as Organizações Não Governamentais (ONGs) (4,6%; N = 30) e as Autarquias (1,7%; N = 11).

No que se refere ao acesso ao atendimento por faixa de renda, como mostra a Tabela 1, prevalece o segmento da população com renda mensal “de R\$1.000 a R\$3.000”, seguido pelas/os beneficiadas/os por algum tipo de auxílio governamental e por aquelas/es com renda “até R\$1.000”.

A Tabela 2 mostra as diferenças nos perfis formativos e ocupacionais de profissionais brancas/os e negras/os. No que diz respeito à formação, nota-se uma associação significativa entre a raça-etnia das/os profissionais, o perfil da IES formadora e o último nível de titulação obtido. As/os profissionais brancas/os estão associadas/os à formação em IES Públicas

Estaduais, enquanto as/os negras/os, em IES Públicas Federais, e em IES Particulares/Privadas. Diferentemente do que ocorre no Amazonas ($p = 0,471$) e na Bahia ($p = 0,743$), as/os profissionais brancas/os em São Paulo ($p = 0,029$) são mais formadas/os em IES Públicas Estaduais, em comparação ao que ocorre com as/os negras/os. Do total de formadas/os em IES de São Paulo, 82,4% ($N = 42$) são brancas/os e apenas 17,6% ($N = 09$) são negras/os. As/os profissionais brancas/os da amostra estão associadas/os à pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, a obtenção dos títulos de mestrado e doutorado; enquanto as/os negras/os, à pós-graduação *lato sensu*, ou seja, a obtenção de título em nível de especialização.

Tabela 2. Perfis das formações e ocupações de profissionais brancas/os e negras/os

	P	Brancas/os			Negras/os			Total	
		N	%	Resíduo	N	%	Resíduo	N	%
IES									
Privada/Particular		191	45,5	-9,3	229	54,5	9,3	420	100
Pública Federal	<0,001	45	37,8	-11,8	74	62,2	11,8	119	100
Pública Estadual		47	77,0	17,9	14	23,0	-17,9	61	100
Confessional, etc.		18	58,1	3,2	13	41,9	-3,2	31	100
Pós-graduação									
Especialização		131	40,9	-22,6	189	59,1	22,6	320	100
Mestrado	0,001	80	58,0	13,8	58	42,0	-13,8	138	100
Doutorado		29	69,0	8,8	13	31,0	-8,8	42	100
Tempo de atuação									
0 a 4 anos		93	41,5	-13,9	131	58,5	13,9	224	100
5 a 9 anos	0,001	82	42,9	-9,2	109	57,1	9,2	191	100
10 a 14 anos		57	53,3	5,9	50	46,7	-5,9	107	100
15 a 25 anos		74	62,2	17,2	45	37,8	-17,2	119	100
Áreas de atuação									
Saúde		142	52,0	12,4	131	48,0	-12,4	273	100
Sociedade	<0,001	57	35,2	-19,9	105	64,8	19,9	162	100
Educação		75	52,8	7,6	67	47,2	-7,6	142	100
Tipo do Serviço									
Pagos	<0,001	184	55,4	25,3	148	44,6	-25,3	332	100
Públicos		108	38,7	-25,3	171	61,3	25,3	279	100

Nota. Fonte de dados da pesquisa.

Houve associações significativas entre a raça-etnia das/os profissionais e o tempo, as áreas de atuação e os tipos de serviços. Quanto ao tempo de atuação profissional, as/os psicólogas/os brancas/os estão associadas/os a uma atuação de 10 anos ou mais na psicologia, enquanto as/os negras/os a uma atuação de

até nove anos. As/os brancas/os estão associadas/os à atuação nas áreas dos Eixos de Saúde e de Educação. Em contrapartida, as/os negras/os, estão associados ao Eixo de Sociedade. As/os brancas/os empregam-se mais em serviços pagos pela população, em especial, no setor Autônomo (38,2%; $N = 117$) e no Privado (21,9%;

$N = 67$). Já as/os negras/os, em serviços públicos, com destaque para o Público Municipal (24,5%; $N = 82$) e as ONGs (6,9%; $N = 23$).

Os dados referentes ao atendimento da população conforme a raça-etnia indicam que as Pessoas Brancas ($M = 3,76$; $DP = 1,02$) são as mais atendidas nos serviços psicológicos onde as/os respondentes atuam. Em seguida, as Pessoas Negras ($M = 3,40$; $DP = 1,17$) e, em menor número as Pessoas Orientais ($M = 1,96$;

$DP = 0,92$) e as Pessoas Indígenas ($M = 1,60$; $DP = 0,82$). Notou-se uma associação significativa entre a raça-etnia das/os profissionais e a raça-etnia da população atendida. As/os psicólogas/os brancas/os atendem significativamente mais ($p = 0,001$) Pessoas Brancas em comparação a pessoas de outras raças-etnias. Enquanto as/os negras/os atendem mais ($p = 0,013$) Pessoas Negras, comparativamente a pessoas de outras raças-etnias.

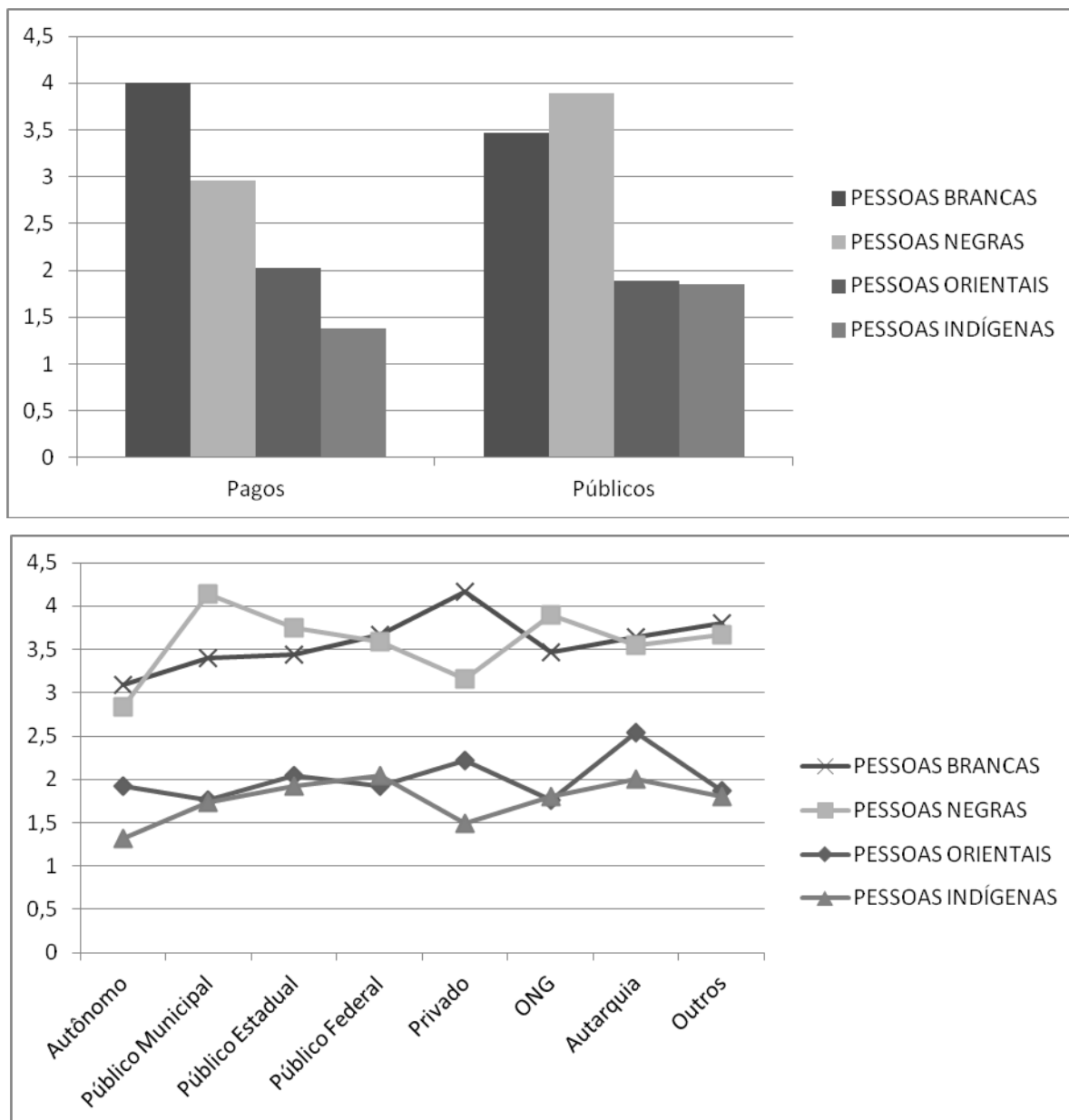


Figura 1. Médias de grupos étnico-raciais atendidos nos tipos de serviços psicológicos. Fonte de dados da pesquisa.

Evidenciaram-se também associações entre a raça-etnia da população e os perfis dos serviços psicológicos que utilizam, assim como entre raça-etnia e faixa de renda da população. Conforme a Figura 1, as/os respondentes do questionário atendem mais Pessoas Brancas ($p < 0,001$) nos serviços de psicologia pagos ($M = 4,00$; $DP = 0,94$) do que nos públicos ($M = 3,47$; $DP = 1,00$). Já as Pessoas Negras ($p < 0,001$) são atendidas de modo mais expressivo nos serviços públicos ($M = 3,89$; $DP = 1,08$) comparativamente aos serviços pagos ($M = 2,96$; $DP = 1,07$). Da mesma maneira, as Pessoas Indígenas ($p < 0,001$) são mais atendidas nos setores públicos ($M = 1,85$; $DP = 0,89$) do que nos pagos ($M = 1,38$; $DP = 0,68$). Apesar de Pessoas Orientais serem mais atendidas em serviços pagos ($M = 2,02$; $DP = 0,91$) do que em públicos ($M = 1,89$; $DP = 0,93$), não houve diferença significativa ($p = 0,067$). As Pessoas Brancas são significativamente mais atendidas

em serviços pagos em todos os estados, como observado no Amazonas ($p = 0,001$), na Bahia ($p < 0,001$) e em São Paulo ($p = 0,028$). Já as Pessoas Negras são mais atendidas em serviços públicos do que pagos nos estados da Bahia ($p < 0,001$) e de São Paulo ($p < 0,001$). As Pessoas Indígenas, por sua vez, são mais atendidas em serviços públicos na Bahia ($p < 0,001$) e em São Paulo ($p < 0,001$). Somente na Bahia as Pessoas Orientais são mais atendidas em serviços pagos do que em públicos ($p = 0,005$).

A Figura 2 apresenta as médias ponderadas da população atendida por raça-etnia e por faixa socioeconômica. As/os psicólogas/os atendem mais Pessoas Negras na faixa socioeconômica sem renda ou que necessita de auxílio governamental. Inversamente, quanto mais se eleva a renda, a partir de R\$1.000, predomina o atendimento de Pessoas Brancas.

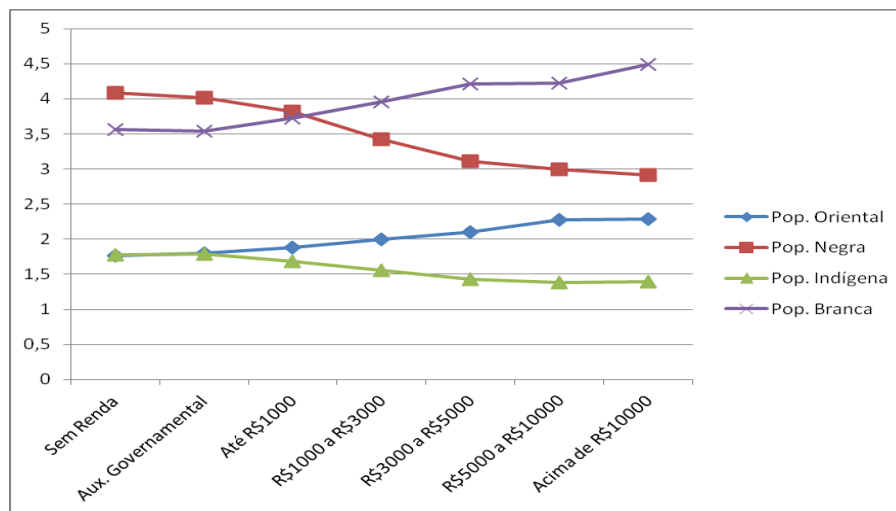


Figura 2. Grupos étnico-raciais atendidos por faixas socioeconômicas.

Fonte de dados da pesquisa.

Discussão

A análise dos dados das/os respondentes da amostra deste estudo evidencia similaridades com o estudo do CFP, organizado por Lhullier, Roslindo, e Moreira (2013). Intitulado “Quem são as psicólogas brasileiras”, tal pesquisa, de amplitude nacional, realizou 1.331 entrevistas com profissionais de psicologia. Os autores identificaram que 76% das/os profissionais tinham entre 30 e 59 anos, sendo que a maior parcela delas/es, 34%, se encontrava na faixa de 30 a 39 anos. As proporções por faixa de idade coincidem com as da

amostra deste estudo, no qual 75,1% ($N = 493$) das/os respondentes se situam entre 30 e 59 anos, sendo a maior parte na faixa etária entre 30 e 39 anos, 45,4% ($N = 298$). Segundo Lhullier et al. (2013), essa proporção não surpreende frente ao fato de que a maioria das/os profissionais se gradua a partir dos 22 anos. Além disso, também é preciso considerar a expansão dos cursos de graduação em Psicologia no país na última década.

A proporção de gênero da amostra de respondentes deste estudo, 79,6%, também não é discrepante da verificada por Lhullier et al. (2013) que contou com 89% de mulheres. Já a proporção relativa à raça-etnia

foi diferente dos dados da pesquisa dos autores que apresentaram 67% de respondentes brancas/os, 25% de pardas/os, 3% de pretas/os, 3% de amarelas/os e 1% de indígenas. O presente estudo teve uma proporção maior de profissionais negras/os (pretas/os e pardas/os) respondentes. Muito provavelmente, essa diferença deve-se ao apoio de divulgação do questionário em entidades de psicologia que reúnem profissionais negras/os como, por exemplo, a Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os. Além disso, mesmo que o título do questionário não fizesse referência ao tema das relações étnico-raciais, esse podia ser dividido na medida em que era colocado em tela por algumas variáveis da investigação, de maneira que é possível que um número maior de respondentes negras/os tenha se motivado a responder o questionário.

Tomando em consideração as análises expostas nos resultados, é possível afirmar que o racismo, como variável externa, ou seja, enquanto um organizador das relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as no país, exerce influência sobre as variáveis de formação e de ocupação das/os profissionais de psicologia.

Quando se investiga a associação entre a raça-etnia das/os profissionais e os perfis da IES onde se formaram, as/os profissionais brancas/os são predominantemente formadas/os em IES Públicas Estaduais e as/os negras/os, em IES Públicas Federais e em IES Particulares/Privadas. A proporção de respondentes negras/os com formação em IES Públicas Federais pode ser explicada pela implementação da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que estabelece reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para egressos/as de escolas públicas de baixa renda, entre os quais, negros/as e indígenas. Por seu turno, Amaral e Parparelli (2019) explicam a prevalência das/os profissionais negras/os formadas/os por IES Particulares/privadas atribuindo-a a política de abrangência do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), ampliado a partir de 2003, e ao Programa Universidade Para Todos (ProUni), sancionado em 2005.

São Paulo foi o único estado a apresentar desproporcionalidade de negras/os formadas/os em IES Públicas Estaduais, em comparação ao Amazonas e à Bahia. Isso porque, em 2003, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) já adotava a reserva de vagas, e em 2004, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), antes mesmo da Lei nº 12.711/2012. Também em 2004, a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) adotou o sistema de reserva de vagas. Em São Paulo, tal processo

começa apenas uma década depois, em 2014, na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Em 2018 é incorporado pela Universidade de São Paulo (USP), e em 2019, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Guarnieri & Melo-Silva, 2017; Resolução nº 2894/2004; J. T. Santos & Queiroz, 2013).

Entretanto, a influência da reserva de vagas ou regime de cotas universitárias como ficou conhecido, é restrita à graduação. No que diz respeito à pós-graduação, a diferença entre respondentes negras/os e brancas/os quanto à titulação é significativa. Como se observa, as/os psicólogas/os brancas/os estão predominantemente associadas/os a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), enquanto as/os negras/os, à pós-graduação *lato sensu* (especialização). Tal dado corrobora a afirmação de Venturini (2017) de que a pós-graduação no Brasil é composta predominantemente por pessoas brancas. A partir da análise dos dados disponíveis na Plataforma Lattes do CNPq (Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa), a autora constatou que 79,01% dos/as doutores/as são brancos/as, enquanto 3,05% são pretos/as, 15,29% são pardos/as e 0,42% são indígenas.

Como mostram os resultados do estudo, as/os psicólogas/os brancas/os estão associadas/os a uma atuação em psicologia de mais de 10 anos, enquanto as/os negras/os a uma atuação de no máximo nove anos. Essa diferença temporal entre brancas/os e negras/os coincide com as conclusões de curso das primeiras turmas de psicologia que foram beneficiadas pela reserva de vagas nas instituições federais e pelos programas de financiamento estudantil em IES Privadas/Particulares. Ambas as políticas nacionais levaram ao aumento da proporção de psicólogas/os negras/os formadas/os nos últimos anos.

Os resultados do estudo também evidenciam que as/os psicólogas/os negras/os trabalham majoritariamente em setores das políticas públicas, em especial em serviços públicos municipais e em ONGs de áreas do Eixo de Sociedade. Já as/aos profissionais brancas/os, atendem Pessoas Brancas em serviços pagos, dos tipos Autônomos e Privados, nas áreas dos Eixos de Saúde e de Educação. Segundo Pereira e Pereira Neto (2003), as áreas da Saúde e da Educação são as de maior prestígio e remuneração no Brasil, em especial, a área da clínica. Para os autores a identidade de classe da/o psicóloga/o, em geral, é definida pela área da clínica psicoterápica. Esse setor desperta interesse porque se considera o consultório particular como um ideal no que se refere

ao serviço de atendimento autônomo e privado em um mercado liberal.

Benedito (2018), manifesta sua preocupação quanto à hegemonia de pessoas brancas no exercício da clínica psicológica. Ao pesquisar sobre o racismo na prática profissional, a autora apresenta casos de psicólogas/os que negavam a existência desse fenômeno. Segundo a pesquisadora, na maioria das vezes, as/os profissionais não negras/os que atuam na clínica não conseguem compreender e lidar com os efeitos psicossociais do racismo nos atendimentos psicológicos, o que dificulta o diagnóstico e o tratamento dessa problemática quando trazida por usuários/as negros/as aos serviços. Para a autora, o racismo institucional na psicologia se manifesta como negação da sua existência pelas/os psicólogas/os. Ela ainda afirma que a alteração dessa realidade requer o reconhecimento, por parte das/os profissionais, do acúmulo de privilégios das pessoas brancas ao longo da história do Brasil.

No que se refere ao atendimento da população pelas/os psicólogas/os observou-se que à medida que a renda aumenta a população atendida pelas/os respondentes é branca, ou seja, verificou-se uma hegemonia de atendimento de pessoas brancas em serviços pagos em todos os estados investigados. O mesmo não ocorre em relação ao atendimento de pessoas de outras raças-etnias, visto que o acesso de pessoas negras e indígenas aos serviços psicológicos é feito predominantemente através dos serviços públicos.

Esse dado que combina o fator socioeconômico com a raça-etnia da população atendida está em conformidade com os indicadores do IBGE (2019) divulgados na publicação "Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira". Na análise dos números acerca do rendimento domiciliar *per capita*, evidenciam-se diferenças expressivas dos rendimentos de negros/as em relação aos/as brancos/as. No rendimento total das famílias em 2018, constata-se uma situação mais favorável aos/as brancos/as, pois 16,4% deles/as estavam entre os 10% com os maiores rendimentos, encontrando-se apenas 5,0 % da população negra na mesma classe de rendimentos. O inverso acontece entre os 10% com menores rendimentos, que abarcavam 13,5% da população negra diante de 5,5% da população branca. De um modo geral, os/as brasileiros/as negros/as tiveram rendimento médio domiciliar *per capita* de R\$ 934, diante do rendimento médio de R\$ 1.846 dos/as brancos/as.

Neste estudo, o privilégio de pessoas brancas sobre as negras se expressa principalmente na seletividade e na estratificação demonstradas nos resultados em relação aos serviços psicológicos oferecidos por profissionais brancas/os e negras/os e na população atendida.

Segundo Silvério (2002), sobre o pano de fundo histórico, político, econômico e cultural do Estado brasileiro, consolida-se a determinação estrutural do racismo em uma hierarquia de recursos. No caso deste estudo, trata-se de uma hierarquia que exerce influência entre as/os psicólogas/os, determinando graduações e pós-graduações distintas, da mesma forma que diferentes tempos de experiência, áreas de atuação e tipos de serviços onde trabalham.

Pode-se asseverar, decididamente, que duas das vias mais efetivas para mitigar a desigualdade na formação em psicologia são as cotas universitárias e os programas de financiamento estudantil, cujos efeitos já se verificam desde os dados da pesquisa. Todavia, além disso, para que a atuação da/o psicóloga/o não colabore para a manutenção do racismo, é fundamental que sua formação propicie um aprendizado que permita analisar criticamente e intervir sobre as formas de tratamento, o acesso às oportunidades e os sofrimentos vinculados à maneira hierárquica como se dá as relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as no país.

Os currículos dos cursos de graduação deveriam resultar de compromissos assumidos para com a sociedade brasileira. Além de disciplinas que tratam das relações étnico-raciais nos cursos de graduação, é importante desenvolver no currículo processos de ensino-aprendizagem que discutam com as experiências das/os estudantes a respeito desse tema (Padilha, 2004). Os estágios curriculares obrigatórios em equipamentos públicos, como, por exemplo, no SUS (Sistema Único de Saúde) ou SUAS (Sistema Único de Assistência Social), são importantes para as/os estudantes adquirirem experiência no trato das relações étnico-raciais.

No artigo "O papel do psicólogo", Martín-Baró (1997) afirma que o horizonte da psicologia deve ser a conscientização frente a alienação das pessoas e grupos, ao promover um saber crítico sobre si e sobre suas realidades.

Tal questão não deveria estar somente a revelia das intenções e motivações individuais de cada psicóloga/o, mas sim no efeito objetivo que a atividade desse profissional produz na sociedade, enquanto uma categoria de classe. Caso contrário, tornam-se cada vez

mais sólidas a constatação de que esses profissionais dedicam-se majoritariamente às parcelas mais ricas da sociedade, atendo-se a individualização das demandas trazidas pelas pessoas. É a imagem da/o psicóloga/o restrita/o ao modelo tradicional do atendimento individual, inclinado para o ajustamento do indivíduo às circunstâncias ambientais da sociedade moderna. Esse tipo de cultura vocacional naturaliza questões do contexto social à responsabilização de ordem individualizante. O que constrói um ideário que produz em grande parcela das/os psicólogas/os uma visão universalista de ser humano, que acredita ser prejudicial considerar a raça-etnia dos/as usuários/as dos seus serviços. Tal perspectiva traz consequências em especial para a atuação nos serviços públicos, visto que serve para a reprodução das estruturas sociais de poder e desigualdade.

No atendimento à população, cabe à/ao psicóloga/o fundamentar-se técnica e teoricamente para lidar com os sofrimentos provenientes do preconceito e discriminação étnico-racial. Minimamente, deve-se aplicar a escuta ampliada e sensível no acolhimento das pessoas alvo do racismo. Todavia, caso ainda não tenha a devida instrumentalização prévia ou adquirido as competências e habilidades para fazer o diagnóstico e a devida intervenção, persistirá uma condição de incerteza acerca da decisão necessária para a condução do problema. Fennell (2005) sustenta a diferença entre o “saber” e o “saber fazer” ante o sofrimento decorrente do racismo. Para a autora, a condição de incerteza da/o profissional, relativa à raça-etnia e também a discriminação faz com que seja influenciada/o por estereótipos, baseando-se em indicadores viesados para organizar e processar informações e decidir por diagnósticos e tratamentos. Tais condições geram precariedade no acolhimento, na análise e na intervenção oferecidos à população não branca.

É tarefa das/os psicólogas/os brasileiras/os cumprir com o princípio fundamental da profissão expresso no seu Código de Ética Profissional (Resolução CFP nº 10/2005), de contribuir para eliminar quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão - todas essas características do racismo. Nesse sentido, faz-se necessário ampliar o comprometimento das/os profissionais de psicologia brancas/os no reconhecimento da sua identidade étnico-racial e admissão de seus privilégios econômicos, sociais e simbólicos. Do contrário, ao negar-se à postura crítica frente à suas práticas, as/os psicólogas/os perpetuam o silêncio sobre a violência do racismo e seus efeitos.

Conclusão

Com base nos achados do estudo é possível afirmar que o racismo exerce influência na formação e ocupação de psicólogas/os brancas/os e negras/os em todas as variáveis investigadas. Comparadas/os às/aos psicólogas/os negras/os, as/os brancas/os se formaram mais em IES públicas estaduais, em especial no estado de São Paulo onde estão a USP e a UNICAMP; possuem os níveis de titulação mais altos na pós-graduação; estão há mais tempo no mercado de trabalho; empregam-se nas áreas da psicologia de maior tradição e remuneração e prestam tipos de serviços psicológicos pagos pelos/as próprios/as usuários/as dos serviços. Além disso, atendem pessoas também brancas que, por sua vez, estão alocadas nas faixas de renda mais elevadas.

Desse modo, sugere-se a produção de conhecimento de modo a aprofundar como o tema das relações étnico-raciais é trabalhado e desenvolvido institucionalmente em cada tipo de serviço psicológico, em cada área de atuação e com cada população étnico-racial atendida. Também é importante conhecer como se dá a abordagem de trabalho desenvolvido por profissionais negras/os e por brancas/os sobre o tema, já que as/os mesmas/os apresentam perfis ocupacionais e formativos distintos.

Diante das disparidades encontradas, recomenda-se ainda o exame dos currículos formativos da profissão no sentido de construir conteúdos programáticos imbuídos pelo horizonte ético-político de atuação da/o psicólogo/a frente à desigualdade, a violência e a opressão. Além de desenvolver a escuta ampliada, a/o psicóloga deve trabalhar para o desenvolvimento de técnicas e tecnologias que qualifiquem a sua intervenção.

O presente estudo ofereceu um panorama de atuação das/os psicólogas/os no contexto das relações étnico-raciais. Espera-se que tais achados sirvam para as/os profissionais e entidades da psicologia com o intuito de auxiliar a elaboração de políticas, tecnologias e ações mais especializadas no enfrentamento do racismo e dos seus efeitos psicossociais.

Referências

- Amaral, M. M., & Paparelli, R. (2019). Desigualdade social: significações de prounistas do curso de Psicologia da PUC-SP. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 8(2), 156-166. doi: 10.17267/2317-3394rpdsv8i2.2318

- Benedito, M. S. (2018). *A Relação entre psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi: 10.11606/D.47.2018.tde-04092018-102726
- Cardoso Jr., J. C., & Jaccoud, L. (2005). Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In L. Jaccoud (Org.), *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo* (pp. 181-260). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de Psicólogos/os*. Brasília, DF: Autor.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020, 15 de julho). *A Psicologia brasileira apresentada em números*. Recuperado de <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>
- Fennell, M. L. (2005). Racial disparities in care: Looking beyond the clinical encounter. *Health Services Research*, 40(6), 1713-1721. doi: 10.1111%2Fj.1475-6773.2005.00489.x
- Field, A. (2009). *Descobrir a estatística usando SPSS* (2ª ed., L. Viali, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Guarnieri, F. V., & Melo-Silva, L. L. (2017). Cotas universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 183-193. doi: 10.1590/2175-3539201702121100
- Heringer, R. (2002). Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(suppl.), 57-65. doi: 10.1590/S0102-311X2002000700007
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Tabela 1.2.1 - População residente, por cor ou raça, segundo o sexo, a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil - 2010. In *Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência* (pp. 108-110). Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Padrão de vida e distribuição de renda. In *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (pp. 47-76). Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>
- Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962 (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto 2012 (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lhullier, L. A., Roslindo, J. J., & Moreira, R. A. L. C. (2013). *Quem são as psicólogas brasileiras: resultado preliminar da pesquisa 2012*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Maia, R. L. A.; Santos, A. O., & Santos, M. J. (2018). As relações étnico-raciais no cotidiano de Psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo. In R. Lerner (Org.), *Atualidades na investigação em Psicologia e Psicanálise* (1ª ed., pp. 33-50). São Paulo: Blucher.
- Martin-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. doi: 10.1590/S1413-294X1997000100002
- Munanga, K. (1996). Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antiracistas no Brasil. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 6, 17-24. doi: 10.20396/resgate.v5i6.8645505
- Padilha, P. R. (2004). *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez.
- Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27. doi: 10.1590/S1413-73722003000200003
- Resolução n. 18* (2002, 02 de dezembro). Estabelece a atuação profissional sobre o preconceito e discriminação racial. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Resolução n. 2894* (2004, 31 de maio). Dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus, AM: Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.
- Resolução n. 10* (2005, 21 de julho). Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Rodrigues, A.; Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2015). *Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, A. O. (2012). Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In V. Paiva; J. R. Ayres, & C. M. Buchalla (Orgs.), *Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde. Da doença à cidadania* (1ª ed., Vol. 1, pp. 145-163). Curitiba: Juruá.
- Santos, J. T., & Queiroz, D. M. (2013). O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In J. T. Santos (Org.), *O impacto das cotas nas universidades brasileiras* (pp. 37-66). Salvador, BA: CEAQ.
- Schucman, L. V. (2012). *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi: 10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521
- Silvério, V. R. (2002). Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 219-246. doi: 10.1590/S0100-15742002000300012
- Venturini, A. C. (2017). Ações afirmativas para pós-graduação: desenho e desafios da política pública. In Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Org.), *Anais do 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu, MG: Autor. Recuperado de <https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg27-1/11080-aco-es-afirmativas-para-pos-graduacao-desenho-e-desafios-da-politica-publica-1/file>

Carlos Vinicius Gomes Melo, Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), é Professor e Pesquisador em Estágio de Pós-doutorado no Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Endereço para correspondência: Rua Politeama de Baixo, 69, apto. 208. Bl. B. Telefone: (71) 991329113. Email: cvgmelo@usp.br ; cviniciusgm@gmail.com

Alessandro de Oliveira dos Santos, Livre-docente pela Universidade de São Paulo, é Professor da Universidade de São Paulo (USP). Email: alos@usp.br

Luiz Silva dos Santos, Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), é Técnico-estatístico da Universidade de São Paulo (USP). Email: luizsilvadossantos@usp.br

Recebido em 16.out.19
Revisado em 06.ago.20
Aceito em 01.set.21

“Tudo por causa do crack”: um estudo sobre as percepções e sentidos das drogas na população em situação de rua

Kíssila Teixeira Mendes. Universidade Federal de Juiz de Fora
Telmo Mota Ronzani. Universidade Federal de Juiz de Fora
Fernando Santana de Paiva. Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O presente artigo busca compreender as concepções acerca das drogas na população em situação de rua. Para tal, propõe um debate sobre a relação entre a guerra às drogas, a criminalização da pobreza e o direito à cidade. O procedimento metodológico é composto por cinco meses de observação participante e seis entrevistas com homens em situação de rua que usam drogas a partir do método da história de vida, categorizadas posteriormente a partir da análise de conteúdo do tipo temática. Os resultados indicam que a droga aparece como elemento principal das histórias de vida. Há ainda a reprodução de discursos ideológicos sobre as drogas, com teor individualista, moralizante e estigmatizante. A pesquisa aponta para a valorização de categorias cruciais da sociedade burguesa, como trabalho e consumo, e indica mais do que para limites das políticas públicas para a população em situação de rua, para limites societários.

Palavras chave: situação de rua; drogas; pobreza; estigma; políticas públicas.

Abstract

“All because of crack”: a study of the perceptions and meanings of drugs in the homeless population. This article aims to understand the conceptions about drugs in homeless population. To this end, it proposes a debate on the relationship between the war against drugs, the criminalization of poverty and the right to the city. The methodological procedure consists of five months of participant observation and six interviews with men in street situations that are drug users based on the method of life history, analyzed later with the thematic content analysis. The results indicate that drugs appear as the main element of life stories. There is also a reproduction of ideological discourses on drugs, with an individualistic, moralizing and stigmatizing content. The research shows the valuation of crucial categories of bourgeois society, such as work and consumption, and indicates, rather than limits of public policies for the population in street situation, the corporate limits.

Keywords: homeless; drugs; poverty; stigma; public policy.

Resumen

“Todo por el crack”: un estudio sobre las percepciones y significados de las drogas en la población sin techo. Este artículo busca comprender las concepciones sobre las drogas en los sintecho. Para ello, propone un debate sobre la relación entre la guerra contra las drogas, la criminalización de la pobreza y el derecho a la ciudad. El procedimiento metodológico consta de cinco meses de observación participante y seis entrevistas a hombres sin hogar que consumen drogas utilizando el método de historia de vida, luego categorizados en base al análisis de contenido temático. Los resultados indican que la droga aparece como un elemento principal de las historias de vida. También aparece la reproducción de discursos ideológicos sobre las drogas, con un contenido individualista, moralizante y estigmatizador. La investigación apunta a la valoración de categorías cruciales de la sociedad burguesa, como el trabajo y el consumo, e indica, más que límites de las políticas públicas para la población sin hogar, límites corporativos.

Palabras clave: personas en situación de calle; drogas; pobreza; estigma; política pública.

O presente artigo tem como objetivo compreender as concepções acerca das drogas e sentido do uso em homens em situação de rua. No campo teórico, a fim de caracterizar melhor a realidade, traça uma contextualização da guerra contra as drogas e sua relação com a pobreza e o direito à cidade para, por fim, refletir em como tais discursos atravessam o uso e as pessoas que usam drogas na rua - em uma equação perversa para estes. O trabalho surge como recorte de uma dissertação que objetivou compreender o processo de estigmatização em pessoas que usam álcool e outras drogas em situação de rua a partir de uma pesquisa de cunho etnográfico realizada na cidade de Juiz de Fora - MG.

A pobreza é aqui compreendida enquanto intrínseca e necessária ao capitalismo e enquanto expressão máxima da questão social, que se mostra profundamente articulada ao desenvolvimento do capitalismo e ao desenvolvimento urbano e industrial. No caso do Brasil, ainda, os processos de favelização e de população de rua estão ligados ao processo escravocrata e às formas de lidar com a questão, também historicamente, são via repressão e higienismos. Além deste trato, visível e concreto, temos ainda o estigma, que aparece como forma de status social que conduz à vergonha e à humilhação e se constitui como um elemento importante na equação das opressões e dominações. Isto é acentuado na população em situação de rua (PSR), tidos como os mais pobres entre os pobres.

No que tange às drogas, o discurso de guerra, localizado em determinado contexto e tempo histórico, se baseia em vieses individualizantes e punitivistas, sobretudo, voltados às classes subalternas. Assim, os processos de criminalização da pobreza e de não direito à cidade possuem como função o controle destas classes dos meios de produção e do trabalho desqualificado. No entanto, embora reconheçamos que há uma relação econômica fetichista em torno da droga na rua, é inegável que esta é elemento importante na trajetória de vida de muitas destas pessoas e traz sofrimentos às pessoas que usam drogas. Além disso, o uso de drogas assimila ao estigma da PSR ainda mais problemas, deixando claro que também as drogas estão associadas ao debate classista, visto que é importante se considerar quem usa, onde e quando se usa.

A partir da fala das pessoas aparecem não só aspectos estigmatizantes, mas também a diminuição do sujeito exclusivamente ao uso da droga. Assim, o objetivo do trabalho é também o de debater o lugar institucionalizado desses sujeitos. Além disso, pesquisas com

perfil etnográfico nesses contextos marginais permitem uma etnografia da própria realidade macroestrutural, sendo essas margens necessárias, paradoxalmente, à manutenção do próprio Estado. O estudo sobre estigma nos indica que, ao dizer que um indivíduo não é aceito, dizemos também de todo um discurso discriminatório. E os discursos que permeiam as pessoas em situação de rua, são, entre outros, o da criminalização, o da negação do direito à cidade e o do proibicionismo das drogas. Para além da necessária leitura que leve em consideração a crítica ao capitalismo, faz-se fundamental compreender ainda que este forja subjetividades e que a pobreza gera sofrimentos específicos em uma sociedade de consumo e de valorização da acumulação. Nesse cenário, é imperioso questionarmos sobre o papel da Psicologia - e outras ciências, visto que a concretude da miséria gera impactos identitários e subjetivos.

O uso de drogas nas ruas

Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre o uso do crack e outras drogas (Bastos & Bertoni, 2014), realizada em cenas abertas de consumo em todo o território nacional com cerca de 25.000 pessoas, o perfil das pessoas que usam drogas compreende, em sua maioria, jovens adultos, do sexo masculino, de cor não branca, com até o ensino fundamental completo e que viviam na rua, sobretudo se tratando das capitais. Tratam-se de poliusuários e o tempo médio de uso do crack é de oito anos na capital e de cinco anos nas demais cidades, o que indica a interiorização da droga e também desmistifica a ideia de que o crack é uma droga de rápida letalidade. Mais de 50% faz uso em latas de alumínio, grave questão de saúde. O uso foi iniciado por curiosidade, conflitos familiares e pressão de amigos, prioritariamente. Quarenta e um por cento foi detido no período de um ano por motivos tais como: uso e posse de drogas, assalto, furto e tráfico. A maior macrorregião de uso no Brasil é o Nordeste e, embora variável por região, o crack não representa, nas capitais, a maioria das drogas ilícitas consumidas.

O uso de drogas “apresenta-se como estigmas de culpabilidade e penalização de sua condição de rua, o que resulta na produção da identidade social do ‘encharcador’, ou seja, malandro, bêbado, que desqualifica essas pessoas e orienta a forma de tratá-las” (Alcantara, Abreu, & Farias, 2015, p. 5). Isso porque, há substâncias específicas de determinadas classes sociais (Mayora, 2016). Por isso, Rui (2006) tensiona que o uso

de drogas só pode ser compreendido a partir da ressalva do marcador de classe. O uso de drogas atribui barreiras dentro da sociedade, havendo legitimações de quem pode e tem controle para fazer ou não o uso da droga. Assim, é fundamental saber quem consome, o local e a forma. Fica claro, então, que há a necessidade de ver o uso de drogas como fenômeno coletivo, e não individual (Alvarado, Guerra, & Mejías, 2013).

O sentido dos usos, assim, é diferente para população em situação de rua, havendo a necessidade de a droga, por si própria, não ser o ponto principal de análise, pois ela é um desafio entre tantos outros encontrados na rua. Assim, em um contexto de extremo pauperismo, como na rua, a análise das implicações do uso de drogas parece mais complexo: “o que seria um consumo problemático ou não problemático na vida de quem não tem nada, de quem passa fome, frio e dorme no chão?” (Mayora, 2016, p. 159). Segundo Raupp e Adorno (2011), o uso do crack no contexto de rua é tido como perfeitamente ajustável ao estilo necessário para se viver nesse contexto. Isso porque as propriedades químicas do crack permitem viver o prazer do instante além de deixar mais esperto e com mais coragem para enfrentar situações complexas. O uso das drogas, assim, tem uso prático, em relação com a estrutura objetiva, permitindo, por exemplo, dormir com mais tranquilidade.

Assim, se o uso de álcool e outras drogas no contexto das ruas é tido como alternativa para suportar a total vulnerabilidade, possibilitando alívio ao sofrimento (Alcantara et al., 2015), o uso de drogas também é apresentado como anterior à ida para as ruas e como causa para tal ao ter gerado grandes perdas materiais. Além disso, momentos de “recaídas¹” do uso estão associados à ida ou retorno para as ruas, mas, por outro, estão ligados também à falta de trabalho, a pertencimentos de classe, gênero e raça, e à incapacidade de resolver problemas e acessar serviços públicos, como saúde e serviço social. O abuso de drogas, então, surge como artifício e resistência concreta para busca da superação de faltas, discriminações e lugares socialmente atribuídos aos pobres. Porém, tal forma de resistência, cujo crack tem papel central, tem como resultado a maior opressão desses grupos. A classe social, assim, é tão importante quanto os efeitos farmacológicos do crack, visto que o nível de acesso aos capitais econômico e cultural é decisivo para regulação e controle do uso.

Não é possível, dessa forma, afirmar que, mesmo em não situação de rua, não havia vulnerabilidades

outras, como a afetiva, a étnico racial, de gênero, de violências e de discriminação. Todas elas resultam em uma sociabilidade que oprime e se referem à gestão da pobreza na sociedade brasileira. Por isso, é necessário evitar o risco de se cair em uma situação de causa e consequência em relação ao uso de drogas e situação de rua, compreendendo que as pessoas em situação de rua são um grupo heterogêneo (Alvarado et al., 2013). Além disso, embora pesquisas indiquem o uso de drogas enquanto causa primordial de ida para as ruas, tal relação causal deve ser relativizada visto que a proporção de ricos e brancos que usam drogas não vai morar nas ruas por essa razão, em sua grande maioria. Assim, os processos de marginalização são mais complexos do que a ausência de lar, e dizem respeito a trajetórias marcadas por opressões e que resultam em quadros de vulnerabilidade, bem como às formas históricas de tratamento ao debate sobre as drogas que, como veremos a seguir.

Guerra às drogas, criminalização da pobreza e (não) direito à cidade

Em 1971 o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, declara Guerras às Drogas, consideradas inimigas número um do país, o que legitimou a intervenção diplomática, militar e econômica em países tidos como ameaças (os “produtores” latino americanos). Assim, com a droga tida como novo inimigo externo, há nesse período a instituição de bases militares na América Latina e a clara distinção entre países inimigos e países vítimas do tráfico, bem como também o fortalecimento do discurso médico-jurídico, historicamente utilizado como estratégia de controle social (Batista, 1998) onde a pessoa que usa droga passa a ser qualificado como doente e o traficante como delinquente (Pilati, 2011).

No Brasil, houve a incorporação desses modelos normativos e, sobretudo, a implementação de um modelo militarizado de segurança pública de combate às drogas (Teixeira, 2012). Após o golpe militar, em 1964, houve um deslocamento das políticas criminais para o modelo bélico e a repressão ao uso de drogas, legitimada pela medicina com a expansão dos modelos de internação. A partir dos anos 90, com o advento do neoliberalismo e suas consequências, como a precarização do mundo do trabalho e aumento das desigualdades, nota-se ainda o fortalecimento do crime organizado ilícito e de um mercado paralelo, altamente

lucrativo (visto o papel funcional da corrupção no capitalismo) concomitante ao aumento do mercado consumidor de determinadas drogas, como a cocaína, estimulante e também funcional ao produtivismo capitalista (Teixeira, 2012). Pós anos 2000, percebe-se uma passagem importante das políticas públicas nacionais voltadas às pessoas que usam drogas para o campo da saúde pública a partir da perspectiva da redução de danos (Passos & Souza, 2011).

Por outro lado, há o reforço da repressão nas políticas de segurança pública. A lei de drogas (Lei nº 11.343), de 2006, não incorporou grandes novidades, permanecendo o viés criminalizante e a imposição de medidas terapêuticas (Pilati, 2011). Segundo a legislação, a diferenciação entre usuário e traficante se dá a partir de critérios como quantidade apreendida e antecedentes criminais. Porém, não há definição prévia da quantidade que define a pessoa que usa ou um traficante, prevalecendo critérios subjetivos do policial que apreende ou do juiz. Além disso, há o aumento da pena mínima do tráfico de drogas, o que trouxe como consequência o crescimento nos níveis de encarceramento (Boiteux & Pádua, 2012). A mais recente lei de drogas do país (Lei nº 13.840, de junho de 2019) deve aprofundar esse caráter, visto seu perfil conservador e manicomial. Dessa forma, a política de drogas no Brasil se estrutura pela tríade: repressão, prevenção e tratamento (Teixeira, 2012).

O poder punitivo do Estado, entretanto, não atinge toda a sociedade. Se a globalização das políticas de tolerância zero transferiu o problema da criminalidade para o âmbito moral, retirando a responsabilidade das desigualdades geradas pelo capitalismo, tal estratégia possui caráter étnico classista. De acordo com Dornelles (2003), a partir de um discurso de promoção de bem-estar coletivo, tais políticas acabam por legitimar ações repressoras e de controle social do próprio Estado. Logo, as políticas de tolerância zero não correspondem a um aumento real da criminalidade, e sim a uma necessidade de controle das classes pobres (Wacquant, 2001). Após a lei de drogas de 2006, entre os anos de 2007 e 2012, há um aumento de 320,31% de presos por tráfico de drogas (Boiteux & Pádua, 2012). Eis o crescimento do efficientismo penal (Dornelles, 2003), onde a política criminal é apresentada como única forma de estabelecer a ordem.

Termos como “guerras contra as drogas” e “epidemia do crack” são utilizados para justificar a violência estatal e gerar um pânico moral na sociedade. A partir

da análise histórica social do Brasil, é possível observar a reprodução de um Estado punitivo que visa o encarceramento e o controle e extermínio das classes excluídas dos meios de produção, colaborando para a criação de um estereótipo de inimigo comum para a sociedade (que, de forma contraditória, é também a mais vitimada pela dita violência urbana): pobre, negro, jovem e do sexo masculino (Dornelles, 2003). A esse processo chamamos “criminalização da pobreza”. A população em situação de rua, não por acaso, está em conformidade com essas características “criminalizantes”.

No que tange às políticas públicas, em 2010 é criado por decreto o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (Decreto nº 7.426/10), cujo objetivo, embora tenha trazido avanços na tentativa de articular as áreas de saúde, educação e assistência social, já é compreendido no verbo que consta em seu próprio título: isso porque não se enfrentam drogas, se enfrentam pessoas que usam drogas. Na campanha presidencial de 2014, contudo, é que o “combate ao crack” ganha destaque alinhado ao discurso de limpeza urbana “necessária” para os eventos internacionais ocorridos no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas do Rio em 2016. A “cracolândia”, então, passa a ser o “grande centro da questão social brasileira contemporânea” (Rui, 2013, p. 288). Esse caráter higienista histórico exacerba os estigmas e atribui o status de “viciado em crack” e “drogado” a toda PSR (Raupp & Adorno, 2011). Além disso, esses territórios estigmatizados surgem como símbolos da patologia urbana, que alteram as formas de interação com o Estado (Wacquant, 2001). Logo, não se trata de um problema local, mas de toda a metrópole. O centro, contraditoriamente, passa a ser a periferia da periferia e o destino final de muitos pobres.

Dessa forma, também a limpeza urbana, dada de forma essencialmente repressiva, aqui exemplificada pelo caso de São Paulo, constituem um aspecto da criminalização da pobreza e do (não) direito à cidade. Se vivemos em uma lógica (neo)liberal, como afirma Faulhaber (2012), as cidades acabam por serem reflexo desse sistema, se adaptando, assim como o Estado, à lógica das grandes corporações e do capital financeiro. Isso porque, historicamente, há uma ligação entre urbanização e desenvolvimento do capitalismo, sendo a cidade o local de concentração do excedente de produção, absorvido pelo mercado imobiliário, que desapropria das massas o direito à cidade. Assim, a qualidade de vida urbana torna-se uma mercadoria acessível

a poucos, o que fica visível nas formas espaciais das cidades.

Embora pertinente e atual, tal conclusão sobre a forma de composição das cidades não é diferente da de Engels, em 1845, início da industrialização urbana, ao descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, onde já identificava como eram reservados aos trabalhadores locais específicos na cidade, escondidos e miseráveis, bem como o crescimento da população que vivia nas ruas. Além disso, apontava para “a desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências (Engels, 2010, p. 68)”. As cidades são tidas para o autor como sinônimos de egoísmo, miséria e guerra, cujas armas são o capital e a propriedade, e o “modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso” (Harvey, 2014, p. 47).

Os impactos psíquicos desse constante individualismo da ética neoliberal são evidentes: isolamento, ansiedade, neurose e (por que não?) um novo padrão de uso de drogas diverso daquele verificado em tradições passadas. Além disso, a lógica do consumo, do excesso e do individualismo imposta pelo modo de vida capitalista faz com que aqueles que não estão no fluxo formal da mercadoria se insiram no consumismo de outras formas, como a partir do uso de drogas: “o prazer na sociedade atual foi resumido a um mercado repleto de promessas de satisfação imediata e fugaz meio do consumo de produtos” (Raupp & Adorno, 2011, p. 54). A droga é mais um desses produtos e seu consumo, ao se tornar ilegal, passa a ser regido pela lógica do mercado marginal (mas ainda mercado!) e não mais das tradições. Harvey (2014) aponta que a criação do novo está na possibilidade de ação coletiva. Assim, reivindicar o direito à cidade não é um objetivo por si só, sendo a luta anticapitalista urbana o caminho. Logo, o direito à cidade é mais do que direito ao acesso, e sim o direito de mudar e reinventar a cidade.

Percurso metodológico

Contextualização e Inserção no Campo e Território da Pesquisa

O município de Juiz de Fora está situado na Zona da Mata mineira e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), possui

uma população estimada de 559.636 habitantes. Apesar dos bons índices no que tange os indicadores sociais, a cidade possui a maior diferença de IDH entre negros e brancos do estado de Minas Gerais (IBGE, 2010). Logo, não está distante das consequências do capital no meio urbano, sendo notória em seu histórico a produção desigual do espaço e uma separação socioespacial de classes. O diagnóstico da população em situação de rua da cidade de Juiz de Fora (Prefeitura de Juiz de Fora, 2016) estimou, após uma varredura inicial, que utilizou a definição do decreto 7.053/09, que 242 pessoas que dormem exclusivamente na rua. Desse total, e a partir da divisão em territórios socioassistenciais do município, a maior parte (67,3%) se encontra na região central. As outras percentagens maiores estão em regiões próximas ao centro.

A fim de facilitar o acesso a um público que, à primeira vista, pode parecer de difícil contato, foram procurados dois serviços como primeiros informantes da pesquisa para a realização do conhecimento da população em situação de rua de Juiz de Fora. São eles o Consultório na Rua (equipe II) e o Centro Pop. Para ambos, se fez necessário um contato inicial para explicitação dos objetivos da pesquisa. Fundamentalmente pela escolha das instituições, ainda que tenham sido percorridos outros locais da cidade na fase de exploração da pesquisa e conhecimento do público, a maior e mais significativa parte do campo se deu no centro de Juiz de Fora.

Algumas particularidades do território em questão merecem ser destacadas. Trata-se de um local de concentração de dispositivos (três instituições) voltados para a população em situação de rua. Além disso, é caracterizado como ponto de uso de drogas e pequeno tráfico. No território é evidente a implementação do capital globalizado: a localização é central, porém mais desvalorizada, tanto por suas características específicas (a presença da população em situação de rua é uma delas), quanto por estar na “parte baixa” da cidade. O local possui um movimento de grande fluxo, fundamentalmente em horários de pico. Entretanto, apesar de estigmatizada, a presença da população em situação de rua e o uso de drogas são naturalizados ali. Quando essa presença excede e “invade” outros locais – sobretudo os centrais -, mesmo que próximos, passa a ser incômoda e vira pautas dos jornais locais.

Etapas da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas fases: a de observação participante e a de entrevistas. A de

observação participante é “parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa” (Minayo, 1993, p. 70) e é o momento onde o pesquisador se coloca na posição de observação com finalidade científica. A análise do presente trabalho se repousa em uma observação participante de inspiração etnográfica realizada no período de 5 de setembro de 2016 a meados de março de 2017 (uma a duas visitas semanais) registrada em diário de campo, e posteriormente analisado sistematicamente e afetivamente. A observação desses cenários possibilitou aos pesquisadores apreenderem o universo do grupo estudado, favorecendo ainda a identificação dos posteriores entrevistados na investigação.

O roteiro de entrevista semiestruturada foi elaborado pelos pesquisadores baseado na literatura e, sobretudo, nos dados coletados no período de observação participante, enfatizando categorias pertinentes à pesquisa e ao cotidiano dos participantes. Foi realizado inicialmente um piloto para se determinar a versão final do roteiro. A construção do roteiro de entrevistas foi baseada na história de vida, que é um método amplamente empregado nas ciências humanas e sociais que visa compreender as histórias de vida de sujeitos que representam diferentes grupos sociais, bem como os processos, as relações sociais e os códigos simbólicos e de valores construídos por e entre sujeitos a partir de sua inserção na realidade sócio cultural (Chizzoti, 2013).

Os participantes das entrevistas foram exclusivamente homens em situação de rua e que usam substâncias psicoativas localizados nos contextos antes explicitados. Não houve restrição de idade, porém esta permaneceu na faixa de 30 a 48 anos. Estes foram abordados de maneira progressiva, dado o caráter etnográfico da pesquisa, de forma verbal, e convidados a participarem das entrevistas. Todos já haviam tido contato com a pesquisadora durante o período de observação participante e se mostraram solícitos ao convite. As entrevistas, a fim de melhor armazenamento dos dados, foram gravadas em equipamento celular e, posteriormente, transcritas integralmente. As autorizações dos participantes (termo de consentimento livre e esclarecido) foram fornecidas via áudio, considerando a possibilidade de haver entrevistados não alfabetizados e, assim, evitar possíveis constrangimentos. Serão utilizados aqui os nomes fictícios de Marcos, Pedro, Tomé, Mateus, Tiago e João.

A definição do número de participantes foi feita pelo critério de exaustão/saturação dos dados construídos durante o processo de observação participante.

Esse tipo de fechamento amostral é realizado pelo pesquisador quando é percebida a repetição de conteúdo nos dados, já sendo possível analisá-los sem grandes perdas de material. Assim, dada a densidade de informações que o instrumento ofereceu, foram totalizadas seis entrevistas.

Análise dos Dados

Para análise dos dados qualitativos das entrevistas realizadas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática (Gomes, 2008). As categorias analíticas foram determinadas *a priori* e *a posteriori* da realização da pesquisa de campo. Neste artigo, será analisada uma família – “uso de drogas” - de sete categorias: início do uso; razão atual do uso e suas consequências; tipos de drogas e classificações; possibilidades de conter o uso; tipos de tratamentos já feitos; administração e rotina na rua; relação com o tráfico e criminalidade. Todo o material foi organizado e analisado a partir do *Software Atlas.ti*. Foram definidos três pesquisadores que compuseram o grupo de análise para a discussão e definição de categorias e subcategorias de análise. A definição final desses dados foi feita através do consenso entre os pesquisadores. Por fim, os dados encontrados foram analisados a partir da literatura na área.

Aspectos Éticos

Houve a submissão do protocolo de pesquisa aos órgãos competentes do país, bem como ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana. Os procedimentos previstos obedeceram aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e discussão

As histórias de vida, embora diversas, desembocam em um caminho praticamente único, que é o uso de drogas, sendo este um elemento fundamental nas histórias de vida. Dessa forma, a fala mais comum ao serem questionados sobre o porquê da ida para as ruas é “tudo por causa do crack”, seja pelo próprio uso, seja por dívidas ou conflitos oriundos desse uso. Quando perguntados sobre suas trajetórias - pergunta ampla, iniciavam falando do envolvimento com as drogas. Essa colocação inicial resulta em um apagamento do passado e na emergência de questões imediatistas (Morale, 2012). Todos eles, sem exceção, afirmam diversas vezes que o motivo de todos os seus problemas é a droga,

mesmo estando ela alinhada a um longo histórico familiar e às trajetórias de vida. Assim, não podemos negar a importância da compreensão dos sentidos da droga e de seu uso nesses contextos (Raupp & Adorno, 2011), mesmo compreendendo que tais substâncias não devem constituir o ponto principal de análise ao tratarmos sobre a PSR (Mayora, 2016). Isso porque, é possível vislumbrar nas falas dos entrevistados os efeitos ideológicos do discurso dominante, que identifica a droga como “o problema”, escamoteando a discussão das relações estruturais de dominação e invisibilizando suas próprias trajetórias de vulnerabilidades. Tal fato nos remonta também às relações fetichizadas, onde o crack se torna sujeito de ação e as pessoas que usam drogas os objetos (Adorno, 2015). É importante também, ao analisar o papel das drogas ilícitas no contexto da rua, compreender como os processos de estigmatização das pessoas que usam drogas, que homogeneizam, conferem apenas um significado ao uso, e imputam à categoria única de “dependente químico”, dando à droga sentido fantasmagórico que retira a humanidade de quem a consome (Raupp & Adorno, 2011). Assim, a supremacia da droga nos discursos aparece de forma totalizante e acrítica e corrobora com o senso comum e com o que se produz no âmbito social: “O crack, tudo por causa do crack.” (Marcos)

O início do uso, de forma geral, se deu antes da ida para as ruas, ainda na juventude, com o uso de drogas mais “leves”, como o álcool e a maconha. Em algum momento, “perderam o controle” desse uso. Os participantes da pesquisa acreditam ainda que o uso das consideradas mais leves influi no abuso futuro. Essa percepção confirma as falas de senso comum de que “uma droga puxa outra” e, de alguma forma, interfere na defesa de abstinência levantada por eles: “Maconha pra mim é porta para outras drogas. Acho mesmo que é o cigarro. Cigarro também é droga, então começa pelo cigarro” (Tiago). Aqui, novamente, é possível visualizar como as trajetórias são vistas de maneira linear e sem mediações. A compreensão sobre a “evolução do uso” nos remete ao conceito de carreira moral, definido por Goffman (1996) como os processos de mudanças que geram efeitos nas concepções que sujeitos têm de si e dos outros.

Os tipos de drogas usadas são variados, girando basicamente em torno do álcool, tabaco, maconha, cocaína e crack. Condizente ao discurso hegemônico e midiático e a um histórico de políticas públicas que assim prefere analisar a realidade – tomando a droga

como objeto única de ação – algumas substâncias têm efeitos minimizados e o crack é tomado como grande vilão: “o crack você compra ansiedade e depressão. Ainda mais depois que acaba. Quando tem você compra aquela onda, cada uma fica de um jeito. Agora quando não tem mais droga só vai te faltar depressão e ansiedade” (Tiago). Todo o discurso que permeia o crack – e é reproduzido pela PSR – contribui à constatação de que a atitude social perante uma droga influi diretamente no consumidor desta (Mayora, 2016).

As razões para o início desse uso são variadas, embora consigamos relacioná-las. O divertimento, a necessidade de entrosamento em grupos e a fuga de conflitos afetivos e familiares são os principais. Logo, a droga surge em um momento inicial enquanto socializadora. As consequências desse uso, porém, parecem ser unânimes nas trajetórias de vida, provocando afastamento dos vínculos e a ida para as ruas. Tomé, porém, ressalta: “Essas duas casas que eu tenho lá foi construída com dinheiro de droga. Pelo menos uma coisa boa. E o aluguel vai pra minha filha, dessas duas casas. E minha irmã também tá lá, tem duas casas” (Tomé). Tal fala sinaliza as contradições em torno das drogas na vida desses sujeitos e da própria organização social. Ou seja, a mesma droga que pretensamente “destrói” – inclusive no ponto de vista dos entrevistados –, é a mesma que, frente às mazelas da pobreza no capital, podem possibilitar arranjos de vida mais dignos do ponto de vista econômico.

As razões atuais para o uso, dessa maneira, não se encontram na busca de prazer pela droga, e sim pelos sintomas de abstinência ou, novamente, para se esquecerem dos conflitos e revoltas gerados, segundo eles, pelo próprio uso da droga, como em um ciclo vicioso: “Esquecer ex mulher, esquecer tudo que eu perdi, esquecer da vida” (Marcos). Aqui também aparecem justificativas de cunho culpabilizantes, pautadas em características individuais:

Fraqueza. O cara é fraco, assim, de repente, um pedacinho de pedra, ‘toma aqui, Tiago, um pedacinho de pedra’. É só colocar aquela porcaria na minha boca. Ai os meus pensamentos são outros, meu batimento cardíaco é outro, minha ansiedade é mais, minha revolta é mais com as coisas. De não aceitar a situação que tá, já começo a ficar mais revoltado, né. (Tiago)

O discurso religioso/espiritualista, nesse sentido, aparece como central na constituição da história de vida seja para justificar uma postura resignada perante

a situação de vulnerabilidades, ou para encontrar possibilidades de saída dela. Logo, buscam no divino a mudança concreta. As religiões neopentecostais e a católica são preponderantes nos discursos, bem como a ida a Comunidades Terapêuticas de designação religiosa. A associação entre fatalismo e religião é bem demonstrada por Martín-Baró (2017). O fatalismo, assim, pode ser classificado como “comportamentos de conformismo e resignação diante de qualquer circunstância” (Martín-Baró, 2017, p. 175) e é definido por três ideias: a de que toda a vida está destinada desde o nascimento, sem que as individualidades pesem no processo; a de que a vida é definida por forças alheias; e tem a religião como marco de referência. Essas ideias reverberam nos sentimentos de resignação, aceitação do destino e de sofrimento enquanto afetos dignos e nos comportamentos de conformismo, submissão, passividade e presentismo. Assim, o fatalismo adquire status de força natural e a histórica e se converte em ideologia no sentido em que sua aceitação pelas classes oprimidas conduz à manutenção da ordem social opressiva. No entanto, Costa e Mendes (2020) alertam para a natureza dialética do fatalismo, afirmando que os processos de resistência e revolta estão presentes em tal dialética. Porém, em seu caráter individualista ou coletivo, os processos de revolta não têm sido capazes de alcançar caráter insurgente e de ruptura da ordem, com as respostas institucionais se voltando contra os indivíduos “revoltosos” em forma de extermínio, criminalização ou mais apassivamento. Logo, trata-se da necessidade de um fatalismo da ordem ao invés dos sujeitos.

Todos os entrevistados já passaram por internações em Comunidades Terapêuticas, grande parte de cunho religioso, e são oscilantes quanto a resultados. Entretanto, traçam críticas pertinentes, como à privação de contato e de bens – como uma simples passagem de ônibus –, o uso excessivo de medicação, que também definem como droga, e o trabalho exaustivo gratuito. Porém, também aqui, se culpabilizam pelo não sucesso do tratamento, mesmo que conscientes das razões pela escolha do tratamento: “A primeira foi internação certa, eu decidi mesmo. O resto foi tudo pra ganhar um tempo, pra ganhar um corpo” (Marcos).

As possibilidades de conter o uso no contexto da rua são limitadas pela falta de acesso e adequabilidade aos serviços e também pelo discurso de vontade individual. Entre os fatores que cessaram o uso em outras situações – visto que a abstinência é a meta primordial

seguida por eles – estão, fundamentalmente, a depreciação física e as responsabilidades familiares: “Voltei pra ela, acabei engravidando ela e tive que ter mais responsabilidade, fiquei quatro anos sem usar” (Marcos).

No contexto da rua, há ainda diferentes sentidos e administrações do uso de drogas. O uso exposto, por exemplo, aumenta o estigma. Por isso, todos usam crack escondidos. Tal fato remete à necessidade de compreensão do uso de drogas como fenômeno coletivo (Alvarado et al., 2013), onde as questões “quem?” e “onde?” são cruciais ao entendimento do tratamento destinado a este uso. Quanto ao controle do uso, há diferenças nos discursos, havendo quem diga conseguir controlá-lo, os que assumem que isso não é possível e os que oscilam. Nesse ponto, é importante refletir sobre como o estigma, compreendido enquanto centro das relações de poder dos sistemas sociais (Parker & Aggleton, 2001), estabelece relações de poder/dominação. O “controle” do uso por eles contado pode expressar uma estratégia de fugir destas opressões. Usar o crack escondido, por exemplo, tem um efeito de segurança, tendo em vista a ilegalidade e truculência policial, mas ao mesmo tempo pode estar relacionado ao sentimento de vergonha e humilhação pública aos quais estão expostos, bem como ligação direta com os diversos sofrimentos objetivos vividos por eles: “Quando tinha usado e depois não tinha mais, não tinha nada, não tinha mais dinheiro, entendeu. E eu não tinha nada e queria usar mais. Ai é uma vontade de morrer danada” (Tiago).

É ainda evidente, sobretudo nas observações em campo, o intenso movimento de tráfico que envolve a região, seja entre a própria PSR, com um pequeno tráfico, seja com o tráfico externo, visível, sobretudo, nas “rondas” de motos frequentes nas ruas do território. Logicamente, essas duas modalidades não estão separadas. Assim, a percepção de que há um tráfico que se beneficia desse circuito compulsivo de uso contribui para a confirmação da hipótese de que a PSR não está “excluída” da sociedade (Martins, 2002), sendo mais aceitável a hipótese de uma inclusão perversa (Sawaia, 1999). Há também recorrência nos históricos de vida de envolvimento com o tráfico anterior à ida para as ruas, o aponta para a precarização das relações trabalho, seja o formal (o que cria a necessidade de formas alternativas de renda), seja em postos inferiores no próprio tráfico. A violência associada a esse tráfico que, inclusive, impede de ir a alguns locais da cidade – notadamente bairros com domínio do tráfico – também é reconhecida. Nas

entrevistas, essa relação é pouco evidenciada, porém possível de ser vista em: “Uso pouco na rua. Porque na rua tem muita violência por causa de droga. Uso mais afastado” (Tiago).

A relação com o dinheiro na rua, por sua vez, se mostra complicada, novamente, por conta do uso de drogas, evidenciando uma forma especial de compulsividade do consumo nas ruas (Raupp & Adorno, 2011), local de suposto “não consumo”. Morales (2012) indica que os valores como o individualismo, a competitividade e o imediatismo do consumo de bens e serviços contribuem ao empobrecimento da vida coletiva e são fundamentais para uma análise atual sobre o uso compulsivo de drogas. Assim, no contexto da rua, a droga surge como principal mercadoria, o que “inclui” essa população na esfera do consumo, ao contrário do que eles mesmos acreditam: “É um dinheiro que você ganha hoje e amanhã você gasta o dobro. É uma vida de ilusão. Droga pra mim é ilusão” (Mateus).

É interessante também ressaltar sobre a construção midiática da pessoa que usa crack e em como o momento da entrevista faz com que os participantes reflitam sobre tais situações que, muitas vezes, eram normatizadas por eles – na ocasião da observação, era comum que assistissem a esse jornal, de cunho sensacionalista, e achassem engraçado -, como nesse relato:

E por causa de uma minoria eles acham que roubam. Igual aquele jornal da TV [nome da emissora] fala que tem fuma crack rouba. Todo ladrão fuma crack também. É mentira. Tem ladrão aí que é ladrão e não fuma crack, é assaltante e não fuma crack. Conheço gente aí que fuma crack e não é assaltante. Eu sou um deles. (Tiago)

É importante ressaltar esta reflexão sobre o jornal citado: é questionado o que ele acha do teor do jornal. Ele responde, exaltado, transferindo o debate para um viés individualizante (familiar): “me incomoda muito, muito. Faz música dessa situação que é doença. Eu acho isso um deboche. Isso pode acontecer na família dele, entendeu. Mesmo ele vigiando. Fala que pede dinheiro só pra usar droga” (Tiago).

Quanto à relação com políticas públicas voltadas à população em situação de rua, há ambiguidades: ao mesmo tempo em que reconhecem sua importância, utilizam dos mesmos argumentos que o senso comum usa para desmoralizá-las e estigmatizá-las. A imagem da PSR enquanto “vagabunda” é também compartilhada entre os próprios, bem como a concepção clientelista das políticas, o que influi na não percepção de

si enquanto sujeito de direitos. O sujeito enquanto ser ativo é inexistente, o que corrobora com uma visão de políticas públicas marcada pela lógica do “beneficiário” e não do “propositor”, e nos leva a refletir o que a política nacional e municipal tem organizado para atender às reais necessidades desta população. Nesse sentido, os serviços disponíveis para a população em situação de rua em Juiz de Fora, embora representem, de fato, avanços nas áreas da assistência social e da saúde, ainda são incipientes se pensadas em sua capacidade de tocar em questões estruturantes e de potencialização dos sujeitos.

A pouquíssima ou nenhuma relação com as redes de assistência social, de saúde e saúde mental, indicam não somente a pouca aderência dessas pessoas aos serviços, mas principalmente a não adaptação dos serviços à realidade da rua. Sendo assim, há desafios específicos na atenção a essa população que precisam ser considerados (Botti et al, 2009). Somente um dos entrevistados frequentava o CAPS AD esporadicamente, para pegar remédios, porém não os tomava nos horários prescritos, pois davam sono e “não se pode ficar com sono na rua” (Tiago). Nenhum cita o Consultório na Rua enquanto referência, embora não tenham sido perguntados diretamente sobre o serviço, o que pode indicar uma não capilaridade do mesmo. Quando, por último, questionados sobre sugestões para o aprimoramento destas políticas, a categoria trabalho aparece como fundamental, como em muitos outros momentos. A falta de opção perante a realidade e a defesa de mais repressão também aparecem, como no caso de Tomé, que, mesmo tendo tido experiências ruins em Comunidades Terapêuticas, defende a lógica de asilamento: “Eu acho que tem que ter uma instituição mais séria, porque tem muitas que você entra lá dentro e tem cachaça, tem cigarro, entra maconha, entra pó, entra de tudo” (Tomé).

Conclusão

É possível concluir que a PSR, enquanto fenômeno social oriundo da ordem social vigente, está exposta às formas mais precarizadas de trabalho, pouco produz e pouco consome – sendo a droga, muitas vezes, a única maneira de inserção no consumo que, por sua vez, aparece como única possibilidade de satisfação pessoal – e fica à mercê das novas formas de extermínio, que encontram nas forças policiais o aparato repressivo. Aliado à especulação imobiliária, que contribui

na criação de territórios próprios para determinadas populações, surgem ainda territórios específicos para o tráfico e uso de drogas, cujo aumento indica também a deterioração da relação capital x trabalho. Tais ações são legitimadas a partir dos discursos punitivistas, de “Guerra às Drogas” e de criminalização da pobreza. O estigma entra nessa perversa equação enquanto instrumento ideológico de dominação e perpetuação do status quo.

O uso de drogas teve seu início, de forma unânime, anterior à ida para as ruas, embora os sentidos atuais para o uso sejam diferentes e inerentes a um ciclo vicioso. Quanto ao uso, todos os tipos de drogas são citados, porém algumas têm efeitos minimizados, enquanto o crack é tido como grande vilão, reverberando as opiniões midiáticas e das próprias políticas públicas acerca desta droga. Na rua, o controle do uso é mediado pela reação pública ao uso, sendo que todos os entrevistados usam drogas escondidos para evitar o estigma. Todos já passaram por Comunidades Terapêuticas e, mesmo traçando críticas a elas, acabam por reproduzir seu modelo quando posteriormente questionado sobre sugestões ao tratamento, o que talvez se deva à quase nula relação com os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial. Quanto à avaliação dos serviços, são oscilantes, porém se reconhecem enquanto dependentes deles.

Porém, mais do que conclusões, o trabalho abre debates e, ao verificar oprimidos com discurso de opressores, evidencia questões sobre limites societários, que, por sua vez, impõe mudanças macroestruturais. A emergência de temáticas como trabalho e consumo, dessa forma, indica não somente uma transfiguração da crise do capital, mas as contradições inerentes ao próprio sistema. Assim, antes de tudo, cabe-nos compreender que “o desafio reside em construir um novo homem em uma sociedade nova” (Martin-Baró, 2017, p. 268).

Por outro lado, é inegável que a emergência de demandas imediatas - mesmo que estas não possam ser compreendidas sem uma ampla análise contextual - exigem debates pragmáticos. Nesse sentido, torna-se fundamental debater sobre as políticas públicas e sociais. Primeiramente, é evidente a necessidade de articulação entre os dispositivos próprios para população em situação de rua e os demais da rede de saúde, assistência social e saúde mental. Também aqui, os desafios próprios das políticas públicas se fazem presentes: visões individualistas, poucos recursos e estrutura e, acima de tudo, concepções estigmatizantes e não

emancipatórias. No caso da população em situação de rua, ainda, há uma barreira de acesso aos serviços, visto que estes são conformados nos moldes normativos de moradia, consumo, família, entre outras categorias, que não correspondem à realidade concreta destes sujeitos. Por isso, a reestruturação dos serviços e também as capacitações com os profissionais que atuam na linha de frente com a população se fazem fundamentais. Pesquisas longitudinais acerca dessa população e das políticas a ela voltadas, bem como agregar as visões dos usuários dos serviços, por meio de metodologias participativas, como brevemente foi tentado nesse artigo, também são possibilidades de aperfeiçoamento.

Pensando em relação às políticas sobre drogas e saúde mental no Brasil, sobretudo, vale ressaltar que o reconhecimento de seus limites, não as deslegitimam. Esta afirmação se faz particularmente importante neste momento, em que desmantelamentos na política de saúde mental estão colocados em pauta em modelos antagônicos ao preconizado pela Reforma Psiquiátrica. Mesmo sabendo que decretos e leis, por si só, não mudam a realidade, não é possível permitir que forças conservadoras retrocedam com o pouco já conquistado. O cenário atual de desmonte das políticas públicas e de golpe se acentuaram durante toda a escrita deste artigo, acarretando, sobretudo, no aumento da pobreza e da população em situação de rua (fato nítido na realidade local). Tais retrocessos, mais do que nos deixar alertas, têm o papel de nos mostrar que a realidade não é natural ou apática, e que demanda luta e resistências. Ainda nesse quesito, um combate a “guerra às drogas” também é horizonte fundamental.

Ainda assim, é preciso ressaltar, a natureza limitada de tais políticas, que, como braço do capital, e agindo aos seus moldes, não são capazes de superar as questões estruturais anteriormente sinalizadas. Isso porque, a materialização das políticas sociais não soluciona problemas, e sim é produto deles. Por isso, devem ser encaradas enquanto meio para construção de lutas mais amplas e não como fim em si mesmas. Nesse sentido, o fortalecimento de saídas coletivas via, por exemplo, movimentos sociais, também se faz importante, visto que a desmobilização social conduz ao desmantelamento das próprias políticas.

Referências

- Adorno, R. (2015). A produção das cracolândias: razões de mercado, pânico moral e elogio da violência do Estado – a epidemia de uma miséria política brasileira. In O. Fernandez, M. Andrade, & A. Nery

- (Orgs.), *Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos* (pp. 291-306). Brasília: ABRAMD.
- Alcantara, S., Abreu, D., & Farias, A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 129-143. doi: 10.15446/rcp.v24n1.40659
- Alvarado, R., Guerra, A., & Mejani, M. (2013). Las adolescentes de la calle y su percepción de la sociedade. *Enfermería Global*, 12, 371-380. Recuperado de http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412013000400023
- Bastos, F., & Bertoni, N. (2014). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ.
- Batista, N. (1998). Política criminal com derramamento de sangue. *Discursos Sediciosos*, 77-94.
- Boiteux, L., & Pádua, J. (2012). Desproporción de la Ley de Drogas: los costes humanos y económicos de la actual política en Brasil. In C. Correa (Org.), *Justicia desmedida: Proporcionalidad y delitos de drogas en America Latina* (pp. 71-101). Ciudad de Mexico: Fontamara.
- Botti, N., Catra, C., Ferreira, M., Silva, A., Oliveira, L., Castro, A., & Fonseca, L. (2009). Condições de saúde da população de rua de cidade de Belo Horizonte. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 1(2), 161-176. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68482>
- Chizzotti, A. (2013). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Costa, P., & Mendes, K. (2020). Dialética do fatalismo: do fatalismo dos indivíduos para o da ordem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 682-702. doi: 10.12957/epp.2020.52593
- Decreto nº 7.426. (2011, 7 de janeiro). Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, bem como sobre remanejamento de cargos para a Defensoria Pública da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Dornelles, J. (2003). *Conflito e Segurança: entre pombos e falcões*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Faulhaber, L. (2012). *Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Recuperado de https://issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber
- Goffman, E. (1996). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Gomes, R. (2008). A análise de dados na pesquisa qualitativa. In M. Minayo (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 67-80). Petrópolis: Vozes.
- Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes – do direito à cidade à Revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Recuperado de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=313670&idtema=87&search=minas-gerais-juiz-de-foralcenso-demografico-2010:-resultados-gerais-da-amostra->
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Estimativas de população para 1º de julho de 2016*. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm.
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. (2006, 23 de agosto). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. (2019, 5 de junho). Altera as Leis nos 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Martin-Baró, I. (2017). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In I. Martin-Baró (Org.), *Crítica e Libertação na Psicologia* (F. L. Júnior, Trad., pp. 173-203). Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. (2002). *Sociedade vista do abismo – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Mayora, M. (2016). O crack e a rua. In J. Souza (Org.), *Crack e exclusão social* (pp. 137-162). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas.
- Minayo, M. (1993). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Morales, L. (2012). Uma análise sobre o consumo atual de drogas. *Aurora*, 5, 119-138. doi: 10.36311/1982-8004.2012.v5n0.2368
- Parker, R., & Aggleton, P. (2001). *Estigma, discriminação e Aids*. Rio de Janeiro: Lidador.
- Passos, E., & Souza, T. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162. doi: 10.1590/S0102-71822011000100017
- Pilati, R. (2011). *Direito penal do inimigo e política criminal de drogas no Brasil: discussão de modelos alternativos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103351>
- Prefeitura de Juiz de Fora. (2016). *Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MG: Secretaria de Desenvolvimento Social.
- Raupp, L., & Adorno, R. (2011). Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (4), 52-67. doi: 10.17921/2176-5626.n4p%25p
- Rui, T. C. (2006). “Só se vive uma vez”: uma reflexão acerca de distintas concepções e práticas. *Revista Mediações*, 11(2), 187-202. Recuperado <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8993>

“Tudo por causa do crack”: um estudo sobre as percepções e sentidos das drogas na população em situação de rua

- Rui, T. C. (2013). Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. *Contemporânea*, 3(2), 287-310. Recuperado de <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/144>
- Sawaia, B. (1999). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed., pp. 7-13). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Teixeira, I. B. A. T. (2012). Política de drogas no Brasil e o papel do Estado liberal: luta de classes, ideologia e repressão. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, 1(1), 52-68. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/19024>
- Wacquant, L. (2001). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan.

¹O termo foi colocado entre aspas por se tratar de uma reprodução da fala dos entrevistados. No entanto, é importante ressaltar a crítica ao uso do termo no campo das drogas e seu sentido que desconsidera a não linearidade do processo terapêutico, bem como parte de prerrogativas morais e estigmatizantes.

Kíssila Teixeira Mendes, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é Professora substituta na Universidade Federal de Goiás (UFG). Endereço para correspondência: Instituto de Ciências Humanas (ICH). Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900. Telefone: (32)98823-5966. Email: kissilamm@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7817-599X>

Telmo Mota Ronzani, Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), é Professor Titular da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: tm.ronzani@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8927-5793>

Fernando Santana de Paiva, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é Professor Adjunto A da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: fernandosantana.paiva@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6030-9777>

Recebido em 06.nov.20
Revisado em 09.dez.21
Aceito em 31.dez.21

Effects of COVID-19 social distancing on urban mobility: Longitudinal evidence from the Federal District-Brazil

Ingrid Luiza Neto. Centro Universitário do Distrito Federal

Hartmut Günther. Universidade de Brasília

Lucas Heiki Matsunaga. Instituto de Pesquisa em Economia, Comércio e Indústria, Japão

Caroline Cardoso Machado. Universidade de Brasília

Abstract

The COVID-19 pandemic has impacted people's daily life in several ways, especially given that social distancing appears to be the most effective way to reduce the spread of the virus till date. Analyzing longitudinal data from a group of residents in the Federal District of Brazil, we verified the impact of physical distancing recommendations in April of 2020. Of 351 respondents of a 2017 survey regarding healthy urban mobility, 77 answered the second survey in 2020. Considering leaving home behavior, were found significant reduction in commuting to work, making social visits, leisure activities and taking care of health. On the other hand, the use of active transportation modes (walking and cycling) did not change significantly, while the use of motorized transportation modes was reduced significantly. We conclude that during the pandemic and post-pandemic periods, special attention should be given to stimulating active mobility and to reduce the use of motorized transportation modes.

Keywords: mobility; transportation; COVID-19; physical distancing.

Resumo

Efeitos do distanciamento social do COVID-19 na mobilidade urbana: evidência longitudinal do Distrito Federal-Brasil. A pandemia do COVID-19 impactou a vida das pessoas, especialmente considerando que o distanciamento social parece ser a maneira mais eficaz de reduzir a disseminação do vírus até o momento. Analisando dados longitudinais de um grupo de residentes do Distrito Federal do Brasil, verificamos o impacto do distanciamento físico em abril de 2020. De 351 participantes de uma pesquisa de 2017 sobre mobilidade urbana saudável, 77 responderam a uma segunda pesquisa em 2020. Considerando o comportamento de sair de casa, foram encontradas reduções significativas nas saídas para ir ao trabalho, visitar amigos, realizar atividades de lazer e cuidar da saúde. Além disso, o uso de mobilidade ativa (caminhada e ciclismo) não mudou significativamente, enquanto o uso de modos de transporte motorizado diminuiu substancialmente. Concluímos que, durante os períodos pandêmico e pós-pandêmico, atenção especial deve ser dada para estimular a mobilidade ativa e reduzir o uso de modos de transporte motorizados.

Palavras-chave: mobilidade; transporte; COVID-19; distanciamento físico.

Resumen

Efectos del distanciamiento social del COVID-19 en la movilidad urbana: evidencia longitudinal del Distrito Federal-Brasil. La pandemia del COVID-19 ha impactado el cotidiano de las personas, especialmente porque el distanciamiento social parece ser la forma más efectiva, hasta la fecha, de reducir la propagación del virus. Analizando datos longitudinales de un grupo de residentes del Distrito Federal de Brasil, verificamos el impacto de las recomendaciones de distanciamiento físico dadas en abril de 2020. De los 351 participantes de una encuesta del 2017 sobre movilidad urbana saludable, 77 respondieron una segunda encuesta en el 2020. Se encontraron reducciones significativas en las salidas para ir al trabajo, visitas sociales, ocio y el cuidado de la salud. El uso de los modos de transporte activos (caminar y andar en bicicleta) no cambió significativamente, pero hubo reducción del uso del transporte motorizado. Concluimos que, tanto durante el período de la pandemia como en la Postpandemia, se debe estimular la movilidad activa y reducir el uso de modos de transporte motorizado.

Palabras clave: movilidad; transporte; COVID-19; distanciamiento físico.

The first World Health Organization report of the Coronavirus Disease (COVID-19), published on January 20th 2020, informed that only four Asian countries reported cases of the virus, for a total of 282 infected individuals (World Health Organization [WHO], 2020a). Not quite four months later, on May 1st, 224,172 deaths had been registered around the world (WHO, 2020b). This infectious disease can be transmitted through respiratory droplets and contact routes, with no reports of airborne transmission (Liu et al., 2020). Spread occurs by having contact with infected individuals or with surfaces or objects used by them (WHO, 2020a).

To contain the growing spread of the virus and to rapidly recover the economy, physical distancing appears to be the key strategy (Ainslie et al., 2020; Kraemer et al., 2020). Also referred to as social distancing, it means keeping space between individuals, avoid agglomeration and stay away from crowded places; the idea being to limit close contact with others not part of one's household, considering that people can spread the virus before even they know to be sick themselves (Centers for Disease Control, 2020).

Social distancing, however, can bring about not only social and economic consequences, but also impact on the daily lives on an individual level. There are many who live under conditions that challenge the practice of social distancing, such as residing in shared homes or working in essential services, such as drugstores or supermarkets. Thus, all over the world, COVID-19 is impacting the way people move in and within cities. For instance, in some Brazilian cities, such as São Paulo, citizens had to adapt themselves to road space rationing based on license plate numbers. In other cities, such as São Luiz, Maranhão, with higher transmission rates of the virus, the government has imposed a lockdown.

While mobility issues are mostly investigated by engineers or architects, it is also a concern for environmental psychologists, as travel behavior directly impacts people's quality of life and the way they relate with the urban environment. Investigating the time people spend inside cars or buses, or if they use, or not, healthier options to get around, such as walking and cycling, allows psychologists to make inferences about their psychological wellbeing and about how they interact with the urban environment. During the pandemic, these mobility aspects are impacted by the reduction of the number of daily trips imposed by the quarantine. As to the Federal District of Brazil, the location of the present study, it is not clear if the residents are following

the government's orientation to stay home and, if not, how they are moving about the city.

Parting from the assumption of environmental psychology that mobility influences people's well-being and the connection with the urban environment, this study set out to analyze how physical distancing during the early weeks of the pandemic impacted on mobility in the Federal District, especially how mobility patterns changed comparing daily lives before and during the quarantine.

Mobility during COVID-19 Pandemic

Mobility is an attribute inherent to human nature in that it allows access to different kinds of goods and services available in the environment (Günther, 2003). Moving from one place to another requires different instruments (such as cars or bicycles) and different contexts (such as going shopping or to work, or to pursue leisure activities). Analyzing mobility implies looking at two essential dimensions: (a) the individual, who gets around and carries out daily activities, and (b) the environment, within which the individual moves; the assumption being that mobility only occurs when there is need or interest in getting around and there is a place where it is possible to do so (Günther & Neto, 2015).

In the context of COVID-19, moving from one place to another is facing an immense transformation. The pandemic has decreased transport demand and reduced everyday mobility, even in cities with no confinement policies (Organization for Economic Co-operation and Development, 2020). Travels using all modes of transport have been reduced in different parts of the world: even where individuals want to go from one place to another, they are asked to remain at home in order to preserve collective health. On the other hand, the environment continues to be attractive, with less traffic congestions, noise or pollution (Serafimova, 2020; Zambrano-Monserrate, Ruano, & Sanchez-Alcalde, 2020).

Besides the concerns with physical and mental health brought about by COVID-19, environmental psychologists are interested in investigating what kinds of transportation alternatives exist for residents of urban areas where people need to maintain social distancing. Is it possible to use healthier transportation modes in order to avoid sedentarism and physical inactivity imposed by social distancing?

As to public transportation, at the same time that it is necessary to rapidly and effectively move large numbers of individuals (Daqrouq & Anjimani, 2019), in order to provide access to health care and to food facilities (Union Internationale des Transports Publics, 2020), the pandemic has increased user concerns, regarding the spread of the virus (Transformative Urban Mobility Initiative, 2020). Large numbers of individuals in closed spaces, the difficulty to control the entrance of sick persons and a variety of common surfaces being touched constitute some of the risk factors while using public transportation during the pandemic (Union Internationale des Transports Publics, 2020).

Among the recommendations for public transportation, entities such as the American Public Transportation Association (2020), the European Commission (2020), the Department of Transportation of the United Kingdom Government (2020) and the Union Internationale des Transports Publics (2020) recommend operations staff to provide cleaning and protection equipment, frequently disinfecting common surfaces and hands. There is also the orientation to reduce both services offered as well as passenger density, provide natural air ventilation and electronic ticketing service. As to passengers themselves, recommendations include the use of face masks, the maintenance of social distancing, avoidance of touching common surfaces and one's face, and carrying less luggage. Thus, there was a reduction of public transportation usage in the beginning of the pandemic in Brazil, decreasing the fleet and the offer of the service (Cristo, Soares Júnior, Luiz, & Nascimento, 2020).

Concerning vehicle use, traveling by car has significantly decreased in cities impacted by the virus. Factors such as school closing, working from home and unemployment contributed to less commuting (Klein et al., 2020). On the other hand, there are those who consider cars an attractive alternative, not only because it reduces social contacts, but also due to less road traffic congestion during lockdown (Union Internationale des Transports Publics, 2020).

Despite the advantages of moving by car, the use of this transport modality should not be encouraged, given that injury and death rates among automobile occupants are significantly higher than those among public transportation users (Litman, 2021). Thus, during and after the pandemic, public policies oriented toward reduced car use and speed limits reduction should be stimulated not only to avoid overburdening public

health systems, but to reduce the occurrence of accidents in the first place. In this manner, resources may be freed up for the treatment of COVID-19 patients.

Furthermore, excessive use of cars is generally associated with sedentarism and obesity (Davis, Valsecchi, & Fergusson, 2007; Dias, 2020). While driving, people remain seated in the car, without burning too much body energy. Hence, active mobility, such as walking and cycling, is being encouraged as an important alternative for motor vehicle use, since it can contribute to reducing social contact and crowding (Transformative Urban Mobility Initiative, 2020). On the other hand, it will also reduce demand and pressure on the public transport system and the road network (Department of Transportation of the United Kingdom Government, 2020; Oliveira & Silva, 2021). Active mobility can also help meet public health objectives through physical activity (Honey-Rosés et al., 2020). Some cities, such as London, made temporary road changes, stimulating active travel as a measure to allow local people to take daily exercise while maintaining social distance (Transport for London, 2022).

Considering the current changes in people's daily lives, specifically as concerns mobility habits and patterns, the present study aims to investigate how people are dealing with the restrictions imposed by the policymakers to contain COVID-19 contamination: a) to what extent do they respect the quarantine and avoid leaving their homes; and b) if leaving home, what is their preference for using active versus motorized transportation modes?

Method

Overview

We report results from a longitudinal study. The first wave was conducted in 2017, in the context of the research project Healthy Urban Mobility (Jones et al., 2019). The second wave occurred in April of 2020.

The study was carried out in the Federal District of Brazil, which was the first city in the country to engage in social isolation measures to avoid the spread of COVID-19 ("Em Brasília, a ordem é: fique em casa", 2020). The first measures imposed by the local government, on March 13th, were the closing of schools, cancellation of events with more than 100 visitors and cultural venues, such as theaters, religious assemblies and the like (Decreto N° 40.520, 2020). Six days later, the governor decreed teleworking for public employees and

the closing of nonessential workplaces, such as restaurants, bars, gyms, churches, parks and shopping centers (Decreto N° 40.539, 2020).

No total confinement measure was implemented in the city until the time of the preparation of this paper, even though the number of cases and deaths has been increasing day by day (Secretaria de Saúde do Distrito

Federal, 2020). Data in Figure 1 indicate that right after the first measures were instituted by the local government on March 13th (Decreto N° 40.520, 2020), a substantial increase in social isolation could be observed. However, after the initial adherence, the rate of social isolation decreased, indicating serious risks for the spreading of the virus.

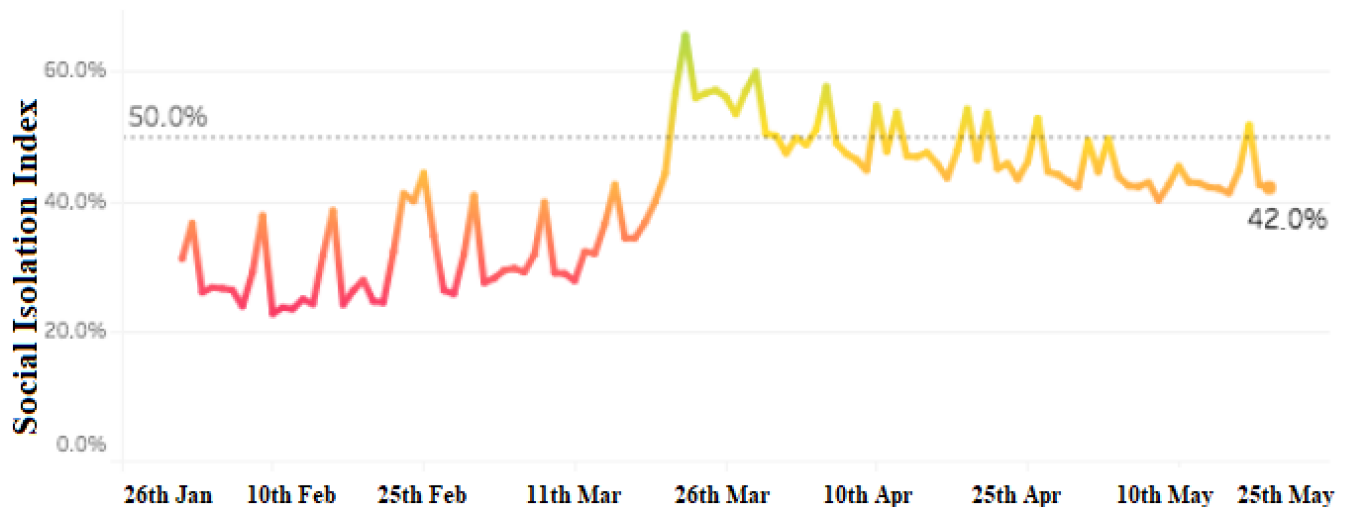


Figure 1. Adhesion to Social Isolation in the Federal District-Brazil between January 26 and May 25, 2020

Note. From InLoco (2020). Mapa Brasileiro da COVID-19.

Overall, Brasília counts with one of the most extensive cycling networks in Brazil, with 400 kilometers of exclusive or segregated bicycle paths. However, the structure of sidewalks and cycling paths projected are not always appropriate, due to hostility of traffic due to inhabitant / car ration (Coelho Filho & Saccaro Filho, 2017). Comparing with cities with similar demographic indexes, Brasília is facing a rapid growing, being characterized by high per capita income, quality of life and access to public services (Augusto, 2017).

Participants

In the first wave of the study, some 1107 respondents participated in a survey dealing with health, mobility, and the quality of life. Asked about willingness to participate in a subsequent part of the study, some 351 respondents provided e-mail addresses and/or cell phone numbers. Of these previous 351 participants, 86 responded when contacted in April of 2020, and, of these, 77 respondents could be linked to respondents

of the 2017 survey, representing 24.4% of the sample. The average age of these 77 respondents was 44-2 years, ranging from 21 to 72 years of age ($SD = 14-1$ yrs.). Some 70% of these respondents were female and 57% lived with children and/or partners. The prevalent travel mode is driving a private car (50.6%), followed by walking on foot (28.6%), and using the bus (9.1%). Only one participant reported using the bicycle as prevalent travel mode.

Instruments

We repeated items from the previous 2017 survey derived from a questionnaire regarding mobility behavior (Bird, Panter, Baker, Jones, & Ogilvie, 2018), previously adapted to Brazilian Portuguese (Neto et al., 2021).

Procedure

We conducted the 2017 survey in three neighborhoods of the Federal District of Brazil. That

survey was undertaken in the form of face-to-face interviews in the home of the respondents, with addresses randomly selected from lists obtained from local government agencies. Participants of the 2017 survey that had furnished emails and/or cellphone were contacted in April of 2020 and received an online survey right after the start of the COVID-19 quarantine.

To analyze the data, we used the software Statistical Package for the Social Sciences. Chi-square statistical tests were calculated, to evaluate differences in mobility in both data collection waves (2017 and 2020).

Results

Changes in Leaving Home

The first question of this study deals with whether the respondents respected the quarantine and avoided leaving home. We asked about five destinations for leaving home: (a) work, (b) personal business and religious activities, (c) friends and relatives, (d) leisure activities, and (e) health care matters. For each of these destinations, we asked respondents to indicate whether they *left their homes not at all*, or *left their home at least once*. In Figures 2 and 3, we present the number

of times the respondents reported leaving their homes at the time of the 2017 survey and at the time of the 2020 survey.

A significant change in mobility can be noted when comparing frequencies of not having left home as reported in the 2017 and in the 2020 surveys (Figure 2) and the respective frequencies of having left home as reported in the 2017 and in the 2020 surveys (Figure 3). Except for taking care of personal business / religious activities, there were significant reductions in the number of respondents reporting to have left home from 2017 to 2020 in order to go to work ($\chi^2_{df=1} = 12.79; p = .000$), to visit friends and relatives ($\chi^2_{df=1} = 20.42; p = .000$), to take care of health matters ($\chi^2_{df=1} = 45.90; p = .000$) or to engage in leisure activities ($\chi^2_{df=1} = 7.99; p = .000$). Overall, while in the 2017 survey there were some 132 reports of not having left home, in the 2020 survey, this number nearly doubled to 247 ($\chi^2_{df=1} = 67.53; p = .000$). Thus, one may assume that respondents did respect the call for quarantine. However, leaving home to take care of personal business or undertake religious activities did not change significantly, suggesting that the restrictions instituted by the government did not affect this type of activity.

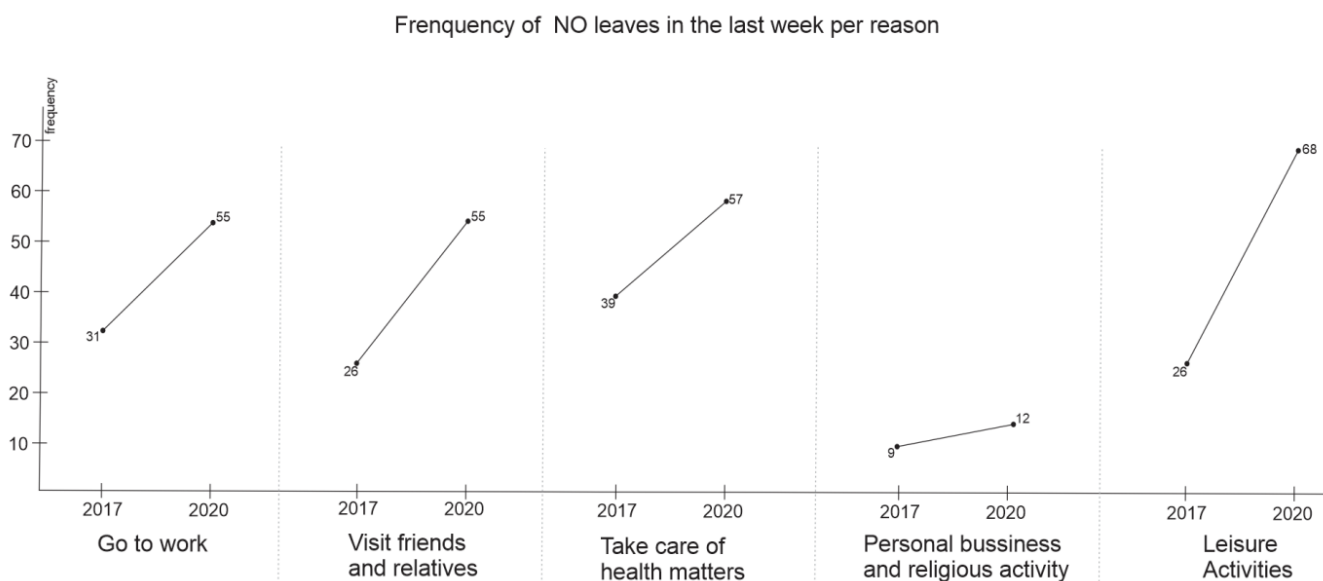


Figure 2. Frequency of not having left home in the last Week, as reported in the 2017 survey and the 2020 survey.

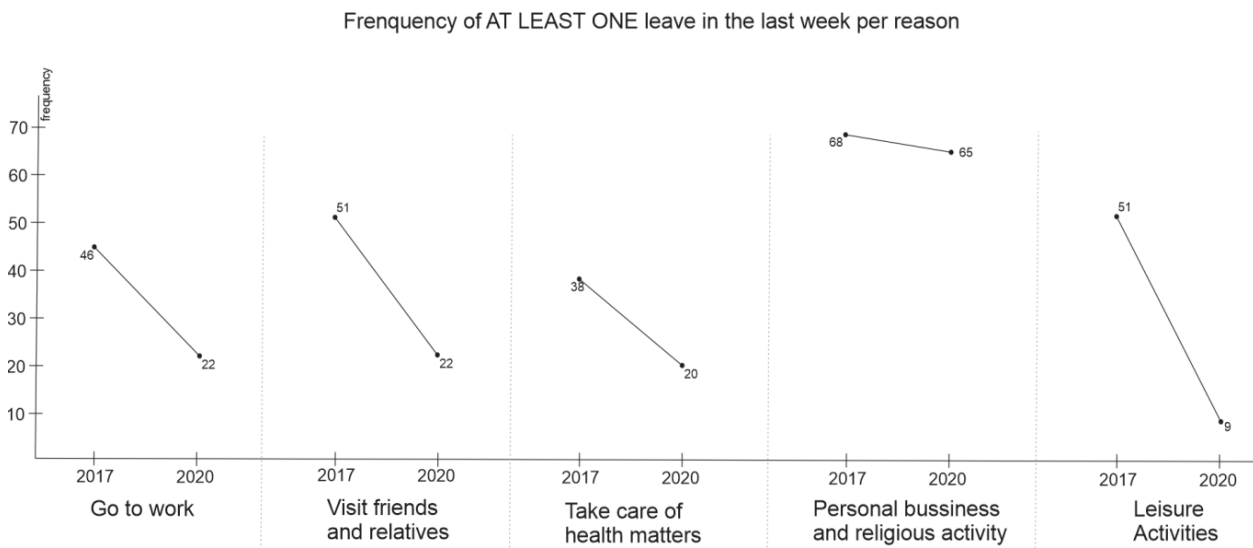


Figure 3. Frequency of having left home in the last Week, as reported in the 2017 survey and the 2020 survey.

Changes in Travel Mode

The second question of this study addressed changes in travel mode: to what degree did respondents report preferences for using active mobility, such as walking or cycling, versus for using motorized transportation modes, such as buses or cars, in 2017 and in

2020? To that end, we compared the choice of travel mode reported in the 2017 survey with the choices reported in the 2020 survey. In Figure 4, we present the total frequencies of using active mobility versus motorized transportation modes reported by each respondent in 2017 and in 2020.

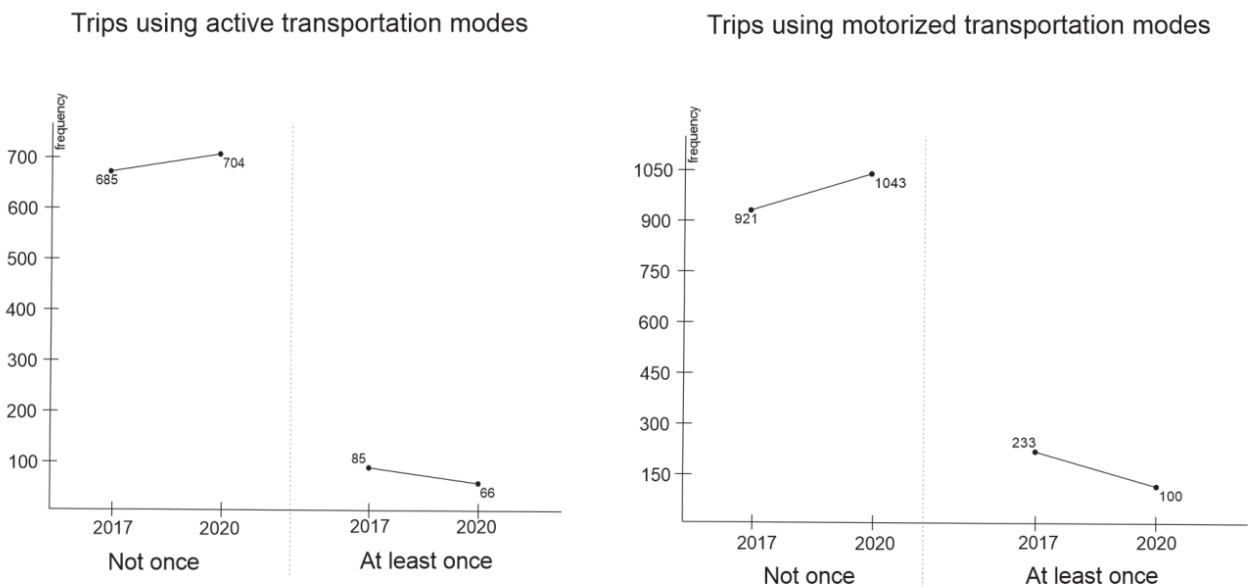


Figure 4. Comparison between the use of Active Mobility versus Motorized Transportation Modes in 2017 and in 2020.

As to the use of active mobility, we found no statistically significant change. However, as concerns the use of motorized transportation modes, statistically significant changes were observed ($\chi^2_{df=1} = 168.61$; $p = .000$) in the sense that respondents reported fewer motorized travel in 2017 as compared to 2020.

Discussion

In this study, we analyzed the degree to which the participants respected the COVID-19 quarantine and avoided leaving home. We analyzed two aspects of mobility, trip purpose and travel modes, in two different moments, in 2017, prior to the advent of COVID-19, and in 2020, during the COVID-19 quarantine. As concerns purpose and destination, it is noteworthy that respondents in this study reported reducing their travel activities in a significant manner to all destinations investigated, except for business and religious purposes.

The strongest decline was reported for leisure activities, which include fitness studios, running in parks and similar outdoors venues. Except for one of the neighborhoods studied, there are few green spaces that might substitute opportunities to run in parks. The marked reduction in leaving home for social visits with friends and relatives in the current sample is significant in that much of these kinds of activities take place in bars and restaurants, not just in the home of friends visited.

Another important decline can be observed in people leaving for work. This, of course, may be due to the fact that many of the respondents may have occupations that allow for working from home. Also, this could be explained by the lack of demand for some types of services, although unemployment was mentioned as a reason by only one participant.

The decline in leaving home in order to take care of health matters calls attention. Given that the origin of the 'stay home' order is a health issue, as concerns avoiding contact with individuals who may be infected with a highly contagious virus, social isolation led the population to use medical services less rather than more often. One possible explanation may be the concern that in hospitals or clinics, people could have a higher probability of contracting the virus.

The fact that there was no statistically significant change in leaving home to attend to business or religious matters, even registering a slight increase, might represent an artifact, in as much as the number of

individuals reporting that they had left home in 2017 for this purpose was quite low to begin with. Also, this question, compared to the others, aggregates a larger variety of possible destinations in the city.

Taken together, these results suggest that respondents respected the quarantine, at the time the data was collected, for the majority of the destinations investigated. It is important to mention that we conducted the study in the very beginning of the pandemic in Brazil, in April 2020, when individuals were more likely to engage in social distancing measures. Certainly, different results would be found if data collection was made in another time frame. Further research needs to explore the reasons why the respondents kept going to religious activities and personal business, even during the pandemic and propose solutions and alternatives for people to avoid this kind of place if necessary.

Regarding transportation modes, individuals significantly reduced their use of motorized transportation, something that did not happen with active mobility. Even though there was a slight reduction in the use of active mobility from 2017 to 2020, it was not statistically significant, suggesting that people who used to walk and cycle continued to do so during the pandemic. These results suggest that those who walk and cycle perceive active mobility as safe or even important to maintain one's health during the pandemic. In fact, walking and cycling are being encouraged in different cities during the pandemic, in order to reduce public transportation demand and social crowding (Department of Transportation of the United Kingdom Government, 2020; Transformative Urban Mobility Initiative, 2020), and also to promote physical activity and daily exercise (Honey-Rosés et al., 2020; Transport for London, 2022).

Further research is needed to investigate why participants reduced the use of motorized transportation. One possible explanation for the fact that some participants reduced using public transportation is to avoid the agglomeration inside buses and metro, which increase the risk of contamination (Cristo et al., 2020; Union Internationale des Transports Publics, 2020). This reduction contributed to the decrease in the service, limiting the number of bus lines operating (Governo do Distrito Federal, 2020). In this manner, it produced a curious circle: fewer passengers for fear of agglomeration and contagion, lower number of bus lines, continuation with the same degree of density that had led to fewer passengers.

Concerning vehicle use, the decrease of traveling by this transportation mode was clearly impacted by the restrictive actions proposed by the local government (Decreto N° 40.520, 2020; Decreto N° 40.539, 2020), such as school closing and teleworking, corroborating the situation experienced in other cities affected by the virus (Klein et al., 2020). Some respondents indicated the continuation of the use of their cars, considering it an attractive alternative (Union Internationale des Transports Publics, 2020). However, most of them reported a significant car use reduction, suggesting that even if it is attractive, it is not perceived as safer than staying at home. Once again, it is important to emphasize the time frame data collection was conducted, when citizens tended to be more worried about the spread of the virus and followed the stay home measures more properly. Current studies already show a different pattern of mobility, indicating the growth of car use in Brazilian urban areas, as a form to avoid public transportation (Leiva, Sather, & Orrico Filho, 2020; Prefeitura da cidade de São Paulo, n.d; Summit Mobilidade Urbana, 2021). Thus, studies conducted during pandemic contexts reflect a very specific aspect of the reality faced by residents of urban areas in a given moment.

Conclusions and suggestions

The pandemic has brought about an extremely difficult situation, as concerns mobility and public spaces usage, by impacting people's everyday lives. Similar to the 1918-1920 influenza pandemic, COVID-19 brought up the sensation of the infeasibility of a modern, urbanized, and industrialized society (Goulart, 2005). In times like these, it is important to consider alternative possibilities, breaking old habits and create new ones.

The COVID-19 pandemic affected the whole world, disrupting the daily functioning of cities. At the individual level, the relevance of mobility became even more evident; with the severe restrictions on moving about provoking serious consequences for mental and physical health. Thus, this historical moment may very well offer a unique opportunity to reflect on the biases in using public space and ways to move away from the overvalued use of the motorized transport system, towards turning, especially large cities, into more livable urban areas (Appleyard, Gerson, & Lintell, 1981; Gehl, 2010).

Furthermore, considering such ecological and health considerations as the maintenance of air quality and collective health may be reinforced by the current

changes provoked by COVID-19 and may lead to important changes in the way we use and move about the city, allowing us to reach minimum levels of pollution, physical inactivity and obesity. Thus, despite the costs imposed by the disease around the world, it constitutes an important reminder of how to use and respect healthier and more sustainable modes of transportation.

Considering the interval between the first and second survey, obtaining 86 responses in 2020 out of 351 participants in 2017 (24.5%) may be considered a reasonable response rate, even if of these, nine responses could not be linked to the corresponding 2017 responses, due to incomplete names or e-mail addresses. One possible explanation for this response rate may be a reactance to the very topic of the survey, the pandemic situation itself; another that the second survey was conducted online. Furthermore, the recommendations by Dillman (2000) regarding the tailored design method were not followed, given the urgency of conducting the study during the early stages of the eclosion of the pandemic. Finally, there are indications that when conducting paper-based surveys, one tends to obtain a higher response rate as compared to online surveys (Nulty, 2008). Given the dynamic development of the pandemic and the spread of the virus, it will be desirable to contact this cohort once again in order to verify continuation changes in mobility.

References

- Ainslie, K. E., Walters, C. E., Fu, H., Bhatia, S., Wang, H., Xi, X., ... Cattarino, L. (2020). Evidence of initial success for China exiting COVID-19 social distancing policy after achieving containment. *Wellcome Open Research*, 28, 81. doi: 10.12688/wellcomeopenres.15843.2
- American Public Transportation Association. (2020). The COVID-19 Pandemic Public Transportation Responds: Safeguarding riders and employees. Retrieved from https://www.apta.com/wp-content/uploads/COVID-19_Transit_Guide_FINAL_04132020.pdf
- Appleyard, D., Gerson, M. S., & Lintell, M. (1981). *Livable streets*. Berkeley, CA: U California Press.
- Augusto, O. (2017, August 31). Brasília se torna a terceira maior capital do país, com 3 mi de habitantes. *Correio Braziliense*. Retrieved from https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/31/interna_cidadesdf,622269/brasil-se-torna-a-terceira-maior-capital-do-pais-com-3-mi-de-habita.shtml
- Bird, E. L., Panter, J., Baker, G., Jones, T., & Ogilvie, D. (2018). Predicting walking and cycling behaviour change using an extended Theory of Planned Behaviour. *Journal of Transport & Health*, 10, 11-27. doi: 10.1016/j.jth.2018.05.014
- Centers for Disease Control. (2020, July 15). Social distancing: Keep your distance to slow the spread. Retrieved from <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/90580>

- Coelho Filho, O., & Saccaro Junior, N. L. (2017). *Cidades cicláveis: avanços e desafios das políticas cicloviárias no Brasil. Texto para Discussão – IPEA*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrieved from http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7521/1/TD_2276.pdf
- Cristo, F., Soares Júnior, R. C., Luiz, K. G., & Nascimento, A. S. (2020). Covid-19, mobilidade, acessibilidade e trabalho do psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-13. doi: 10.1590/1982-3703003242863
- Daqroud, A., & Anjomani, A. (2019). Public transit ridership and car-oriented cities: The case of the Dallas Region. *Economies*, 7(3), 86. doi: 10.3390/economies7030086
- Davis, A., Valsecchi, C., & Fergusson, M. (2007). *Unfit for purpose: How car use fuels climate change and obesity*. London: Institute for European Environmental Policy. Retrieved from <https://lx.iriss.org.uk/sites/default/files/resources/car%20use%20climate%20change%20and%20obesity.pdf>
- Decreto Nº 40.520. (2020, March 14). Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal.
- Decreto Nº 40.539. (2020, March 19). Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal.
- Department of Transportation of the Government of the United Kingdom. (2020, May 12). *Coronavirus (COVID-19): Safer travel guidance for passengers. Walking, cycling, and travelling in vehicles or on public transport during the coronavirus outbreak*. Retrieved from <https://www.gov.uk/guidance/coronavirus-covid-19-safer-travel-guidance-for-passengers>
- Dias, J. A. (2020). *Influência do ambiente urbano na escolha do transporte ativo e sua relação com o sedentarismo* (Master's thesis, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais). Retrieved from <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35832/1/INFLU%C3%8ANCIA%20DO%20AMBIENTE%20URBANO%20NA%20ESCOLHA%20DO%20TRANSPORTE%20ATIVO%20E%20SUA%20RELA%C3%87%C3%83O%20COM%20O%20SEDENTARISMO.pdf>
- Dillman, D. A. (2000). *Mail and internet surveys: The tailored design method* (2nd ed.). New York: Wiley.
- Em Brasília, a ordem é: fique em casa. (2020, March 3). *Jornal de Brasília*. Retrieved from <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/em-brasil-a-ordem-e-fique-em-casa/>
- European Commission. (2020). *COVID-19: Guidelines on the progressive restoration of transport services and connectivity. Communication from the Commission, 3139 final*. Retrieved from https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication_transport_services.pdf
- Gehl, J. (2010) *Cities for people*. Washington, DC: Island Press.
- Goulart, A. C. (2005). Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 12(1), 101-142. doi: 10.1590/S0104-59702005000100006
- Governo do Distrito Federal (2020). *Redução do número de passageiros impõe revisão de operações: Secretaria de Transporte e Mobilidade fará ajustes diante da diminuição de mais de 60% na quantidade de usuários transportados*. Retrieved from <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/23/reducao-do-numero-de-passageiros-impoe-revisao-de-operacoes/>
- Günther, H. (2003). Mobilidade e affordance como cerne dos estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8, 273-280. doi: 10.1590/S1413-294X2003000200009
- Günther, H., & Neto, I. L. (2015). Comportamento no trânsito: uma perspectiva da psicologia ambiental. In H. Günther, F. Cristo, I. L. Neto, & Z. O. Feitosa (Eds.), *Pesquisas em comportamento no trânsito* (pp. 29-50). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Honey-Rosés, J., Anguelovski, I., Bohigas, J., Chireh, V., Daher, C., Konijnendijk, C., ... Nieuwenhuijsen, M. (2020). *The impact of COVID-19 on public space: A review of the emerging questions*. Unpublished manuscript. doi:10.31219/osf.io/rt7xa
- Jones, T., Günther, H., Brownill, S., Keivani, R., d'Orsi, E., Spencer, B., ... Watson, G. (2019). *UK/Brazil healthy urban mobility. Summary of key finding and recommendations*. Oxford, UK: Oxford Brookes University.
- InLoco. (2020). *Mapa Brasileiro da COVID-19*. Retrieved from <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/?hsCtaTracking=-68943485-8e65-4d6f-8ac0-af7c3ce710a2%7C45448575-c1a6-42c8-86d9-c68a42fa3fcc>
- Klein, B., LaRocky, T., McCabey, S., Torresy, L., Privitera, F., Lake, B., ... Vespignani, A. (2020). *Assessing changes in commuting and individual mobility in major metropolitan areas in the United States during the COVID-19 outbreak*. Retrieved from https://uploads-ssl.webflow.com/5c9104426f6f88ac129ef3d2/5e8374ee75221201609ab586_Assessing_mobility_changes_in_the_United_States_during_the_COVID_19_outbreak.pdf
- Kraemer, M. U. G., Yang, C., Gutierrez, B., Wu, C., Klein, B., Pigott, D. M., ... Scarpino, S. V. (2020). The effect of human mobility and control measures on the COVID-19 epidemic in China. *Science*, 368(6490), 493-497. doi: 10.1126/science.abb4218
- Leiva, G. C., Sathler, D., & Orrico Filho, R. D. (2020). Estrutura urbana e mobilidade populacional: implicações para o distanciamento social e disseminação da Covid-19. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 37, 1-22. doi: 10.20947/S0102-3098a0118
- Litman, T. (2021, September 1). Safer than you think! Revising the transit safety narrative. *Victoria Transport Policy Institute*. Retrieved from <https://www.vtpi.org/safer.pdf>
- Liu, J., Liao, X., Qian, S., Yuan, J., Wang, F., Liu, Y., ... Zhang, Z. (2020). Community transmission of severe acute respiratory syndrome coronavirus 2, Shenzhen, China. *Emerging Infectious Diseases*, 26(6), 1320-1323. doi: 10.3201/eid2606.200239
- Neto, I. L., Matsunaga, L. H., Machado, C. C., Günther, H., Hillesheim, D., Pimentel, C.E., ... D'Orsi, E. (2021). Psychological determinants of walking in a Brazilian sample: An application of the Theory of Planned Behavior. *Transportation Research Part F: Traffic Psychology and Behaviour*, 73, 391-398. doi: 10.1016/j.trf.2020.07.002
- Nulty, D. D. (2008). The adequacy of response rates to online and paper surveys: What can be done? *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 33, 301-314. doi: 10.1080/02602930701293231
- Oliveira, R. B., & Silva, R. G. (2021). Ciências da atividade física como protagonista de uma agenda multisetorial de pesquisa e advocacy na promoção da mobilidade ativa. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, 26, 1-5. doi: 10.12820/rbafs.26e0189
- Organization for Economic Co-operation and Development. (2020, May 3). *COVID-19 transport brief. Re-spacing our cities for resilience*. Retrieved from <https://www.itf-oecd.org/sites/default/files/respacing-cities-resilience-covid-19.pdf>

Effects of COVID-19 social distancing on urban mobility: Longitudinal evidence from the Federal District-Brazil

- Prefeitura da Cidade de São Paulo. (n.d.). *Mobilidade e trânsito*. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Retrieved from <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/>
- Secretaria de Saúde do Distrito Federal. (2020). *Boletins informativos sobre Coronavirus (COVID-19) SVS/DIVEP*. Retrieved from <http://www.saude.df.gov.br/boletinsinformativos-divep-cievas/>
- Serafimova, T. (2020). *COVID-19: an opportunity to redesign mobility towards greater sustainability and resilience? Florence School of Regulation: Transport, Policy Brief*. Fiesole, Florença: European University Institute. doi: 10.2870/695530
- Summit Mobilidade Urbana. (2021, May 18). *Um ano de pandemia: o que mudou na forma de se deslocar?* Retrieved from <https://summitmobilidade.estadao.com.br/ir-e-vir-no-mundo/1-ano-de-pandemia-o-que-mudou-na-forma-de-se-deslocar/>
- Transformative Urban Mobility Initiative. (2020, April 3). *The COVID-19 outbreak and implications to sustainable urban mobility – some observations*. Retrieved from <https://www.transformative-mobility.org/news/the-covid-19-outbreak-and-implications-to-public-transport-some-observations>
- Transport for London. (2022). *Safer travel guidance*. Retrieved from [https://tfl.gov.uk/campaign/safer=-travel-guidance?intcmp=63123Union Internationale des Transports Publics. \(2020\). Management of COVID-19: Guidelines for public transport operators. International Association of Public Transport, Belgium. Retrieved from https://www.uitp.org/publications/management-of-covid-19-guidelines-for-public-transport-operators/](https://tfl.gov.uk/campaign/safer=-travel-guidance?intcmp=63123Union Internationale des Transports Publics. (2020). Management of COVID-19: Guidelines for public transport operators. International Association of Public Transport, Belgium. Retrieved from https://www.uitp.org/publications/management-of-covid-19-guidelines-for-public-transport-operators/)
- World Health Organization. (2020a). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report - 1*. Retrieved from https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10_4
- World Health Organization. (2020b). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report 102*. Retrieved from https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200501-covid-19-sitrep.pdf?sfvrsn=742f4a18_2
- Zambrano-Monserrate, M. A., Ruano, M. A., & Sanchez-Alcalde, L. (2020). Indirect effects of COVID-19 on the environment. *Science of the Total Environment*, 728, 138813. doi: 10.1016/j.scitotenv.2020.138813
- Ingrid Luiza Neto, Doutora em Psicologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), é Professora Titular do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). Email: ingridluizaneto@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8177-8823>
- Hartmut Günther, Doutor em Psicologia Social pela Universidade da Califórnia, Davis (UCD), é Professor Emérito da Universidade de Brasília (UnB). Endereço para correspondência: Laboratório de Psicologia Ambiental, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasil. Telefone: (61) 992217043. Email: hartmut.gunther@me.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9483-7615>
- Lucas Heiki Matsunaga, Psicólogo pela Universidade de Brasília (UnB), é Pesquisador Assistente no Instituto de Pesquisa em Economia, Comércio e Indústria, Japão. Email: lucas.matsunaga@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0276-5130>
- Caroline Cardoso Machado, Mestre em Psicologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Email: caroline.machado@unb.abea.arq.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2653-0088>

Received in 31.may.20
Revised in 12.sep.21
Accepted in 31.dec.21

Sentimento de Pertença de moradores Indígenas e não Indígenas em Comunidade Pluriétnica de Manaus/AM

Marcelo Calegare. Universidade Federal do Amazonas

Kássia Pereira Lopes. Alinhar BKMR Atividades de Psicologia e Consultoria Ltda

Elisa Ferrari Justulin Zacarias. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Resumo

Temos por objetivo apresentar e discutir como os moradores de uma comunidade pluriétnica de Manaus/AM, resultante de ocupação de Área de Preservação Permanente desde 2013, reconhecem e se sentem pertencentes ou não à comunidade. Por pesquisa qualitativa, realizamos visitas à comunidade ao longo de um ano e fizemos 13 entrevistas semiestruturadas com participantes-chave, submetidas à análise de conteúdo. Apesar do fator étnico e do preconceito e discriminação contra indígenas e moradores de ocupação, verificamos que há sentimento de pertença entre todos, relacionados por um lado à apropriação, apego e identificação com o lugar. Por outro, à memória coletiva, participação e organização sociopolítica em prol das lutas comunitárias. Sentir-se pertencente gera vínculos afetivos, identificação, valorização e preservação do ambiente comunitário, proporcionando coesão grupal e fortalecimento comunitário.

Palavras-chave: psicologia ambiental; psicologia comunitária; indígenas; sentimento de pertença; comunidade.

Abstract

The Sense of Belonging of indigenous and non-indigenous dwellers in a Multiethnic Community of Manaus-AM. We aim to present and discuss how the residents of a multiethnic community in Manaus-AM, resulting from the occupation of a Permanent Preservation Area since 2013, recognize and feel belonging to the community or not. Through qualitative research, we conducted community visits over one year and performed thirteen semi-structured interviews with key participants, analyzed by content analysis. Despite the ethnic factor, prejudice, and discrimination against indigenous people and residents of the occupied neighborhood, we have verified that there is a sense of belonging among all, related on the one hand to the appropriation, attachment, and identification with the place. On the other, to collective memory, participation, and socio-political organization in favor of community struggles. The sense of belonging generates affective bonds, identification, appreciation, and preservation of the community environment, providing group cohesion and community empowerment.

Keywords: environmental psychology; community psychology; indigenous; sense of belonging; community.

Resumen

Sentido de Pertenencia de residentes indígenas y no indígenas en la Comunidad Pluriétnica de Manaus-AM. Tenemos por objetivo presentar y discutir cómo los residentes de una comunidad pluriétnica de Manaus-AM, resultante de ocupación de un Área de Preservación Permanente desde 2013, reconocen y sienten o no pertenencia a la comunidad. A través de la investigación cualitativa, realizamos visitas a la comunidad en el transcurso de un año y realizamos trece entrevistas semiestruturadas con participantes clave, analizadas con un análisis de contenido. A pesar del factor étnico, los prejuicios y la discriminación contra los pueblos indígenas y los residentes de barrios ocupados, encontramos que existe un sentido de pertenencia entre todos, relacionado por un lado con la apropiación, el apego y la identificación con el lugar. Por el otro, con la memoria colectiva, la participación y organización sociopolítica a favor de luchas comunitarias. El sentido de pertenencia genera vínculos afectivos, identificación, apreciación y preservación del entorno comunitario, proporcionando cohesión grupal y empoderamiento comunitario.

Palabras clave: psicología ambiental; psicología comunitaria; indígenas; sentido de pertenencia; comunidad.

A partir dos anos 1980, mas com maior ênfase a partir dos anos 2000 em diante, a Psicologia brasileira tem gradativamente se aproximado e produzido conhecimentos e práticas juntos aos povos indígenas (Guimarães, 2016). Em revisão sobre essa temática no Brasil, Fernandes e Calegare (2020) apontaram que as principais tendências de trabalhos publicados nos últimos anos articulando Psicologia e povos indígenas foram relativas às questões da saúde (mental) indígena, educação para os povos indígenas, inserção dos indígenas no meio urbano e algumas análises da cultura indígena segundo referenciais psicológicos europeus e/ou norte-americanos. Os autores ressaltaram também que ainda há pouca produção nacional da Psicologia Indígena – apesar de sua qualidade – ao contrário do que acontece em alguns outros países. Buscando contribuir com a aproximação da Psicologia junto aos povos indígenas, neste artigo abordaremos aspectos psicossociais vivenciados por indígenas de 12 etnias e por não indígenas de uma comunidade de Manaus/AM.

No Censo de 2010, dentre as pessoas autodeclaradas indígenas no Brasil, cerca de 52% delas viviam em cidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2012). No estado do Amazonas, pouco mais da metade de toda a população reside em Manaus e, compondo este cenário urbano, havia a presença de 3837 indígenas pelo Censo 2010, mas mais de 30 mil indígenas de 34 etnias pelo levantamento da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME) de 2015 (Ferreira, Calegare, Sampaio, & Clennon, 2019). Eles são oriundos do interior do Amazonas, de outros estados e nascidos nessa capital.

Sempre houve presença indígena em Manaus e não podemos considerá-la como fenômeno recente. Freire (1987) lembrou que os viajantes do séc. XVI relataram que toda a região dos rios Solimões, Negro e Amazonas era densamente povoada por indígenas. Onde atualmente está a capital amazonense habitavam os Manáo, Tarumã e Baré. Em 1669, os jesuítas e portugueses construíram nessa localidade estratégica o forte São José do Rio Negro e o aldeamento Lugar da Barra, que daria origem à atual cidade, com mão de obra de indígenas escravizados e trazidos de outras localidades. Figueiredo (2020) contou que os Manáo resistiam aos colonizadores e, liderados pelo cacique Ajuricaba, se rebelaram entre 1723-1727 – posteriormente em 1757 – sendo enfim completamente dizimados. Esse aldeamento permaneceu pequeno e sempre com maioria

indígena, até ser promovido à categoria de vila e receber a denominação Manaus em 1832, com confirmação definitiva em 1856, “onde quase 80% da população era composta de índios destribalizados e mestiços que não falavam a língua portuguesa como língua materna” (Freire, 1987, p. 13). Os padrões de ocupação, povoamento e urbanização de Manaus se intensificaram do período da borracha (metade do séc. XIX) em diante, quando a cidade passou a crescer e ser destaque, sempre havendo presença dos indígenas (Magnani & Andrade, 2013). Com a criação da Zona Franca de Manaus, nos anos 1960, a cidade veio se expandindo exponencialmente e a circulação de indígenas do interior aumentou.

Atualmente, vir morar na cidade tem se tornado uma alternativa para muitos indígenas das Terras Indígenas (TIs). Às vezes, são motivados pela busca das melhores oportunidades socioeconômicas, qualidade de vida e de acesso à saúde, educação e lazer, supostamente oferecidas pelo ambiente urbanizado (Bernal, 2009). Rangel, Galante, e Cardoso (2013) apontaram também outros fatores: expansão da malha urbana encostando nas TIs e que os coloca em condições vulneráveis naqueles espaços; conflitos internos ou por terras; falta de um território para sua reprodução sociocultural; estar próximo dos parentes vivendo na cidade. Ferreira e Calegare (2019) apontaram que estar na cidade também lhes garante melhor acesso e exercício a direitos, reivindicações e visibilização de suas lutas e afirmação identitária. Por outro lado, Magnani e Andrade (2013) defenderam que há uma circulação dos indígenas em circuitos que envolvem as aldeias nas TIs e os assentamentos urbanos (arredores ou bairros na cidade), caracterizando um estilo de habitação que compreende a soma desses espaços de circulação, e não apenas estar na cidade.

Desde a colonização a presença dos indígenas em Manaus tem sido repetidamente de subalterização, apagamento de sua condição cultural e invisibilização (Freire, 1987). Esse padrão continua se prolongando e suas condições nas cidades se igualam às dificuldades existentes nas periferias ou bairros mais afastados, já que é nesses lugares, de forma geral, que eles residem: há falta de estrutura das moradias, ausência de serviços básicos e dificuldade de acesso a bens e serviços sociais (Bernal, 2009). O contexto da adaptação dos povos indígenas à cidade exige-lhes aprendizado de costumes, línguas, práticas culturais diferentes das suas (Ferreira & Calegare, 2019).

Além disso, Rosa (2018) ressaltou que eles têm sofrido preconceito e discriminação advindos dos não indígenas, inspirados por uma visão reducionista de que o índio deve morar nas aldeias. Nesse sentido, a autora problematizou que há um estereótipo dominante em nossa sociedade de que o indígena está associado ao binômio índio-comunidade em oposição ao branco-cidade e, nesse sentido, o “mundo dos índios” seria aquele na floresta e ligado a características pejorativas: “sujeira, falta de banho, incapacidade, alcoolismo, selvageria e canibalismo” (p. 146). Isso também é reforçado por Rangel et al. (2013), que afirmam: “a cidade é o ambiente que revela, de forma mais explícita, o racismo contra o índio, figura atrasada, inconfiável, de hábitos estranhos, feios e desagradáveis” (p. 114).

Cabe, ainda, outra problematização: entendemos a cidade como um espaço observável, um ambiente, um local o qual se vê e se ocupa; enquanto o urbano diz respeito às dinâmicas subjetivas, representações e práticas que orientam modos de vida e ações que acontecem em um espaço (real ou imaginado), podendo, portanto, ocorrer no ambiente de cidade ou florestal/campestre (Calegare, 2017). Assim, compreendemos que a urbanidade não se limita aos espaços da cidade, apesar de estar estreitamente ligada a estes. A esse respeito, Rosa (2018) argumentou que a urbanidade pode ser entendida como um modo de vida e esta, em contrapartida, não é característica aos indígenas e à sua cultura originária. Apesar disso, a cidade não é vista como lugar de branco e a inserção dos indígenas no mundo urbano impõe-lhes desafios, dificuldades e adaptação para a constituição de um novo modo de vida, que não os torna menos índios, apesar de distingui-los daqueles indígenas que permanecem aldeados ou em cidades menores. Em suma, compartilhamos do ponto de vista de que o indígena não é descaracterizado por morar na cidade ou, ao permanecer nas aldeias, utilizar tecnologias modernas oriundas do mundo urbano. Discordamos – alinhados com indígenas de nosso convívio pessoal – em haver uma adjetivação classificatória entre um indígena aldeado e um indígena urbano. Preferimos adotar, nesse sentido, a nomenclatura indígena cidadão ou na cidade para se referir ao indígena vivendo nesses lugares.

Dessa feita, estudos sobre povos indígenas na cidade, a partir do processo de migração e urbanização, contribuem para a compreensão, reflexão e desmistificação quanto ao processo dinâmico e cultural de manutenção de características étnicas, além de

possibilitar uma maior visibilidade de tal tema perante a sociedade. Contudo, é necessário ampliar a visão e as discussões também para os modos de vida, contexto socioeconômico e as relações em contraponto às tradições dessa população. Como lembra Bernal (2009), a reconformação da identidade indígena está sempre sendo autorrefletida para que não se perca sua singularidade em meio aos demais grupos da sociedade. Considerando principalmente as migrações indígenas para as cidades e seus contextos de organização, é importante refletirmos sobre o sentimento de pertença que eles estabelecem com os locais, comunidades ou bairros onde habitam nessa realidade cidadina.

Na região amazônica, é comum utilizar o termo comunidade no senso comum para designar povoados ribeirinhos, aldeias ou agrupamentos urbanos. Pensada pela Psicologia Social Comunitária (PSC), comunidade pode ser tanto uma categoria científico-analítica quanto de orientação da ação e reflexão, que se refere não apenas às relações face a face num determinado espaço geográfico, mas a todas as formas de relacionamento continuadas no tempo envolvendo engajamento moral, profundidade emocional e intimidade pessoal (Sawaia, 1996, citado por Araújo & Calegare, 2018). Assim, a comunidade é um espaço de mediação entre indivíduo e sociedade, que envolve uma dimensão psicossocial que abarca: lugar de moradia, de crescimento e de proteção da individualidade; convivência direta e duradoura; vinculação a um território comum; sentimento de pertença; compartilhamento de identidade social; participação na mesma cultura; sistema próprio de representações sociais; mesmas necessidades e problemas sociais (Góis, 2005).

Dentre esses aspectos, destacamos o sentimento de pertença, que à luz da PSC e da Psicologia Ambiental (PA) relaciona-se com a convivência dos moradores na comunidade, já que a vida no âmbito comunitário compreende reciprocidade, laços e coletividade que fazem como as pessoas se sintam pertencentes a um mesmo grupo social (Alcântara, Abreu, & Farias, 2015; Góis, 1994). Assim, o sentimento de pertença é um vínculo criado a partir das relações, contemplando a construção de uma história, tendo como base a convivência entre parentes e/ou vizinhos numa determinada comunidade (Araújo & Calegare, 2018).

Contudo, o sentimento de pertença só é possível a partir do processo de apropriação, que deve ser compreendida como a ação sobre o espaço, a fim de personalizá-lo e transformá-lo em lugar, o que propicia

a sensação de segurança (Cavalcante & Elias, 2011). A apropriação do espaço possibilita a aquisição de referentes estáveis, que servem para nortear as pessoas e auxiliam a preservar suas identidades. Trata-se de uma necessidade – tanto individual, como coletiva – das pessoas identificarem territórios próprios e, assim, constituírem a personalidade, cognições e relações sociais, suprindo suas necessidades de pertença e identificação (Fischer, s/d).

A intensidade com que as pessoas se identificam com os distintos espaços nos quais vivenciam (residência, bairro, cidade) é produto das interpretações do lugar, bem como das experiências ali vividas, conferindo ao ambiente um papel de extrema relevância para a construção e manutenção da nossa identidade (WesterHerber, 2004). Contudo, apesar de existir ampla produção teórica acerca da identidade social, raramente os estudiosos levaram em consideração o ambiente físico como um componente na elaboração da identidade pessoal e social (Bernardo & Palma-Oliveira, 2016). Assim, a PA contribui sobremaneira ao partir do pressuposto de que todos os aspectos da identidade têm implicações, em maior ou menor extensão, relacionadas ao lugar (Hernández, Hidalgo, Salazar-Laplace, & Hess, 2007).

Por essa razão, entendemos que nos processos comunitários a existência de reciprocidade entre comportamentos e o ambiente contemplam significados que perpassam o meio físico, envolvendo de forma afetiva, cognitiva e social a pertença ao lugar e, conseqüentemente, a identidade de lugar entre os moradores. Como indicam Câmara (2008) e Góis (1994), quando os membros de uma comunidade revelam um forte sentimento de pertença, isso se manifesta em maior envolvimento e participação em prol do coletivo. Assim, apreender o sentimento de pertença entre os moradores de certa comunidade pode revelar aspectos importantes para resguardar valores sociais e atribuídos ao lugar ou favorecer processos de fortalecimento comunitário, ativismo e emancipação.

O sentimento de pertencimento se constitui como base para a construção da identidade social e ambiental (Hernández et al., 2007; Lewicka, 2008). A identidade configurada a partir desse pertencimento possui como pressuposto básico de sua construção a memória das experiências e compartilhamento entre os comunitários; assim, a memória coletiva, a partir da transmissão de conhecimento, permite que haja a identificação das pessoas como pertencentes a uma

comunidade (Santana & Simões, 2015). Schmidt e Mahfoud (1993), a partir das concepções de Halbwachs (do texto “A Memória coletiva”), apresentam a noção de memória coletiva como uma atividade realizada por determinado grupo social, que articula e localiza quadros sociais comuns, que formam um acervo de compartilhamento de lembranças.

Feitas essas considerações, neste artigo temos por objetivo apresentar e discutir a respeito do sentimento de pertença de moradores de uma comunidade pluriétnica de Manaus/AM, chamada Assentamento Indígena Comunidade Sol Nascente (CSN). Esta existe desde 2013, resultante de ocupação de uma Área de Proteção Permanente (APP) na zona norte da cidade. Buscamos elucidar e refletir se os moradores indígenas das 12 etnias e os moradores não indígenas se sentem ou não pertencentes à comunidade, e de que modo eles reconhecem tal pertencimento. Trata-se de uma comunidade que possui aproximadamente 650 moradores, 190 famílias, sediada num espaço com características rurais, por estar num fragmento de floresta e por ter ruas de terra. Entretanto, enfrenta sérios problemas urbanos: infraestrutura precária, falta de segurança pública e de acesso aos serviços básicos. E, ainda, a presença de preconceito e discriminação dos moradores dos bairros vizinhos.

Metodologia

Nesta pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa de caráter descritivo, pela qual buscamos estudar um fenômeno de uma determinada amostra da população, para compreendê-lo e interpretá-lo (Gerhardt & Silveira, 2009). O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, contendo dados sociodemográficos (nome, idade, gênero, etnia, naturalidade, nacionalidade, estado civil, família e filhos, língua que entende e que fala, tempo de moradia, profissão, escolaridade e fonte de renda) e perguntas a respeito de: viver na comunidade, convivência comunitária, sentimento de morar na comunidade, sentimento de pertença, sofrer preconceito ou discriminação. Utilizamos também diário de campo para registro de nossas impressões.

Nossa inserção na comunidade ocorreu durante atividades integrando ensino (disciplina de PSC), pesquisa e extensão ocorridas entre 2016 e 2018, com visitas semanais aos sábados e durante alguns dias da semana, quando combinado com os moradores. Surgiu, assim, o interesse em investigar o sentimento

de pertença e desenvolvemos a proposta de projeto de pesquisa com a devida autorização do comitê de ética.

O critério de inclusão adotado foi o de residir, no mínimo, há dois anos na comunidade. Deste modo participaram 13 moradores, sendo sete indígenas de cinco etnias diferentes (quatro mulheres e três homens): Apurinã, Baré, Kaixana, Kokama, Sateré-Mawe e seis moradores não indígenas (três mulheres e três homens). Todos tinham entre 19 e 80 anos (média = 37,6; DP = 16,1). Três dos indígenas falavam outra língua além do português. Da procedência, apenas um morador era da capital amazonense, enquanto 10 eram do interior do Amazonas e dois do Pará. O nível de escolaridade era baixo: dois participantes não estudaram, um tinha ensino fundamental completo e apenas dois participantes tinham ensino médio completo, enquanto os demais possuíam ensino fundamental incompleto. Das profissões, todas podiam ser consideradas como de baixa exigência de qualificação, o que se refletia na fonte de renda: quatro participantes eram assalariados (cozinheira, torneiro mecânico, mecânico, repositor), dois eram autônomos (dona de casa, pescador/comerciante), quatro recebiam bolsa família (donas de casa), uma recebia ajuda financeira da família (dona de casa), um era aposentado e um estava desempregado (eletricista/porteiro). Em suma, esse perfil revela que os moradores da comunidade são de classes mais baixas e desprivilegiadas.

Indígenas de outras etnias não quiseram participar ou não estavam na comunidade em nossas visitas. Todas as entrevistas da pesquisa foram realizadas nas residências dos participantes, sendo audiogravadas, em seguida transcritas e analisadas. Nem todos entrevistados responderam a todas as perguntas. Os participantes foram identificados com nomes fictícios e serão utilizados alguns trechos para exemplificação das categorias de análise dos resultados.

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), enriquecidas com anotações do diário de campo. Essa técnica consiste em um conjunto de procedimentos para desvelar o conteúdo latente na fala dos participantes. Inicialmente, foi feita uma “leitura flutuante” para apropriação do texto. Em seguida, foram elaboradas categorias temáticas, a partir da codificação do material em unidades de significação. Da análise das respostas dos participantes emergiram as seguintes categorias e subcategorias temáticas que serão exploradas em detalhes na seção subsequente: a) viver na comunidade (aspectos favoráveis; aspectos

desfavoráveis); b) convivência na comunidade (harmônica, brigas familiares); c) sentimentos sobre morar na comunidade (sentimentos positivos; sentimentos negativos); d) sentir-se pertencente ou não à comunidade (pertencente à comunidade, não pertencente à comunidade); e) preconceito e discriminação (não percebia, percebia).

Resultados e discussão

Viver na Comunidade

Vivência deve ser compreendida como a experiência de viver, que permite aquisição de conhecimento da vida na inter-relação da pessoa consigo mesma, com os demais e com o ambiente. A vivência, dentro da comunidade, permite a observação da interação do coletivo, em que a pessoa vivencia a realidade comunitária, transformando sua consciência sobre si e sobre o mundo (Góis, 1994). A análise dos dados a respeito da compreensão dos moradores sobre viver na Comunidade Sol Nascente, possibilitou a criação de duas categorias: aspectos favoráveis; aspectos desfavoráveis.

Os aspectos favoráveis foram subcategorizados segundo respostas que se referiam a: sentir-se bem (sete respostas), sentir-se tranquilo (1), viver bem com respeito (1). Por meio destas, os moradores apontaram a possibilidade de lazer para as crianças, sentimentos de tranquilidade e bem-estar, conforme alguns exemplos: “Eu acho um lugar muito bom de viver, meus filhos podem brincar aqui, diferente de outros bairros, eu acho” (Débora indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Aqui eu me sinto como lá no interior. Por mim se não pudesse urbanizar aqui, tava bom demais. No início era tão legal, a gente tinha as rodas, fazia os rituais (...) todo mundo se pintava” (Felipe indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Os nove entrevistados que responderam aspectos favoráveis revelam possuir sentimentos positivos de viver na CSN, o que nos remete ao apego ao lugar, isto é, ao vínculo emocional com o lugar que sustenta o sentimento de pertença e a identidade de lugar (Hernández et al., 2007; Lewicka, 2008). A criação do lugar se efetiva a partir da relação entre pessoa-ambiente, o que supõe vivência, significação e estabelecimento de laços afetivos que se materializam no apego ao lugar (Cavalcante & Nóbrega, 2011).

Já os aspectos desfavoráveis foram subcategorizados segundo respostas (2) que se referiam à dificuldade

imposta pela falta de serviços de infraestrutura, como exemplificado no trecho a seguir: “É um pouco difícil, sem asfalto, sem água, muito complicado (...) quando chove alaga (...) as coisas que a gente tem que ir atrás é longe (...) aqui dentro da comunidade não tem” (Helena indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Todos os moradores, indígenas e não indígenas, vivenciam esses aspectos desfavoráveis relacionados à falta de infraestrutura de uma área urbana periférica (Ferreira & Calegare, 2019). Paradoxalmente, esse mesmo cenário é o que traz sentimento de tranquilidade por lembrar um ambiente rural. Portanto, a partir dessas falas podemos considerar que viver na CSN está ligado a um imaginário que projeta o rural como lugar de calma e segurança, com relações interpessoais mais próximas, mas que de certa maneira deve progredir pelos bens e serviços urbanos (Calegare, 2017).

Em um estudo realizado por Hinojosa, Mzoughi, Napoléone, e Villegas (2019), os pesquisadores consideraram que as condições desfavoráveis do lugar, seja um ambiente natural ou construído, favorecem o desenvolvimento do apego ao lugar. Isso ocorre porque o apego ao lugar é mediado pela identificação com a comunidade. Assim, para os moradores da CSN o sentimento de pertença tem ligações simbólicas e afetivas com esse lugar (Pinheiro, 2019), cujas características remetem a um ambiente florestal de interior (Calegare, 2017).

Convivência na Comunidade

A convivência consiste nas experiências que o sujeito adquire durante o processo de interação com seu meio social, caracterizando-se por uma relação simétrica que possibilita a vivência harmoniosa em grupo (Sanchez-Villafãne & Quiceno-Pérez, 2016). Pela convivência se constroem processos que tornam possível o estabelecimento de acordos que garantem a consolidação de boas relações na comunidade, evitando conflitos. Isso pode servir para ancorar o sentimento de pertencimento. Dessa feita, ao investigarmos a percepção sobre a convivência entre os moradores do assentamento, obtivemos 10 respostas quanto ao caráter da convivência comunitária ser harmoniosa, conforme alguns exemplos a seguir:

“É tranquilo, todo mundo aqui se conhece, conversa, não tem briga até agora, graças a Deus” (Cristian não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Pra mim é boa, as vezes a vizinha vem, tem o cajueiro aí, aí nos fica conversando, tipo dia de domingo, nós compra alguma coisa e assa, a gente chama eles e fica aqui” (Débora indígena, comunicação pessoal,

setembro 2018). “Tudo na paz. Não tem briga com ninguém” (Luiza não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Apenas uma das respostas revelou haver um contraponto, referindo-se às brigas familiares: “É bom. Já teve alguma discussão assim, mais entre os parentes mesmo, mais é coisa de bebida” (Ismael não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Para os comunitários, a convivência na comunidade é harmoniosa devido à tranquilidade e às boas relações entre os vizinhos, com a ressalva de que a interpretação de convivência não contempla as relações intrafamiliares. Isto se reafirmou durante a pesquisa de campo, através de conversas informais, identificando-se presença de diversos conflitos de cunho intrafamiliar, com relatos de violência doméstica. Ao investigarmos como é a resolução de conflitos, os moradores enfatizaram que isso competia ao próprio núcleo familiar, o que não interferia na convivência comunitária.

Quanto mais significativa as relações sociais que a pessoa estabelece, maior o apego ao lugar (Moser, 2018). Deste modo, a existência de uma rede social amigável, além de fortalecer o apego ao lugar, reverbera no sentimento de pertença entre os moradores (Sanchez-Villafãne & Quiceno-Pérez, 2016). Isso indica que apesar da CSN ser pluriétnica e haver os não indígenas, há uma percepção compartilhada de que há certa harmonia entre eles. Novamente, em nossa pesquisa de campo constatamos que havia alguns conflitos interétnicos entre alguns grupos indígenas por razões históricas. E também entre os indígenas com os não indígenas. Contudo, o que se sobressaía era a convivência amistosa da vizinhança, criando assim uma pertença compartilhada.

Sentimentos sobre Morar na Comunidade

Na fala dos entrevistados ficou evidente a existência de sentimentos positivos em relação a morar na CSN, remetendo-se a: sentimentos agradáveis (seis respostas), sentimentos de tranquilidade (3), sentimento de normalidade (1). E os sentimentos negativos: expectativas de melhorias (2). Os trechos abaixo ilustram experiências positivas de viver na CSN: “Ótimo mesmo, tá tranquilo, ainda não tem negócio de ladrão. Você vê como tá a casa ainda (...) tá tudo ok” (Simone indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Eu me sinto bem assim com as pessoas, eles dialogam com todo mundo aqui, todo mundo é um vizinho do outro, um é bom com o outro assim, não tem nada de briga e essas

coisas” (Débora indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Os sentimentos negativos relatados pelos depoentes estão atrelados a problemáticas socioeconômicas e de infraestrutura: “Eu sei que eu tenho um lugar pra mim morar sem pagar aluguel (...) morei alugado, meus filhos são cinco crianças, que não pode trabalhar, somente o pai, aí fica difícil também morar alugado” (Helena indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Aqui ainda é ruim por causa das ruas que ainda falta dar uma ajeitada, a água também que nós não têm, a luz também que falta aqui, isso que eu achei um pouco, assim, difícil” (Regina não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Para 10 entrevistados há sentimentos positivos sobre a experiência de morar no assentamento, ancorados em representações positivas para eles. Apesar da presença de sentimentos negativos, a representação sobre o lugar é positiva para estes entrevistados, por possibilitar-lhes sair do aluguel e ter uma moradia. Tais sentimentos positivos geram apego ao lugar e podem sedimentar o sentimento de pertença (Lewicka, 2008; Pinheiro, 2019).

Podemos, então, interligar tais relatos ao processo de apropriação e à relação pessoa-ambiente, pelos quais a pessoa introjeta em si e projeta no ambiente, realizando transformações e desencadeando na criação do seu próprio lugar (Cavalcante & Elias, 2011). A moradia proporciona a criação de vínculos emocionais entre a pessoa e o ambiente. Nesse sentido, a moradia deve ser apreendida enquanto território primário, capaz de garantir a seus ocupantes intimidade e refúgio pessoal, por se constituir em um espaço privado (Fischer, s/d; Moser, 2018). Por essa razão, não é somente a casa na CSN, mas o que ela representa para cada um desses moradores que foram entrevistados que descreve significados voltados para as vivências e sentimentos do sujeito (Cavalcante & Nóbrega, 2011).

Sentir-se Pertencente ou não à Comunidade

Durante a vivência da pessoa, alguns lugares simbolizam e proporcionam a sensação de pertencimento (Wester-Herber, 2004). Os espaços podem contribuir ou não para que isso aconteça. Nesta seção, buscamos compreender se o sentimento de pertença estava presente ou não entre os moradores, visto que a comunidade é composta por indígenas de distintas etnias e por não indígenas. Entre os entrevistados, apenas um afirmou não se sentir pertencente: “não (...) quando eu cheguei aqui já tinha a comunidade” (Regina não

indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). Outros 10 afirmaram se sentirem pertencentes à comunidade: “Sim, porque eu sou morador aqui, né” (Cristian não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Eu achava ruim, achava ruim quando pagava aluguel. É um dinheiro que não volta, é pesado. Ai que eu me tremia todinho. Aqui, todo tempo eu fiz, todo tempo eu fiz parte de tudo aqui” (Ismael não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “É aqui eu me sinto parte dos irmãos da comunidade aqui (...) uma vez chegou lá em casa pra almoçar, poxa o senhor é um índio bacana mesmo. Sou, graças a Deus sou índio, a senhora não é não?” (André indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Me sinto porque eu faço parte, porque eu moro aqui e qualquer coisa nós somos unidos, quando tem reunião (...) na tenda do cacique (...) eles querem algo para cooperar (...) eu faço parte” (Helena indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Por esses depoimentos, percebemos que um primeiro fator para se sentir pertencente ou não à comunidade remete à memória coletiva (Santana & Simões, 2015) de fundação da CSN, com podemos inferir pela fala da participante que não se sente pertencente. Quando não há apropriação da pessoa com o ambiente sociofísico, a comunidade e sua trajetória passada ao presente, surge então sentimento de não integração, estranhamento e falta de familiaridade com o lugar (Fischer, s/d), como para a entrevistada. É a apropriação contínua do lugar garante à pessoa a estabilidade de sua própria identidade (Moser, 2018).

Um segundo elemento está ligado à apropriação pela participação coletiva em prol da vida comunitária, que gera pertencimentos àqueles que se engajam e participam da busca de melhorias para a comunidade (Câmara, 2008; Góis, 1994, 2005). Os moradores fazem isso por reuniões e por uma organização sociopolítica liderada por um cacique, o que inclui, portanto, o fator étnico ao pertencimento à comunidade e que a caracteriza enquanto um assentamento indígena (Ferreira & Calegare, 2019).

Outro elemento se relaciona ao fato de morar naquele local geográfico. Tuan (2013) defendeu que o sentimento de pertença é evidenciado quando relacionado ao espaço que se habita, ao contemplar aspectos afetivos, cognitivos e sociais que o transformam num lugar. Argumentou ainda que o lugar é o centro de significado para as pessoas, pois é nesse que elas realizam ações, desde atividades corriqueiras até atividades significativas capazes de impactar na vida de

outras pessoas. Nesse sentido, o cotidiano e o tempo de moradia se inter-relacionam, permitindo a construção de vínculos comunitários, compreendidos segundo o sentimento de pertença à comunidade (Alcântara et al., 2015). Assim, os entrevistados revelaram possuir apego ao lugar e o sentimento de pertença.

Em suma, apesar de haver diferenças intra e interétnicas entre os moradores, observamos que entre os participantes há sentimentos de pertencimento comuns e compartilhados de fazer parte da CSN. Isso se relaciona a aspectos da memória coletiva de criação da comunidade, de participação em ações comunitárias e de moradia nesse lugar. Quando ainda não havia apropriação disso, o morador não se sentia pertencente à comunidade, o que também pudemos verificar através de nossas atividades em campo. Não houve, portanto, diferenciação do pertencimento relacionado ao fator étnico.

Preconceito e Discriminação

Preconceito é uma ideia pré-concebida sendo caracterizado como um atributo atitudinal – atitude entendida como uma predisposição para responder a um determinado objeto (coisa, pessoa, instituição, acontecimento, lugares, ideias, comportamentos, etc.) de forma favorável ou desfavorável (Michener, Delamater, & Myers, 2005). Quando relacionado às pessoas, Melo (2019) argumentou que este é entendido como um conceito formado antecipadamente, uma opinião ou julgamento sem levar em conta fatos que os contestem, ou intolerância, ódio irracional e aversão a pessoas, credos, religiões, etc. Ao se referir aos efeitos psicossociais do racismo, o autor salientou que o preconceito é uma resposta emocional negativa baseada em julgamento infundado e dificilmente modificável, sendo sentido e expresso a uma pessoa ou grupo tido como inferior em função de sua raça-etnia. E a discriminação, derivada do preconceito, se refere a criar, manter ou reforçar vantagens e privilégios para pessoas/grupos à custa de desvantagens para outras pessoas/grupos, resultando em diferenciação na forma de tratamento e acesso a bens públicos e privados.

Investigamos se a percepção do preconceito e discriminação, como verificado em nosso diário de campo, era percebido pelos moradores indígenas e não indígenas de maneira semelhante. Mais além, se isso favorecia ou não o sentimento de pertença, uma vez que ao se sentir discriminado um morador poderia não se reconhecer pertencente à comunidade.

- **Não percebia:** Dois indígenas e três não indígenas declararam não perceber preconceito

ou discriminação, conforme alguns exemplos: “Até agora não” (Débora indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Até agora ainda não, porque eu participo da comunidade, agora eu não sei com os outros. O cacique sempre tem uma reunião que os indígenas e os não indígenas eles têm os mesmos direitos” (Henrique indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Eu nunca percebi não (...) converso muito com eles, eu acordo cedo e eles, nunca vi essas. Tudo tranquilo, não tem. Às vezes, eles mesmos brigam quando tão bebendo, eles parentes, família” (Ismael não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Nota-se que para os indígenas a pertença comunitária parece suplantar preconceitos e discriminação. Entretanto, pelo exemplo do não indígena é perceptível o distanciamento que o depoente faz entre ele como morador não indígena com os demais.

- **Percebia:** Houve percepção do preconceito e discriminação, todos por indígenas: relacionado à etnia (cinco respostas), ser morador da comunidade (1). Vejamos alguns exemplos: “Porque no meu caso, eu tenho uma etnia, e muitos assim fala as coisas, que baixisse falar de índio não sei o quê, mais sempre acontece mesmo” (Helena indígena, comunicação pessoal, setembro 2018). “Eu sou ali do outro lado. O senhor é índio é? A mulher: tá aqui o pão. Não, não, índio é pra lá, pra essa beira lá, esse igarapé que passa lá, e índio é pra lá” (André indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

É os de cima (...) que sempre tem uma vizinha que quando vai limpar ouve cada palavrão, diz seus índios fedorentos, vão se embora daqui seus índios fedorentos (...) porque tu não diz pra ela (...) olha que o índio dá flecha. (Simone indígena, comunicação pessoal, setembro 2018)

O pessoal do conjunto no começo implicavam muito, até a senhora daqui de trás implica bastante com esse pessoal aí, chama eles de índio fedorento (...) quando isso daqui era uma área de APP, o pessoal da última rua tudinho eles consideravam o terreno deles até aqui atrás, entendeu? Aí quando aconteceu a ocupação, teve essa rixa toda deles. (Felipe indígena, comunicação pessoal, setembro 2018)

Esses depoimentos nos revelam que existem estereótipos negativos atribuídos aos indígenas. Como vimos previamente, a falta de conhecimento e informações sobre o modo de vida, costumes e a cultura indígena leva ao preconceito e discriminação contra eles (Ferreira & Calegare, 2019; Rangel et al., 2013; Rosa, 2018). Chama-nos atenção o fato de referirem-se aos indígenas como fedorentos, o que nos lembram as ideias de higienização social. Borges (2011) descreveu que estas ideias apregoavam o bem-estar coletivo e desenvolvimento moral por uma educação e hábitos de higienização dos ambientes, hábitos e costumes, tendo como alvo principal os miscigenados e raças das classes populares brasileiras. Passou-se a considerar que higienizar era sinônimo de resolver questões sociais e por meio desta se chegaria à elevação moral, conquista da formação e aperfeiçoamento do caráter, desenvolvimento do país – o que parece faltar aos indígenas pela lente dos não indígenas. Isso dá base para que os povos indígenas sejam motivos de preconceito e discriminação praticados pelos moradores dos bairros ao redor.

Além disso, identificamos que o preconceito e discriminação se concretizam por conflitos intergrupais (Michener et al., 2005) que caracterizam as divergências entre indígenas e não indígenas, mas também entre moradores de localidades geográficas diferentes: os de cima, os do terreno ao lado, os do igarapé para cá. Nesse sentido, dois não indígenas afirmam perceber preconceito e discriminação relacionados ao fato de ser morador da comunidade:

Porque aqui eles se consideram indígena, né? E lá, eles não, se chamam branco, né? Eu achava até que eles lá, já vieram muitas vezes pra tirar essa área aqui, né? Que as vezes os indígenas e os não indígenas não pode tá assim no meio, né?. (Regina não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018)

“O pessoal joga lixo, porque sabe que a gente não tem caminhão pra passar aqui, aí joga lá pra esperar o caminhão passar, e ficam falando besteira” (Cristian não indígena, comunicação pessoal, setembro 2018).

Desses relatos todos, percebemos a existência de conflitos intercomunitários, que podemos entender como conflito intergrupais, que consiste em um processo coletivo em que os pares agem conforme suas crenças, valores e interesses, entrando em desavença com os demais integrantes de grupos que divergem de seu posicionamento, opinião ou categoria social (Michener et al., 2005). Ao falarmos de grupos sociais diferentes, podemos exemplificar fazendo um comparativo entre os

moradores do bairro ao redor, que residem em imóveis financiados, em um conjunto planejado pelo governo, com infraestrutura adequada e acesso aos serviços básicos. Do outro lado, os moradores da CSN residem em uma ocupação de uma APP, sem planejamento e infraestrutura, com acesso ruim aos serviços básicos em outras localidades – e, além disso, indígenas.

Em suma, vimos que apesar de haver, ou não, percepção do preconceito e discriminação com os indígenas ou moradores de uma ocupação, isso parece não refletir no sentimento de pertença à comunidade. Os fatores ligados à apropriação, apego e identidade de lugar se sobrepõem a esses aspectos negativos das relações intra e intercomunitárias.

Conclusão

Buscando reforçar a aproximação da PSC e PA junto aos povos indígenas, neste artigo apresentamos e discutimos se os moradores indígenas e não indígenas de ocupação de uma APP em Manaus/AM compartilhavam de um mesmo sentimento de pertença a essa comunidade. Pudemos verificar que apesar de haver o fator intra e interétnico que configurou a formação da CSN, que determina no presente sua organização sociopolítica, e de haver preconceito e discriminação contra indígenas e contra moradores de uma ocupação, há sentimento de pertença compartilhado entre todos. Não houve, portanto, diferença no pertencimento relacionado ao fator étnico.

Tal pertencimento está relacionado a três elementos centrais: a) à memória coletiva de criação da CSN, que foi fruto da ocupação de uma A.P.P. e que configura a organização comunitária até o presente; b) à maneira como os moradores estabelecem a apropriação, apego e identificação com o lugar, que remetem às imagens de um ambiente rural como um lugar tranquilo e das boas relações de convivência entre vizinhos, apesar das dificuldades de infraestrutura e de brigas intrafamiliares; c) às lutas comunitárias, que geram laços entre os moradores, unindo-os por meio da participação nas atividades comunitárias. Por outro lado, quando não houve apropriação desses elementos por algum morador, manifestou-se sentimento de não pertencer à comunidade. Houve, portanto, diferença no pertencimento relacionado à apropriação do ambiente comunitário enquanto lugar para se morar e viver, com toda sua história e configurações ambientais e sociopolíticas.

Reforçando as teorias psicológicas expostas, verificamos que o sentimento de pertença, originado nas relações cotidianas de convivência entre pessoas e lugares, é moldado pelos vínculos e afetos que permeiam as relações comunitárias. A partir das práticas sociais localizadas nesse ambiente houve a construção dos elos afetivos, apropriação, apego e identificação com o lugar que formulam a sensação de pertencimento. Além disso, ponderamos aspectos importantes no modo de vida e funcionamento da organização comunitária da CSN, com sua particularidade étnica de relação entre indígenas e não indígenas. Vimos que o sentir-se pertencente está também ligado aos processos comunitários de organizações e mobilizações políticas reivindicatórias de comunidades indígenas na cidade, que acontece por reuniões, participação coletiva e organização sociopolítica tendo a figura do cacique como liderança. E, principalmente, sobre como isso tem colaborado para o fortalecimento da identidade comunitária que é prioritariamente étnica, havendo coesão grupal com aspectos positivos ou negativos resultados da relação interétnica entre os moradores.

Concluimos, em suma, que há pertencimento entre os moradores dessa comunidade fruto de uma ocupação recente de uma A.P.P. com pessoas indígenas e não indígenas. E que esse sentimento de pertença é importante por desenvolver vínculos afetivos, identificação, valorização e preservação do ambiente comunitário, o que proporciona coesão grupal e fortalecimento comunitário.

Referências

- Alcântara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 129-143. doi: 10.15446/rcp.v24n1.40659
- Araújo, K. B., & Calegare, M. G. A. (2018). Os festejos como estratégia de fortalecimento comunitário em comunidade de Manaus (AM). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 537-550. doi: 10.1590/1982-37030002292017
- Bardin, L. (2011). *Análise do conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bernal, R. J. (2009). Índios urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Edua, Faculdade Salesiana Dom Bosco.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. M. (2016). Urban neighborhoods and intergroup relations: the importance of place identity. *Journal of Environmental Psychology*, 45, 239-251. doi: 10.1016/j.jenvp.2016.01.010
- Borges, R. F. (2011). A pedagogia médica-higiênica de Manoel Bomfim: um olhar sobre a criança nas primeiras décadas do século XX. In M. L. Boarini (Org.), *Raça, higiene social e nação forte: mitos de uma época* (pp. 175-207). Maringá: EDUEM.
- Calegare, M. G. A. (2017). Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica. In E. F. Rasesa, M. S. Pereira, & D. Galindo (Orgs.), *Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção* (pp. 285-300). Florianópolis: Editora da Abrapso.
- Câmara, S. G. (2008). Compromisso, participação, poder e fortalecimento comunitário: à procura de um lugar no mundo. In M. Dimenstein (Org.), *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos* (pp. 43-58). Natal, RN: EDUFRRN.
- Cavalcante, S., & Elias, T. F. (2011). Apropriação. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (pp. 63-69). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cavalcante, S., & Nóbrega, L. M. A. N. (2011). Espaço e lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (pp. 182-190). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fernandes, F. O. P., & Calegare, M. (2020). Psicologia e povos indígenas: mapeamento de trabalhos no contexto brasileiro e internacional (2010-2015). In M. Calegare & A. S. C. Mezzalira (Orgs.), *Processos psicossociais vol. 1: prática e reflexões sobre educação, saúde, ruralidades e política* (pp. 171-196). Manaus: Edua; Embu das Artes: Alexa Cultural.
- Ferreira, M. S., & Calegare, M. G. A. (2019). Debates psicopolíticos sobre indígenas em contexto de cidade. *Polis e Pique*, 9(1), 72-90. doi: 10.22456/2238-152X.82023
- Ferreira, M. S., Calegare, M. G. A., Sampaio, C. R. B., & Clennon, O. D. (2019). Re-Encountering traditional Indigenous activities through a psychosocial intervention in Sunrise community. *Interamerican Journal of Psychology*, 53(3), 364-379. doi: 10.30849/riip/ijp.v53i3.1162
- Figueiredo, A. N. (2020). A fundação de Manaus: a rebelião dos Manaós. *Amazônia Latitude*. ISSN 2692-7462. Recuperado de <https://amazonialatitude.com/2020/08/24/a-fundacao-de-manaus-a-rebeliao-dos-manaos/>
- Fischer, G. (s/d). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Freire, J. R. B. (1987). A história que queremos esquecer. *Revista Arquitetura e Urbanismo*. Recuperado de <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/2170/1/Anexo%20A%20-%201987%20Bar%3%A9s%20Mana%3%B3s%20Tarum%3%A3s%20%28JRBessaFreire%29.pdf>
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS.
- Góis, C. W. L. (1994). *Noções de Psicologia Comunitária*. Fortaleza: Edições UFC.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações instituto Paulo Freire de estudos psicossociais.
- Guimarães, D. S. (2016). A psicologia e a questão indígena no Brasil. In Conselho Regional de Psicologia 6ª região (Org.), *Povos indígenas e Psicologia: a procura do bem viver* (pp. 178-188). São Paulo, Fonte Design, CRPSP.
- Hernández, B., Hidalgo, M. C., Salazar-Laplace, M. E., & Hess, S. (2007). Place attachment and place identity in natives and non-natives. *Journal of Environmental Psychology*, 27(4), 310-319. doi: 10.1016/j.jenvp.2007.06.003
- Hinojosa, L., Mzoughi, N., Napoléone, C., & Villegas, W. G. (2019). Does higher place difficulty predict increased attachment? The

- moderating role of identity. *Ecological Economics*, 165, 106399. doi: 10.1016/j.ecolecon.2019.106399
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Recuperado de www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf
- Lewicka, M. (2008). Place attachment, place identity, and place memory: restoring the forgotten city past. *Journal of Environmental Psychology*, 28(3), 209-231. doi: 10.1016/j.jenvp.2008.02.001
- Magnani, J. G. C., & Andrade, J. A. A. D. (2013). Uma experiência de Etnologia Urbana: a presença indígena em cidades da Amazônia. In M. Amoroso & G. M. Santos (Orgs.), *Paisagens Ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia* (pp. 45-74). São Paulo: Terceiro Nome.
- Melo, C. V. G. (2019). *Atuação das(os) profissionais de psicologia no tema das relações étnico-raciais* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-18072019-153936/publico/MeloCarlos_Cor.pdf
- Michener, H. A., Delamater, J. D., & Myers, D. J. (2005). *Psicologia Social*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Moser, G. (2018). *Introdução à Psicologia Ambiental: pessoa e ambiente*. Campinas, SP: Alínea.
- Pinheiro, L. V. S. (2019). *Rompendo cercas, construindo saberes: trabalho agroecológico, vivência e (re)significações nas relações com o lugar* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27190>
- Rangel, L. H., Galante, L., & Cardoso, C. F. (2013). A presença indígena nas cidades. In G. Venturini & V. Bokany (Orgs.), *Indígenas no Brasil: demanda dos povos e percepção da opinião pública* (pp. 113-128). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Rosa, M. (2018). Indígenas em Manaus: a manutenção da identidade étnica no meio urbano. In M. Calegare & R. Albuquerque (Orgs.), *Processos psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação* (pp. 129-149). Embu das Artes, SP: Alexia cultural; Manaus: Edua.
- Sanchez-Villafañe, A. L., & Quiceno-Pérez, J. J. (2016). Significados de convivencia: una comprensión desde la dinámica cotidiana que los promueve. *Pensando Psicología*, 12(19), 55-67. doi: 10.16925/pe.v12i19.1328
- Santana, G. S., & Simões, M. L. N. (2015). Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant'Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, 12(1), 87-102. doi: 10.12957/tecap.2015.16353
- Schmidt, M., & Mahfoud, M. (1993). Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, 4(1-2), 285-298. doi: 10.1590/S1678-51771993000100013
- Tuan, Y. F. (2013). *Espaço e lugar - a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel.
- Wester-Herber, M. (2004). Underlying concerns in land-use conflicts – the role of place-identity in risk perception. *Environmental Science & Policy*, 7(2), 109-116. doi: 10.1016/j.envsci.2003.12.001

Marcelo Calegare, Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), é Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Endereço para correspondência: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia, Av. Gen. Rodrigo Octávio 6200, Setor Sul, Coroado I - Manaus, AM. CEP 69.080-900. Telefone: (92) 33051181 Ramal: 2580. Email: mcalegare@ufam.edu.br

Kássia Pereira Lopes, Psicóloga pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Pós-Graduada pela Faculdade Futura Instituto de Ciência Educação e Tecnologia de Votuporanga, é Psicóloga clínica na Alinhar Bkmr Atividades de Psicologia e Consultoria Ltda. Email: kassiapso@gmail.com

Elisa Ferrari Justulin Zacarias, Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Federal da Amazônia (UFAM), é Pesquisadora do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (LAPSEA/INPA). Email: elisa.justulin@gmail.com

Recebido em 26.jun.20
Revisado em 25.fev.21
Aceito em 07.dez.21